DESAFIANDO O RIO-MAR

Descendo o Solimões

Tomo II

HIRAM REIS E SILVA

O Coronel Hiram Reis e Silva, brilhante Oficial de Engenharia do Exército, Professor do Colégio Militar de Porto Alegre, é possuidor de muitas e invejáveis titulações civis e militares. Em seu apostolado cívico em prol da Amazônia, contabiliza vários trabalhos escritos, a par de inúmeras palestras proferidas. Entretanto, ele se fará conhecido, historicamente, pela concretização do Projeto-Aventura "*Desafiando o Rio-Mar*". E este precioso livro traz a lume o que foi tal aventura, desde o rigoroso treinamento no Rio Guaíba, até o hercúleo desafio em arrostar mais de 1.700 quilômetros [!] do Rio Solimões e seus afluentes, de Tabatinga a Manaus, em caiaque, e por quase dois meses.

Este fantástico documento é uma verdadeira joia histórica, pois riquíssimo em valiosos ensinamentos. Ao perlustrarmos as suas páginas, somos conduzidos para a fruição de uma empolgante travessia, não em águas procelosas como as singradas a remo pelo autor, mas em um Rio sereno, de encantadoras narrativas acerca de aspectos fisiográficos, sociais e humanos, referentes a "*brasis ainda sem Brasil*".

Tal como Orellana e Pedro Teixeira, no heroico pretérito, o Coronel Hiram, pela epopeia há pouco realizada, acaba de consagrar, o seu ilustre nome em nossa historiografia, "*ad perpetuam rei memoriam*".

Sumário

Índice de Imagens

Índice de Poesias

Samaumeira
(Almino Álvares Affonso)

Samaumeira! Liana e flores, em festa,
Descem da copa imensa que a amplidão fareja...
E o Sol, em sangue e ouro, portentoso beija
A soberana – graça e força – da floresta.

Mas quando, em transe, o vento sopra as tempestades,
E lhe fere, zimbrando, a colossal umbela,
Luta, esbraveja, cai... grandiosamente bela,
Porém jamais se curva como os vis covardes!

E golpeada, ainda assim, vai soltando as sementes,
Louros, plúmeos casulos, livres e frementes,
Que se libram e vão nascer léguas além...

Atenta: se algum dia na vida fraquejares,
Não importa... Do amanhã na vastidão dos ares,
Na força de tua fé reviverás também!

Coari, uma Cidade a Todo Gás

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Coari

A capital amazônica do gás natural se debruça sobre as águas do Rio Solimões entre os Lagos de Coari e Mamiá. Sua herança indígena está arraigada na diversidade e na força dos índios Catuxy, Irijus, Jumas, Jurimauas, Passés, Purus, Solimões, Uaiupis, Uamanis e Uaupés. O primeiro núcleo de povoamento foi uma aldeia indígena fundada no início do século XVIII pelo Padre jesuíta Samuel Fritz, com a mesma denominação do Rio que banhava o pequeno povoado. Segundo Ulysses Pennafort, o termo Coari vem das palavras indígenas "*Coaya Cory*", ou "*Huary-yu*", que significa respectivamente "*Rio do ouro*" e "*Rio dos deuses*". A denominação dada ao Rio estendeu-se ao Lago e, posteriormente, ao Município. Sobre as índias (trecho de autoria do Padre João Daniel em "*Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*"):

> Algumas fêmeas a que além de suas feições lindíssimas, têm os olhos verdes e outros azuis com uma esperteza e viveza tão engraçadas que podem ombrear com as mais escolhidas brancas. (DANIEL)

Na época, os portugueses já haviam miscigenado com as aborígines, embora durante muito tempo este ato fosse repudiado e proibido pela Igreja Católica, que não os considerava como humanos. No entender de João Daniel, estas índias deveriam ter origem diversa dos demais povos da floresta, não admitindo que os portugueses pudessem estar contrariando uma determinação da igreja.

Em 1759, a Aldeia é elevada a Lugar com o nome de Alvelos. Em 1833, foi o Lugar Alvelos elevado a Freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora Santana. Em 1854, a sede da Freguesia foi transferida para a Foz do Lago de Coari. Em 02.12.1874, foi elevada a Vila. Em 1890, é instalado o Termo Judiciário de Coari e, em 1891, é criada a Comarca de Coari. Em 1913, é suprimida a Comarca de Coari, ficando seu Termo Judiciário subordinado a Tefé. Em 1916, é reinstalada a Comarca de Coari, continuando o Termo Judiciário subordinado a Tefé. Em 1922, é suprimida novamente a Comarca e, em 1924, restaura-se definitivamente a Comarca de Coari, compreendendo os Termos de Coari, Manacapuru e Codajás.

Em 1932, Coari é elevada à categoria de Cidade. A Cidade, conhecida anteriormente pela produção de banana, hoje se destaca por produzir petróleo e gás natural na região de Urucu. O gasoduto que vai ligar a Província produtora ao mercado consumidor localizado em Manaus, a 450 quilômetros de distância, tem a previsão de conclusão e início de operação para o 1° semestre de 2009.

Amazônia e o Petróleo

A exploração da Província Petrolífera do Rio Urucu iniciou em 1988, dois anos após a descoberta do primeiro poço. A reserva estimada é de mais de 70 milhões de barris de óleo e quase 300 milhões de barris de gás natural, que representam um quarto das reservas nacionais. O início da exploração data de 1917, quando o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil realizou as primeiras sondagens. Coari é o segundo PIB do Estado, graças aos royalties pagos pela PETROBRAS ao “*Município do Gás Natural*”.

A enorme jazida descoberta a cerca de 3 mil metros abaixo do solo fez com que a PETROBRAS implantasse em suas terras a Província Petrolífera do Rio Urucu, viabilizando a prospecção, o transporte e o escoamento do produto até o Solimões e, de lá, para a Refinaria de Manaus (REMAN). Desde o primeiro poço, construído em 1986, até hoje, Coari teve seu PIB maximizado. Hoje está girando, por ano, em torno dos R$ 20 milhões em royalties transferidos ao Município pela PETROBRAS, além de R$ 1 milhão pago como prêmio ao grande volume de produção ou rentabilidade. É o Município, com exploração continental, que mais recebe royalties, perdendo apenas para os da região da bacia de Campos. O valor dos royalties relativos à exploração de petróleo e do gás natural é repassado à Secretaria do Tesouro Nacional. O valor depende de fatores como riscos geológicos e expectativas de produção, mas gira entre 5% e 10% do total da produção durante um mês. A Agência Nacional do Petróleo é quem apura o valor devido aos beneficiários e garante o pagamento, que é dividido entre estados e Municípios produtores.

Coari a Todo Gás

Nos últimos anos, grandes projetos e obras têm sido levados a efeito com estes recursos. Os royalties têm sido aplicados na manutenção de uma série de projetos sociais, entre eles o centro de convivência do idoso, barcos do cidadão, distribuição de enxovais para mães carentes, pavimentação de ruas, ginásios desportivos, escolas, construção de casas populares, eletrificação e saneamento básico. A Cidade se destaca dentre todas no Norte/Nordeste do país. Segundo palavras do Prefeito, Coari deu um "*salto econômico e social*" de fazer inveja a todos os Municípios do país.

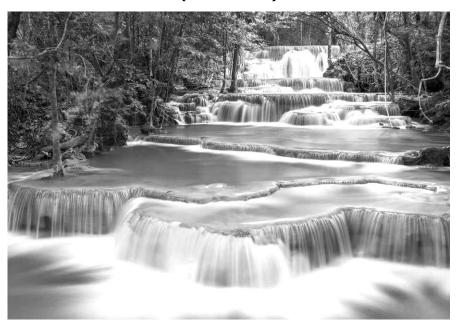
Quiséramos nós que os investimentos oriundos dos royalties fossem sempre aplicados na educação, saúde, segurança e moradias populares. Visitando a Cidade, pode-se verificar a qualidade das obras realizadas pela prefeitura, sempre acompanhadas de um tratamento paisagístico adequado. O asfaltamento das ruas e a beleza dos parques e jardins realmente tornam Coari uma pérola incrustada em plena Hileia. A administração relatou-nos que está em andamento um projeto de revitalização do porto e a retirada das palafitas da beira do Lago, transferindo os moradores para casas populares.

Hospitalidade Coariense

Major Denildo

Desde que chegamos à Cidade, a cordialidade com que fomos tratados foi marcante, tanto pela Polícia Militar do Amazonas, na pessoa do seu Comandante o senhor Major Denildo Lima Brilhante, pela Prefeitura de Coari – representada pelo secretário do Meio Ambiente e Turismo, senhor Alvimar da Costa Monteiro, e o secretário dos esportes, senhor Joabe de Lima Rocha – e pela UAB (Universidade Aberta do Brasil), cuja coordenadora, senhora Eliana de Menezes Salgado, gentilmente nos abrigou. O Major Denildo foi nosso guia turístico, nosso interlocutor com as demais autoridades e, principalmente, um amigo com quem pudemos contar em todos os momentos. Os secretários deixaram de lado seus afazeres para atender nosso desejo de entrevistá-los e de conhecer o Lago Coari e fotografá-lo; a senhora Eliana, da UAB, além de nos abrigar, permitiu que usássemos os computadores da Universidade.

Gostaríamos de deixar aqui registrado nosso agradecimento ao apoio incondicional que recebemos dos amigos mencionados anteriormente, sem o que nossa pesquisa seria bastante dificultada.

Espelho D'Água
(Almir Sater)

Emoção
Os rios falam pelas cachoeiras
E por paixão
Os peixes nadam contra a correnteza
Sim ou não
As dúvidas protegem a certeza.

Tudo é um Rio refletindo a paisagem
Espelho d´água levando as imagens pro mar
Cada pessoa levando um destino
Cada destino levando um sonho
E sonhar é a arte da vida
Sonhar nas sombras de um jardim
Nas noites de lua que não tem fim. [...]

O Uirapuru
(José Joaquim da Luz)

No Acre. Pleno verão. Deslumbrante arrebol
Inundava de luz a majestosa mata,
Quando, a viajar, ouvi, do maestro de escol,
A voz, que nos fascina, entusiasma e arrebata.

No alto de um buriti, bebendo a luz do Sol,
Ele o canto habitual, primoroso, desata...
Rodeiam-no, da selva em multicromo rol,
Boêmios e menestréis, voejando, espata a espata,

Em coro... E mais e mais se inflama a rude avena,
Afeita a preludiar, por invernos e estios...
Tão soberba magia a ave ao concerto empresta,

Que se tem a impressão de que, assim, tão pequena,
Tem, no peito, o rumor de cascatas e Rios
E a harmonia pagã de suntuosa floresta.

Imagem 01 – Igreja Matriz – Coari

Imagem 02 – Banho no Lago Coari – Coari

Imagem 03 – Lavanderia – Lago Coari – Coari

Imagem 04 – Banho no Lago Coari – Coari

Imagem 05 – Entrevista no Lago Coari – Coari

Imagem 06 – Crustáceo – Arredores de Camará

Imagem 07 – Catador de Açaí – Codajás

Imagem 08 – Balneário em Codajás

Coari – Codajás

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Partida para Camarazinho (11.01.2009)

Nosso amigo Major Denildo, por volta das 05h30, estacionou na frente da Universidade (UAB) para nos levar até o flutuante da CONSAG onde se encontravam os caiaques. Os simpáticos funcionários da CONSAG estavam lá para tirar fotos e nos desejar uma boa viagem. Quando o Romeu foi conectar as baterias do sensoriamento remoto, ocorreu um curto circuito e, a partir daí, deixamos de contar com o acompanhamento por parte da Skysulbra. Telefonei para o amigo e irmão Regadas, dono da empresa, para reportar o incidente.

Partimos de Coari às 06h30 com uma nova parceira na equipe, a professora paulista Maria Helena. Logo que saímos do Lago Coari, os botos vermelhos nos saudaram, eram 3 botos, duas fêmeas e um filhote que saltava tirando todo corpo da água. Procurei o talvegue para ganhar velocidade. Aquelas paragens já tinham sido visitadas por terra e devidamente documentadas. Fizemos uma parada após remar por volta de 01h15 para acostumar lentamente a nova remadora à rotina de navegação.

Partimos e resolvi parar próximo à Foz do Lago Mamiá, cujas praias tínhamos visitado com o Major Denildo. Fizemos um lanche rápido enquanto observávamos o encontro das águas pretas do Mamiá com o Solimões e a pequena Comunidade junto à Foz. Rumei para o braço direito do Rio Solimões, à direita de uma

grande Ilha e, na parada seguinte, encontrei um belo "*caranguejo vermelho*" que fotografei (Imagem 06) lembrando de um comentário feito pelo Padre Gaspar de Carvajal na expedição de Francisco de Orellana.

Tardamos quatorze dias para realizar essa obra, de contínua e ordinária penitência, passamos muita fome e a pouca comida que tínhamos, eram os mariscos que vinham à beira da água, que eram uns caracóis e uns caranguejos vermelhinhos, do tamanho de rãs. Metade dos companheiros lutava nesse afã e a outra metade, continuava trabalhando. (CARVAJAL)

O próximo lance foi de chuva forte e, ao me aproximar da saída do braço direito, no extremo Norte da Ilha, enfrentei fortes correntes reversas que diminuíram significativamente a velocidade. A fotografia aérea desta área e as informações de que dispunha eram muito vagas de modo que tentei complementá-las num casebre no meio da mata que, infelizmente, estava abandonado; mais uns dez minutos de remo e chegamos a São Francisco do Camarazinho.

Desci para me informar com a intenção de continuar até Camará como o programado. Camará tinha uma estrutura bem melhor do que a Comunidade em que aportáramos, energia vinte e quatro horas, boa escola, enfim o local ideal para a programada parada. O Romeu informou que a Maria Helena não estava em condições de continuar e tive, bastante contrariado, de alterar minha programação.

São Francisco de Camarazinho

Estacionamos na Comunidade São Francisco do Camarazinho. Procurei a administradora rural Dona Antônia e o Professor José, seu esposo, e eles nos abrigaram na salinha da escola.

Imagem 09 – Maria Helena

Montei a barraca na sala de aula que era usada também como sala de televisão dos ribeirinhos e, como em todas as comunidades pelas quais passamos, o gerador era desligado logo após a novela. A Maria Helena nos fez experimentar a "*sapota*" ([1]) que ela trouxera de Tefé, presente do amigo César, e comemos umas bananas e cacau trazidos pela dona Antônia.

Partida para Codajás (12.01.2009)

Partimos, às 06h00, e nossos amigos, Dona Antônia e o Professor José, vieram se despedir. Agradecemos o apoio e o belo cacho de bananas que nos presentearam.

---

[1] Sapota do Solimões (Achras zapota): árvore de grande porte que pode atingir até 45 m de altura. Folhas grandes de até 50 cm de comprimento. É bastante apreciada por seus frutos que, além de comestíveis, distinguem-se por sua forma arredondada ou ovalada e por seu grande tamanho. O fruto apresenta, por fora, uma grossa casca marrom-esverdeada e, internamente, oferece uma polpa suculenta e abundante, repleta de finas fibras alaranjadas.

Imagem 10 – São Francisco de Camarazinho

Mantive a rota próxima à margem direita até a primeira parada, numa bela praia, e depois, na altura da Costa da Salvação, me aproximei da margem esquerda onde estava o talvegue. O Romeu e a Maria Helena mantiveram uma rota paralela próxima à margem direita, embora eu os orientasse insistentemente para alterá-la.

Minha ideia era parar na margem esquerda de um enorme banco de areia localizado a uns 12 quilômetros da Costa da Salvação mas, como a dupla continuasse fora da rota, tive de alterar para aportar na margem direita do banco, aumentando o percurso e me afastando do talvegue, a parte mais veloz da correnteza. Esta mudança nos fez, mais tarde, enfrentar, desnecessariamente, o mau tempo no meio do Rio. Aportando, bastante aborrecido, no grande banco, caminhei até a parte mais alta para um reconhecimento acompanhado pela Maria Helena.

O tempo estava carregado e várias pancadas de chuvas tropicais eram avistadas ao longe. Mostrei a ela por que eu estava indo pela margem esquerda e o grande furo à direita que tínhamos de evitar para não ultrapassar Codajás.

Requiem Dies Irae

Wolfgang Amadeus Mozart nasceu Johannes Chrysostomus Wolfgang Gottlieb Mozart, no dia 27 de janeiro de 1756, em Salzburgo, Áustria. Com quatro anos, começou a ter aulas de música com o pai, demonstrando uma extraordinária vocação musical e, logo, começou a compor pequenas peças. A perícia do menino ao teclado encantou o pai que o levou para a primeira turnê pela Europa, com apenas seis anos de idade, onde alcançou fragoroso sucesso nas cortes. No intervalo das apresentações, Mozart encontrava tempo para compor e sua composição mais importante foi a ópera "*La finta semplice*", escrita quando tinha apenas doze anos.

Em 1784, entrou para a ordem maçônica. A influência da maçonaria marcou todas as peças produzidas a partir de então, quando ele alcança o mais alto nível em matéria de profundidade e expressão artística. São obras que simbolizam a conquista da liberdade tão almejada pelo compositor. Em 1791 recebeu, de um irmão maçom, a encomenda de uma ópera popular.

A história, relatada através de um conto de fadas, fazia a apologia da maçonaria, da sua trilogia fundamental "*a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade",* de seus valores e a busca de si mesmo. Era "*A Flauta Mágica*", a obra-prima de Mozart.

A estreia foi um triunfo total e a fama da ópera correu toda a Cidade de Viena e se estendeu pela Europa. A partir de então, as encomendas não pararam. O "*Requiem Dies Irae*", de Wolfgang Amadeus Mozart, está envolto por um manto de mistério, romantismo e fantasia. A obra foi encomendada pelo Conde Walsegg-Stuppach, em memória de sua esposa, e Mozart, atarefado e doente, foi compondo o *Requiem* quando podia, dando mais importância a outras obras. A esposa estava preocupada com a mudança no seu comportamento. Um dia, quando passeava com o marido com intuito de animá-lo, Mozart disse que estava escrevendo o "*Requiem*" para si próprio afirmando:

> Eu não consigo tirar da minha cabeça a imagem desse estranho. Vejo-o constantemente a me perguntar, solicitando-me e implorando-me impacientemente que complete a tarefa, é o meu "*Requiem*", não o posso deixar inacabado.

Infelizmente a morte interrompeu o mais belo *Requiem* produzido até hoje pelo maior de todos compositores clássicos. Mozart faleceu no dia 05 de dezembro de 1791 e, finalmente, o "*Requiem*" foi concluído pelo seu discípulo Franz Xaver Sussmayr.

Requiem a uma Velha Bússola de Guerra

Voltei para o meu caiaque e, ao embarcar, depois de mais este aborrecimento proporcionado pela falta de experiência do Romeu, acabei perdendo minha bússola sueca "*Silva*" que me acompanhava desde os tempos de Aspirante há 32 anos. Ela mergulhou celeremente nas águas lamacentas do velho Rio e as notas do Dies Irae soaram nos meus ouvidos numa justa homenagem à amiga de longa data.

A velha bússola participou, ombro a ombro, de diversas competições, pistas de orientação, manobras, montagem de exercícios, marchas, uma série infindável de momentos, sempre apontando a rota correta. As imagens de competições de PELOPES em que a Engenharia de Vilagran sobrepujara os camaradas da Infantaria e da Cavalaria, as montagens de pistas de orientação em que ela era minha parceira inseparável e as pistas que juntos executamos, tudo isso vinha à minha mente junto com o som do "*Requiem"* imaginário. Adeus, querida amiga! Partiste como um dia quero partir, "*vendo, tratando e pelejando!*"

Banzeiro

Logo que saímos, rumei para a margem esquerda, procurando corrigir a rota programada. Estávamos a meio caminho quando o tempo fechou, trazendo consigo chuva forte e ondas de 60 cm. Determinei ao Romeu que mantivesse contato visual, não cheguei a colocar a saia, pois conseguia evitar que a água entrasse no caiaque jogando o corpo para trás, evitando que o caiaque afundasse muito a proa. As ondas eram bem menores do que aquelas que normalmente enfrentei no Guaíba e Lagoa dos Patos. Tive de diminuir o ritmo e parar diversas vezes para aguardar a dupla, que manobrava, com dificuldade, o caiaque. A falta de experiência em navegar nas ondas e a teimosia do Romeu em não utilizar o leme do caiaque Cabo Horn Duplo prejudicavam em muito a progressão.

Aportei, espantando um enorme bando de biguás que haviam procurado abrigo da tempestade, na praia. O mau tempo durara em torno de 15 minutos e, nesse intervalo, tínhamos ouvido o apito, insistente, de um navio que se aproximava coberto pelo denso agua-

ceiro quando, de repente, uma brecha nas nuvens se abriu e os raios solares, como um holofote, iluminaram o grande barco permitindo-nos desviar sem maiores problemas. O clarão envolvia tão somente o navio, ao redor a visibilidade se limitava aos 50m. Parece que fomos brindados com uma intervenção divina para que um desastre maior não acontecesse.

Rumo a Codajás

Esta era para ser a última parada mas, no extremo Norte da Ilha do Coró, a uns 15 quilômetros de Codajás, o Romeu acenou para que parássemos. Imediatamente abandonei o talvegue e me aproximei da margem esquerda para escolher um local para aportar. Para minha surpresa, verifiquei que os dois continuaram remando distante da margem, no talvegue e logicamente se distanciaram de mim.

Mantive a proximidade da margem para tirar algumas fotografias e fui descendo com calma observando as paragens. Encontrei, depois de algum tempo, os dois parados no meio do Rio sem saber o que fazer, não tinham encontrado nenhum lugar para parar. Havia enormes aglomerados de capim-memeca que impediam o acesso às margens. Apontei a casa de um ribeirinho a uns 300 metros a jusante.

Se o ribeirinho quisesse ter acesso ao Rio, ele teria de ter uma trilha através do capim até sua casa e foi justamente o que aconteceu. Enveredei pela trilha seguido pela inexperiente dupla e aportei na margem para hidratar-me um pouco e espichar as pernas. Chegamos a Codajás e, novamente, com o apoio da PM, nos instalamos no Hotel Cunha & Cunha. A limpeza do Hotel e a fidalguia dos funcionários do Hotel foram os pontos altos de nossa estada em Codajás.

Codajás – Anori

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Codajás (13.01.2009)

Arthur Reis

Segundo Arthur Cézar Ferreira Reis: "*Da aldeia dos índios Cudaiás, primitivos habitantes da região, originou-se a atual Cidade de Codajás, fundada em 1892, por José da Rocha Turi, um dos mais famosos pioneiros do povoamento do Solimões*". A "*Terra do Açaí*" ([2]), como é conhecida, pois é a maior produtora desta bebida em todo o país. O açaí de Codajás (açaí solteiro) é o de melhor qualidade e o mais saboroso que existe. No final do mês de abril, é realizada a "*Festa do Açaí*", cuja principal atração é o desfile das candidatas a rainha do açaí em trajes típicos.

Festa do Açaí em Codajás

> Idealizada em 1987 por Adoniron Nélson Bastos Rodrigues, Sidney Hernani de Oliveira, Antônio Carlos Francisco Reis e outros da gestão do então Prefeito Nathan da Silva Bastos que deu total apoio, a "*Festa do Açaí*" hoje é a maior manifestação social econômico-cultural de todo o médio Solimões.

---

[2] Açaí (Euterpe precatoria martius): o açaí solteiro, que ocorre tanto na várzea quanto na terra firme, é nativo do Oeste da Amazônia Brasileira. Esta palmeira possui apenas um tronco que pode atingir mais de 23 m de altura. As flores e os frutos do açaí solteiro podem ser encontrados durante todo o ano, mas o período da safra varia de março a outubro. Apesar da ampla ocorrência da espécie em todo o Estado do Amazonas, nove Municípios são considerados como principais polos de produção de açaí: Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba, zona rural de Manaus, Fonte Boa e Tabatinga.

A Festa do Açaí atrai, todo ano, milhares de visitantes dos Municípios vizinhos e da capital que permanecem na Cidade durante os últimos três dias de abril, quando o Município se torna a Capital do Açaí, a fruta que lhe deu fama regional e nacional. Nesse período, uma programação diversificada ocorre por toda a parte, incluindo shows musicais no Centro Cultural "*Renato Farias de Almeida*" com bandas regionais e nacionais, em palcos alternativos, bandas locais também fazem a festa. Tem, ainda, a feira de artesanato, gincanas e uma rica culinária regional que inclui bolos, vinhos, pudins e até brigadeiros, todos feitos do açaí. Atividades desportivas e culturais como torneio de pesca, desfiles de beleza, exposições de artes plásticas e fotografias, também ajudam a fazer da festa um grande acontecimento anual.

Em exposição no Centro Cultural, também ficam inúmeras peças de artesanato produzidas da matéria-prima do açaí, feitas pelas mãos de artesãos da terra, e também quadros que retratam a floresta, o fenômeno da piracema, os 500 anos do Brasil, entre outros temas amazônicos e folclóricos. Nos palcos também são realizados shows de danças regionais, como o "*Balé da Palmeira*", "*Dança dos Açaianos*", músicas com a temática do açaí, poesias e o esplendor da festa que é o desfile das candidatas ao título de "*Rainha do Açaí*". (Fonte: Big Amazônia – Portal Amazônia)

Lenda do Açaí

O Cacique Itaki vivia com sua tribo onde hoje está situada a Cidade de Belém. O Cacique, preocupado com a escassez de alimentos que atormentava seu povo, determinou que nenhuma criança poderia nascer a partir daquela data e os pais que não obedecessem teriam que sacrificar a criança perante a tribo.

A filha do Cacique, Iaçá, deu à luz uma menina que, apesar de ser neta do Cacique, deveria ser sacrificada. Executada a sentença, Iaçá chora durante dias, sempre pedindo a Tupã que lhe mostre uma maneira de acabar com as mortes das inocentes crianças. Numa noite, ela ouviu um choro infantil; tentando localizá-lo, descobre sua filhinha encostada numa esguia palmeira, sorrindo-lhe mas, ao abraçar a filha, esta desaparece e Iaçá vê-se abraçada ao tronco da palmeira. No dia seguinte, o Cacique encontra o corpo da filha junto ao tronco da palmeira, que ostentava um cacho de frutinhas negras como os olhos de Iaçá.

Imediatamente, Itaki ordenou que colhessem as frutas para alimentar seu povo. Ele chamou a palmeira de Açaí, que é um anagrama ([3]) do nome da filha, e revogou a funesta lei sobre os recém-nascidos. O Açaí se tornou, então, o alimento básico da tribo.

Secretário de Cultura Cleuci Barbosa Alves

Na tarde do dia 13.01.2009, saímos com o secretário de Cultura Cleuci B. Alves para uma volta pelo Município. Cleuci nos levou até as plantações de Açaí e ao sítio onde está sendo instalada a usina Termelétrica da Cidade, movida pelo gás natural de Urucu.

---

[3] Anagrama: é um jogo de palavras, resultando na reordenação das letras de uma palavra para produzir outras palavras, utilizando todas as letras originais exatamente uma vez. Os anagramas são expressos na forma de uma equação, com símbolos de igualdade separando a palavra original e o anagrama resultante (Ator = Rota). A palavra "*anagrama*" vem das palavras gregas ana (voltar ou repetir) e graphein (escrever). Um exemplo conhecido é o nome da personagem "Iracema", claro anagrama de "*América*", do romance de José de Alencar e outro, preferido pelos gaúchos, é "*Argentino*" cujo anagrama é "*Ignorante*". A palavra "*roma*", por exemplo, terá como resultados legíveis – amor, ramo, romã, mora, oram, armo, omar.

O secretário afirmou que, infelizmente, as empresas contratadas pela PETROBRAS estão poluindo igarapés e comprometendo vertentes d'água sem qualquer comprometimento com o meio-ambiente. Ao retornar, já na Casa de Cultura de Codajás, fotografei algumas peças de cerâmica indígena encontradas, pelos ribeirinhos, às margens do Lago Badajós. Segundo o secretário, nenhuma instituição científica realizou levantamentos no sítio arqueológico de Badajós. Gostaria de deixar registrado um agradecimento aos proprietários e funcionários do Hotel Cunha & Cunha pela qualidade das instalações e atendimento prestado.

Partida para Anori *(14.01.2009)*

Acordei às 04h30min e solicitei à Polícia Militar para antecipar o horário antes agendado para as 05h30min, para carregar nossos pertences e partimos às 05h30min. Na primeira curva do Rio Solimões, fiz uma parada como era de praxe para descansar após 01h40min de navegação e 21 quilômetros percorridos.

O Romeu e a Maria Helena tinham avançado por demais e continuaram remando, sumindo da minha linha de visada. Após tomar um pouco d'água e comer umas bananas, retornei ao Rio procurando pelos dois parceiros com a resolução de parar novamente só após alcançá-los. Mantive minhas remadas compassadas tentando avistar os dois remadores.

"Errar é humano ..."

Não é a primeira vez que meu parceiro se afasta contrariando o bom-senso e a segurança. Se existe um navegador, a função deste é determinar o ritmo da navegação e a rota a ser seguida. Não se deve ultrapassá-lo, nem perdê-lo de vista, sob qualquer hipótese.

Remei, sem parar, tentando encontrar a dupla. Mais tarde, tomei conhecimento de que os ultrapassei quando pararam em um flutuante.

Chegada em Anori

Avistei a Foz do Anori e fui novamente saudado por botos tucuxis e um enorme boto vermelho, o maior e mais belo que já havia visto. Ele não possuía nenhum matiz de cinza e exibia seu dorso de um vermelho formidavelmente homogêneo. A Foz estava obstaculizada por capim-memeca e tive que me guiar pelas embarcações que se dirigiam a Anori. Ao passar por alguns flutuantes e entrar em um braço que liga o Lago Anori ao Solimões, confirmei que o caminho era aquele e que meus parceiros não tinham passado por ali.

A correnteza forte me impressionou e naveguei pelo lado de dentro das curvas do manancial. O movimento de barcos era intenso, o que facilitou minha orientação. Embora avistasse ao longe a torre de rádio de Anori, havia um sem-número de acessos possíveis. Como já fazia algum tempo que eu não ingerira alimento ou líquido, resolvi saborear algumas "*araçás*" que abundam nas margens do Lago. A frutinha vermelha, rica em vitamina C, muito semelhante, no aspecto e no gosto, às acerolas me revitalizaram e consegui, inclusive, emparelhar com um dos motores que se dirigia a Anori e acompanhá-lo até o porto.

A "*Mão Amiga*" da PM, CONSAG e Prefeitura

Aportei no flutuante da CONSAG, como o fizera em Coari. Um dos membros da companhia, que já me conhecia, apresentou-me e rapidamente o caiaque foi guardado no depósito, pelos amigos da CONSAG, que imediatamente me serviram uma caldeirada.

Imagem 11 – Araçás (Anori, AM)

Logo em seguida, à meu pedido, acionaram, pelo 190, meus "*anjos da guarda*". Os PM chefiados pelo Sargento Osmar, da Polícia Militar do Estado do Amazonas, se apresentaram imediatamente no local e carregaram o material para a viatura policial. Antes de embarcarmos na viatura, o Sargento Osmar me apresentou o Vice-Prefeito do Município, senhor Ângelo Barroso, que foi gentilmente me receber no porto. O Vice-Prefeito franqueou a alimentação e pousada na sua Cidade. O Sargento Osmar me apresentou aos proprietários do restaurante Cinco Irmãos, onde faríamos as refeições e, logo após, saímos para tentar encontrar acomodações nos hotéis da Cidade, lotados com funcionários da CONSAG. Depois de uma busca exaustiva, fui acomodado no "*Hotéis SK*".

Rádio Comunitária Anori FM (14.01.2009)

Tomei um bom banho, lavei minhas roupas, descansei um pouco e me dirigi ao restaurante lá pelas quinze horas para o almoço.

Chamei a Maria Helena que passava pela rua enquanto eu almoçava. Conversamos e depois da refeição fui até a "*Lan House*", onde consegui contatar a minha filha Vanessa e o amigo Araújo. Como o acesso estava lento demais, desisti de enviar as fotos de Coari que tinha tirado no último dia. Às 20h00, concedemos uma entrevista, na Rádio Comunitária Anori FM, aos dinâmicos repórteres Roberto e Letícia, que nos agendaram outra para as 08h00 do dia seguinte.

Edir Mota Moura (15.01.2009)

Depois do café às 07h00, no restaurante Cinco Irmãos, nos deslocamos para a rádio e, durante o percurso, fomos convidados pela senhora Nazaré, que ouvira a entrevista do dia anterior, para um café. Ficamos emocionados com a gentileza, agradecemos, pois já tomáramos café no Restaurante Cinco Irmãos.

Depois da entrevista, o Romeu foi até o porto mostrar os caiaques para a gurizada local e eu saí com o Secretário do Turismo e Meio Ambiente, senhor Edir Mota Moura para conhecer a Cidade e arredores. Após o passeio, cheguei à conclusão de que o secretário tem muito o que fazer na sua Secretaria. O Município carece de um Centro Cultural, de uma casa da Cultura. O balneário planejado pela administração anterior ficou só no papel. Embora não seja diretamente ligada à sua pasta, os colégios tanto do Município quanto do Estado, que visitamos, estão muito longe daquelas que pudemos observar ao longo da calha do Solimões. Embora a infraestrutura seja fácil de reparar, achamos que o desafio maior, talvez, seja o de tentar comprometer a Comunidade com a manutenção e preservação do patrimônio público. Concluímos nosso passeio pela Cidade entrevistando duas queridas freirinhas gaúchas.

Entrevista com a Irmã Cristina

Irmã Cristina Noskoski: natural de Getúlio Vargas/RS, mana de Ir. Antônia. Na família sempre se rezava pelos missionários. Ao completar 17 anos, sentia arder seu coração pela missão, chamada para a vida consagrada. Formada em Assistência Social, sempre foi apaixonada pelo Reino de Deus, entusiasmada por anunciar a Palavra em terras distantes e servir aos mais necessitados. Ao celebrar seu Jubileu de Ouro, recorda trinta e cinco anos como missionária consagrada no interior do Amazonas, levando às famílias das cidades e ribeirinhas o amor gratuito e misericordioso que Deus tem para com todos. Irmã Cristina continua missionária em Anori/AM. (franciscanasmma.com.br)

Eu sou a Irmã Cristina Noskoski, natural de Getúlio Vargas, RS, filha de uma grande família de agricultores, com dez irmãos (cinco homens e cinco mulheres), sendo que duas são religiosas, a Irmã Antônia ([4]), a mais velha, e eu que sou a sétima, os demais se casaram. Apenas dois continuam na agricultura, os outros seguiram outros ramos e meus pais já são falecidos.

---

[4] Irmã Antônia Noskoski: nascida em Getúlio Vargas, RS, descobriu a alegria em servir desde pequena, com o testemunho de seus pais e das Irmãs Franciscanas que atuavam em sua cidade. Ao celebrar seu jubileu de diamante, é agradecida a Deus pela missão realizada na área da saúde, cuidando de tantas pessoas nos diversos lugares por onde passou e também pelo trabalho desenvolvido no campo da contabilidade. Atualmente reside em Passo Fundo, na casa provincial, em cuidados de saúde. (franciscanasmma.com.br)

Desde pequena eu sentia um apelo missionário ao ouvir as pregações de Padres, nas homilias, a respeito de missões populares que operavam na terra gaúcha, na minha região. Senti a necessidade de fazer alguma coisa pelas pessoas mais carentes, mais abandonadas, onde a palavra de Jesus Cristo não era tão conhecido, na forma bíblica, porque acredito que em todos os lugares, por mais ermos que sejam, existe a presença de Deus no coração das pessoas. Portanto ao me tornar religiosa, depois de ter cursado a Faculdade de Serviço Social na ULBRA, em Pelotas, RS, e especialização em Educação Popular na UNISINOS, em São Leopoldo, RS.

Em 1980, com um grupo de quatro irmãs, viemos para a Amazônia, à pedido da provincial – da congregação, e foi aberta uma casa em Beruri, AM, aqui em Anori já existia. Era apenas uma casa em todo Amazonas, muito distante da sede de nossa Provincial que fica no Rio Grande do Sul. A fundação tinha como objetivo a criação de uma fraternidade mais próxima. O Distrito de Beruri ficava muito distante – 12 horas de barco de Manacapuru que era a sede do Município, e só quase dois anos depois, Beruri, passou à categoria de município ([5]).

Chegando em Beruri a gente foi conhecendo a realidade, colocando os pés no chão, para depois poder atuar, sem ferir a cultura, aprendendo com a população e a partir de então iniciar a evangelização. Ser evangelizada pelo povo, transmitir uma evolução na própria cultura local e aprender com eles, essa filiação de cultura. Em Beruri, o ensino ia somente até a 4ª série do Ensino Fundamental e além disso era multisseriado, a professora trabalhava, na mesma sala de aula, com alunos da 1ª à 4ª série.

[5] 10 de dezembro de 1981.

Conseguimos convencer os professores e pais dos alunos da necessidade de separar as turmas e já no ano seguinte separamos por séries resultando num maior aproveitamento por parte dos alunos e o menor desgaste dos professores.

Dois mais tarde, implantamos o Ensino Fundamental completo e depois de cinco anos o Ensino Médio. Hoje já temos lá alguns cursos profissionalizantes. Eu digo lá, porque agora me encontro aqui em Anori, depois de passar 24 anos em Beruri.

Neste período que lá passei, foi criada a Paróquia logo que as irmãs lá chegaram, e eu fiquei responsável pela Paróquia, havia uma irmã que era enfermeira, reformamos o Posto de Saúde, que anteriormente só tinha uma cadeira de balanço onde se sentava o atendente, as prateleiras de medicamente vazias e não tinha nem sequer um aparelho para medir a pressão – uma situação precária.

Coordenados pela irmã enfermeira o povo, em mutirão, carregou da margem do Rio, que tinha um barranco muito alto, até o Posto de Saúde, o cimento, tijolos, brita, areia, tudo que precisava. Isso tudo foi muito bom porque teve a participação de todos. Mais tarde conseguimos uma lancha ([6]) para transportar os doentes até Manacapuru em 12 horas.

Alguns pacientes de municípios à montante de Beruri, no Rio Purus, tinham de fazer uma parada intermediária em Beruri em virtude da enorme distância e serem tratados pela irmã enfermeira que se desdobrava para atender a todos, fazendo às vezes papel de médico.

---

[6] Ambulancha: lancha equipada com serviço de ambulância para atendimento médico e transporte de pacientes para Manacapuru.

Eram fraturas expostas, pequenas cirurgias que ela fazia em virtude do risco de vida dos pacientes, e, com a graça de Deus, ninguém veio a falecer em virtude destes procedimentos.

Havia uma irmã professora, também, que foi diretora da escola, responsável pela coordenação geral da mesma. Promovemos a organização das Comunidades do interior, em Beruri havia apenas 5 comunidades mal estruturadas e após 24 anos eram 53 Comunidades relativamente organizadas. A Paróquia era coordenada pelas irmãs até chegar o primeiro pároco, um paulista. A administração mudou bastante e procuramos, junto ao povo, minimizar o impacto. No final tudo terminou bem graças a Deus. O Padre já foi trocado mas a Paróquia continua.

Em 2004, eu voltei para o Sul, meu coração missionário não se adaptou mais lá, e quando se apresentou uma oportunidade aqui em Anori eu me coloquei prontamente à disposição e a superiora provincial me enviou, novamente, para o Amazonas e aqui estou desde 2006, há quase quatro anos, portanto, que estou por aqui.

Eu amo este povo e me acostumei à esta região, e me sinto amada por ele. Agora é claro, muita coisa ficou para traz, alguns procedimentos que aprendemos, lá no Sul, tiveram de ser refeitos, adaptados à realidade local, mas acho que isso promove um crescimento pessoal enorme.

Eu gostaria de ressaltar, também, meu trabalho com os indígenas Apurinãs, Ticunas e Muras, sempre respeitando a cultura deles ao levar a palavra de Deus e aculturando-a ao nível do povo indígena. Sentimos que o povo nativo não abandonou sua cultura mas adaptou-a à nova realidade. (Irmã Cristina Noskoski)

Imagem 12 – Apoio da Polícia Militar de Anori

Agradecimento a Anori

Gostaríamos de agradecer especialmente ao Sargento PM Osmar, à Prefeita Sansuray Pereira Xavier, ao Vice-Prefeito Ângelo Barros, ao Secretário do Turismo e Meio-Ambiente Edir Mota Moura, ao pessoal da CONSAG e aos repórteres Letícia e Roberto, da Rádio Comunitária Anori FM, por tornarem nossa estada na Cidade tão agradável e produtiva.

Imagem 13 – Vista da Cidade – Lago Anori – Anori

Imagem 14 – Prefeitura Municipal – Anori

Imagem 15 – Rio Purus – periferia de Beruri

Imagem 16 – Anamã

Imagem 17 – Festival das Cirandas – Manacapuru

Imagem 18 – Lago Manacapuru

Imagem 19 – Lago Miriti – Paraíso D’Ângelo – Manacapuru

Imagem 20 – Entardecer com Céu Matizado – Manacapuru

Anori – Beruri

Há mais pessoas que desistem do que
pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Partida para Beruri (16.01.2009)

Como a previsão era subirmos o Purus apoiados por um barco a motor, não me preocupei em sair muito cedo. Tomamos café no restaurante "*Cinco Irmãos*" às 06h30, e o Sargento Osmar, da Polícia Militar, apoiou-nos no transporte da carga até os caiaques. Depois de uma despedida festiva por parte dos amigos da CONSAG, partimos rumo ao Purus às 08h20min. Paramos logo em seguida para comer algumas "*araçás*". As águas pretas do Lago contrastam com as do Solimões. Voltar ao Solimões, deixando o hospitaleiro povo de Anori, em especial nosso "*anjo da guarda*", amigo da Polícia Militar Sargento Osmar, nos enche de nostalgia e de expectativa em relação às novas amizades e plagas que iremos conhecer.

A partida para o alto Purus é ainda o meu
maior, o meu mais belo e arrojado ideal.
(Euclides da Cunha – Carta a José Veríssimo)

O deslocamento até a Boca do Purus foi rápido, graças à correnteza do Rio-Mar. Enfrentamos uma chuva forte que me obrigou a procurar abrigo em um Flutuante para guardar a câmera fotográfica. Chegamos à Foz do Purus por volta das onze horas e aportamos junto a um grupo de pescadores, aguardando a "*voadeira*" que nos rebocaria Rio acima.

Imagem 21 – CONSAG de Anori

Os botos passaram à nossa frente em sentido contrário ao deslocamento que iríamos percorrer. Seria um presságio? Até então meus cordatos amigos cetáceos sempre me apontaram a melhor rota a seguir.

Tragédia no Purus

O soldado da Polícia Militar de Anori, Pedro Pereira, chegou pouco tempo depois com a "*voadeira*". O meu caiaque, como era menor, foi colocado atravessado sobre a "*voadeira*" e o duplo foi rebocado a meia velocidade. Já próximo de Beruri, a corda que tracionava o caiaque rompeu. O caiaque duplo da Opium praticamente partiu-se em dois e por pouco não naufragou. Conseguimos rebocá-lo até a margem e embarcá-lo em um motor que se deslocava rumo a Beruri.

Hospitalidade Amazônica

Paramos em um flutuante próximo ao porto e o encarregado autorizou que colocássemos os caiaques em um flutuante ao lado, que se encontrava em construção. Fui tentar fazer contato com o Sargento Pereira, Comandante da Polícia Militar de Beruri. Estava procurando um moto-táxi quando o professor Sidney Oliveira Miranda se ofereceu para me dar uma carona até a delegacia e depois até a residência do Sargento.

O Sargento Pereira, enquanto se fardava, pediu ao filho que me levasse até a delegacia, onde se encontrava a viatura militar. Providenciou um hotel, o Milena, junto ao porto, em frente à usina Termelétrica, e fui até o flutuante onde o Romeu e a Maria Helena já me aguardavam.

Reportando a Tragédia

Após o banho, fui até a um telefone público informar à querida Rosângela o ocorrido e pedir-lhe que repassasse a informação aos nossos colaboradores e familiares. O Romeu conseguiu alguém para "*consertar*" o caiaque e eu fui até o restaurante "*Tudo de Bom*" para tomar um suco de graviola. Enquanto colocava em dia os apontamentos do Rio-Mar, emprestei a máquina fotográfica para a Maria Helena tirar algumas fotos. Deitei cedo e já estava dormindo quando o Romeu chegou, visivelmente embriagado, frustrado diante da possibilidade de não concluir a missão plenamente.

2° dia em Beruri (17.01.2009)

Acordei cedo para tirar algumas fotos e tentar entrar em contato com a Polícia Militar. O pouco caso dos agentes e Policiais Militares desde o dia anterior

contrastava com o padrão que encontráramos até então em quase todas as localidades. Pedi à Rosângela para tentar entrar em contato com o Major Denildo, de Coari, para ver se, através do Comandante de Manacapuru, conseguiríamos um maior apoio por parte da polícia local. Como o restaurante "*Tudo de Bom*" demorou a abrir, acompanhei a Maria Helena até o restaurante Mandala para o café da manhã. Fui até uma "*Lan House*" digitar os textos e de lá mandei, sem sucesso, uma moto-táxi à casa do Sargento Pereira e à delegacia ver se o encontrava.

O Romeu achou que seria melhor levar o caiaque para Manacapuru e tentar consertá-lo lá. A decisão se confirmou, mais tarde, ser totalmente equivocada. Ele partiu com a Maria Helena, no motor Silva Lopes, com a previsão de chegarem à noite ao seu destino.

Solicitei, via internet, ao Coronel Araújo, que tentasse um apoio da PM de Manacapuru aos dois quando lá chegassem. Os dois se comprometeram em consertar o caiaque em Manacapuru e me aguardar, de onde partiríamos juntos. Mantendo o planejamento inicial, sairei amanhã às seis horas direto para Anamã.

Agora sou o único da equipe, infelizmente, que poderá realizar a descida de toda a extensão do Solimões. A Fabíola ficou em Santo Antônio do Içá depois de percorrer pouco mais de 350 quilômetros, o Romeu deixará de percorrer o percurso Beruri – Foz do Purus – Anamã – Manacapuru, que tem uma extensão de 150 quilômetros aproximadamente. A Maria Helena com o imprevisto terá, ao final da jornada, navegado apenas quilômetros 270 quilômetros.

Purus

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Ansiedade

De Anori até a do Boca Purus eu tinha remado muito forte, a ansiedade tinha tomado conta de mim e eu só pensava em uma coisa, tinha um só objetivo que era conhecer o Rio heroico que, aliado à tenacidade e à bravura de um Plácido de Castro, foi responsável por mais uma estrela no nosso pavilhão nacional, o Acre. O Rio do altruísmo que, junto à cultura e a abnegação do imortal Euclides da Cunha, permitiu que fossem definidas com exatidão as verdadeiras fronteiras brasileiras e bolivianas com o Peru. As imagens perpassavam pela minha mente numa fantástica velocidade e eu, ora engarupado no passado, ora no presente, viajava ao sabor dos acontecimentos de outrora misturados às cenas de agora. Chegando à Boca do Purus, me dei conta de que havia deixado meus parceiros para trás. A expectativa havia me levado a picar voga, diferente do meu tradicional e cadenciado ritmo.

Purus Épico

O Purus de passagens épicas cobrara um alto tributo à nossa expedição. Parece que o valoroso Rio queria dar mostras do seu poder, da sua força, exigindo de nós um respeito e uma atenção digna da sua importância histórica. Por ele haviam passado alguns desbravadores em busca do conhecimento e da fortuna, muitos em busca da simples sobrevivência, idealistas buscando estender nossas fronteiras pela força do direito, e outros, guerreiros natos, tentando fazê-lo pelo direito da força.

O Purus não é apenas um Rio, mas um protagonista que, junto com homens de valor, gravou belas páginas na história da nossa nação. Homens que enfrentaram o desconhecido, que subjugaram a mata, que a analisaram, estudaram, mas também homens que tiveram suas vidas arrebatadas pela força da natureza e cujos destinos foram manipulados inexoravelmente pelas titânicas energias telúricas. O Purus merece nosso respeito pelo que foi, pelo que é e pelas contraditórias passagens levadas a efeito na sua calha.

Um Rio patriota que guarda nas suas águas as imagens imaculadas de um Plácido de Castro e de um Euclides da Cunha. Um Rio de ambição e sem consciência, que reflete as carrancas de alguns ambiciosos seringalistas que escravizaram os seringueiros nordestinos e suas famílias. Um Purus pré-histórico é tudo isso e muito mais. Nas suas calhas, foram descobertos os restos de gigantescos animais, como o "*Purusaurus brasiliensis*" de 15 a 20 metros de comprimento que dominava as águas no Lago Pebas. O "*Purusaurus*" viveu de 5 a 6 milhões de anos atrás e provavelmente foi o maior dos crocodilianos gigantes extintos.

Nosso preito de respeito a esta artéria viva da nacionalidade brasileira que reflete, nas suas águas, a pujança de uma raça do porvir, alicerçada no invulgar passado, mas com os corações e mentes voltados para o futuro.

O Maravilhoso Purus

É que o grande Rio, malgrado a sua monotonia soberana, evoca em tanta maneira o maravilhoso, que empolga por igual o cronista ingênuo, o aventureiro romântico e o sábio precavido. (Professor Frederico Hartt)

Meu companheiro de jornada não entendeu por que eu planejara navegar pelo Rio Purus, abandonando o leito do Solimões. Se ele tivesse desfolhado as páginas amareladas da história deste heroico e misterioso manancial, certamente chegaria à conclusão de que não poderíamos, absolutamente, passar ao largo da Foz do "*Rio da Trindade*". Eu precisava absorver um pouco daquele ser místico, precisava submergir nos quatro séculos passados de tantos desafios em que os "*desbravadores*" tentaram descobrir seus segredos, conhecer sua história. Precisava sentir nas águas de hoje o colossal "*Lago Pebas*" de priscas eras.

Rio Purus

[...] o Purus, um dos mais tortuosos cursos d'água que se registram, é também dos que mais variam de leito. Divaga, consoante o dizer dos modernos geógrafos. (CUNHA, 2000)

Nasce nas colinas do Arco Fitzcarrald, Serra da Contamana (região de Ucayali), no Peru, há aproximadamente 500 m de altitude e percorre cerca de 3.300 km até sua Foz no Solimões. Com características de Rio de baixada, de águas barrentas, rica em sedimentos andinos, é classificado como Rio de água branca. Possui um traçado muito sinuoso, cheio de curvas bem fechadas, e drena uma área de aproximadamente 376.000 km². Deste total, 73% se encontra no Estado do Amazonas, 21% no Estado do Acre, 5,5% no Peru e 0,5% na Bolívia.

O Rio Purus entra no Brasil pelo estado do Acre, no município de Santa Rosa do Purus, passando pelo município de Manoel Urbano, entrando no estado do Amazonas pelo município de Boca do Acre onde recebe as águas do Rio Acre e segue pelo estado do Amazonas até desaguar no Rio Solimões.

Lendário Purus

Envolto em mistérios e fantásticas lendas, muitas delas motivadas pelos temores dos antigos desbravadores europeus, outras tantas pelos nativos, seus antigos habitantes e guardiões, o Purus vem cativando a memória ancestral dos povos através dos séculos sem perder seu encanto e seu carisma carregado de fantasias que o alimentam desde seu berço nos contrafortes andinos até a Foz no Solimões.

Frei Gaspar de Carvajal

A Ilha que existe fronteira à boca do Purus, perdeu o antigo nome geográfico e chama-se "Ilha da Consciência"; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na Foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica às melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. (CUNHA, 2000)

Gaspar de Carvajal, em 03 de junho de 1542, relatou no seu manuscrito intitulado "*Relación del descubrimiento del famoso Rio grande de las Amazonas*" a passagem de Orellana pela Foz do Rio Purus e as aldeias à jusante de sua Foz no Solimões:

> [...] viemos a encontrar com outro Rio mais caudaloso e maior, pelo braço direito; era tão grande que na entrada havia três Ilhas, razão pela qual o denominamos Rio da Trindade [Purus]; além disso, na

junção dos dois Rios, havia muitos e populosos povoados na bela terra de Omágua, e por serem muitas as aldeias e tão grandes e com muita gente, o Capitão não quis aportar. [...]

Havia nesse povoado, uma casa de diversões, dentro da qual encontramos louças dos mais variados feitios: havia vasos e cântaros enormes, de mais de vinte e cinco arrobas, e outras vasilhas pequenas como pratos, tigelas e castiçais, de <u>uma louça da melhor que já se viu no mundo</u>, mesmo a de Málaga não se iguala a ela, porque é toda vitrificada e esmaltada com todas as cores, tão vivas que espantavam, apresentando, além disso, desenhos e figuras tão compassadas, que naturalmente eles trabalhavam e desenhavam como os romanos. Os índios nos disseram que o que havia ali na terra a dentro era de ouro e que nos levariam até lá, pois era perto. Nessa casa achamos ainda dois ídolos tecidos de palha trançada de vários modos, que chegavam a espantar, tendo a estatura de gigantes e, na parte musculosa do braço, umas rodas com forma de bracelete, assim como na coxa, próximo dos joelhos. Tinham enormes orelhas furadas, como os índios de Cuzco, só que eram maiores. Este tipo de gente reside terra a dentro e possui a riqueza já contada e é para sua recordação que os ídolos ficam ali. (CARVAJAL)

Padre Cristóbal de Acuña

Acuña, em 1639, menciona no Capítulo LXIII – O Rio dos Gigantes, de sua crônica "*Novo descobrimento do Rio das Amazonas*":

Dez léguas adiante do referido sítio tem fim a Província dos Yoriman, e transcorridas outras duas léguas, desemboca na margem Sul um famoso Rio que os índios chamam de Cuchiguará.

> Tal Rio é navegável, ainda que em certas partes tenha algumas pedras. Tem muito pescado, grande quantidade de tartarugas, abundância de milho e mandioca e tudo o que for necessário para facilitar sua exploração.
>
> Está povoado por várias nações que, começando por sua boca e prosseguindo Rio acima, são as seguintes: Cuchiguará, que tomam seu nome do Rio, Cumayari, Guaquiari, Cuyariyayana, Curucuru, Quatausi, Mutuani e por fim e remate de todos, estão os Curigueré. De acordo com informações de pessoas que os viram e que se ofereciam a levar-nos a suas terras, são eles gigantes de dezesseis palmos de altura, muito valentes, andam nus e trazem grandes pátenas de ouro nas orelhas e narizes. Para chegar a suas aldeias são necessários dois meses contínuos de viagem desde a boca do Cuchiguará. (ACUÑA)

Guillaume d'Isle

Guillaume Delisle, geógrafo da Academia Real de Ciências de Paris, em 1703, fez um hipotético esboço cartográfico do Purus que segundo ele nascia nos cerros andinos, acima da cidade de La Paz. Delisle anexou, ao esboço, um comentário sobre os povos que nele habitavam:

> Mutuanis, dos quais se diz serem gigantes ricos em ouro, habitantes a dois meses de caminho da embocadura do Rio. (TOCANTINS)

Carl Friedrich Phillipp von Martius

O naturalista Martius, nas sua "*Viagem pelo Brasil*", em 1817/1820, escreve que: "*Acerca do Purus, calam-se todas as mais recentes notícias*". Sobre os nativos que habitavam suas margens afirma que:

> Todos ainda em estado de absoluta selvageria e conhecidos por sua perfídia. Eles colhem aqui abundantes plantas medicinais, o cacau e a salsaparrilha, e permutam com as expedições que frequentam o Rio, onde as duas partes contratantes se apresentam de armas na mão [...] Ninguém se aventura ainda a fundar missões no Purus. (SPIX & MARTIUS)

Antonio Ladislau Monteiro Baena

Militar, geógrafo e historiador português chegou ao Pará em 1803. Como oficial do Exército Brasileiro, atuou na repressão à Cabanagem chegando a alcançar o posto de Major de Artilharia. Escreveu o "*Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*" que se constitui numa verdadeira enciclopédia, feita com pesquisa de campo, arquivos das paróquias, cartórios e Câmaras Municipais. Na sua obra, encontramos dados demográficos e estratificação socioprofissional finanças públicas, descrição sobre a administração pública e judiciária da Província, além de informações sobre a flora e a fauna e os diferentes ecossistemas da região. Baena afirma no seu "*Ensaio*" que o Purus é:

> um Rio opulento de cacau, salsaparrilha, óleo, tartarugas, peixe-boi: as sezões invadem os que intentam colher estas e outras mais produções suas. Ele é de água branca, as margens em grande são campinas de umas serras ao Norte de Cuzco, antiga capital dos infortunosos incas. (BAENA)

Expedições Oficiais

O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica. (CUNHA, 2000)

A partir de 1852, João Batista Tenreiro Aranha, Presidente da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará, nesse ano, passou a organizar diversas expedições de exploração, procurando estabelecer uma comunicação com a Bolívia pelo Juruá e pelo Purus.

João Rodrigues Cametá (1852)

Cametá, em 1852, diretor de índios, organizou a primeira exploração do Purus, realizando uma expedição que durou 53 dias de navegação em canoa até o Sepatini de onde retornou em decorrência da vazante.

Seraphim Salgado (1852)

Realmente nesse afanoso derruir de barrancas, para torcer-se em seus incontáveis meandros, o Purus entope-se com as raízes e troncos das árvores que o marginam. (CUNHA, 2000)

Ainda em 1852, Presidente da Província, organizou uma segunda penetração, objetivando descobrir uma comunicação fluvial que se dizia existir entre as bacias do Purus e do Madeira com o propósito de facilitar a comunicação e transporte com a Bolívia. Salgado subiu o curso do Rio até a nona maloca dos índios Cocama, provavelmente pouco além da confluência da Boca do Aquiri (Acre) de onde retornou, depois de percorrer 2.250 milhas, tendo em vista que a partir daí o Rio se tornava muito estreito e obstruído.

Manoel Urbano da Encarnação (1861)

Em 1861, Manoel Urbano, o preto, Diretor dos Índios do Purus, nomeado para esse cargo desde 1853, cumprindo ordens do Presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, subiu o Rio e penetrou o Ituxi

retornando ao Purus, num percurso de 2.800 milhas, tentando achar uma rota para a Bolívia por terra ou água.

Entrou no Rio Aquiri (Acre) penetrando nas terras do atual estado do Acre, retrocedeu ao Purus e entrou no Mucuim, afluente da margem direita, enveredou, via terrestre, por quilômetros de matas, alcançando o Rio Madeira e retornando, novamente, ao Purus.

No seu percurso, contatou diversos povos indígenas, entre os quais os Manchineri, relatando que estes nativos, bastante evoluídos, plantavam, fiavam e teciam o algodão, confeccionando roupas e redes semelhantes àquelas usadas pelos bolivianos que desciam o Rio Madeira.

Manoel Urbano, em 1865, novamente, subiu o Rio, tentando descobrir no Rio Ituxi o enlace entre o Purus e o Madeira. Subiu o Mucuim passando ao salto do Teotônio, no Madeira. Navegou durante quinze dias e empreendeu uma marcha terrestre por dois dias, atravessando o divisor de águas entre a bacia dos dois Rios. Tentou estender ao Ituxi as mesmas operações de reconhecimento, mas a falta de víveres obrigou-o a retornar.

João Martins da Silva Coutinho (1862)

Em 1862, procurando obter informações mais precisas sobre o Purus, o governo amazonense resolveu organizar uma expedição comandada por uma "*pessoa possuidora de conhecimentos capazes de realizar uma verificação científica e mais profícua*" da região. A expedição comandada pelo engenheiro João Martins da

Silva Coutinho, acompanhado por Manoel Urbano da Encarnação, na função de prático, contou, também, com a colaboração do botânico alemão Gustav Wallis, encarregado de realizar levantamentos hidrográficos, geológicos, da flora e dos povos indígenas, destacando os "*meios mais eficazes para vinculá-los à civilização*". Cabia à expedição, ainda, encontrar a passagem do Purus ao Juruá, descoberta anteriormente por Manuel Urbano. A expedição subiu apenas até Hiutanaã, sem alcançar o varadouro, mas produziu informações importantes sobre o Purus.

William Chandless (1864)

Chandless, em 1864, foi enviado pela Royal Geographical Society of London para examinar o que havia de concreto entre esta histórica conexão entre os Rios Purus e Madeira. Com equipamentos apropriados, Chandless fez várias medições da extensão dos Rios e marcou várias coordenadas, chegando a ilustrar o seu trabalho com um mapa do Rio, provando a navegabilidade do Purus e concluindo que ele não nascia nos Andes, não sendo o Madre de Dios a sua fonte. O geógrafo inglês também descreveu o relevo, o clima, a hidrografia, a vegetação, a fauna, a vazante e os costumes de alguns povos indígenas. Avançou mais que as expedições anteriores, mas também não conseguiu encontrar uma passagem para a Bolívia.

Luiz Agassiz (1866)

Agassiz, em 1866, no seu livro "*Viagem ao Brasil (1865-1866)*", comenta no Capítulo XIII – História Física do Amazonas, sob o título Fósseis crustáceos:

> Além dos fósseis de que já falei, tive recentemente outra prova da existência da greda na parte

> meridional da bacia amazônica. Em seu regresso da viagem ao Rio Purus, o Sr. William presenteou-me com uma coleção de restos fósseis do mais alto interesse, pertencentes incontestavelmente ao período cretáceo. Ele mesmo os recolheu no Rio Acre [...]

Asrael D. Piper (1871)

O explorador Norte-americano, a serviço do governo boliviano, chegou na Bolívia em 1868, subiu o Purus em 1871, e estabeleceu um barracão entre os Manchineri da Bolívia, com o propósito de povoá-lo sem ultrapassar a área percorrida por Chandless. Transportou, nas suas viagens, levas de nordestinos. Em 1880, o povoamento iniciado por Piper ultrapassava a Foz do Rio Iaco, atingindo a Foz do Rio Chandless em 1883 e do Santa Rosa em 1884.

Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre (1871)

Labre, em 1871, fundou um povoado que mais tarde se chamaria São Luiz de Lábrea e que viria a se tornar parte do Território do Acre. Foi o primeiro desbravador a viajar de barco de Lábrea ao Rio Acre, via Madeira e Beni.

Capitão Hoefner (1872)

Em 1872, Barrington Brown e William Lidstone percorreram o Baixo-Purus, até Huitanaã, embarcados na lancha Guajará, sob o comando do Capitão Hoefner.

Tenente Augusto José de Souza Soares (1875)

Em 1875, uma expedição comandada pelo 1° Tenente da Armada Augusto José de Souza Soares tinha como missão encontrar a comunicação entre o Madre de Dios e o Purus.

Embora Chandless já houvesse afirmado que não existia essa passagem, a dúvida permanecia. O Tenente partiu com a missão de ultrapassar a região já desbravada por Chandless, devendo explorar as nascentes do Iaco e de outros afluentes do Purus. Coletou diversas informações sobre a região, mas não achou a pretendida ligação com a Bolívia.

Rios Tumultuários

(Euclides da Cunha)

Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos, parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagando, em meandros instáveis, contorcidos em sacados cujos istmos e reveses se rompem e se soldam numa desesperada formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas, em que estes dois aspectos se confundem, ou expandindo-se em furos que se anastomosam, reticulados e de todos incaracterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profundamente retalhado de estreitos [...] Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo.

Ilha da Consciência

(Euclides da Cunha)

A ilha que existe fronteira à boca do Purus perdeu o antigo nome geográfico e chama-se ilha da Consciência; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na foz do Juruá. É uma preocupação: o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir com aquela ironia formidável.

Purus: uma Dádiva ou um Enjeitado

(Euclides da Cunha)

É uma das maiores dádivas entre tantas com que nos esmaga uma natureza escandalosamente perdulária.

O Purus de Manoel Urbano

Imagem 22 – Manoel Urbano da Encarnação

À título de biografia vamos, simplesmente reproduzir o editorial do "*Jornal do Commercio*", abaixo referenciado, que faz uma justa reverência a esta insigne figura da nacionalidade brasileira cujos méritos foram cruelmente relegados pelo Império e a jovem República como infelizmente atestam inúmeros documentos oficiais da época.

Jornal do Commercio n° 2.258 – Rio, RJ
Domingo, 17.07.1910

Manoel Urbano

Nesta data, a 17.07.1897, flagelado pela varíola, que então grassava com caráter epidêmico nesta capital, terminou seus dias de existência Manoel Urbano da Encarnação, obscuro amazonense por nascimento e raça, mas glorioso brasileiro por serviços relevantes prestados com honradez, desprendimento e abnegado patriotismo à sua terra natal.

Nasceu nesta vasta região do maravilhoso vale do Amazonas, no ano de 1808, sendo dotado de nobilíssimas e recomendáveis qualidades, pelas quais conseguia impor-se à admiração e respeito dos sábios e grandes homens que de toda a parte do globo mundial vinham estudar, reconhecer e admirar a grandeza e os encantos do afamado Rio-mar.

Nos primeiros anos da sua mocidade, obscuríssimo, pobre e desprotegido dos homens, prestou à Pátria relevantíssimos serviços, alistado às fileiras dos defensores da sua independência e da ordem pública, perturbada pela cabanagem desoladora e desbragadamente anárquica, que assolou toda a Província do Grão-Pará até as suas fronteiras no Madeira com a Bolívia, no Rio Negro com a Venezuela e no Solimões com o Peru, pagando o precioso, mas caríssimo tributo de sangue, como verdadeiro patriota.

Castelnau, Silva Coutinho, Costa Azevedo, Chandless, Tenreiro Aranha e seus sucessores na administração do Amazonas, até 1889, foram seus mais fervorosos admiradores, tendo-o por auxiliar nos estudos profundos, que fizeram, da sede hidrográfica e riquezas naturais do Alto Amazonas.

Foi ele o incansável e poderoso auxiliar encarregado por Tenreiro Aranha, em 1852, da Exploração do Rio Purus, da sua navegabilidade e riquezas naturais, assim como de Chandless nas suas viagens de estudos e explorações do Andirá, Carumiá, Purus e Juruá e de Silva Coutinho do Madeira e Purus.

Em 1884 ou 1885, salvando o erro da data histórica, a Assembleia Legislativa Provincial, por unanimidade dos seus eleitos, depois de terem estes feito a apologia da relevância dos serviços prestados por Manoel Urbano da Encarnação à terra do seu nascimento, desde os tempos de simples Comarca

até depois de sua elevação à categoria de Província, sem remuneração alguma dos primeiros governos do Grão-Pará e Amazonas, nem do Império, solicitou deste a concessão gratuita a ele como prêmio dos mesmos serviços, do pedaço de terra que ocupava no Purus, lugar que se denomina Canutama, devidamente medido e demarcado à custa da nação.

Essa doação foi considerada a mais justa e patriótica homenagem do Amazonas, ao mais prestimoso quão obscuro, por nascimento, de todos os seus filhos, como um tributo de gratidão pelos reais serviços prestados ao desenvolvimento e progresso da Província do Amazonas, que Tenreiro Aranha fundou.

Depois da ascensão da República o despojaram do seu único patrimônio, dessa Canutama, único pedaço do Purus, que só a ele se deveu ter sido conhecida a sua inesgotável riqueza e importância industrial, comercial e de navegabilidade, para ser aí criado um município e logo em seguida uma Comarca, cujos juízes, esquecidos da missão que lhes cabia de distribuir entre os seus jurisdicionados verdadeira justiça, a quem quer que dela tivesse sede e direito, o deixaram ficar espoliado de sua propriedade, reduzido à miséria e condenado vergonhosamente pela Pátria, sobretudo pela sua própria terra natal.

Está sepultado no cemitério da Colônia de São Raymundo, arrabalde desta capital, sem ter uma lápide que o relembre à mocidade amazonense, como um exemplo de virtudes cívicas, digno de ser imitado.

O Amazonas deve a Manoel Urbano uma grande parte da fama dos inexoráveis tesouros de seus ricos e abundantes produtos animais, vegetais e minerais que se há dilatado pôr todos os recantos do mundo. [Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha] (JORNAL DO COMMERCIO, N° 2.258)

Estrella do Amazonas n° 600 – Manaus, AM
Quarta-feira, 04.12.1861

Informações Sobre o Rio Purus
Ofício Dirigido ao Exm° Sr. Presidente Pelo Sr. Dr. João Martins da Silva Coutinho

Ilm° e Exm° Sr. – no dia 19 do corrente [novembro] chegou a esta capital Manoel Urbano da Encarnação, que por ordem de V. Ex.ª, exarada em ofício de 27 de janeiro deste ano, fora incumbido de examinar a comunicação que diziam haver entre o Rio Purus e a parte superior das cachoeiras do Madeira, sem o menor obstáculo.

A ser verdade o boato que corria, estava resolvida a grande questão da navegação livre para Mato Grosso, de extraordinário interesse ao Império. Teoricamente falando, essa comunicação entre o alto Madeira e o Purus, sem o embaraço de cachoeiras, parece quase impossível, no entanto, a notícia devia ser verificada, por que importava um melhoramento de ordem superior, e tanto mais quanto a despesa do primeiro reconhecimento era insignificante.

Seguindo as informações de Manoel Urbano, gastou ele na viagem, da foz do Purus ao seu afluente Ituxi, 55 dias em canoa mediana, subindo. Esta mesma viagem é de 13 dias, descendo. A distância, pelo que se pode concluir da: navegação em canoas, deve regular de 120 a 130 léguas, aproximadamente.

De Ituxi, seguiu, no dia 19.04.1861, e navegou 100 dias, tendo passado por 26 malocas de índios, 17 da tribo Ipuriná, 2 da Juberi, 2 da Jamamandi, 1 da Canamari, 3 da Maneteneri e 1 da Ipuriná e Canamari.

Não continuou a viagem em razão de ter encontrado dois índios, que informaram não distar muito a povoação boliviana de Sarayaco de onde vinham, e da qual é pastor o Padre Antonio, havendo, além, dele, outras pessoas civilizadas.

Até o ponto a que chegou, informa Manoel Urbano, que podem, na época da enchente, navegar vapores de 6 a 8 palmos de calado. Em certos pontos encontram-se pedras no leito do Rio, mas não é embaraço que empeça a navegação.

A viagem de Ituxi em diante, devia ser muito demorada, como foi, caminhando-se regularmente 5 léguas por dia, o que dá 500, que junto a 120 perfazem a soma de 620 léguas de navegação.

A distância que vai da foz do Madeira à última cachoeira é de 250 léguas, pelas voltas do Rio; dando-se o mesmo desconto para o Purus vê-se que, ou este Rio volta ao poente, a partir de 200 léguas, e segue bordando o platô que a essa distância se levanta no interior, e que ocasiona as cachoeiras do Madeira, e de outros rios a quem deste, que afluem no Amazonas pela margem direita, ou que, correndo paralelamente ao mesmo Madeira, a elevação do terreno é pouco sensível, tanto assim que o curso deste é interrompido por cachoeiras, e aquele não tem senão algumas pedras no leito.

Manoel Urbano chegando ao afluente Aquiri, que dista 33 dias de viagem de Ituxi, foi informado pelos índios desse Rio, que o Madeira comunicava com ele. Seguiu, pois, em suas águas mas não tardou em reconhecer que era falsa a informação, por que o canal, que diziam vir do Madeira, dimanava de um outro afluente do Purus. Apesar disso, continuou a navegar durante 20 dias, no fim dos quais voltou, porque as águas tinham baixado muito. Nas margens deste Rio acharam-se dois esqueletos de grandes

dimensões, dos quais trouxe Urbano duas vértebras, uma costela e dois dentes. A costela teve de ser lançada ao Rio, por que a canoa não acomodava tão grande volume. Não é possível determinar-se, mesmo aproximadamente, a espécie a que pertencem os animais a vista dos ossos vieram.

A partir do afluente Seuinim, na maloca Cachapá aparece grande quantidade de sais de potassa e soda e sulfureto de ferro, nas margens do Purus, e nos seus tributários, principalmente no Aquiri. Aí sente-se frio, as águas são muito salobras e não havendo cautela sofre-se de febres e incômodos intestinais.

Margem Direita	**Distancia à Ituxi**
Sepatinim: 100 braças de largura e fundo de 15 palmos. Água preta.	06 dias
Aicimam: 40 braças de largura; seca pelo verão. Água preta.	07 dias
Tomehan: 15 braças de largura; seca. Água preta.	10 dias
Mamuriá-apé: 12 braças de largura e fundo de 6 palmos.	12 dias
Seriuinim: como o antecedente.	15 dias
Aquiri: 130 braças de largura e 20 palmos de fundo. Agua branca.	33 dias
Siquiriman: 20 braças de largura, seca pelo verão. Água preta.	49 dias
Hyuacú: 200 braças de largura, e 20 palmos de fundo. Água pardacenta.	58 dias
Aracá: *60 braças de largura e 8 palmos de fundo. Água branca.*	75 dias

Do Ituxi ao ponto a que chegou Manoel Urbano, o Purus recebe 17 afluentes que vão descritos na seguinte relação:

Margem Esquerda	Distancia à Ituxi
Mamuria-merim: *40 braças de largura e 6 palmos de fundo. Água preta.*	04 dias
Pauinim: 120 braças de largura e 15 palmos de fundo. Água branca.	17 dias
Seuinim: 50 braças de largura e 9 palmos de fundo. Água preta.	19 dias
Inauinim: 200 braças de largura e 20 palmos de fundo. Água preta.	26 dias
Canguiti: 40 braças de largura, seca pelo verão. Água branca.	48 dias
Tarauacá: 50 braças de largura e pouco, fundo. Água branca. Informam que este Rio comunica-se com o Juruá, na época da enchente. Sendo assim, passa além das cabeceiras do Coari e Tefé, o que de alguma sorte combina com a carta da América Meridional organizada por Dufour.	81 dias
Curian-han: 25 braças de largura e pouco fundo. Água preta.	88 dias
Rixala: Como o antecedente.	94 dias

Chegando ao Rixala, e não sabendo em que altura se achava, não podendo, por falta de recursos seguir acompanhado do comboio, Manoel Urbano resolveu

continuar a viagem em montaria, deixando nesse ponto as canoas maiores. Tinha caminhado 6 dias quando encontrou os dois índios que deram notícia da povoação de Sarayaco. Destas informações conclui-se até certo ponto o que a razão já havia demonstrado, que é impossível passar-se do Purus ao alto Madeira sem o obstáculo de cachoeiras.

A população indígena das margens do Purus calcula-se em 5:000 almas. A última tribo que encontrou Manoel Urbano, denominada Maneteneri, é a mais numerosa; planta algodão, fia e tece panos para confecção de redes e vestidos, que tem muita semelhança com os que usam os bolivianos que descem pelo Madeira. As mulheres trazem somente uma tanga. Vivem fartos, tem grandes pacovais à margem do Rio e são, em geral, bem feitos e bonitos.

A habitação fixa desta tribo é no interior. Manoel Urbano supõe que ela não pertence ao Brasil, não só pela grande distância a que está do Amazonas, como também pelos costumes, que são todos bolivianos.

À esta sucede a tribo Canamari, muito propensa à agricultura. Também planta algodão e as índias fabricam redes de boa qualidade. Os homens andam nus e as mulheres usam de tanga.

Os Ipurinás, que vem após, ocupam, uma grande extensão do alto Purus, não plantam regularmente, nem usam de vestuário, as mulheres trazem apenas uma folha verde sobre as partes genitais. São inclinados à guerra, empregando grande parte do tempo em seus, preparativos e enfeites.

As outras tribos respeitam-nos. Alguns, que se tem domesticado são dóceis e muito propensos ao trabalho, não desmentindo, até hoje, a boa fama de que gozam.

A tribo Jamamandi, vizinha da Ipuriná, é numerosa e muito inclinada à lavoura, empregando-se também na caça. Só as mulheres usam de tanga.

Os Juberis sofrem de impingens ([7]) e outras moléstias de pele, talvez devido à moradia em jiraus sobre terras alagadas e encharcadas. Homens e mulheres são feios e asquerosos. Fazem pequenas roças, e não há quem lhes vença na pesca. As tribos guerreiras não perseguem as Juberis, por causa da humildade natural destes índios e a vocação que tem pela música; sofrendo e cantado abrandam a ferocidade dos inimigos.

No Ituxi vive a tribo Pamana, que aplica-se muito ao trabalho agrícola; os índios são claros, bem feitos e bonitos. Os instrumentos que empregam os índios na lavoura e na fabricação do fio e panos, são preparados por eles; usam do machado de pedra, e não tem conhecimento das nossas ferramentas.

Manoel Urbano informa, que geralmente eles desejam a civilização; e não ofendem às pessoas que lá vão, como aconteceu nesta viagem.

É uma verdade incontestável que o índio é naturalmente bom. As tribos que resistem presentemente à catequese, que não creem no interesse que tomamos pelo seu bem-estar, pagando o benefício com a ingratidão, – essas experimentaram já a má fé e brutalidade dos exploradores dos nossos sertões, a maléfica sombra das Bandeiras; e sem o discernimento preciso para distinguir a ação do indivíduo –, julgam ver um inimigo no primeiro civilizado que se lhe apresenta. Com os índios do Purus, quase no

[7] Impingens: a impingem, popularmente conhecida como impinge ou simplesmente Tinha ou Tinea, é uma infecção por fungos que acometem a pele e levam a formação de lesões avermelhadas na pele que podem descamar e coçar ao longo do tempo. (www.tuasaude.com)

estado primitivo, seria conveniente ensaiar-se a catequese bem entendida, que tem por base a educação moral, o trabalho proporcional às inclinações do índio, o respeito a Deus e ao próximo.

Eis o que me foi possível colher das informações escritas e verbais de Manoel Urbano, em cumprimento da ordem de V. Exc.ª

Deus Guarde a V. Exc.ª

Manaus, 24 de novembro de 1861.

Exm° Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província.

João Martins da Silva Coutinho. (ESTRELLA DO AMAZONAS N° 600)

Diário de Pernambuco n° 294 – Recife, PE
Sexta-feira, 20.12.1861

Rio Purus

O "*Jornal do Amazonas*" falando do Rio Purus, em que se envolvem imensas conveniências entre esta parte do Império e várias repúblicas americanas, assim se exprime, animando a exploração feita pelo prático Manoel Urbano da Encanação. Eis o artigo:

> Por mais de uma vez temos chamado a atenção do Governo Imperial para a necessidade de ser explorado o Rio Purus, na qual se envolvem mesmo sérias conveniências internacionais pela presunção que há de se estenderem suas cabeceiras até a Bolívia, o que a ser exato será ele o melhor e mais natural canal para o comércio exterior desse estado não só conosco, mas também por intermédio da sua e nos-

sas bandeira com os Estados Unidos da América e vários países da Europa; porquanto a Bolívia não poderá deixar de reconhecer a conveniência de fomentar tais relações comerciais.

Sendo, consequentemente, o reconhecimento prático da navegabilidade do Purus o mais pronto e positivo meio de realizarmos um Tratado sobre as mesmas condições liberais, que serviram de base aos ultimamente celebrados com o Peru e Venezuela.

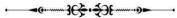
Felizmente a presidência de Amazonas, em janeiro deste ano, mandou o prático Manoel Urbano da Encarnação fazer uma viagem de exploração, a fim de averiguar-se de feito aquela via fluvial para Bolívia é o que se pressupõe. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO N° 294)

Pedro II n° 300 – Fortaleza, CE
Segunda-feira, 30.12.1861

Rio Purus

No dia 21 corrente [novembro] chegou do Rio Purus o Sr. Manoel Urbano da Encarnação. Mandado pelo Exm° Sr. Presidente da Província em fevereiro com o fim de procurar algum trajeto do Purus, para o Madeira acima das cachoeiras, o Sr. Manoel Urbano viajou no dito Rio, e seus afluentes cerca do 9 meses até que chegou à Bolívia, sem que descobrisse passagem para o Madeira como presumia. Não foi com tudo infrutuosa a sua viagem porque achou as ossadas de dois animais de que, trouxe a vértebra e o dente, que indicam pertencer ao Soriano – Mosasaurus camperi Meyer, réptil marinho [fóssil]. O Sr. Urbano pretende para o ano entrar pelo Rio Ituxi afluente do Madeira do lado direito, e que o acompanha até muito longe a ver se descobre neste o trajeto procurado.

A boa vontade com que se prestou o Sr. Urbano para esta Comissão sem interesse algum mais do que o amor pelo desenvolvimento e progresso do seu país é de todo o elogio. Continue o Sr. Urbano a prestar serviços tais, que merecerá as bênçãos de todos os que desejam o engrandecimento do Amazonas. (PEDRO II N° 300)

Estrella do Amazonas n° 678 – Manaus, AM
Sábado, 04.10.1862

Concluirei, Sr. Presidente, lembrando ao ilustrado Sr. Ministro da Agricultura a conveniência de mandar aproveitar nas explorações do Purus os serviços e conhecimentos práticos de um velho, Manoel Urbano, que já ali foi no "*Pirajá*", e de quem o Capitão de Engenheiros João Martins da Silva Coutinho deu ao Presidente do Amazonas a seguinte informação:

> O prático Manoel Urbano prestou relevantes serviços, quer ministrando-me valiosas informações, pois é o maior conhecedor do Purus, quer facilitando a viagem, pela grande influência de que goza entre os índios. Manoel Urbano não se limita a mandar fazer lenha, ele, apesar da idade avançada, era o primeiro trabalhador. Além de muito discernimento para tratar com os índios, tem uma grande virtude, que é o amor pela Pátria. O seu maior desejo é aldear os índios que erram nas cabeceiras do Rio e em seus afluentes. Esta ideia, de grande alcance político, como V. Exª bem avalia, convém ser realizada quanto antes. As numerosas tribos Maneteneri e Canamari possuem os melhores predicados para que de sua aquisição venha a colher o País um grande resultado. Os Amadis, Hipurinás e Cataochis, lavradores por excelência, só esperam uma inteligência guiada pelo patriotismo para enriquecerem o Amazonas.

O nobre Sr. Ministro reconhecerá de certo que qualquer gratificação concedida aquele velho [que eu mesmo vi no Amazonas no palácio da presidência] poderá produzir os maiores resultados. (ESTRELLA DO AMAZONAS N° 678)

1862 – Expedição Capitão Silva Coutinho

Vamos tratar da Expedição liderada pelo Capitão de Engenheiros João Martins da Silva Coutinho no próximo capítulo tendo em vista a complexidade e importância do seu relatório.

1865 – Expedição Manoel Urbano

Correio Mercantil n° 100 – Rio de Janeiro, RJ
Terça-feira, 11.04.1865

Interior – Província do Amazonas

Exploração dos Rios Japurá, Ituxi e Madeira

[...] Prosseguindo no louvável empenho de alguns dos meus antecessores, no sentido de descobrirem uma comunicação entre o Rio Purus e o Madeira, acima das cachoeiras deste, de modo a permitir a franca navegação desta Província para a de Mato Grosso e para a vizinha República da Bolívia, encarreguei ao prático Manoel Urbano de subir e explorar o Rio Ituxi, principal afluente do Purus, em cuja margem direita tem a sua Foz. A inclinação do curso deste afluente é toda para o vale do Madeira. Se de fato existe a desejada comunicação fluvial cumpre procurá-la no Ituxi, único dos afluentes daquele Rio, que, por sua importância e pela direção que toma, poderá acaso oferecê-la.

Uma circunstância, porém, leva a duvidar da existência de semelhante passagem, a elevação de terreno, que no vale do Madeira produz a longa série de suas cachoeiras e à qual, na Bacia do Purus, não corresponde igual acidente. Como quer que seja, tenho por tão importante este objeto que não julgo nos devam satisfazer conjecturas, embora plausíveis. Em 16 de maio partiu desta cidade o prático Manoel Urbano, a quem mandei fornecer o pouco que exigiu para levar a efeito excursão tão penosa, consistindo pela maior parte em brindes destinados aos índios. São dignos do maior louvor a dedicação e o admirável desinteresse deste prestante cidadão, a quem a Província deve mais de um serviço desta ordem. Nas instruções, que para este fim expedi, recomendei-lhe que

1° Subisse o Rio Ituxi em toda a sua extensão navegável, procurando verificar se por si ou por algum seu afluente, comunica com o Madeira;

2° Observasse a navegabilidade dos rios que percorresse, e indicasse os lagos, pedras, saltos, bancos e outros fenômenos dos mesmos, figurando por horas as distâncias das diversas tribos e rios entre si, e sondando-os tanto na subida como na descida;

3° Relacionasse as tribos de índios, com discriminação das conhecidas daquelas que o não são, calculando aproximadamente a população e mencionando as indústrias e os costumes de cada uma;

4° Procurasse, na falta de comunicação fluvial, o mais curto trajeto para o Madeira, em altura que salve as cachoeiras; verificando a qual das duas Províncias pertence o território por onde atravessasse de um a outro Rio;

5° Determinasse com a possível exatidão a extensão desse trajeto, indicando a natureza do terreno, gênero da produção, índole e caráter das tribos aí existentes, e o mais que fosse de interesse. [...] (CORREIO MERCANTIL N° 100)

O Vale do Amazonas: Estudo Sobre a Livre Navegação Do Amazonas ... – Rio, RJ B. L. Garnier, 1866.

Capítulo VI

Afluentes do Amazonas

[...] Pretendeu -se por algum tempo, e ainda se diz, que em certo ponto do curso do Purus há um canal por onde este Rio se comunica com o Alto Madeira acima das cachoeiras deste, circunstância que seria de imenso alcance, pois que neste caso, para se ir ao Mamoré, e à Bolívia, seria preferível subir pelo Purus, evitando a travessia das cachoeiras do Madeira. Manoel Urbano, homem audaz que inspira grande confiança por seu zelo, conhecimento dos lugares e trato com o gentio daquelas regiões, subiu, em 1864, pelo Mucuim, afluente que entra na margem direita do Purus a 160 léguas da sua Foz, e passou das cabeceiras do mesmo Mucuim para um ponto do curso do Madeira na região das cachoeiras inferiores, isto é, perto de Santo Antônio.

Mas o Mucuim, na parte final do seu curso, não é facilmente navegável. Manoel Urbano me disse que outro confluente do Purus, o Ituxı, se aproxima mais do Alto Madeira pelo braço chamado Puciari. A hipótese de semelhante canal é aliás inconcebível, porque seria preciso que ele cortasse o vale do Beni, o qual entra no Mamoré entre as cachoeiras, como já mencionei. Só ulteriores explorações é que poderão verificar se realmente o confluente Ituxi, ou outro qualquer do Purus, aproxima-se tanto do Alto Madeira, e com uma profundidade satisfatória, que mais valha fazer-se por aí o comércio da Bolívia,

traçando-se uma pequena estrada do Mamoré a tal afluente, de sorte que se dispense a estrada muito maior das cachoeiras do Madeira, a qual não terá menos de 50 léguas de extensão em linha reta. É essa hipótese que torna interessante a exploração do Purus para a Bolívia. (BASTOS, 1866)

Navegação Interior do Brasil – Rio, RJ
Typographia Universal de Laemmert, 1869

[...] *Travessia do Purus para o Madeira* – [...] Pelo relatório do engenheiro Coutinho, que tirou a limpo as informações transmitidas pelo prático, vereis que o Rio Macuim pode ser navegado durante 11 dias em canoa grande, e ainda mais 5 em igarité. A demora que leve o prático em refazer-se de alimentos persuade que essa distância pode ser vencida em muito menos tempo. Do extremo ponto navegado até à cachoeira do Teotônio, sítio em que caiu no Madeira, gastou ele 3,5 dias, podendo a distância ser calculada em 10 léguas. Entrou depois no Ituxi, mas por este caminho deixou de chegar ao Madeira, em consequência de acabarem-se-lhe de todo os mantimentos. Do lugar de onde voltou ouvia distintamente o ruído de uma cachoeira.

No Macuim, como no Ituxi, encontram-se bordando os Rios vastos campos naturais, que, segundo informam os índios, são uma prolongação dos do Madeira. Será de grande conveniência o reconhecimento desses campos, pois que, podendo-se transportar por aí o gado da Bolívia, evitam-se os obstáculos das cachoeiras, e facilita-se assim a criação, que oferecerá desde então lucros bastantes a quem for empreendê-la nas margens dos dois Rios Madeira e Purus, a ambos os quais será comum o benefício.

Imagem 23 – Nathaniel Thayer II

> A questão da alimentação, uma das mais importantes da Província, ficará por este modo resolvida satisfatoriamente. [...] (MORAES, 1869)

1865 – Expedição Thayer ([8])

A Expedição Thayer percorreu uma grande área do território brasileiro, nos idos de 1865/1866. Comandada pelo naturalista suíço Louis Agassiz, uma equipe de 12 membros além da própria esposa – Elizabeth, era composta de geólogos, desenhista, ornitólogo, taxidermista e um grupo de assistentes. Mais tarde outras pessoas aderiram à empreitada, como o Major da Guarda Nacional João Martins da Silva Coutinho, cujo espírito analítico chamou a atenção de Agassiz, e o prático Manoel Urbano da Encarnação.

---

[8] A expedição tinha o objetivo de explorar os sertões brasileiro em busca de vestígios das últimas glaciações. A expedição recebeu o nome "*Thayer*", o sobrenome de um dos maiores patrocinadores da empreitada científica, o empresário americano Nathaniel Thayer II (✰ 11.09.1808 – Lancaster, Massachusetts / ✞ 07.03.1883 – Boston).

Imagem 24 – Membros da Expedição Thayer

Membros da Expedição Thayer. Da esquerda para direita: William James, Mr. Bouget, S. V. R. Thayer, Walter Hunnewell, Jacques Burkhardt, Silva Coutinho, Newton Dexter.

Jornal do Commercio n° 112 – Rio, RJ
Domingo, 23.04.1865

Exterior
Correspondente do Jornal do Commercio
Nova York, 30 de março de 1865

O Magnífico vapor "*Colorado*", pertencente à Companhia de Navegação a Vapor do Pacífico parte amanhã para o Panamá tocando, no Rio de Janeiro. Os fluminenses terão ocasião de ver um vapor maior que o "*Constitución*" e o "*Golden City*", que já visitaram esse porto. Este belo palácio flutuante levará notícias recentes e importantes, conduzindo também às terras brasileiras um grande vulto da ciência, professor Agassiz, chefe de uma Expedição Científica, talvez a mais interessante que jamais se dirigiu à América Meridional. O "*World*" [folha desta cidade] faz hoje desta Comissão Exploradora, uma longa descrição, de que citarei algumas linhas:

> Amanhã às 09h00, o professor Agassiz, sábio naturalista de universal nomeada, partirá deste porto para o Brasil no vapor "*Colorado*". O professor vai acompanhado de sua sr.ª, do Dr. E. B. Cotting, [diretor do Instituto Lowel] e sr.ª, do Dr. Jacques Burkhardt, artista da Expedição e dos Srs. J. G. Anthony, M. John A. Alden, Frederick C. Hart, Orestes St. John, William James e outros ajudantes.

Diz a mesma folha que são dois os fins da Expedição: primeiro, fazer urna grande coleção de objetos de história natural nos arredores do Rio de Janeiro e nas Províncias vizinhas para o grande museu de zoologia comparativa dos Estados Unidos em Cambridge, perto de Boston, e segundo, dividida esta Expedição depois de algum tempo no Rio de Janeiro, ir o professor Agassiz com alguns colaboradores ao Amazonas, subindo este homens o Rio até o Peru para examinar nos Andes os tabuleiros do gelo. Acrescenta "*World*" que o museu pelas suas rendas pagará os objetos de história natural, ao passo que o Sr. Nathaniel Thayer, de Boston, fará as despesas pessoais da Expedição, e que se supõe que S. M. o Imperador do Brasil proporcionará facilidades especiais para adiantamento da ciência, visto ter já mostrado grande interesse pelo museu enviando-lhe algumas centenas da belos espécimes.

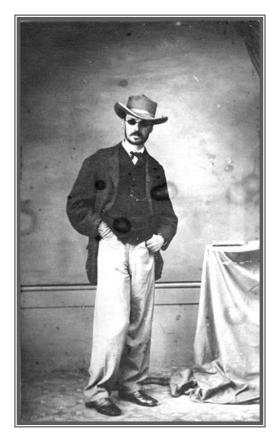



Imagem 25 – William James (1865)

> Todas as folhas dos Estados Unidos falam da partida do professor Agassiz, e liga-se um interesse universal a esta Expedição que tanto deve fazer pela ciência, tornando ao mesmo tempo mais conhecido o Brasil. (JORNAL DO COMMERCIO N° 112)

Em novembro de 1865, William James, membro da Expedição Thayer, teve um afortunado contato com Manoel Urbano na Província do Amazonas, e assim o descreveu, segundo tradução de Maria Helena Pereira Toledo Machado, na sua obra "*O Brasil no olhar de William James: Cartas, Diários e Desenhos, 1865-1866*" editada pela USP em 2010:

William James

O Professor Agassiz me disse ontem à noite que deverei embarcar numa canoa com um cavalheiro negro para uma Lagoa abaixo daqui para pescar, enquanto ele seguirá no pavorosamente desconfortável navio de guerra que o Governo cedeu para que ele suba o Purus. Sairei no dia 9 ou 10, suponho que durará 15 dias. Desta forma fui e encontrei o Major deitado em sua rede, aparentemente muito adoentado, com o Sr. Urbano. Um cafuzo bem-apessoado, com mais sangue negro do que índio, de mais de 60 anos, vestido em um temo brilhante de alpaca preta.

Eu não consegui tirar de Coutinho se ele havia de ser meu anfitrião ou apenas meu piloto, mas entendi que ele havia de me levar até sua casa, distante 3 dias de canoa Solimões acima e de lá eu deveria seguir sozinho, com alguns índios, em direção ao Lago Manacapuru para pescar. O Professor Agassiz disse que não entendia nada do assunto e que eu deveria combinar tudo com o Major e o cavalheiro. Desta forma desci para a praia com este último que tinha, eu descobri, um companheiro tão marrom quanto um índio, mas pelas feições parecia ser um branco, para examinar sua canoa. Eu a achei excessivamente pequena, dificilmente poderia carregar todas as minhas bagagens. O Sr. Manoel Urbano subiu de novo para falar com o Major para fazê-lo escrever ao Chefe de Polícia requisitando outra montaria, enquanto eu voltava para a casa.

10 de novembro [1865]

As mercadorias chegaram pela manhã. Mosquiteiro, uma caixa de biscoito salgado, farinha, pirarucu, café, açúcar, sardinhas, ervilhas em lata, víveres diversos, cachaça, cerveja, etc. Eu não sei se terei que alimentar o velho cavalheiro de cor ou não.

Pela manhã ele veio até a casa e despachou os barris: um grande, cheio; 2 pequenos, cheios; e 6 pequenos, vazios; e outras coisas, para o barco, e disse que o melhor seria que partíssemos às 16h00. Eu subi e encontrei o Major Coutinho que me disse que meu companheiro havia de me acompanhar na pescaria e ficar comigo o tempo todo. Fiquei um tanto contrariado, porque, apesar de supor que estarei melhor em termos materiais e trabalharei mais, não ficaria tão independente, e receio ter de usar meu "*português*" por tantos dias. Além disso, o negro velho me parece rígido e estranho. O Sr. Manoel Urbano é o mais engraçado e inteligente tipo de velho camarada. Ele quase imediatamente propôs que fosse para sua casa em janeiro e voltasse em maio ao Pará e de lá para Manaus, com uma carga grande de mercadorias americanas, roupas, facas, etc. Ele aí me esperaria e nós iríamos juntos para sua Feitoria no Purus. Em dezembro, eu iria novamente para casa com um grande carregamento de borracha, que poderia vender com grandes lucros. Enquanto conversávamos, a aurora triste e solene começou a despontar, mostrando a mata revelando-se, como num quadro. Certamente, nenhum epíteto como "*exuberante manhã*" poderia se mostrar pertinente ao habitante destas regiões.

O misterioso movimento da perfumada brisa fresca e fria, ao mesmo tempo em que o céu começa a clarear e avermelhar, todos os ruídos da noite cessam, quando os pássaros da manhã começam com suas cantorias e gritos, tudo isso torna essas primeiras horas as mais deliciosas de todo o dia. Descemos o Rio rapidamente, com os homens remando com vigor com seus remos grandes, acompanhando a margem esquerda do barrento Rio. Ao levantar do Sol encontramos uma grande montaria, que se aproximava da margem, conduzida apenas por mulheres indígenas, sete no total.

A patroa, uma velha senhora de pequena estatura, sentava-se na boca do toldo, fumando seu cachimbo. Ao nos encontrarmos nós a saudamos e paramos juntos. Apesar deles falarem português eu não consegui compreender se todos os seus homens haviam partido para a guerra ou se haviam ficado para trás com medo de serem enviados para a guerra. Como pode uma população como esta, com tais hábitos e objetivos, se preocupar com a guerra ou querer se alistar no Exército?

Fiquei encantado, como sempre fico, com o tom urbano e polido das conversas entre meus amigos e a velha. Seria a raça ou as circunstâncias que fazem estas pessoas tão refinadas e bem educadas? Nenhum cavalheiro da Europa tem mais polidez e, ainda assim, estes são camponeses. Nós compramos algumas melancias da velha senhora e seguimos nosso caminho.

Momentos depois encontramos outra canoa e a saudamos. Sr. Manoel perguntou de onde vinham os homens, "*se não for inconveniente perguntar*". Estranha polidez para quem está acostumado a escutar, em nosso país, nossos barqueiros falarem entre si! Assim que o Sol ficou a pino, fui para baixo do toldo, onde havia apenas espaço para uma pessoa e, em minutos, adormeci. Quando acordei, adentrávamos um paraná, que formava um atalho para o Solimões.

Desembarcamos num banco de areia, fizemos café e assamos alguns pirarucus e tomamos banho e então partimos novamente. Meus companheiros, apesar de serem, certamente, velhos amigos, tratavam-se por senhor, assim como chamam de senhor o velho índio timoneiro. O homem que tinha estado a dormir tinha o que parecia ser um grande abscesso na perna, o qual eu, com boa vontade, abri e assim mostrei minhas habilidades profissionais.

Meus companheiros foram fazendo todos os tipos de perguntas sobre a América, e, como de costume, entoaram a costumeira lamúria sobre a falta de população aqui e a limitada ajuda que o Governo oferece para melhorias internas.

Ambos são liberais ao máximo. Eles demostraram a usual ignorância infantil sobre nossas mais comezinhas questões e se debruçaram, com admiração, sobre algumas cartas de casa que eu trazia em meu bolso. Outra coisa que tenho frequentemente notado nessas pessoas é que elas parecem ter mais curiosidade sobre as informações geográficas do que quaisquer outras. Manoel Urbano me perguntou sobre os pontos da bússola. Segundo ele, estes eram N, S, O e SO e não acho que ele tenha acreditado em mim quando lhe disse que estava errado.

O paraná era muito estreito e bonito. Num lugar onde havia uma linda praia plana, coberta de uma relva que brilhava como esmeralda, jogamos a rede e pegamos diversas aruanãs, que foram reservadas para o jantar. Às 16h00, mais ou menos, chegamos à Boca do paraná e olhamos novamente através dos rápidos redemoinhos do Rio amarelado, tomado por toras de madeira que boiavam, a longa e selvagem floresta rasteira do grande e velho Solimões.

Com alguma dificuldade, decorrente da força que a correnteza tomava na curva, nós ancoramos a canoa no canto mais alto da Boca do paraná onde havia um banco baixo de areia, coroado por grandes juncos, fizemos fogo e cozinhamos nosso jantar. Depois disso foi decidido que íamos a uma praia que jazia oposta e passaríamos a primeira parte da noite. Eu suponho que a praia havia se conectado recentemente com a margem esquerda, mas a subida do Rio já havia feito dela uma ilha com um canal largo entre esta e a margem.

Fiz uma longa caminhada nela e não achei nem gaivotas nem ovos, mas sim duas enormes árvores prateadas, as quais ao descerem o Rio haviam acabado com os troncos entrelaçados e seus galhos, presos ao fundo, haviam acabado por ancorá-las neste lugar.

A descida do Rio as havia deixado altas e ressecadas. Não, muito ressecadas, porque uma poça funda havia sido escavada por baixo delas pela correnteza e estava agora cheia de uma água verde estagnada e coberta por minúsculas moscas.

Quem me dera ser um grande pintor, porque aqui há grandes temas! Nada pode ser mais simples. A praia nua, o Oeste avermelhado, os troncos gigantes com suas copas tortas e raízes, a mais larga não teria menos do que 20 pés de circunferência, a imensa correnteza em torvelinho e, ao longe, a linha fina da floresta. Era grandioso e solitário o quanto podia. Dei boa noite para os meus amigos e deitei sobre o meu acolchoado de borracha. Mas, com a noite, os pernilongos começaram a cantar como o grande órgão de Boston. E não deu para dormir até que eu peguei meu mosquiteiro e me enrolei nele.

11 de novembro [1865]

Cerca de 03h00, a julgar pela lua que havia se levantado naquela hora, eu fui acordado pela movimentação dos índios, e lá fomos nós. As canoas mantendo-se o mais próximo possível da margem esquerda. Apesar de ter coberto meus pés e rosto, não pude cochilar devido às miríades de pernilongos cujos gritos estridentes quase abafavam o barulho dos remos. Nós mantivemos um ótimo ritmo ao longo do dia. Café da manhã e jantar de *piraín* e farinhas. E os homens remando quase sem descanso até às 21h00 quando nós chegamos ao "*sítio*" de um francês chamado Sr. Roberto.

Eu nunca tive uma sensação tão grande de alívio como a que experimentei ao desembarcar da canoa cheia de pernilongos em uma praia, em frente de uma casa grande, onde, nós sabíamos, conseguiríamos dormir. Sr. Manoel Urbano subiu à praia, que neste lugar tinha a forma de um penhasco, em direção à casa do francês, enquanto isso nós fizemos fogo e passamos café na praia. Eu vi, do alto da praia, que as árvores e os arbustos haviam sido derrubados por uma boa distância.

Sr. Miguel me disse que este era o sítio mais rico e melhor administrado desta região do país. Em seguida, retomou o Sr. Manoel Urbano com uma lamparina e a chave de uma grande construção em forma de celeiro, na frente da qual nós estávamos.

Entramos rapidamente com nossas redes e fechamos a porta. Este era um cômodo grande, de paredes de pau-a-pique, com um esplêndido telhado de palmeira e dois grandes alambiques para destilar cachaça. A única lamparina lançou nossas grandes sombras negras e tremulantes sobre as enormes paredes negras e telhado, fazendo levantar uma multidão de morcegos, que guinchavam e voavam em todas as direções. Eu derrubei um com um bastão e guardei-o para colocá-lo no barril pela manhã. Apesar dos morcegos, eu dormi como chumbo a noite toda. Eu acho que nem os pernilongos teriam me incomodado.

12 de novembro [1865]

Levantamos antes do nascer do Sol e fomos para a casa do francês. Encontramo-lo de pé no alto do penhasco, nos esperando. Eu me dirigi a ele em francês, mas ele falava apenas português até que eu disse a ele que, pela benção dos céus, parasse. O homenzinho magro, de olhos azuis e barba grisalha, o qual parecia estar encantado por ver um estranho,

conversava com uma disposição que aqueceu meu coração. Ele gaguejava e continuava caindo no português, igual ao que fiz quando encontrei Burkhardt pela primeira vez [mentira, eu não usei o português quando encontrei Burkhardt]. Ele disse que ele estava tão desacostumado com a sua própria língua que havia perdido toda a fluência dela.

Como eu espero encontrá-lo de novo quando retornar para Manaus, não direi nada sobre sua propriedade ou conversa. Ele nos levou à sua velha e arruinada casa e nos ofereceu café e um copo de cachaça, que apesar de estar curtida desceu bem e me pareceu incapaz de parar de conversar. Ele implorou para que eu ficasse o dia inteiro. Quando nós conseguimos escapar, meus amigos ficaram rindo por bastante tempo por causa da maneira com que:

> O Roberto estava gostando de conversar com conversar com Seu Guilherme.

Mais duas horas a remo ao longo da margem chegamos ao sítio do meu anfitrião. Uma praia alta, soterrada por vegetação desordenada, bastante relva alta, bananas, papaias, tabaco, palmeiras espinhosas, um perfeito mar de vívido verde, mas havia floresta por 4 ou 5 acres, onde estavam dispostas as roças de mandioca. Oh, céus, como encontrar tempo ou palavras para descrever, para Billy Washburn ou quem quer que leia este, a fisionomia deste lugarzinho campestre.

Primeiramente fomos para uma casinha, toda em palafita e folhas de palmeira, limpa e amarela como ouro. Eu me sentei numa rede. Havia duas velhas senhoras acocoradas, como só estas pessoas podem se acocorar [como se fossem esqueletos nus], sobre uma esteira, à frente da qual se encontrava uma rede meio tecida na sua moldura. [...] (MACHADO)

Amazonas n° 783 - Manaus, AM
Domingo, 15.10.1882

Rio Purus

Ao Exm° Sr. Presidente da Província
Canutama, 17 de setembro de 1882

Nós os matutos não temos meios e nem expressões para agradecer um bem quando se nos é feito e principalmente quando nos vem de pessoa que nos governa. O muito digno Delegado do Governo e administrador desta Província tem nos dado a mais viva prova da verdadeira justiça e zelo da Província.

E a prova é, Sr. redator, que ainda nenhum Presidente dos que temos tido teve ainda a lembrança de nos mandar o seu Chefe de Polícia a este Rio a fim de fazer imperar os nossos direitos, e portanto, o dever e a gratidão nos impõe que devemos agradecer este pouco ao muito digno Presidente da Província, o Exm° Dr. Paranaguá ([9]).

Exm° Sr. já que temos um tão bom administrador, isto é, um homem a quem S. M. o Imperador confiou as rédeas de justiça da Província, e que disso tem dado as mais provas de um verdadeiro zelador, vou por meio da imprensa levar ao conhecimento de V. Exª a razão por que se tem dado diversos desacatos neste Rio.

---

[9] José Lustosa da Cunha Paranaguá (✫ 21.08.1821, na fazenda Brejo do Mocambo, freguesia de Nossa Senhora do Livramento, PI / ✞ 09.02.1912). Foi Presidente da Província do Amazonas de 17.03.1882 a 11.03.1884, em sua gestão iniciou as obras do Teatro Amazonas. Na sua gestão patrocinou diversas expedições e doou peças à Exposição de Antropologia Nacional, RJ. Presidiu a Sociedade Brasileira de Geografia e o IHGB. (memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/)

Quando o homem pobre nos centros dos nossos povoados procura o alimento e a decência com o suor de seu rosto e vê a lei imperar em favor de seus direitos, o homem, rendendo graças às instituições de seu País, julga-se feliz.

Mas quando a par das dificuldades com que luta, o pobre encontra a justiça do País pervertida, prostituída e vendida pela impunidade dos agentes do governo, o pobre que não pode lutar contra o rico e o poderoso, com o juiz que é venal, entregando os sofrimentos à Divina Providência, procura somente que a opinião pública seja o juiz severo da marcha dos negócios públicos.

Porém, Exmº Sr., nós nos julgamos no primeiro caso, isto é, felizes porque possuímos um bom governo, mas não nos julgamos felizes quando nos querem tomar o que é nosso. Como ia dizendo que por meio da imprensa mostrava a V. Exª a razão porque se dá constantemente neste Rio atentados.

Há indivíduos, Exmº Sr., que por morarem por mais de um ano como agregados ou fregueses em terrenos de outros, já se chamam donos daqueles terrenos e se o dono verdadeiro por qualquer circunstância tenta tomar o que é seu tem como resposta um tiro ou uma facada.

Manoel Urbano da Encarnação, o descobridor de todos os seringais deste Rio, está sendo vítima de uma destas imposições. Consta-nos que os Srs. Carlos Augusto da Fonseca, Manoel da Silva Miranda, Ambrósio da Conceição Amaral e José Augusto de Oliveira querem chamar-se donos de um seringal deste ancião, que não pouco lucro tem dado aos cofres públicos e a quem o comércio desta Província e do Pará devem o grande lucro que tem dado este Rio àquelas Províncias.

Esses Srs., Exm° Sr., consta-nos foram à presença de S. Exª requerer os lugares, em que moram como agregados de Manoel Urbano, cujas barracas desses Srs. estão na margem de um pequeno Lago denominado "*Itapá*", fundos de seu domicílio denominado "*Canutama*".

E assim, Exm° Sr., disponha-se Manoel Urbano da Encarnação a botá-los de seu seringal para fora que não duvido tenha o mesmo resultado que teve Manoel Benedicto e muitos outros.

Porém creio que estes Srs. encontrem paradeiro no despacho de V. Exª, além disto V. Exª está a par de quem é Manoel Urbano da Encarnação e o imenso lucro que por suas descobertas tem tido os cofres públicos, que é um cidadão que manteve por muito tempo a boa ordem neste Rio como Inspetor de Quarteirão e os numerosos serviços que prestou ao Governo.

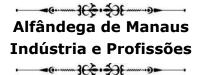
Que se atreveu a meter pela primeira vez até o Yutanahan um vapor do Governo sem nunca ter recebido por semelhantes serviços um só real, e quererem apossar-se por meios ilegais do pedaço de terra de que há muitos anos está de posse e escolheu para, descansado, ali findar seus dias – É HORRÍVEL!!!

É a maior das injustiças e espero que S. Exª tendo em vista o muito que tem feito aquele ancião em benefício da Província só fará justiça. Não sou parente e nem parte interessada do Sr. Manuel Urbano, porém se for preciso a minha força bruta para ajudá-lo a apossar-se do que é seu não me negarei.

Aqui fico e só espero que S. Exª acabe com os diversos abusos que neste Rio se tem dado.

A barba do meu vizinho # (AMAZONAS N° 783)

Jornal do Amazonas n° 1.279 – Manaus, AM
Sábado, 02.10.1886

Alfândega de Manaus
Indústria e Profissões

Waldemar von Borell du Vernay, agrimensor autorizado pela presidência da Província para medir e demarcar as terras devolutas concedidas pela mesma presidência nas margens do Rio Purus, etc. Faço público que marco o dia 11 de outubro do corrente, às 10h00, para dar-se começo à medição do seringal denominado Canutama, no Rio Purus, pertencente a Manoel Urbano da Encarnação e por isto convido a todos os confinantes e aos demais interessados para se apresentarem em Canutama no dia e hora acima declarados, afim de evitar dúvidas futuras.

Manaus, 11 de setembro de 1886.

W. Borell du Vernay. (JORNAL DO AMAZONAS N° 1.279)

Jornal do Commercio n° 120 - Rio, RJ
Domingo, 29.04.1888

Gazetilha

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – Sessão Ordinária em 20.04.1888 – Presidência do Conselheiro de Estado Visconde de Paranaguá. [...] Terminada a Ordem do Dia o Presidente deu a palavra ao Ten Cel Labre sobre o Rio Ituxi, afluente do Purus. [...]

O Dr. Coutinho diz que conhece um pouco o Purus, e secundando o pedido do Ten Cel Labre, relativamente à catequese dos índios, que já em 1860 mostravam-se muito propensos à civilização, guiados pelos conselhos do benemérito Manoel Urbano da Encarnação, o guia fiel e desinteressado de todos os exploradores do Purus, o homem que mais tem concorrido para tornar conhecido esse grande Rio e suas importantes riquezas, o protetor dos índios, que o chamam de pai. Aproveita a ocasião para lembrar que o Governo deve dar um galardão a esse venerando ancião que conta 85 anos pouco mais ou menos. Que os índios prestam grande serviço à produção extrativa, e a ele devemos o grande progresso do comércio da Amazônia. [...] (JORNAL DO COMMERCIO N° 120)

Pacotilha n° 160 - S. Luís, MA
Segunda, 11.06.1888

Seringais de Pinheiro

[...] Canutama ([10]), por exemplo, é, um porto no Alto Purus onde o Sr. Manoel Urbano da Encarnação

[10] Canutama (Comarca, Município e Vila) – Comarca criada pela Lei n° 133 de 05.10.1895 e instalada à 02.01.1896. Município criado por Lei do Congresso Estadual n° 22 de 10.10.1891, sendo instalado no dia 10.09.1892, sendo o Termo Judiciário criado pela mesma Lei e instalado no dia 10.07.1893.
Limites: Ao N com os municípios de Tefé e Coari, ao S com os de Lábrea, Manacapurú e Humaitá, a L com os de Manacapurú e Manicoré e a O com o de Tefé.
Distritos da Sede: Urbanopolis.
Distritos Policiais: Abufary, Boca do Pixuna, Macuripari, S. Antonio do Jaburu, Porto Alegre, Caratiá, Canutama, Santo Antonio de Aquidaban.
Povoados: Canutama.
Viação: Fluvial.
Rios: Purus. [...] (continua na próxima página)

tem o seu barracão, em cima de um jirau de dois a três metros de altura, por causa do prejuízo que lhe podem dar as grandes enchentes, no entanto, passando lá em outubro, vi com pasmo, que o nível das águas do Rio, tinha baixado cerca de 6 metros, obrigando-me, por querer abraçar o velho Manoel Urbano que é o patriarca daquelas plagas, a subir uma barranca terrível, [...] (PACOTILHA N° 160)

Diário de Manáos n° 139 – Manaus, AM
Sábado, 23.12.1893

Noticiário

Cento e Vinte Cinco Anos

Visitou-nos ontem, no escritório desta folha, o ilustre amazonense Manoel Urbano da Encarnação, seguramente o mais antigo dos viventes desta terra ([11]) e o mais distinto dos catequizadores das muitas tribos conhecidas nos diversos Rios do interior. Foi o descobridor do Rio Purus e contou-nos que "*quando mandaram enforcar Tiradentes, S. Sª já era Praça da Milícia Real, sob as ordens da Capitania do Rio Negro*".

Clima: Temperado, saudável.
Culturas: Mandioca, cana de açúcar, arroz, feijão, café, laranjas, bananas, abacaxis e outras frutas.
Flora: Seringueiras, castanheiras, copaibeiras, palmeiras oleaginosas, salsas, madeiras de lei, cacau e plantas medicinais.
Minerais: Presume-se a existência do carvão.
Indústrias: Borracha, madeiras, castanhas e óleo.
Importação: Parte de açúcar, café, arroz, feijão e farinha.
Exportação: Borracha, castanha, couro, óleos diversos e madeira.
População: 12.000 habitantes e 281, eleitores.
Urbanopolis, Vila, sede da Comarca e Município, transferida pela Lei n° 1.375, de 04.01.1928. (ALMANAK LAEMMERT, 1931)

[11] ✰ 1808 – 85 anos.

Estado do Amazonas Manáos, 23 de Dezembro de 1893 Num. 139

DIARIO DE MANÁOS

Redactor-principal — F. Coelho de Rezende

NOTICIARIO

Cento e vinte cinco annos

Vesitou-nos hontem, no escriptorio desta folha, o illustre amazonense Manoel Urbano da Encarnação, seguramente o mais antigo dos viventes desta terra e mais distincto dos catechisadores das muitas tribús conhecidas nos diversos rios do interior.

Foi o descobridor do rio Purús e contou-nos que «quando mandaram enforcar Tiradentes, s. s.ª já era praça Milicia Real, sob as ordens do governador da capitania do Rio Negro».

Affirmou-nos tambem que naquelle tempo se dizia, que «se Tiradentes tiumphasse, o nosso dinheiro ficava todo no Brazil».

Está bem conservado e tem recuperado a vista; a memoria está cançada, e contou-nos que ainda fazia a côrte a uma viuva da tribú para não deixar os novos *flautearem-n'o.*

Disse nos elle, movido talvez por um justificado sentimento de despeito, que tinha-lhe causado riso ver um indio da tribú *Jauapery*, uniformisado com as insignias de capitão de bombeiros e acompanhado de uma ordenança de policia, passeando pelas ruas desta cidade, com toda a pespurrencia de um grande personagem; emquanto elle, que tantos e tão reaes serviços tem prestado á sua patria e a sua provincia natal, nunca mereceu a mais insignificante recompensa.

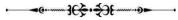
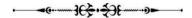
Que, pelo contrario, o que tem recebido sempre, e especialmente dos governos democratas, é a mais cobarde e injustificada perseguição, tanto em seus direitos, como em sua propriedade.

Imagem 26 – Diário de Manáos n° 139, 23.12.1893

Afirmou-nos também que naquele tempo se Tiradentes triunfasse, o nosso dinheiro ficava todo no Brasil. Está bem conservado e tem recuperado a vista; a memória está cansada, e contou-nos que ainda fazia corte a uma viúva da tribo para não deixar os novos flautearem-no. Disse-nos ele, movido talvez por um justificado sentimento de despeito, que tinha-lhe causado riso ver um índio da tribo Jauaperi uniformizado com a insígnia de capitão dos bombeiros e acompanhado de um ordenança de polícia, passeando pelas ruas desta cidade, com toda a pesporrência ([12]) de um grande personagem, enquanto ele, que tantos e tão reais serviços tem prestado à sua Pátria e a sua Província natal, nunca mereceu a mais insignificante recompensa.

[12] Pesporrência: altivez ridícula.

Que pelo contrário, o que tem recebido sempre, e especialmente dos governos democratas, é a mais cobarde e injustificada perseguição, tanto em seus direitos, como em sua propriedade. (DIÁRIO DE MANÁOS N° 139)

Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia – Belém, PA
Volume 3, 1902

II
Carta Sobre Costumes e Crenças dos Índios do Purus – Dirigida a D. S. Ferreira Penna por Manoel Urbano da Encarnação

Os Selvagens fazem muita festas, porém, há uma no ano que são obrigados a fazer e onde contam as histórias antigas conforme as tribos.

Festa de anos

Depois de todo preparado, tratam de convidar as outras tribos, e reunidos todos começam a tocar os instrumentos. Nisto fazem um silêncio e um dos chefes diz que vai contar as antigas histórias.

Dilúvio

Há muito tempo houve sinais no Sol que ficava escuro e ao mesmo tempo encarnado. Acontecia o mesmo com a Lua. De noite ouviam-se muitos tropéis e batidas pelos paus, grandes estrondos que pareciam ser ora debaixo da terra, ora no céu. Os animais espantados corriam de uma parte para outra, os que eram ferozes ficavam mansos se alguém se aproximava.

Durou isto um mês pouco mais ou menos. Depois ouviram-se grandes estrondos que partiam de todos os lados, parecia que a terra estava se desfazendo, viram uma escuridão do céu à terra que trazia vento e grande chuva. Com este movimento já morria muita gente de susto, a água cresceu com uma velocidade espantosa matando muita gente, só escapou Safará, Uaçú, suas mulheres e algumas pessoas; os paus altos ficaram só com os ramos de fora; sustentavam-se com folhas e que estas ficaram doces. Depois que baixaram as águas fizeram suas jangadas com medo de novo acontecimento, mas vendo que não havia mais nada deixaram as jangadas à tribo Paumari que até hoje ainda as usa. Dando por terminada a história começa o chefe a seguinte:

> Conta que em outro tempo o dia ficou feito noite e durante este tempo ouviram muito barulho. Mas não sabiam qual o motivo: uns diziam que o Sol se tinha acabado, outros que tinha ido iluminar outros povos. Foi escurecendo das dez para as onze horas do dia, porém pouco durou; às quatro horas da tarde pouco mais ou menos parecia que ia amanhecendo tornando a escurecer novamente. O dia seguinte esteve no seu natural.

Entra outro e conta a história do curare ou ervadura:

> Os antigos reparavam no gavião real quando ia procurar a preza: primeiramente arranhava a árvore da ervadura, eles então vendo isto também esfregavam lá a ponta das flechas na ocasião de irem para as caçadas. Reparavam que as caças que flechavam ficavam repentinamente enfraquecidas; reconhecendo, que faziam grande vantagem tratavam de engrossar mais, raspando e cozinhando a casca da ervadura. Vendo que matavam com mais rapidez, engrossavam ainda mais e desta forma descobriram o meio de preparar.

Findas as histórias, dançam tanto os homens como as mulheres e gastam com esses festejos três dias. As histórias que contam por essa ocasião são muitas.

Casamentos

Os casamentos tem muitas cerimônias, porém, só falo das últimas. Amarram uma maqueira muito comprida e fazem sentar o noivo e a noiva de costas um para o outro. Vem uma velha aconselhar a noiva ensinando como é a vida de casada; o mesmo faz com o noivo um velho. Depois duas velhas examinam se a noiva sabe fazer balaio, panela, toupé, abano, taci e outras obras pertencentes a mulher; outros dois velhos examinam se o noivo sabe fazer arcos, flechas, sarabatanas, panacú, curai, etc. Acabando isto fazem sentar a noiva direito e puxam-lhe os dedos das mãos e dos pés, põem um panelão d'água junto dela e vem uma porção de mulheres com o seu raminho na mão dançando ao redor, metendo o ramo n'água e sacudindo na noiva; a esse tempo já os outros estão dançando, em seguida enxugam bem o corpo da rapariga, enfeitam-na de penachos e levam para a casa da festa. Lá chegados eles põem os braços dela por cima dos ombros do noivo e outros fazem grande alarido em sinal de alegria. Quando acabam destes festejos o pai e a mãe não têm mais poder nas filhas. As que não tem a felicidade de se casar dão o nome de maiçáque quer dizer solteira.

Batismo

Também o batismo é festejado. Depois de tudo preparado, juntam as crianças que têm de ser batizadas pelo maioral de sua religião, ao qual dão o nome de Mendi, Joimatê ou Carimandê, e furam-lhe os beiços; os padrinhos levam uma lambada com os braços suspensos em paga do batismo. Em seguida tratam-se por Uçairi que significa compadre. Além destas ainda há outras cerimônias. Há também pelo inverno, e em certo dia marcado, outro festejo. Fazem uma reunião, os homens tocam os tourés grandes.

O som é rouco, e nesta reunião, guardam um grande silêncio ouvindo-se apenas o som dos tourés. O sustento deles, nesse dia, é peixe. Pegam na cana dos braços dos homens mais notáveis, já falecidos, que houve entre eles, e salta um dos chefes no meio do salão fazendo todos os gestos dessa pessoa quando viva, dizendo:

– Este foi quem venceu tal guerra!

– Este foi quem nos ensinou a fazer tal coisa!

E tudo quanto fazia quando vivo. Acabando isto entra outro dizendo da mesma forma o que fazia o falecido. Este festejo só é feito aos homens mais notáveis que houve entre eles. Depois de acabada a festa, guardam os ossos dentro de um panelão dependurado.

Enterro

Quando morre qualquer um deles há grande choradeira entre grandes e pequenos. O choro é cantado. Depois fazem uma sepultura redonda e enterram o defunto sentado acompanhado de enorme choradeira. Uma vez enterrado ainda choram sobre a sepultura e passados dois dias levam algum sustento para o finado. Ainda há outras cerimônias e histórias que deixo de mencionar, devido à grande ocupação que tenho.

Rio Purus – Canutáma, 24 de agosto de 1882.

Manoel Urbano da Encarnação (ENCARNAÇÂO, 1902)

Jornal do Commercio n° 8.399 - Manaus, AM
Sexta-feira, 11.05.1928

Foi um dia Canutama – A Nova Vila no Purus

Os nossos leitores sabem perfeitamente que no Purus, antes de chegar-se à Lábrea, doze horas antes, indo-se desta capital, se encontrava a Vila da Canutama, situada entre 9° e 10° de Latitude Sul, à margem esquerda do citado Rio. Era das mais pobres do Estado, localizada em ponto pouco saudável, a gozar de péssima fama por esse motivo e de aspecto bem pouco agradável para os viajores. A sua fundação não é muito antiga. Data da época em que Manoel Urbano da Encarnarão, o mais famoso dos práticos do grande afluente do Amazonas, penetrou essa artéria fluvial, como um dos primeiros desbravadores, estabelecendo uma casa onde depois se desenvolveu Canutama.

Dadas as condições sanitárias do lugar, de há muito se vinha fazendo necessária a mudança da sede da Vila, até que a lei 1.375, de quatro de janeiro do ano corrente, determinou a medida que se fazia mister. O local escolhido foi Paripi, onde o Prefeito, Capitão José Rodrigues Pessoa, instalou a sede do município, passando a Vila a denominar-se Urbanópolis, em homenagem a Manoel Urbano da Encarnação.

Realizou-se o ato da instalação no dia dezesseis de abril, às dez horas da manhã, em presença do Conselho Municipal, Prefeito, outras autoridades e pessoas da localidade. Houve discursos, falando o Capitão Pessoa e o Intendente Frederico Fernandes Valério. (JORNAL DO COMMERCIO N° 8.399)

Jornal do Comércio n° 16.861 - Manaus, AM
Quarta-feira, 29.12.1965

Programa de Inauguração da Rodovia
"*Manoel Urbano*" – AM-3

Estado do Amazonas
Gabinete do Governador
Secretaria de Imprensa e Divulgação

Programa de Inauguração da Rodovia
" Manoel Urbano "
(Manaus - Manacapuru - Am - 3)

(Horário oficial de verão)
DIA 30

7.30 hs. — Partida do Roadway
8.00 hs. — Partida de Cacau-Pirêra
10.00 hs. — Chegada a Manacapuru
— Inauguração oficial da Rodovia "Manoel Urbano", AM-3, no marco 0 Km em frente ao Colégio Nossa Senhora de Nazaré.
— Discurso do Prefeito Municipal, Diretor do DER-Am e do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.
10.30 hs. — Inauguração de 100 metros de pavimentação da rua Quintino Bocaiuva.
— Inauguração de um grupo gerador de 25 kwa. para refôrço do serviço de luz da cidade.
— Início da construção do prédio da Delegacia Geral de Polícia.
— Início da restauração do prédio para o Forum da cidade.
— Inauguração do parque infantil.
— Entrega aos estudantes do Grupo Escolar "Carlos Pinho" totalmente restaurado e com novo mobiliário.
— Inauguração da Praça 16 de Julho.
— Inauguração da escadaria do pôrto e do abrigo para passageiros.
— Inauguração de 375 metros de pavimentação da rua Barão do Rio Branco.
— Inauguração de 222 metros de pavimentação da rua Eduardo Ribeiro.
— Início da construção da Maternidade de Manacapuru, que se denominará "Elisa Souto".
— Início da construção do novo Grupo Escolar, que se denominará "Matias Fernandes".
13.30 hs. — Almôço.
15.00 hs. — Regresso a Manaus.

NOTA

1. As excelentíssimas autoridades e convidados especiais do Senhor Governador do Estado, deverão comparecer ao "roadway" da Manaus Harbour, para embarque de lancha a fim de fazer a travessia da baía do Rio Negro, às 7 horas oficiais de verão.
2. Barcaças do Departamento de Estradas de Rodagem, excepcionalmente hoje, dia 30, de manhã e de tarde, estarão fazendo o transporte da travessia da Baía do Rio Negro, partindo da rampa da Olaria do Estado, dos veículos oficiais e inscritos para a viagem inaugural, pela Rodovia "Manoel Urbano".

PALÁCIO RIO NEGRO, em Manaus, 29 de dezembro de 1965.

Imagem 27 – Jornal do Comércio n° 16.861, 29.12.1965

Jornal do Comércio n° 16.863 - Manaus, AM
Sexta-feira, 31.12.1965

Comentando...

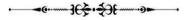
Com a inauguração da rodovia Cacau-Pirêra-Manacapuru, o Governador Arthur Reis lavrou mais um notável tento em sua fecunda e dinâmica administração. Depois de 9 anos de iniciada a construção da rodovia AM-3, a atual administração vem de concluí-la em tempo "*recorde*" permitindo a

ligação terrestre de Manacapuru com o Distrito de Cacau-Pirêra. Esta nova rodovia aberta ao tráfego pela administração Arthur Reis, apresenta uma importância, relevante do ponto de vista social e econômico, quando se sabe que a zona cortada pela AM-3, concentra una apreciável núcleo populacional constituída de colonos japoneses e brasileiros, espalhados pelas colônias do Caldeirão, Bela Vista Água Fria e Cacau-Pirêra.

Por outro lado há de se resumir a situação do município de Manacapuru, como o maior produtor de juta do Estado, produto hoje guindado à liderança da exportação do Amazonas. A rodovia "*Manoel Urbano*", já cognominada a "*Estrada da Juta*" e a "*Rodovia do Abastecimento*", pelos grandes benefícios que trará, não podia ficar inacabada como há anos se encontrava.

De parabéns a população de Manacapuru, que há anos sonhava com esta rodovia e o Governador Arthur Reis dá por concluída mais uma meta do seu Governo, que está revolucionando todos os setores do Amazonas, dando novas condições para uma vida mais digna e próspera para a sua população. (JORNAL DO COMÉRCIO N° 16.863)

Manoel Urbano: Ontem e Hoje, 2014

Rogério Cavalcante – Rio Branco, AC

Vila Manoel Urbano
Distrito de Manoel Urbano

Em 1943, a Vila Castelo passou a chamar-se Vila Manoel Urbano, no Distrito de Manoel Urbano, ainda pertencendo ao Município de Sena Madureira.

Os maiores comerciantes da época da antiga Vila Manoel Urbano foram os senhores Adib Alexandre Abud e Laudelino Ferreira Lima.

Município de Manoel Urbano

O Município de Manuel Urbano foi fundado em 1° de março de 1963, alcançando sua autonomia através da Lei n° 588 de 14 de maio de 1976, assinado pelo Governador Geraldo Gurgel de Mesquita, desmembrando-se do município de Sena Madureira e passando a chamar-se Manuel Urbano, em homenagem ao grande explorador do Rio Purus e o maior navegador deste nosso imenso país, Manuel Urbano da Encarnação, um mestiço amazonense filho da cidade de Manacapuru, descendente dos índios Mura! (CAVALCANTE, 2014)

Expedição Capitão Silva Coutinho

Embora a íntegra do "*Relatório da Exploração do Rio Purus Apresentado Pelo Engenheiro João Martins Da Silva Coutinho (1862)*" tenha sido editada na obra o "*Tratado de Limites Brasil-Peru*", pelo Senado Federal, Volume 127, em 2009, vamos publicar alguns extratos relevantes das notícias de jornais da época.

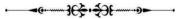
Publicador Maranhense n° 39 - São Luís, MA
Quarta-feira, 18.02.1863

Noticiário

Amazonas – Em outro número do "*Jornal do Amazonas*", que ontem recebemos deparam com as seguintes notícias:

> Damos hoje as notícias do Amazonas, que ontem não foi possível dar por não termos recebido cartas e jornais, pela hora avançada em que fundeara o vapor. Infelizmente a Comissão ao Purus nenhum resultado teve pelas divergências, que logo em princípio da viagem apareceram entre o Sr. Dr. Coutinho, encarregado do Governo; e o comandante do vapor "*Pirajá*". Consta-nos mais que o Sr. Dr. Coutinho deixou de visitar dois pontos porque o comandante se não prestara a entrar neles com o vapor. Até a partida do Belém nem um nem outro haviam apresentado relatório. O "*Pirajá*" chegou à Manaus no dia 6 do corrente com o mastaréu ([13]) partido, tendo apenas navegado nas águas do Purus cerca de 250 léguas, muito aquém do que noticiamos ter navegado o Sr. Manoel Urbano. (PUBLICADOR MARANHENSE N° 39)

[13] Mastaréu: São compridas peças de menor dimensão que os mastros, e que servem para aumentar a altura desses. Sua extremidade superior mais delgada e redonda chama-se galope. (FONSECA, 2019)

Diário do Rio de Janeiro n° 257 – Rio, RJ
Domingo, 20.09.1863

II

O Purus

No dia 13 de fevereiro, recebemos o ofício, em seguida transcrito, onde se acham baseadas as instruções para o trabalho da exploração.

> Palácio do Governo da Província do Amazonas de 13.02.1862. Tendo resolvido fazer uma exploração e reconhecimento do Rio Purus e alguns de seus afluentes mais importantes, que for possível viajar no vapor "*Pirajá*", que para esse fim deve partir desta capital no dia 16 do corrente, incumbo a V. M.cê desta Comissão, em cuja execução terá muito em vista examinar o seguinte:
>
> 1° A direção e rumo do Rio Purus até suas cabeceiras a sua profundidade e capacidade para a navegação, extensão e largura, sempre que for possível determinar;
>
> 2° O número das ilhas e sua grandeza;
>
> 3° A indicação e descrição das cabeceiras e pedras amontoadas, que se encontrarem, acompanhadas do plano mais conveniente para removê-las;
>
> 4° A posição dos afluentes, sua largura extensão e extensão, cor das águas; e outras circunstâncias notáveis, que puder verificar;
>
> 5° A posição astronômica dos lugares mais importantes, Foz dos afluentes, serras, barreiras, restingas, cachoeiras e pedras;
>
> 6° A situação das povoações que encontrar, e os lugares mais apropriados para se fundaram novos povoados;

Imagem 28 – Gustav Wallis

7° A constituição geológica do vale do Rio, os depósitos de ossadas, jazidas de minerais, principalmente de carvão de pedra;

8° A natureza da vegetação e propriedade dos terrenos para a cultura e criação dos gados;

9° O número das tribos indígenas, suas inclinações, costumes e hábitos, trabalho para que propendem e o meio mais apropriado para chamá-los à civilização;

10° O que constitui a indústria atual dos habitantes do vale do Purus, na parte conhecida, apresentando as considerações que lhe parecerem mais convenientes para melhorar a sua situação.

Além do que lhe fica indicado V. M.cê procederá a qualquer outro trabalho, que interesse a ciência, e poderá, de acordo com o comandante do "*Pirajá*", tentar a travessia para o Rio Juruá, se for possível, e houver canal, para também reconhecer aquele Rio, se nisso houver conveniência, o que deixo ao seu discernimento. [...]

O fim principal da viagem, era como se vê reconhecer o Rio na maior extensão que fosse possível, e deste modo, não convinha perder tempo, para se aproveitar a enchente. Em fins de março, é quando começa a vazante na parte superior.

O "*Pirajá*" recebeu mantimentos para dois meses. No dia 16 de fevereiro, embarcamos em companhia dos Srs. Gustav Wallis, naturalista alemão, e Henrique Antônio Strauss ([14]), inteligente ancião, a quem foi cometido o tratamento da comitiva, e seguimos viagem às 18h00. Manoel Urbano tinha a si o cargo de prático da exploração, mas não se achava então na cidade, e por esse motivo tivemos de ir buscá-lo ao seu sítio de Manacapuru, na margem esquerda do Solimões.

Da Foz do Rio Negro à do Purus gastamos 43h25, tendo-nos demorado 08h20, a viagem efetiva foi de 35h05. Contra a corrente do Solimões o "*Pirajá*" avançou pouco mais de três milhas por hora, e isto porque era de boa qualidade a lenha, sendo portanto a distância entre os dois portos de 39 léguas, atendendo-se às travessias.

---

[14] # Oficio do Presidente da Província do Pará Sobre a Extração, Fabrico, Estado Atual e Melhoramento da Indústria Da Goma Elástica #
[...] Meios de Fazer Prosperar a Indústria
Nem uma indústria pode com menor sacrifício público ser melhorada. Se se conseguisse a plantação pelos fazendeiros todos os inconvenientes apontados desapareceriam, e as vantagens que existem haviam de crescer, como passo a considerar: [...] Para terminar esta memória resta-me falar do novo processo inventado pelo falecido Henrique Antônio Strauss para a preparação da goma elástica. Nos documentos que acompanharam o ofício desta Presidência dirigido a essa Secretaria de Estado em 01.10.1861. V. Exª encontrará todos os esclarecimentos demonstrativos da superioridade desse novo processo sobre o antigo, ou de defumação, de que tratei extensamente. Pouco tenho portanto à acrescentar àqueles esclarecimentos para não molestar a atenção de V. Exª. Henrique Antônio Strauss, depois de desfrutar por alguns anos o seu invento privilegiado pelo Governo Imperial, resolveu cedê-lo por Cr$ 25.000,00. A Presidência nomeou uma Comissão para estudar esse processo e o resultado é o que consta do parecer enviado por cópia a essa Secretaria de Estado com o ofício a que acima aludi. [...]
Deus guarde a V. Exª Ilm° e Exm° Sr. Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Dr. José Vieira Couto de Magalhães. (RIHGB, 1952)

Às 16h00 de 18, fizemos a nossa entrada no Purus, tendo antes medido a largura da Foz, que achamos ser de uma milha. O "*Dicionário do Amazonas*" dá para este ponto a Latitude de 03°50'S e Longitude 26°35'O do observatório de Olinda. Para o trabalho da exploração dispúnhamos apenas de um teodolito, uma bússola, um psicrômetro ([15]), um termômetro de medir a temperatura da água no fundo.

O teodolito dava somente a altura zenital de 43°. Como estávamos no tempo das chuvas, as noites quase sempre nubladas não davam lugar a que se fizessem, regularmente, observações astronômicas, com a presteza que exigia a viagem, ainda mesmo que tivéssemos instrumentos de reflexão. No entanto, nos pontos em que paramos, para cortar lenha, poder-se-ia determinar a Latitude por meio da observação do Sol.

O Purus é incontestavelmente o principal afluente da margem direita do Amazonas, na parte denominada Solimões, suas águas são barrentas como as deste. Por mais três canais ou Bocas pode entrar-se no Purus em grande parte do ano.

O primeiro é o Paratari, que desemboca no Amazonas, 10 léguas aquém do Rio, atravessa o Lago deste nome e o do Beruri, saindo no Purus 12 milhas acima da Foz, o segundo é o de S. Thomé, que corre do lado esquerdo, entrando pouco abaixo do Beruri, e saindo no Amazonas 5 léguas acima do Purus, onde tem o nome de Cuxiuara ([16]), o terceiro é o Cuinanan, cuja Foz no Amazonas demora 5 léguas além do segundo, e entra no Purus 51 milhas antes de sua confluência.

---

[15] Psicrômetro: instrumento que monitora a temperatura e a umidade do ambiente.

[16] Cuxiuara: foi este o nome primitivo do Rio. (DJR N° 257)

Nos meses de maior enchente, maio, junho e julho, dizem os práticos haver comunicação do lago Japurá, que demora na margem esquerda, 90,8 milhas acima, para o Solimões, e também do Lago Abufari para o do Coari. O Abufari tem comunicação para o Lago de Gixagiratuba, que deságua, no Purus 213,5 milhas acima de sua Foz. Outros muitos Lagos ligados por outros tantos canais encontram-se entre o Purus e o Coari. Na estação invernosa a maior parte do terreno fica alagado, quer de um, quer de outro lado do Rio. Do Abufari parte um paraná-mirim que vai sair adiante no Purus, cerca de 260 milhas além do Guajaratuba.

A maneira por que alguns viajantes falam destes canais, pelos quais se pode penetrar nos afluentes do Amazonas, independentemente de suas embocaduras principais, parece indicar de algum modo que são alimentados pelo mesmos afluentes. Não é, porém, assim. Esta singular disposição hidrográfica resulta da pequena altura do solo e do seu insignificante declive. Durante o inverno os canais, que ficam na parte superior da Foz do Purus, recebem as águas do Amazonas, e no verão, é aquele Rio que cede parte do seu cabedal para alimentar os furos. Em geral a correnteza é neles muito fraca.

Do dia 18 de fevereiro a 25 de março, navegamos o Purus, chegando às barreiras do Jutanaã. Então participou-me o comandante do "*Pirajá*" não poder continuar a viagem, porque só tinha a bordo mantimentos para sete dias. Demoramo-nos três dias preparando lenha e 25, à tarde, regressamos. No dia 5 de abril, à 12h10, entramos no Amazonas e a 6 chegamos a esta capital, às 07h20. Na subida navegamos só durante o dia, assim era preciso para se poder levantar a planta do Rio, marcar os afluentes, barreiras e fazer outras observações.

Da lenha encomendada pelo governo só achamos 3.700 achas. Para; continuar a viagem foi necessário preparar o combustível, empregando neste trabalho a tripulação e os índios Paumaris e Catauixis das malocas porque passamos e os Ipurinás, que acompanhavam Manoel Urbano. Perdemos desta sorte 16 dias. Se não fosse este transtorno, teríamos navegado mais 13 dias, descontados 3 para o embarque da lenha no caso de encontrá-la pronta, o que equivalia a 130 léguas de distância, admitindo que o vapor avançasse 10 léguas por dia.

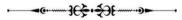
A marcha do "*Pirajá*" foi muito irregular, e por isso as, distâncias que calculamos, tomando por base as indicações da barquinha ([17]) com o desconto razoável que a observação exigiu, não podem deixar de ser aproximadas. Em grande parte da viagem o vapor seguiu próximo das convexidades das margens, e tínhamos, por conseguinte, de atravessar continuamente de um para outro lado. Em tais ocasiões o navio avançou muito pouco, mas logo depois, havendo-se afastado da linha de maior velocidade, aumentou a carreira, e assim continuou até que era preciso fazer nova travessia. Ainda em circunstâncias normais a diversidade da linha produziria grande alteração na marcha. Marcamos todos os rumos percorridos e o tempo gasto em cada um, deduzindo dali a extensão do caminho, segundo a marcha efetiva do vapor. Foi desta maneira que levantamos a planta do Rio. Não pode ser perfeita, como é fácil de prever, baseada nestes dados apenas, e não se sujeitando o traço a pontos astronomicamente determinados.

---

[17] Barquinha prumo: a conhecida linha de barca graduada, em cujo extremo estava fixo um prumo, que pousava no fundo, enquanto a embarcação seguia o seu caminho e fazia desenrolar o carretel pelo espaço de tempo que gastava a areia a escoar-se na grande ampulheta, voltada duas ou três vezes, conforme a velocidade da chalana. (GOMES, 1899)

Na subida, fizemos nove escalas por falta de combustível, e o tempo que assim perdemos, e por não caminharmos de noite, foi de 26 dias, 14 horas e 59 minutos. Na viagem efetiva gastamos 8 dias, 2 horas e 12 minutos, isto é, a quarta parte aproximadamente do tempo absoluto. Calculando com as distâncias determinadas em todos os rumos percorridos temos da Foz às barreiras do Jutanaã, 715,92 milhas, o que dá, termo médio, 3,686 milhas por hora. Na volta navegamos 3 dias, 22 horas e 17 minutos, sendo, por consequência, o termo médio do caminho andado em uma hora de 7.588 milhas.

A esta primeira parte do nosso trabalho acompanha uma relação de todos os Lagos, Rios, barreiras, casas e aldeias que se encontram no Purus, da Foz a Jutanaã, segundo as nossas observações, e daí ao Rixala, pelo que informou Manoel Urbano. Antes, porém, trataremos mais extensamente dos principais afluentes. O roteiro, que deve servir para a grande navegação, deve ser apresentado à parte. [...] (Continua...) (DJR N° 257)

Diário do Rio de Janeiro n° 269 – Rio, RJ
Sexta-feira, 02.10.1863

Considerações Gerais Sobre os Rios que Descem da Cordilheira dos Andes nas Proximidades de Cuzco, Cabeceiras do Purus e Juruá

Em 1687, os jesuítas de Quito e os franciscanos de Lima tiveram fortes pendências acerca da posse das antigas missões de S. José dos Cunibus, e a Audiência Real exigiu a Carta do País para servir de base à sentença que tinha de proferir.

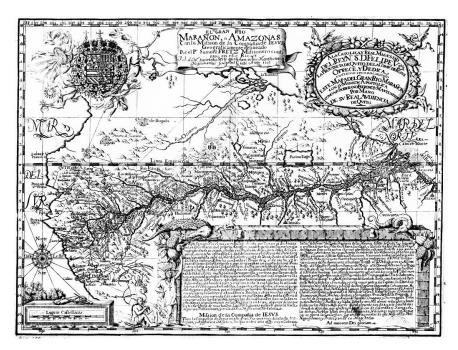



Imagem 29 – El Gran Rio Marañon (Samuel Fritz)

Foi então que em um mapa apresentado pelo jesuíta Samuel Fritz ([18]), segundo refere o "*Mercurio Peruano*" ([19]), se designava pela primeira vez com o nome de Marañon o Rio Tunguragua, e com o de Ucayali o Apo-Paro ou Gran-Paro. A inovação atribui-se à circunstância de designar a palavra Ucayali o mesmo que tributário, sendo também por essa razão que o Padre Samuel Fritz sustentou que o Napo era o Marañon na opinião do autor da citada revista científica. A Carta de Samuel Fritz foi publicada em 1707, e como os jesuítas gozavam da reputação de homens ilustrados, as suas denominações foram aceitas pelos geógrafos.

---

[18] O mapa com o título "*El gran rio Maranõn o Amazonas con la Mission de la Compañia de Jesus*", de autoria do Jesuíta Samuel Fritz, foi elaborado em 1707.

[19] Mercurio Peruano: periódico bissemanal publicado em Lima (Peru), no período de 1791 a 1795, amplamente difundido por toda a Hispanoamérica.

O "*Mercurio Peruano*" para sustentar as colocações de Samuel Fritz, e dar a primazia ao Grão-Pará, comete alguns erros, repetidos depois por La Condamine ([20]) desnecessários à causa que defendia. Apresenta, por exemplo, como razão forte o testemunho do padre Biedua, que na relação da viagem que fez de Cuzco a Sarayaco, diz ser o Beni afluente do Gran-Paro e também o Paucartambo. La Condamine acompanha Biedua, quanto ao Beni; e pretende demonstrar quanto é errônea a ideia de ser este rio afluente do Madeira. Não resta presentemente a menor dúvida que o Beni seja afluente do Madeira. Os comissários portugueses que exploraram este Rio de 1780 a 1790, e cujos trabalhos serviram de base ao Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, provaram exuberantemente o contrário do que diz La Condamine.

Um boliviano que explorou o Beni por ordem do governo, acompanha os comissários portugueses a tal respeito. Descendo das alturas de Santa Cruz de la Sierra, diz ele, que seguiu Rio abaixo até que este entrou no grande lago Rogagualho. Não fala o explorador da comunicação para o Ucayali, e nem um só dos viajantes que posteriormente percorreram o país, põe em dúvida que o Beni seja afluente do Madeira.

O Dr. Weddell ([21]), que estudou por algum tempo o vale de "S*. Juan del Oro*", por onde, a ser exata a asserção de La Condamine, deveria passar o Beni

---

[20] Charles-Marie De La Condamine: Explorador, geógrafo e matemático francês (✰28.01.1701 / ✞ 04.02.1774), líder da expedição geodésica francesa no Equador, nos idos de 1735-1744.

[21] Hugh Algernon Weddell: médico e botânico, especializado em flora sul-americana (✰ 22.06.1819 / ✞ 22.07.1877). Em 1843, participou da expedição de François Louis de la Porte, na América do Sul, durante cinco anos. Em maio de 1845, Weddell abandonou a expedição que então se encontrava no Paraguai e iniciou uma viagem solitária que o levaria ao Peru e à Bolívia.

para confluir no Ucayali, não diz nada a este respeito. Eis a sua opinião relativamente aos Rios, que correm nessa região, como se acha em uma nota no itinerário de Francis de Laporte de Castelnau:

> Os Rios que correm ao N. da cordilheira de Casabaya vão confluir perpendicularmente em um outro maior, chamado Inambari, o qual também recebe as águas do Paucartambo.

Assevera Castelnau que em um esboço da Carta da região que lhe remete o mesmo Dr. Weddell, estão figurados dois Rios consideráveis entre o Umbamba e o Bani, sendo um deles o Inambari, que recebe o Paucartambo, e outro S. Juan del Oro, que tem por afluente a ribeira do Sandia. Além das cabeceiras destes dois Rios não pode passar o Beni para ir confluir no Ucayali. O declive das serras nesse ponto segue a direção de NE e é nessa mesma direção que caminham os dois Rios figurados na carta do Dr. Weddell. Mais adiante acha-se o grande Lago de Titicaca, que é alimentado pelas vertentes das serras, que se encontram em suas vizinhanças.

O Dr. Weddell não fez o seu mapa, nem escreveu por informações; percorreu cuidadosamente todos esses lugares com o fim de estudar a produção da quina, e assim a sua autoridade é muito valiosa nesta questão. O Padre Rodrigues Terra, recomendável pela sua ilustração, é de opinião que o Paucartambo seja o mesmo Amaroumais, pelo qual a Expedição do Inca Yupanqui penetrou no País dos Moxos com o fim de conquistá-los.

A descrição do rio Ucayali, que se acha no "*Mercúrio Peruano*", é tão contrária ao que dizem todos os viajantes modernos, como veremos mais adiante, que parece arranjada adrede para servir de argumento contra as pretensões dos jesuítas de Quito.

La Condamine é o único que segue as ideias do "*Mercúrio Peruano*", mas é preciso notar que este viajante não percorreu a região de Cuzco.

Na carta de Herndon ([22]), o S. Juan del Oro está representado como a principal fonte do Purus, sendo o Sandiá seu afluente. Ambos alcançam a latitude de 14° S. O Madre de Dios fica 12 léguas aproximadamente ao Oeste de Sandiá, e vê-se traçado em pequena extensão, provavelmente a parte que foi explorada pela Comissão de Herndon. A origem do Juruá está representada no mapa, abaixo do Madre de Dios, para o lado do Norte.

Daqui se conclui que o Madre de Dios há de seguir necessariamente a direção de NE, ou reunindo-se ao S. Juan del Oro para formar o Purus, ou verdadeira fonte do Juruá, caminhando paralelamente e muito perto do Purus. Esta segunda hipótese é autorizada pela falta de conhecimentos que há das cachoeiras do Juruá. Herndon, ilustrador e consciencioso como é, traçou este Rio em seu mapa da maneira por que o encontrou em outros, não querendo alterar o sistema hidrográfico de uma parte do país que ele não havia percorrido.

A questão há de ser resolvida definitivamente só por meio de uma exploração completa no Purus e no Juruá.

Não sabemos com que fundamento sustentou o Coronel Espinar ([23]) em uma memória, que foi

---

[22] William Lewis Herndon: Exploration of the Valley of the Amazon, Made Under Direction of The Navy Department, by WM. Lewis Herndon and Lardner Gibbon, Lieutenants United States Navy – USA – Washington – Robert Armstrong, Public Printer, 1853.

[23] "*Primera Memoria Sobre los Valles de Paucartambo y Adyacentes , por José Domingo Espinar*". O geógrafo e escritor italiano Antonio Raimondi Dell'Acqua (✰ 19.09.1826 / ✞ 26.10.1890), assim se pronuncia sobre a controversa memória do Coronel Espinar:

publicada em Cuzco em 1846, que os dois Rios da Carta do Dr. Weddell, ou melhor, que todas as correntes, que da cordilheira dos Andes se dirigem para NE, reuniam-se formando o grande Rio Mano. Como membros principais do sistema hidrográfico apresenta o Coronel Espinar o Paucartambo e o Madre de Dios ou Marcapata. Este Rio dista de Cuzco 30 léguas aproximadamente para o lado de ENE.

Grandidieu diz a mesma coisa relativamente ao Madre de Dios, e pelo caminho que seguiu de Cuzco até chegar a ele não encontrou senão pequenas correntes, todas mais ou menos na direção de NE. Este viajante afirma que o Madre de Dios é navegável em canoa no ponto em que ele chegou, o que já era sabido pela exploração de Herndon.

1846 – Datos Geográficos Sobre los Valles de Paucartambo por el Coronel D. José Domingo Espinar

Los fértiles valles de Paucartambo situados al Este de la ciudad del Cuzco, estaban desde fines del siglo pasado sujetos á continuos asaltos de parte de los salvajes; pero fue después del año 1840, cuando estos hechos de depredación se hicieron más frecuentes, llegando hasta el punto de asolar e incendiar una tras otra casi todas las numerosas y productivas haciendas, sembrando el espanto y la desolación entre los pacíficos moradores de aquella hermosa y rica Comarca. […]
El coronel Espinar, después de haber visitado las haciendas de Cosñipata y San Miguel, donde hizo algunas observaciones, publicó en la ciudad del Cuzco, el año 1846, una pequeña memoria sobre los valles de Paucartambo, en la que con estilo elegante y poético, describe de un modo general las agradables impresiones que produjo en su alma la vista de aquella bella región: habla del plano que levantó y al mismo tiempo hace una breve revista hidrográfica de los valles, objeto de sus estudios. Pero la verdad sea dicha, en esta última parte se sientan varios errores, que es preciso dar a conocer, para evitar que se arraiguen y sean más tarde reproducidos. […] El Señor Coronel Espinar, termina su memoria sobre los valles de Paucartambo, con algunos datos sobre los salvajes Tuyumeris, Wachiparis y Sirineres, que habitan en las márgenes de los distintos afluentes del Rio Madre de Dios y que son el principal obstáculo para el progreso de aquella hermosa y rica comarca, porque han invadido y destruido poco a poco casi todas las haciendas, reconquistando paulatinamente sus antiguos dominios. (RAIMONDI)

A discussão sobre a fonte principal do Amazonas, que, como era de esperar, devia trazer muita luz para o estudo do sistema hidrográfico do grande Rio produziu justamente o contrário, deu em resultado essa confusão a respeito dos afluentes principais dos Rios que correm a E de Cuzco.

Vejamos agora o que diz Castelnau em sua descida pelo Ucayali para com mais forte razão provarmos a parcialidade com que sobre este Rio escreveu o "*Mercurio Peruano*". Castelnau desceu de Cuzco na direção de NE para o vale de Santa Anna, em procura do Rio Urubamba, pelo qual devia seguir o Amazonas. O caminho percorrido apresentava muitas dificuldades, sendo feito pela quebrada da Cordilheira. Antes do Urubamba encontram-se apenas pequenos ribeiros, que descem das serras.

O Urubamba recebe as águas de todos esses ribeiros, e segue quase no rumo de N. Castelnau quando chegou ao ponto em que embarcou, ou mesmo antes disso, pois que teve de caminhar alguma distância pela margem, necessariamente procurou saber se além, para o Oriente, haveria outro Rio maior, que não apresentasse tantos obstáculos como o Urubamba. Os habitantes do vale de Santa Anna, entre os quais se distinguem alguns estrangeiros de instrução, é muito natural que aconselhassem melhor caminho, caso existisse. O silêncio do viajante a tal respeito prova de alguma sorte que não há nessa região outro Rio da grandeza do Urubamba, o que também se deduz da descrição que faz de seus afluentes.

O viajante seguiu com muito perigo por causa das cachoeiras e correnteza que obstruíam o curso do Rio. O primeiro afluente notável que encontrou foi o Mantaro, que corre pela margem esquerda. Depois vem o Camisea pelo lado oposto.

Castelnau pensou que este fosse o Paucartambo; porém as informações dos índios do lugar fizeram-nos persuadir do contrário. Nem um só deu-lhe notícia deste Rio. Muito adiante do Camisea entra pela margem esquerda o Apurimac, que é pouco inferior ao Urubamba. Daí por diante este Rio toma o nome de Ucayali. O viajante não fala de outro afluente notável da margem direita do Ucayali, mencionando como tal somente o Pachitea no lado oposto e já na parte inferior.

Agora o "*Mercurio Peruano*":

> O Apurimac ([24]) tem sua fonte principal nos campos agrestes [savanas] de Condorena na Latitude de 16°S. À 13°10' recebe pela margem esquerda Cocharcas, e a 12°15' o Quillambamba ([25]) o Urubamaba ou Ytlcamayo. O Rio de Janca ou Mantaro entra pela margem esquerda 12°06'.
>
> O Apurimac segue depois para NE e, a 11°18', recebe também pela esquerda o Perene. Da confluência deste até o Pachitea recebe o Apurimac quarenta tributários cujas águas formam um volume considerável.
>
> Entre eles são notáveis o Paucartambo, que vem pela margem direita e faz barra a 10°45', e outro que é incontestavelmente o Beni, tem a embocadura três léguas abaixo do primeiro.
>
> É tal a sua impetuosidade que faz com que o Apurimac separe da direção que trazia e siga a do NE. Daí à confluência do Pachitea, o Apurimac toma o nome de Apo-Paro ou Gran-Paro, e depois o de Ucayali.

---

[24] Este Rio é considerado pela revista como sendo a fonte principal ou o prolongamento do Ucayali. (DJR N° 269)

[25] O Quillambamba tem suas cabeceiras nas serras de Vilcanota a 15°25' de Latitude S, percorre o delicioso vale do Urubamba, assim como os limites orientais dos territórios de Anaibamba de Vilcabamba, e se lança depois no Apurimac. (DJR N° 269)

A diferença entre as duas descrições é radical. Os franciscanos do Peru, no testemunho dos quais baseou-se o "*Mercurio Peruano*" tinham o maior interesse em enxergar a grandeza do Ucayali, e a exageração está hoje provada à luz da evidência, relativamente ao Beni.

O itinerário de Castelnau deve merecer-nos a maior confiança; ele não escreveu de ânimo prevenido, nem havia razão para dizer o contrário do que observou. Quem percorre um grande país pode enganar-se na apreciação de certas circunstâncias de natureza particular, mas nunca no caso figurado da descrição de um Rio, notando-se, por exemplo, um afluente que não existe, e omitindo-se outros notáveis por sua grandeza. Castelnau dá o nome de Urubamba ao Rio que navegou, como sendo pouco maior que o Apurimac. Aqui ainda se pode admitir engano por causa da diversidade de nomes. Os franciscanos do Peru podiam chamar Apurimac ao Serialo, que aflui no Urubamba pela margem esquerda antes do Mantaro e Perene, do qual não fala Castelnau, ao que este denomina Apurimac. Nota-se, porém, grande contradição quanto ao Paucartambo e Beni, que dizem os frades que afluem além do Perene, não dando o viajante francês, que o percorreu, a menor notícia dele.

Alguns autores fundam-se no dito dos índios do Beni e do Ucayali para fortalecerem a opinião de que todos os Rios, que descem das quebradas das serras a Leste de Cuzco, reúnem-se para formar o Mano, como quer o Coronel Espinar. Não nos parece bem fundada essa razão. O Purus corre muito perto do Beni, até um terço do seu curso e os índios que habitam em ambos entretêm relações comerciais. Os Maneteneris do Purus vão às cabeceiras dos afluentes do Beni comprar miçangas às tribos deste Rio.

Manuel Urbano quando chegou às aldeias dos Maneteneris, e os viu enfeitados com miçangas vermelhas, pensou que eles comunicavam-se com a gente civilizada das cabeceiras do Rio, visto que tais atavios não fazem parte do comércio dos nossos regatões; porém os índios disseram-lhe que era do Beni que obtinham tais preciosidades, e mostraram ao prático a vereda que seguiam para chegarem às cabeceiras do afluente do mesmo Rio, onde existe a tribo que lhes vendia. É portanto do Purus que falam os índios do Beni dando-lhe o nome de Mano. O Rio Mago ou Mano, que, dizem os índios do Ucayali, corre do lado Leste pode ser o Juruá ou Javari, e é efetivamente a este último que se referem aqueles que habitam pouco além de Sarayaco. Quanto às outras tribos do alto Ucayali, é bem fundada a suposição de que aplicam o nome de Mano ao Juruá.

Sabemos que o Purus comunica-se com o Juruá, em uma distância superior a 300 léguas da Foz, pelas informações do prático Manuel Urbano; que o Tarauacá, braço do Juruá, onde se encabeça o canal, tem aí a mesma grandeza do Purus. Se é exata esta informação, os dois Rios devem chegar à mesma altura, e a cor de suas águas está mostrando que eles têm as cabeceiras principais sobre terras altas, que descem da cordilheira. Além disso, os práticos dão notícias dos índios Cunibos no alto Juruá, que sabemos ser uma das maiores tribos do Ucayali. Estes índios dão notícia de gente branca nas cabeceiras, com quem entretêm relações comerciais, e apresentam ferramentas obtidas em troca de sua indústria.

Os coletores de drogas têm passado além do Tarauacá, e dizem todos que o Juruá ainda é volumoso e perfeitamente navegável. Conta-se geralmente que por este Rio desceu um negro em companhia de alguns Cunibos, vindo do Ucayali.

Não damos grande peso a esta notícia, porém ela não deixa de ter valor reunida às informações dos práticos. À vista do que temos dito, vemos que ainda subsiste a dúvida sobre se as correntes que descem da Cordilheira reúnem-se, formando um só Rio, ou seguem dois caminhos.

A questão, pois, do Madre de Dios não se pode considerar resolvida. A posição que ocupa este Rio é propriamente uma posição neutral entre o Purus e o Juruá. Aquele tem as maiores probabilidades em seu favor, porém, este também não pode ser de todo desprezado. O que não é permitido duvidar presentemente é que a maior parte dessas correntezas ou quase todas, quer dos Andes, quer do Carabaya, correm para o Amazonas, ficando assim prejudicada a ideia do Rio da Exaltação. A posição de Javari afasta-o completamente do pleito em que estão empenhados o Purus e o Juruá. O Jutaí não tem mais de duzentas léguas de curso, o Tefé 150, e o Coari 100. Todos eles são de água preta, e ainda podem ser considerados como canais ou desaguadouros dos imensos Lagos e pantanais, de que em grande parte se compõe essa região da margem direita do Solimões. O que escreveu Condamine sobre a origem destes rios foi uma verdadeira fantasia.

Convém Continuar a Exploração

Infelizmente não podemos continuar a exploração do Purus, bem contra a nossa vontade. O "*Pirajá*" recebeu mantimentos apenas para dois meses, e, neste tempo, não caminhando-se à noite para levantar-se a planta, e sendo preciso preparar o combustível, não era possível avançar mais de 240 léguas, sendo como é tão pequena a marcha do vapor. O governo deu ordem para ter-se lenha pronta em diferentes pontos, porém só achamos 3.700 achas, como já ficou dito.

A importância do Purus é muito grande para que se abandone a ideia do seu reconhecimento. Quando na Europa com tanto interesse se discute a questão do Madre de Dios; quando de lá vêm exploradores de propósito para estudarem esta parte tão interessante da América, não devemos nós, particularmente interessados na questão, cruzar os braços indiferentemente.

A região mais rica do Peru e da Bolívia só pode comunicar com o Amazonas por meio do Purus ou Juruá, rios que não têm cachoeiras, e que oferecem fácil comunicação em quase todo o curso. A região que abrange as cabeceiras do Purus há de ser povoada logo que se decida a questão Madre de Dios, logo que se conheça o Rio na parte navegável de seu curso, e haja certeza da docilidade dos nossos índios, ou que se achem estabelecidas algumas missões, único meio de desenvolver-se o comércio, e facilitar-se a navegação.

Para que a exploração possa chegar em vapor até o ponto mais alto, deve partir em princípios de janeiro. Com seis meses de antecedência, convém mandar ordem para preparar-se lenha ao menos até Janiny. Logo que comece a vazante voltará o vapor, trazendo um dos membros da Expedição a fim de explorar o Rio Ituxi ou Sepatinim, e os campos por ele banhados. Os outros seguiram em canoa até as cabeceiras, para completarem o trabalho no Purus.

O vapor pode voltar a esta capital e refazer-se de víveres, regressando depois de dois meses para trazer os exploradores. No Sacado ou na Campura, e no sítio de Boavista, é preciso deixar alguns víveres quando o vapor subir a primeira vez, para tomá-los na volta, e assim poder entrar no Paraná-pixuna Jari até onde permite a profundidade, reconhecendo-se a possibilidade da travessia para o Madeira.

Nesses pontos é fácil preparar-se o combustível, porque há moradores. É escusado dizer que a Expedição para desempenhar, como convém, o trabalho de exploração precisa levar instrumentos próprios para observações astronômicas, topográficas e meteorológicas. (DRJ N° 269) [...]

Diário do Rio de Janeiro n° 272 – Rio, RJ
Segunda-feira, 05.10.1863

Salubridade

No começo da enchente e vazante do Rio, uma ou outra vez aparecem febres de diferentes caracteres, que, pela ausência de recursos, ou por abuso dos preceitos higiênicos, tornam-se fatais. Basta pensar um pouco sobre as circunstâncias em que vive a população no interior da Província, para reconhecer-se que a mortalidade provém em grande parte da falta de tratamento.

Em uma choupana mal coberta, tendo ordinariamente as paredes de folhas secas, e o pavimento quase sempre úmido, seria perigoso agasalhar-se um doente, ainda mesmo que não sofresse de grave incômodo, na quadra das chuvas, que vai de novembro a julho, época em que costumam aparecer as enfermidades.

Se juntarmos a isto a ausência quase absoluta de recursos medicinais, e a ignorância da maior parte da população, teremos perfeitamente explicado por que uma simples supressão de transpiração, um ligeiro defluxo ou outra qualquer moléstia insignificante, adquire grandes proporções e chega finalmente ao termo fatal.

Por via de regra, o índio procura no Rio extinguir o calor da febre, e junto ao fogo minorar a sensação do frio que produz a intermitente. Nas horas de mais calor, quando o termômetro marca 33° a 34°C, quando a transpiração desenvolve-se com o menor exercício, é justamente a ocasião predileta dos banhos, muitas vezes em águas empoçadas ou estagnadas, contendo grande porção de matéria vegetal em decomposição, e com a temperatura de 32°C. Nestas condições, é admirável que a mortalidade não seja maior, regulando-a 1,16%, como foi determinado este ano, segundo os dados estatísticos colhidos de toda a Província. Daqui se conclui a grande salubridade do clima. Alguns lugares do globo reputados tão felizes debaixo deste ponto de vista, têm muito ainda que invejar ao Amazonas.

Os algarismos mostram a falsidade do quanto se há dito a respeito da salubridade deste país. Alguns fatos dispersos e mal apreciados não podiam decerto servir de base para se avaliar do clima da grande região banhada pelo Amazonas. O que em outra ocasião avançamos a respeito desta questão está hoje exuberantemente provado pela estatística.

Em 1857, desenvolveu-se uma epidemia no Baixo Purus, que fez algumas vítimas, enquanto o Governo não mandou recursos. Eram febres mais ou menos complicadas. Os doentes sentiam a princípio dores nas articulações, vertigens, câimbras, seguindo-se a febre acompanhada de vômitos. Esta durava ordinariamente 12 horas; cessava por algum tempo e reaparecia depois. O Governo incumbiu o Sr. H. Strauss do estabelecimento de uma enfermaria e tratamento dos doentes. Pouco acima da ilha de Guajaratuba, na margem direita do Purus, levantou-se o barracão em junho de 1857, e para aí foram levados os enfermos, dos quais um somente pereceu.

Informou-nos o mesmo Sr. H. Strauss que tirou muito bom resultado da caferana, da quina e do súlfur homeopático. Os doentes que tomavam a caferana no princípio da moléstia melhoravam rapidamente.

A epidemia começou a desenvolver-se em março do mesmo ano de 1857, estendeu-se da Foz do Purus à beira do Jacaré, na extensão de 331,67 milhas. Deste ponto em diante não consta que houvesse a menor alteração no estado sanitário. Antes de estabelecer-se a enfermaria, faleceram 18 pessoas. Se a moléstia propagou-se no interior, ceifando algumas vidas entre as tribos errantes, ainda hoje se ignora. A notícia desta epidemia, como é natural em tais casos, adquiriu na capital grandes proporções, e entre a população do lugar, produziu profunda sensação um tão grande aumento de mortalidade, estando ali os habitantes acostumados a não ouvir falar em enterros.

Ficou-se julgado que o Rio Purus era um outro, que dificilmente deixava passar incólumes aqueles que o afrontavam. Presentemente vai sendo muito frequentado, e, como no Madeira e outros Rios da Província, se reconhecerá afinal que a gravidade de poucas moléstias, que aparecem, depende quase sempre da falta de cuidado e tratamento; que, havendo regularidade no regime, passa-se perfeitamente bem. No princípio do inverno, as águas do Rio ficam alteradas em consequência da grande porção de matérias vegetais e animais, que para ele conduzem as enxurradas, quer diretamente, quer por meio de seus afluentes. Depois da enchente ter chegado a um terço, os numerosos Lagos e Bacias, em uma grande extensão, ficam por assim dizer, sem movimento. No começo da vazante, é quando tem lugar o escoamento desses depósitos, por causa do abaixamento do nível do Rio.

É justamente nestas duas quadras que as moléstias costumam aparecer, e, como os habitantes fazem uso da água sem a menor precaução, deve-se concluir naturalmente que a causa do mal existe em grande parte.

População e Indústria

Ainda não há povoações no Purus. No Beruri e no Iapuá, é onde existem mais alguns moradores reunidos, partindo para fazerem colheitas de drogas nos lugares mais abundantes. Pelo verão penetram no Purus alguns fabricantes, mas retiram-se logo que finda a safra. O ano passado houve grande afluência, contando-se mais de 40 coletores. No Beruri, parece haver mais estabilidade, e convém que o governo acoroçoe ([26]) o desenvolvimento da povoação, prestando alguns recursos. O principal é fazer com que cheguem ali os paquetes da segunda linha da Companhia de Navegação do Amazonas.

Ainda não há muitos anos que a produção do Purus era insignificante; hoje, porém, começa a desenvolver-se satisfatoriamente. Em 1862, só um comerciante exportou gêneros na importância de 20:000$. A companhia perde o frete dos produtos; se lá não forem seus barcos, sofre o comércio, porque têm de prover-se dos meios de transportes, ficando depois inutilizados e, finalmente, sem o melhoramento da navegação a vapor, a povoação do Beruri só muito lentamente se desenvolverá. Presentemente os paquetes tomam lenha no lugar de Guajaratuba, que fica perto da Foz do Purus. O Beruri dista daqui 12 milhas, e, como a corrente é fraca, o paquete pode lá chegar em uma hora e meia, quando muito. Dando-se o embarque da lenha, perde-se apenas três horas de ida e volta.

[26] Acoroçoe: estimule.

Esta pequena alteração produzirá grandes resultados, como facilmente se compreende. As terras são fertilíssimas, principalmente nas vizinhanças do Lago Beruri, onde já existem alguns estabelecimentos de lavoura. Aí e nas margens do Purus, convinha dar-se impulso ao cultivo da salsa e da seringa, que tantas vantagens oferece neste país, como veremos mais adiante. A colheita dos produtos silvestres, sejam quais forem as circunstâncias, é altamente prejudicial ao trabalhador e empreendedor. A primeira vista, parece lucrativa a apropriação pura e simples das riquezas naturais. Esta ideia é despertada por outra, a da propriedade gratuita, que tem grande influência, mesmo entre a classe meio ilustrada. Colher um produto valioso, sem ter empregado capitais, é o que se reputa bom negócio, apesar da experiência diária provar o contrário. Como veremos, o desperdício de tempo é tão grande, o trabalho tão precário, e tão arriscada a sorte do trabalhador, que, em resumo, os produtos naturais vêm a sair mais caros do que se fossem cultivados, sendo, portanto a sua colheita prejudicial em vez de lucrativa.

As pessoas que se empregam na extração das drogas, ficam de alguma sorte afastadas das garantias e recursos que presta o Governo sem gozar dos benefícios da sociedade. Lá no fundo das florestas, a grande distância dos povoados, não andam bem seguras as pessoas e é impossível a instrução e o conforto da religião. Todos preveem quais devem ser as funestas consequências deste estado de isolamento. Os laços da família, ou não existem, ou enfraquecidos se aniquilam; a ocupação passageira do solo, a falta de propriedade e do trabalho regular levam a população à miséria, à ociosidade e aos maus costumes. A verdadeira fonte da riqueza do país, a lavoura, estanque por esse motivo, determina a carestia dos gêneros de primeira necessidade que pesa atrozmente sobre a população.

Importamos feijão, arroz e farinha, consumimos frutos, peixes e caça da Europa! A proporção que a população avança para o interior em busca de maior soma de produtos naturais, os lucros vão se tornando cada vez menores.

O homem que vem de longas margens que escapou muitas vezes da morte no fundo das florestas, que traz o germe de moléstias para lhe pesarem ainda mais com a velhice, impossibilitado muitas vezes de granjear regularmente a subsistência, vendo ao longe acenar-lhe a miséria, chega em casa, encontra a família dispersa, e talvez a desonra e opróbrio!

Completamente extenuado, deita a um lado da choupana a trouxa que contém algumas varas de pano, único fruto das fadigas por que passou, e adormece quase persuadido que o trabalho é um mal. Se por ignorância, pela má aplicação de suas forças, afastou-se do caminho da felicidade o homem que cumpriu a lei suprema do universo, não gozando dos benefícios que proporciona o trabalho em qualquer época e em qualquer lugar.

O feio quadro que acabamos de esboçar, poder-se-á, no entanto, transformar-se em outro, belo e risonho, se porventura a população compenetrar-se de seus verdadeiros interesses, seguindo o caminho que a razão aconselha, e a experiência tem demostrado ser melhor. Trataremos aqui somente o trabalho da extração da salsa e da seringa, por serem as drogas mais importantes. A salsa cresce na terra firme, e vive ordinariamente em sociedade com a castanheira. [...] Ninguém ignora que os seringais do Baixo Amazonas, pela maneira inconveniente por que aí se trabalhava, acham-se estragados ou muito enfraquecidos, não compensando o sacrifício da exploração, ao menos da maneira por que se obtêm o produto em outros lugares.

O Rio Jari, que ainda não há muito tempo foi o centro da produção da seringa, onde se reuniu tão grande número de trabalhadores, está hoje quase deserto. As ilhas, que demoram nas proximidades da Foz do Amazonas, vão sendo também desprezadas; a população emigrou para o Madeira, porque ali as drogas se acham em abundância, e agora começa a encaminhar-se ao Purus, onde a posse dos seringais ainda não é contestada, como vai acontecendo no Madeira. Não se pode compreender qual seja o termo deste movimento tão prejudicial à Província e principalmente aos coletores. Por seu próprio interesse, os fabricantes de seringa devem fixar-se em bons lugares e tratar regularmente da exploração da droga, obtendo a posse do terreno, plantando seringueiras onde existirem outras plantas, de maneira que, no fim de algum tempo seja a dominante, e cultivando uma certa porção de gêneros alimentícios.

Figuramos um fabricante com pequeno capital, quanto baste para construção da casa, sustento e salário dos agregados no primeiro ano. Cada agregado fará a sua casa, durante o inverno, plantará uma roça, que chegue para a manutenção da família no ano seguinte. Enquanto ele trabalha na fabricação da seringa, sua mulher e filhos empregam-se na colheita e preparação dos produtos agrícolas.

O lucro, seja qual for o contrato que fizer com o fabricante jornal ou parceria, pode ser acumulado em parte, e no fim de alguns anos formará um pecúlio suficiente para estabelecer-se por sua conta, ou no mesmo seringal do patrão, se este quiser, ou em outro lugar. A casa e roça vende ao fabricante ou a outro agregado, que vier substituí-lo. Para isso, o governo deve estabelecer um regulamento, que garanta os direitos de uns e outros.

LEI N. 1.114 — de 27 de Setembro de 1860.

Fixando a despeza e orçando a receita para o exercicio de 1861—1862.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CAPITULO I.

DESPEZA GERAL.

Imagem 30 – Lei n° 1.114 de 27.09.1860

A seringueira pode ser aproveitada com 10 anos de idade, posto que com 6 já se tenha extraído leite. O agricultor tem, portanto, muito tempo para desfrutar o seu trabalho. Quando por qualquer circunstância ele venha a abandonar o estabelecimento, tem um capital fixo para dispor; a casa, a terra, as plantas, os caminhos e as roças, tudo representa trabalho, acumulando riquezas. Quem quiser empreender a mesma indústria, preferirá decerto comprar um seringal compacto, onde o serviço torna-se mais suave, e barato, com habitação regular da lavoura, a ir encelar o trabalho em lugar completamente baldio. A Lei n° 1.114 de 27.09.1860 facilitou a aquisição de terrenos para a cultura nesta Província, tendo cada posse meia légua de frente e outro tanto de fundo.

Estas posses serão pagas quando o Governo mandar proceder à medição, circunstância muito favorável, porque não é tão cedo que efetuará o pagamento. Pode-se admitir, sem exageração, que um seringal cultivado dá mais de 50% do que um no estado natural, e o trabalho empregado decresce na mesma proporção, com metade dos trabalhadores se obtém o dobro do produto. E, além disso, será o trabalho mais suave, não correm os trabalhadores tanto risco; girando perto da casa, podem mais facilmente serem observados os preceitos higiênicos, e o tratamento das moléstias não sofrerá delongas; o fabricante facilmente fiscaliza o serviço. [...]

Terreno do Vale do Purus

O terreno do vale do Purus até as barreiras de Jutanaã ([27]): é de aluvião moderna, e pode-se dividir em três classes distintas:

1ª terra firme, onde o elemento predominante é a argila;

2ª a várzea e igapó, que se compõem em sua superfície da vasa do rio;

3ª campos mais ou menos arenosos.

As plantas mais conhecidas, e que caracterizam a terra firme, são: a salsa, a castanheira e a copaibeira. A terra firme, quando chega à margem do Rio, toma o nome de barreira. As maiores não têm mais de 30 braças de comprimento, e acima do nível do Rio, na máxima enchente, chegam algumas a 8 braças. Aí se vê perfeitamente a disposição das camadas. Na superfície, acha-se húmus em abundância, e areia misturada com argila, na proporção de um para seis. A areia vai desaparecendo à proporção que se aprofunda. [...] (DRJ N° 272)

---

[27] Jutanaã: não passamos deste ponto, que dista da Foz 238 léguas. É natural que muito acima ainda a constituição geológica seja a mesma. (SILVA COUTINHO)

Um Euclides à Margem da História

Que me importa, a mim, que o leitor estaque na leitura corrente, se a impressão que lhe dou com esse termo esquecido é a mais verdadeira, a mais nítida, e, em verdade, a única que eu lhe queria dar?!
(CUNHA, 2000 – Um Paraíso Perdido)

É triste verificar que um autor da envergadura moral e cultural de um Euclides da Cunha seja tão pouco conhecido por uma nação que não aprendeu, ainda, a cultuar e valorizar seus antepassados. A repugnante série denominada "*Desejo*", levada ao ar de 27 de maio a 22 de junho de 1990, pela "*GloboLixo*", em vez de mostrar a importância do ilustre personagem no contexto nacional, se preocupou apenas em apresentar aos mal informados brasileiros os desvarios de uma esposa infiel. Mas o que esperar de um povo que tem, em sua própria cédula monetária nacional, a estampa de animais em vez de seus heróis nacionais ou vultos históricos que se destacaram no campo da política, das artes e das ciências?

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha

Euclides nasceu no dia 20 de janeiro de 1861, em Santa Rita do Rio Negro, Fazenda da Saudade, Município de Cantagalo, antiga Província do Rio de Janeiro. Filho do baiano Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha de Cantagalo. Aos três anos de idade, com o falecimento de sua mãe, ele e a irmã foram entregues aos cuidados da tia Rosinda de Gouveia, que faleceu dois anos mais tarde. Novamente, foram encaminhados para a companhia de outra tia, Laura Moreira Garcez, em Conceição de Ponte Nova, Fazenda de São Joaquim e São Fidélis, no Estado

do Rio de Janeiro, onde iniciou o aprendizado das primeiras letras. Passou por diversos colégios antes de chegar à Escola Militar revelando-se um aluno invulgar e de sagaz inteligência.

Escola Militar da Praia Vermelha

Assenta praça a 20.02.1886, na Escola Militar da Praia Vermelha, fazendo parte de uma geração de notáveis, destinada a ter uma participação fundamental nos destinos da nação brasileira. Euclides se tornou colaborador assíduo, seja em prosa ou em verso, da recém-fundada revista da escola – *"A Família Acadêmica"*. O ideal republicano vicejava pelo país encontrando na Escola um de seus núcleos mais ativos, empolgando professores e alunos. Lopes Trovão, um dos republicanos mais atuantes, regressava da Europa e preparavam-se grandes manifestações de apoio, com a presença dos alunos da Escola Militar. O General José Clarindo de Queirós, Comandante da Escola, comunica a visita do Conselheiro Tomás Coelho, Ministro da Guerra, para a mesma ocasião, tentando evitar a participação dos alunos nos protestos. No dia 04.11.1888, o Ministro passou em revista a 1ª Companhia sem que se verificasse qualquer tipo de indisciplina mas, quando chega à 2ª Companhia, Euclides sai de forma e tenta quebrar sua baioneta, jogando-a depois aos pés do Ministro a quem se dirige com violentas palavras de protesto. É recolhido, imediatamente, à prisão. O Dr. Lino de Andrade transfere Euclides para o hospital com diagnóstico de "*esgotamento nervoso por excesso de estudo*". Os jornais republicanos exploram o fato prenunciando o fim da Monarquia. Submetido, mais tarde, a interrogatório, professa sua fé republicana com veemência e coragem, provocando seu desligamento do Exército por indisciplina.

Gazeta de Notícias n° 309 – Rio, RJ
Segunda-feira, 05.11.1888

Indisciplina

Por ocasião de entrar o "*Ville de Santos*" em nosso porto, vapor em cujo bordo vinha de regresso à Pátria o Dr. Lopes Trovão ([28]), muitos dos alunos da Escola Militar subiram ao baluarte da mesma Escola e dali saudaram com vivas e acenos de lenços ao ilustre tribuno democrata. Ao que parece, essa demonstração de simpatia daqueles alunos não agradou ao comandante da Escola e este cavalheiro, vendo naquele ato uma quebra da disciplina, ordenou que os alunos manifestantes fossem ontem impedidos em sua saída. Ora, sucedeu que exatamente ontem resolveu o Sr. Ministro da Guerra ir visitar a Escola Militar. E lá foi, e lá esteve. E como os alunos impedidos não estavam de boa maré, em virtude do castigo que sofriam, à hora em que tinham de em forma fazer continência à suprema autoridade militar que ali se achava de visita, como que recusaram-se a fazê-lo, deixando cair pesadamente as armas ao solo.

---

[28] José Lopes da Silva Trovão ou simplesmente Lopes Trovão (✞ 23.05.1848, na Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis, RJ / ✞ 23.03.1925, na cidade do Rio de Janeiro). Era filho de José Maria dos Reis Lopes Trovão e Maria Jacinta Lopes Trovão. Propagandista da República. Fez seus preparatórios no Externato Aquino, no Rio de Janeiro. Doutor em Medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1875, defendendo a tese Disenteria, para a cadeira de ciências médicas. Apresentou as seguintes proposições: Mudanças de estado, em ciências acessórias; Aparelho de visão, em ciências cirúrgicas e Da circulação, em ciências médicas. Diplomata e jornalista, exerceu, ainda, os cargos de Deputado Federal para mandatos de 1891 a 1894 e 1894 a 1895. Posteriormente, Senador da República entre 1895 e 1902. [...] Fonte: Ir∴ ANDRADE, Helton Fernandes de. Trabalho Sobre Lopes Trovão – o Paladino da Liberdade (Aug∴ Resp∴ Log∴ Sim∴ Duque de Caxias)

Imagem 31 – José Lopes da Silva Trovão

E então, um deles, mais exaltado, tomou da baioneta, quebrou-a de encontro ao joelho, e, atirando os pedaços da arma para o lado do Sr. Conselheiro Thomaz Coelho, que em sua visita era acompanhado pelo Sr. Senador Silveira Martins, proferiu em altas vozes uma espécie de veemente protesto, acentuando na mesma ocasião as suas crenças republicanas.

O Sr. Thomaz Coelho teve de desviar-se um pouco precipitadamente para não receber contra as suas pernas o choque dos fragmentos da arma, porém, vendo no estado de exaltação do aluno alguma cousa de anormal, lembrou logo que melhor seria recolhelo à enfermaria para que ali fosse submetido a rigoroso exame.

O alvitre do Sr. Ministro da Guerra foi aceito, sendo o aluno recolhido à enfermaria e os outros que incorreram em pena disciplinar continuam impedidos por ordem do comandante da Escola. O que se nos afigura de todo o sucedido, é que o fato não tem maior alcance, não passando de mera irreflexão de mocidade exaltada, sempre merecedora de indulgência.

***

À última hora obtivemos mais detalhadas informações acerca dos sucessos a que nos referimos. Já anteontem, a pretexto de uma visita do Sr. Ministro da Guerra à Escola Militar, o comandante da mesma Escola ordenara uma revista, à tarde, a fim de saber quais os alunos ausentes e de preveni-los da visita anunciada. Depois veio a notícia de transferência da visita para ontem, pela manhã, ficando porém os alunos impedidos de sair da Escola até ás 18h00. Por este modo evitava-se o comparecimento dos mesmos alunos à recepção do Dr. Lopes Trovão, quer o desembarque tivesse lugar anteontem até ás 18h00, quer se efetuasse ontem pela manhã. Os alunos que só se viram livres depois das 18h00, retiraram-se da Escola, levantando "*vivas*" a Lopes Trovão e "*morras*" a José Clarindo. Ontem pela manhã, logo após a revista, os alunos foram assistir à missa na capela da Escola e já aí, na presença do comandante, batiam de tal modo com as armas sobre o assoalho que este abateu. Depois, na presença do Ministro, deu-se o fato a que já nos referimos, sendo o aluno Euclides Cunha, o que despedaçou a arma e a arremessou contra o Sr. Thomaz Coelho, recolhido ao hospital para observação, "*por parecer sofrer das faculdades mentais*". Ao retirar-se o Ministro da Guerra, acompanhado do comandante da Escola, e à ordem de debandar, os alunos prorromperam em vivas a Lopes Trovão. O Sr. General José Clarindo, comandante, mandou que lhe trouxessem à porta da Escola o seu cavalo e dali mesmo retirou-se sem volver ao interior do edifício.

***

Depois do que acabamos de narrar, o Sr. Ministro da Guerra conferenciou na respectiva Secretaria com o Sr. Ajudante-general do exército.

Alguns alunos foram recolhidos à Fortaleza de Santa Cruz. Hoje será aberto um rigoroso inquérito, e consta-nos que o Governo está resolvido a punir com as penas do respectivo regulamento os alunos que o inquérito provar que incorreram em faltas disciplinares.

***

Consta-nos mais que, se o Governo julgar necessário, proporá ao Parlamento a extinção da Escola Militar e criará um outro estabelecimento de ensino, a que dará nova organização.

***

Consta que o Sr. General José Clarindo será exonerado do comando da Escola Militar. (GAZETA DE NOTÍCIAS N° 309)

Diário de Notícias n° 1.618 – Rio, RJ
Terça-feira, 19.11.1889

Euclides da Cunha

O jovem e simpático estudante da Escola Militar, o cidadão Euclides da Cunha, que, não há ainda muito tempo, teve uma questão com o Sr. Dr. Thomaz Coelho, quando Ministro da Guerra, apresentou-se ontem ao Sr. Dr. Benjamim Constant.

O ilustrado Ministro, conhecendo do fato, e sabendo que o digno estudante estava sem as suas divisas de Alferes-aluno, mandou-as colocar de novo em seus punhos, porque a elas tinha direito o altivo e estimado cavalheiro. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS N° 1.618)

Imagem 32 – Os Sertões

A República

No dia 15 de novembro, eclode o movimento da Proclamação da República e Euclides obtém de Benjamin Constant sua reintegração, a 19 de novembro, sendo promovido, no dia 21, a alferes-aluno. No ano seguinte, matricula-se na Escola Superior de Guerra, atingindo o posto de 2° Tenente a 14.04.1890. Em dezembro de 1891, após a conclusão do curso, foi promovido a 1° Tenente, da arma de Artilharia, sendo designado para instrutor na Escola Militar e, em 1893, é colocado à disposição do Ministério da Viação na Estrada de Ferro Central, Distrito de São Paulo.

Canudos

Incompatibilizado com a farda, é reformado em julho de 1893. Em São Paulo, é contratado como engenheiro-ajudante de 1ª classe da Superintendência de Obras. Seu amigo Júlio de Mesquita, do jornal "*O Estado de S. Paulo*", convida-o para acompanhar a campanha de Canudos como correspondente.

Euclides é nomeado adido do Estado-Maior do Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, e segue para Canudos para cobrir a última fase da campanha. Ao retornar, publica o artigo "*Excerto de um livro inédito*", no "*O Estado de S. Paulo*", de 19.01.1898, que fará parte de "*Os Sertões*". Ao término da Guerra de Canudos, mudou-se, com a família, para São José do Rio Pardo onde organizou suas anotações de campanha transformando-as na sua Obra-Prima.

Os Sertões

Repugnava-lhe aquela reação da legalidade que não lhe pareceu na altura da nossa força militar, como não agiu consoante à cultura que, como um povo civilizado e cristão, representávamos. Não acusava a indivíduos; reprovava, porém, a ação descabida, errônea, incontida dos responsáveis. Não escreveu para acusar, mas para reprovar. Daí o seu emudecer diante das misérias de que foi testemunha; daí o não carregar as cores, antes até esse esmaecer de tintas no quadro da realidade amarga, onde se lhe percebe, entre o silêncio por compostura e o estrugir num protesto de indignação, a tortura de sua alma de patriota. (Teodoro Sampaio – CUNHA, 2000)

E venho lembrar-te de uma velha promessa, feita aí, quando os "Sertões" eram apenas um projeto: traduzi-lo em francês. Se quiser fazê-lo cedo todos os direitos, abrindo mão de todos os lucros materiais que disto me possam advir; e estou pronto a firmar qualquer compromisso escrito, nesse sentido. (Carta a Egas Moniz Barreto de Aragão)

Logo após a publicação de "*Os Sertões*", passou a ser reconhecido como o maior escritor brasileiro do seu tempo. Tristão de Alencar Araripe Júnior promoveu-o de "*recruta a triunfador*". A 1ª edição esgotou-se em tempo recorde e a Academia Brasileira de Letras elegeu-o para a vaga de Valentim Magalhães.

O ESTADO DE S. PAULO

PROPRIEDADE DE J. FILINTO &COMP.

S. PAULO — Quarta-feira, 19 de janeiro de 1898

GERENTE — José Filinto da Silva

Numero do dia 100 rs. | N. 7003

EXCERPTO DE UM LIVRO INEDICTO

... Assim, o sertanejo é um forte, cuja energia contrasta o rachitismo exhaustivo dos mestiços enervados do littoral. Surge naquellas páragens com a feição firmemente accentuada de um lidador energico.

A sua apparencia, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrario. Não tem a plastica impeccavel, o desempeno, as linhas ele-

A sua apparencia, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrario. Não tem a plastica impeccavel, o desempeno, as linhas ele-gantes dos luctadores antigos. E' sem elegancia e desengonçado. O andar sem firmeza, sem o aprumo dos organismos vigorosos, é quasi gingante e sinuoso, apparentando a translação de membros desarticulados; e a postura, normalmente indolente, semi-curvada, manifesta uma displicencia perenne. [...]

O jagunço jamais se considera vencido; cede o terreno, mas não á victoria ...

EUCLYDES DA CUNHA.

Imagem 33 – O Estado de S. Paulo n° 7.003, 19.01.1898

Fronteira Brasil x Peru

Quando poucos desviavam suas atenções para o extremo Norte, ele soube conduzir a opinião nacional para a primeira meditação acerca dos destinos dele, obrigações e responsabilidades de que o país precisava tomar consciência. (Arthur Cézar Ferreira Reis)

Os conflitos entre brasileiros e peruanos, no alto Juruá e Alto Purus, anunciavam um desenrolar sangrento. O Brasil precisava assumir, no continente, uma posição mais firme nas relações internacionais.

Em 15.01.1904, Rio Branco nomeia-o chefe da "*Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus*", cuja missão era mapear o Rio Purus desde a desembocadura no Solimões até suas cabeceiras no atual Estado do Acre, definindo as fronteiras do país com a Bolívia e o Peru. A viagem foi patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores e realizada conjuntamente com uma Comissão do governo peruano.

Com essa missão, Euclides realizava o velho sonho: o de ver a Amazônia, satisfazendo a curiosidade de muitos anos. Preparara-se para a grande aventura lendo clássicos como: La Condamine, Bates, Wallace, Spruce, Alexandre R. Ferreira, Tavares Bastos, Frei João de São José, Silva Coutinho, dentre outros. Em Belém, fica maravilhado com o Museu do Pará onde teve a oportunidade de conhecer "*dois homens admiráveis*": o Dr. Emílio Goeldi e Jacques Huber. Chegou a Manaus em 30 de dezembro, onde encontrou o seu antigo companheiro da Escola Militar da Praia Vermelha, Alberto Rangel, e em cuja casa ficou hospedado. Rangel escreveu um livro capital para a cultura amazônica: "*Inferno Verde*", publicado no Rio de Janeiro em 1908 e prefaciado por Euclides.

Belém e Manaus viviam o auge do ciclo da borracha, as grandes casas de negócio eram estrangeiras, tudo era importado. Euclides se assustou com a tremenda desordem social que se agravava com a incorporação de estranhos valores alienígenas. O trabalho de campo das duas comissões demonstrou a tenacidade invulgar de Euclides vencendo obstáculos de toda ordem: enfermidades, escassez de víveres, revolta, naufrágio e, inclusive, a desconfiança dos peruanos, que identificavam, nas atitudes dos brasileiros, manifestações que poderiam colocar em risco a sua soberania.

A sua invejável visão holística é caracterizada pelos comentários de cunho antropológico, aspectos do relevo, solo, fauna, flora, clima da região e sobre o caráter divagante do Rio Purus, baseados na concepção do "*ciclo vital*". Durante a viagem teve, ainda, o cuidado de recolher amostras de fósseis e rochas, posteriormente encaminhadas ao Museu do Pará (Emílio Goeldi). Concluído o levantamento, Euclides regressa ao Rio de Janeiro onde inicia a redação do Relatório sobre a evolução fisiográfica da Bacia do Purus. Terminado o Relatório, no final de 1905, o Barão do Rio Branco o mantém como auxiliar técnico. Neste período, escreve para diversos jornais suas impressões sobre a Amazônia e faz o mapeamento de diversas questões de limites defendidas pelo grande estadista. Escreve, então, em um mês, a obra "*Peru Versus Bolívia*". Considerado por alguns, menos informados, como mero relatório técnico, são na realidade páginas repletas de uma lógica insofismável e de um conhecimento fantástico da história e política do continente. Mais uma vez foi reconhecido e consagrado não só no Brasil, mas em todo o continente Americano.

Peru Versus Bolívia

Muitos talvez não compreendam que, numa época de cerrado utilitarismo, alguém se demasie em tanto esforço numa advocacia romântica e cavalheiresca, sem visar um lucro, ou interesse indiretos. Tanto pior para os que não o compreendam. Falham à primeira condição prática, positiva e utilitária da vida, que é aformoseá-la... (CUNHA, 1975)

Como chefe da "*Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus*", vivencia o angustiante problema do seringueiro no Acre e passa a se preocupar com a questão da demarcação das fronteiras entre a Bolívia e o Peru.

Assumindo apaixonadamente partido da Bolívia, tornou-se o "*Cavaleiro andante da Bolívia contra o Peru*", conforme ele mesmo se definia. Euclides da Cunha é um imortal e, como tal, consegue transformar um árido relatório técnico numa obra magistral onde os argumentos de irrefutável lógica cartesiana ombreiam com a história e acompanham harmonicamente seus devaneios de pura poesia. Vamos citar apenas algumas de suas memoráveis considerações:

> A barreira colonial renasce num majestoso traço imperialista, espichada, e deslocando-se para o Norte, golpeantemente, em pleno seio da Amazônia. Depois de tantas resoluções debatidas, afirmadas e ratificadas em numerosos atos oficiais, a República sonhadora do Pacífico abandona, de improviso, os compromissos oriundos da sua existência autônoma e, abdicando a própria altitude política, volve, às recuadas, aos tempos em que ainda não existia, acolhendo-se à placenta morta da metrópole extinta, e revivendo, entre as singularidades desse processo retrospectivo, as fantasmagorias do Vice-reinado, cujo acabamento foi a primeira condição da sua própria vida. [...] Contemplemos nos seus vários aspectos, desde o nascedouro abortício à caduquice lastimável – periclitante e vária, à mercê dos lápis arbitrários dos copistas de mapas – aquela risca fantástica e curiosa de uma espécie de geografia espectral. [...] A tanto se alarga a amplitude de oscilação da fronteira jogada, à toa, no deserto. A agitante caduquice político-geográfica estereotipa-se. Vê-se. Aí está, sempre dúbia, sempre incompreendida, sempre errante, sempre atarantada, hoje como há um século, a saltar de um para outro lado, numa inambulação desesperadora, ora ao Norte, ora ao Sul, sem pouso, sem posição, sem fixidez, sem descanso, ocupando todos os pontos, abandonando todos os pontos, fugindo de todos os pontos; e a

espelhar nesta volubilidade pasmosa, em nossos dias – depois de Humboldt, depois de Castelnau, depois de Gibbon, depois de Chandless – os mesmos erros, que a obscureceram nos primeiros tempos. [...]

Não combatemos as pretensões peruanas. Denunciamos um erro. Não defendemos os direitos da Bolívia. Defendemos o Direito. (CUNHA, 1975)

À Margem da História

Em 1909, ano da sua morte, é publicado postumamente "*À Margem da História*", que reúne o que é de melhor de seus escritos dedicados à Amazônia:

> Ao passo que no Amazonas, o contrário. O que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva. A enorme caudal está destruindo a terra. O Professor Hartt, impressionado ante as suas águas sempre barrentas, calculou que:
>
> > se sobre uma linha férrea corresse dia e noite, sem parar, um trem contínuo carregado de tijuco e areias, esta enorme quantidade de materiais seria ainda menor do que a de fato é transportada pelas águas...
>
> Neste ponto, o Rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos Rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. Herbert Smith, iludido ante a poderosa massa de águas barrentas, que o viajante vê em pleno Oceano antes de ver o Brasil, imaginou-lhe uma tarefa portentosa: a construção de um continente. [...] Esqueceu-lhe, porém, que aquele originalíssimo sistema hidrográfico não acaba com a terra, ao transpor o Cabo Norte; senão que vai, sem margens, pelo Mar dentro, em busca da corrente equatorial, onde aflui entregando-lhe todo aquele

plasma gerador de territórios. Os seus materiais, distribuídos pelo imenso Rio pelágico que se prolonga com o Gulf Stream, vão concentrando-se e surgindo a flux, espaçadamente, nas mais longínquas zonas: a partir da costa das Guianas, cujas Lagunas, a começar no Amapá, a mais e mais se dessecam avançando em planuras de estepes pelo Mar em fora, até aos litorais Norte-americanos, da Geórgia e das Carolinas, que se dilatam sem que lhes expliquem o crescer contínuo os breves cursos d'água das vertentes orientais dos Alegânis. Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro, e está pisando em terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contrassenso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem a terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: a terra sem a pátria. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgastamento ininterrupto, as largas superfícies que atravessa. (CUNHA, 2000)

Recordando Euclides da Cunha – T. Sampaio

Ninguém lê; ninguém escreve; ninguém pensa. A mofina literária nacional traduz-se, naturalmente, numa vasta polianteia, a 100 réis por linha. De todo absorvidos no presente, às voltas com seus interessículos, estes homens, tão descuidados do futuro, ainda menos curam o passado; e decerto não escutarão a grande voz do historiador. Entretanto, quero crer que ainda haverá meia dúzia de espíritos capazes do esforço heroico de um rompimento com tanta frivolidade. E entre estes me alinharei.
(Euclides da Cunha – Carta a Oliveira Lima)

Como professor de Matemática e Desenho Geométrico, do Colégio Militar de Porto Alegre, tenho procurado reforçar, nos meus alunos, o interesse e a importância da interpretação de textos para todas as ciências e me valho sempre deste belo texto relatado por Teodoro de Sampaio, grande amigo de Euclides:

> Conversamos uma vez a propósito do estouro da boiada e dos costumes do vaqueiro da caatinga, quando me ocorreu citar-lhe um bilhete de sertanejo cujo teor, como se vai ver, me deram por autêntico de um vaqueiro dos Inhamuns:
>
> > Ilustríssimo Senhor meu amo. Participo-lhe que a sua boiada meteu-se em despotismo. Um boi no deixar o curral entregou o couro às varas. O resto... o resto trovejou naquele mundão.
>
> "*Falar assim é que é falar com a natureza*", atalhou-me encantado o Euclides. "*Não conheço deveras povo, como o nosso do sertão que, por palavras, dê mais realce ao seu sentir, tenha mais energia no dizer.*" Uma boiada que "*se meteu em despotismo*", comentávamos então, é em verdade a revolta, a convulsão da bovina caterva, mugindo, arremetendo, arrombando porteiras e levando tudo adiante de si. "*Meter-se em despotismo*" quer dizer tudo isso numa frase sintética muito verdadeira ao sabor da gente simples do sertão. "*Um boi que entrega o couro às varas*" é a vítima do incontido tropel sobre cujo cadáver passou a avalanche de manada e de que o provido boiadeiro tirou o couro, espichando-o por meio de varas a secar no oitão da casa da fazenda. "*Trovejar naquele mundão...*" exprime de modo incomparável o que é o horizonte da caatinga quando, como um furacão, o sacode o arranco da boiada por entre nuvens de pó. O chão treme. O ruído da ramalhada partida e levada a peitos estruge como um trovão ao longe, numa tempestade em que aos euros se substituem bisões furibundos como que

tangidos por demônios invisíveis. Euclides repetia essas frases como que a pesar-lhes as imagens, a haurir-lhes na onomatopeia significativa, a sensação real que lhe produziam. (CUNHA, 2000)

Poesia de Euclides da Cunha – Gonçalves Dias

[...] chegou a notícia da morte de Gonçalves Dias, o grande poeta dos Cantos e dos Timbiras. A poesia nacional cobre-se, portanto, de luto. Era Gonçalves Dias o seu mais prezado filho, aquele que de mais louçania a cobriu. Morreu no Mar-túmulo imenso para talento. (Machado de Assis)

Gostaria de fazer minhas as palavras da primeira estrofe do verso de Euclides homenageando o poeta Antônio Gonçalves Dias, para prestar um justo tributo a Euclides, que tanto fez por esta "*Terra Brasilis*". Euclides cumpriu suas missões com invulgar e total dedicação, sem medir esforços, sem jamais buscar o reconhecimento pessoal simplesmente almejando obter a sublime satisfação do dever cumprido.

Ao Pé do Mar
(Euclides da Cunha)

Seu eu pudesse cantar a grande história,
Que envolve ardente o teu viver brilhante! ...
Filho dos trópicos que – audaz gigante –
Desceste ao túmulo subindo à Glória! ...

Teu túmulo colossal – nesta hora eu fito –
Altivo, rugidor, sonoro, extenso –
O Mar!… O Mar!… Oh sim, teu crânio imenso –
Só podia conter-se – no infinito…

E eu – sou louco talvez – mas quando, forte,
Em seu dorso resvala – ardente – Norte,
E ele espumante estruge, brada, grita.

E em cada vaga uma canção estoura…
Eu – creio ser tua alma que, sonora,
Em seu seio sem fim – brava – palpita!…

Assassinato de Euclides

O PAIZ

ANNO XXV — N.° 9082 RIO DE JANEIRO, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1909

A MORTE DE EUCLIDES DA CUNHA

Um doloroso drama de sangue — As causas e os factos — As declarações á policia — O transporte do corpo — As manifestações de pesar — O enterro.

Varado de balas, num suburbio distante e ermo, a que o conduzira a perturbação de uma idéa fixa e o aguilhão mordente de uma suspeita allucinadora, morreu hontem Euclides da Cunha, o escriptor poderoso que com a publicação dos "Sertões", o seu primeiro livro, deu ao Brazil a gloria de um novo estylista e a segurança de uma alta capacidade de estudo e de trabalho posta ao serviço constante do paiz.

Hoje não ha em toda a vasta extensão da nossa terra pessoa mediana- fez-se sem hesitações e tentativas. Foi como a arraiada radiosa de um sol; e desde então, aureolado de um prestigio que augmentava com o tempo, ficou sendo na vida contemporanea um vulto inconfundivel e um consagrado.

Mas Euclides da Cunha tinha já antes da sua primeira obra um perfil distincto; o escriptor ainda não se havia revelado, porque ainda se não completara o estudioso. Um longo preparo scientifico, feito com um meticuloso rigor e uma paciente cultura literaria, bebida nas fontes mais puras da lingua, deviam preceder a sua apparição como autor e formar a base solida em que havia de assentar indestructivelmente a sua obra e o brilho do seu nome.

O seu successo é recente; data de uma dezena de annos, se tanto. Mas as condições desse successo foram creadas por elle na dedicação ao estudo e á sciencia em toda uma mocidade de serena, obscura, retraida operosidade.

Adolescente ainda, abraçou a carreira das armas, não que o empolgasse a seducção da gloria militar, mas porque via nella a satisfação da sua sêde de saber e era ella que lhe offe- para a sua completa organização intellectual.

A Escola Militar era como um arsenal em que se fundiam e se modelavam as idéas avançadas, em que crepitava a chamma viva das aspirações generosas e em que ao mesmo tempo o ardor desses impulsos da mocidade se temperava no trato severo da sciencia.

Para esse meio transplantou-se Euclides da Cunha; e lá, como planta em uma estufa, se desenvolveram as suas faculdades intellectuaes rapida e vigorosamente.

As abstracções empolgantes da mathematica pura, os encantos das sciencias physicas e naturaes, enchiam-lhe as horas de trabalho; os sonhos de remodelação politica do paiz, os devaneios de arte, as encantadoras visualidades de um futuro fecundo, tomavam-lhe o tempo que sobrava ás exigencias superiores do estudo.

E assim, nessa alliança entre as positividades cruas da sciencia e as seductoras perspectivas da arte, o seu espirito foi se fortalecendo e adquirindo a feição original, que o havia de elevar mais tarde ás culminancias da intellectualidade brazileira.

Impetos de rebeldia agitavam-no por vezes, porque se o meio altamente intellectual em que se achava garantia-lhe a consecução do necessario cabedal aos seus ulteriores trabalhos, as peias da disciplina militar, difficultavam-lhe de alguma fórma a adhesão franca e efficaz á causa republicana, que era o seu grande sonho de patriota.

E um dia, quando o ministro da guerra, que era então o conselheiro Thomaz Coelho, passava em revista o corpo de alumnos, notou com espanto que um, tomando a espada pelo copo e pela ponta da lamina, partia-a violentamente contra o joe-

Imagem 34 – O Paiz n° 9.082, 16.08.1909

Segundo a escritora Judith Ribeiro de Assis, no seu livro "*Anna de Assis: História de um Trágico Amor*", Anna, aos 75 anos de idade, concedeu uma entrevista ao jornal "*Diretrizes*", que foi publicada no dia 30 de dezembro de 1946.

Eu é que posso escrever sobre Euclides. Vivemos juntos. Dormimos no mesmo quarto. Duvido que alguém tenha por ele maior admiração do que a minha. Mas o escritor era diferente do homem. Euclides foi a criatura mais orgulhosa que conheci. Tinha muita ambição e, no entanto, era de uma honestidade absoluta. Mas, como todo puritano, era seco de coração. Chegava a ser ríspido. Não fazia carinhos. Nem aos filhos... E, depois, como era feio. Só uma coisa chamava a atenção: seu olhar fulgurante. (ASSIS & ANDRADE)

No centenário de sua morte, muitas dúvidas ainda pairam sobre o julgamento de seu algoz Dilermando e dividem a opinião de pesquisadores e escritores. A versão que consta dos autos é a contada pelos réus e foi devidamente orientada pelo excelente advogado de defesa Evaristo de Moraes. O Ministério Público, por sua vez, não chegou a acompanhar as audiências de instrução, pois o promotor se encontrava adoentado e a família de Euclides não contratou um assistente de acusação. Uma visão isenta de todo processo mostra claramente que, embora Dilermando possa ter iniciado sua ação como um legítimo ato de defesa a, concluiu com um homicídio doloso.

O excelente artigo do Coronel Davis Ribeiro de Sena, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), que abaixo reproduzo, apresenta fatos pouco conhecidos do triângulo amoroso que resultou no assassinato de Euclides da Cunha.

Vidas Marcadas: Euclides, Anna e Dilermando

> [...] Poeta bissexto, de vez em quando publicava um soneto romântico. Promovido a 2ª Tenente [14.04.1890], em 10 de setembro ainda desse ano casou-se com Anna Emília [Saninha], menina-moça

[15 anos de idade – 18.06.1875], filha do Coronel de Cavalaria Frederico Sólon Sampaio Ribeiro, que conhecera durante uma tertúlia política realizada na casa do futuro sogro – um dos mais festejados republicanos, de participação decisiva nas ações do dia 15 de novembro de 1889 – deixando-lhe um bilhete de amor. "*Entrei aqui com a imagem da República e parto com sua imagem*", no arroubo de seus 24 anos.

A atitude de Euclides, abandonando o uniforme, certamente desgostara a sonhadora filha do Coronel famoso, acostumada a ver a casa de seu pai cheia de oficiais, servir-lhes cafezinho, água e refrescos e receber em troca elogios à sua beleza morena. Afinal, a gauchinha de Jaguarão namorara Euclides à noite do histórico dia 15 e, embora não fosse tão belo quanto desejasse, assim mesmo parecia guapo e decidido, gestos tímidos, com auréola de herói. Agora, em trajes civis, deselegante, era apenas mais um mestiço brasileiro, em que pese a cultura incomum, elogiada por todos.

Inicialmente considerado um enlace normal de um "*jovial mancebo*" com uma "*donzela casadoira*" – tão repentino como costumam ser os casamentos celebrados no início de carreira da jovem oficialidade – mais tarde veio à tona um relacionamento conturbado e traumático de 19 anos, descambando para o desrespeito às pessoas humanas, à vida, transparecendo o viés da intolerância e da insensatez.

O filho acaboclado do casal Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha, nascido em Cantagalo [RJ, 20.01.1866] e órfão da mãe aos 03 anos de idade, foi promovido a 1ª Tenente em 09.01.1892, para o Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe. Na voragem dos acontecimentos, acusado de apoiar a Revolta na Armada de 1893/1895, o

General Sólon Ribeiro foi aprisionado na fortaleza da Conceição [RJ, 26.09.1893], enquanto seu genro florianista construía trincheiras, espaldões e pontos fortificados no cais do porto do Rio de Janeiro e alhures, em defesa do Governo Federal. Saninha refugia-se em Descalvado [SP], com o filho de colo Sólon, temendo os bombardeios diários das belonaves rebeladas, ancoradas na Baía de Guanabara. Era a primeira separação do casal. No regresso, acompanhou o marido ao vilarejo mineiro de Campanha, quando nasceria o 3° filho, também de nome Euclides [18.07.1894] e onde o engenheiro serviria até o ano seguinte, por castigo disciplinar, ao insurgir-se contra o Marechal Floriano Peixoto, em virulento artigo que o jornal "*O Estado de São Paulo*" recusara-se a publicar. Surgiram então, os desentendimentos ostensivos, entre eles, enquanto que o escritor, pressionado pela mulher – que tomou o partido do pai – e pela família Ribeiro, rompia definitivamente com o florianismo.

Não vocacionado para a carreira castrense – embora nunca tenha hostilizado o Exército em seus escritos e atitudes, nos quais, ao contrário, procurava sempre preservar a instituição – o débil Tenente foi considerado incapaz para o serviço ativo, após ser submetido a inspeção de saúde [28.05.1895], sendo agregado ao Corpo de Estado Maior de 2ª Classe, com permissão para permanecer em São Paulo. A seguir, foi reformado por Decreto de 13.07.1896, segundo parecer de nova junta médica, tendo sido excluído do estado efetivo daquele Corpo e fazendo jus à terça parte do soldo. Exercia a profissão de sua preferência [engenharia civil], nas funções de ajudante de 1ª Casse na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, quando foi contratado pelo jornalista Júlio de Mesquita, diretor de "*O Estado de São Paulo*" e seguiu como correspondente para Canudos, em 04.08.1897, adido ao

Estado-Maior do Marechal-graduado Carlos Machado de Bittencourt, Ministro da Guerra, que fora inspecionar no semiárido baiano as forças expedicionárias que combatiam – segundo a revista francesa "*Hachette*", de Paris – "*um comunista que pregava o restabelecimento da monarquia*".

Baixa estatura [1,65 m], perfil esquálido, gestos inquietos, parecia mal acomodado nas roupas que trajava. Parava pouco tempo nas localidades em que morou, em razão dos encargos profissionais [engenheiro auxiliar da Secretaria de Obras Públicas de São Paulo], inspecionando os serviços em andamento, particularmente no vale do Rio Paraíba do Sul. Concluídos os trabalhos de restauração da célebre ponte de ferro de São José do Rio Pardo, residiu no distrito de Guaratinguetá, então pertencente a Lorena [jan 1902 / jan 1904], construindo obras menores. Não há registros do comportamento pessoal de Anna Emília a não ser que frequentava com assiduidade a capela do colégio onde foram matriculados os filhos Sólon e Euclides [Quidinho], no melhor educandário, acompanhada da irmã Alquimena, ex-freira. O casal mudou-se finalmente para a capital federal, depois de passar celeremente por Santos [Guarujá].

Euclides estudava, escrevia, fazia cálculos matemáticos e sonhava. Não era marido ciumento, daqueles controladores das vestimentas e dos passeios da esposa, fato então corriqueiro, dando-lhe liberdade para usufruir das distrações proporcionadas pela cidade grande, agora ao lado dos parentes Ribeiro, como sempre desejou, não havendo indicações de que fosse pessoa leviana, namoradeira, além dos comentários a ela dirigidos por sua atitude desafiadora em São José do Rio Pardo – que odiava – momento em que se debruçava à janela, "*colo à mostra*".

Por sua vez, carinhoso e dedicado aos seus familiares, jamais Euclides desviara o olhar para outra mulher, em toda sua vida, ou sequer pronunciara palavras relacionadas ao sexo oposto. Sua fidelidade aos deveres matrimoniais era completa, inclusive no comparecimento à alcova, como atestam os vários filhos gerados. A primogênita Eudóxia morrera com poucos dias de vida, no início de 1891.

Trabalhador incansável, afastou-se do lar por largo período – 13.08.1904 / 01.01.1906 – viajando para a Amazônia no vapor "*Alagoas*", nomeado para integrar a Comissão Diplomática Brasileiro-Peruana e retornando para ser empossado na Academia Brasileira de Letras [18.12.1906], na cadeira n° 07, aberta pela morte de Valentim Magalhães. Assim embarcara, assegurando a manutenção do lar por intermédio do fornecedor Batista da Fonseca, estabelecido à rua Uruguaiana, onde a esposa adquiria víveres e roupas pela caderneta de crédito, com direito a sacar dinheiro vivo.

Transferira-lhe a responsabilidade da economia caseira, incluindo a orientação escolar dos filhos. Era um homem avançado para seu tempo.

A vida dá muitas voltas e o destino montou a armadilha traiçoeira, cruzando os passos despreocupados de Saninha e Didi, como ela tratava carinhosamente o amante, com quem convivia idilicamente, no ano fatídico de 1905, ainda às escondidas, como veremos. No retorno ao lar, nascia-lhe o 5° filho Mauro [11.06.1906, louro, cabelos crespos, olhos azuis], que viveu apenas 07 dias. <u>Havia um detalhe importante a esclarecer</u>: <u>para ser seu filho biológico</u>, <u>o período de gestação da mãe teria que ter sido de 18 meses</u>, <u>a contar da viagem dele para o Acre</u>, <u>ou de apenas 06 meses</u>, <u>tomando-se a data do regresso</u>.

Chegara ao Rio de Janeiro inesperadamente – com certeza informado por amigos e/ou inimigos – encontrando a esposa grávida de 03 meses, que usou de evasivas para iludir o marido, assegurando que "*o enganara apenas em espírito*". O pai do nascituro, Cadete Dilermando Cândido de Assis, retira-se da casa, onde residira na ausência de Euclides, passando a fazer visitas cerimoniosas aos domingos. É evidente que o marido enganado desconfiava da situação insólita e inaceitável, ao passo que esconder a gravidez tornou-se impossível à mulher. Todo esse cenário hipócrita ele tolerou: o escândalo estava nas ruas e as pessoas comentavam as brigas constantes e deploráveis do casal, incluindo ofensas e desaforos trocados quase diariamente por mais de 03 anos de convivência insuportável [jan 1906 / ago 1909].

Ao se aproximar do Cais "*Pharoux*", a bordo do vapor inglês "*Tennyson*", Euclides telegrafou à esposa adiantando a hora do desembarque. Demonstrando desmedida hipocrisia, Anna Emília mandou o ousado amante trazer à casa o marido enganado. Mais tarde, Dilermando assegurou que foi nesse episódio que o conheceu pessoalmente e não dormiu na residência violada, retirando seus pertences antes da entrada do rival.

Isso na versão dele. Existe outra, pela qual eles conviveram amistosamente durante certo período, talvez a mais plausível, pois – seguindo o raciocínio de tentar simular a união carnal dos enamorados – sua saída imediata da casa poderia fornecer argumento para perguntas inconvenientes do recém-chegado e ali estavam as irmãs Angélica e Lucinda, tias do moço, cujas presenças acauteladoras desanuviaram o ambiente. Na ocasião, Dilermando e Euclides preenchiam o tempo disponível conversando animadamente sobre suas experiências: o primeiro discor-

rendo vibrante sobre o início algo ilusório da vida na caserna, para deleite do interlocutor, que comentava discretamente os últimos tempos passados na Amazônia e seus dias de camaradagem na Real Escola Militar, de doce lembrança.

Este contato amigável não poderia se prolongar. Os dois logo deixaram de se cumprimentar, rompendo as relações; contudo, em 1908, Euclides ficou sabendo que o rapaz já odiado, mais uma vez, em férias, acompanhara sua mulher na internação do filho mais velho Sólon, no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo [RJ]. Ademais, vira dona Anna a seu lado, em plena rua Humaitá, em frente ao lar, desfilando de mãos entrelaçadas, o cúmulo da desfaçatez. A todos parecia que ele concordava com a revoltante cena, que esmagou sua autoestima, agravando a longa angústia. Teria que descobrir um jeito de afugentar o amante impetuoso, porém a separação – que hoje seria natural – era inadmissível aos seus padrões morais e éticos. Comprovadamente contrário a atitudes violentas, sua intenção era esquecer o passado e recomeçar o casamento praticamente desfeito, mudando-se para o confortável sobrado situado à avenida N. Senhora de Copacabana n° 234, de fundos para o Mar. Atente o leitor que, em momento algum, encostou a mão na mulher infiel, que lhe negava o acesso marital, substituindo-o por um audacioso estranho, embora as discussões fossem exaltadas.

A vida continuou e sua esposa deu à luz outro menino – Luís [16.11.1907], de aparência idêntica ao finado irmãozinho Mauro – completamente diferente dos filhos indiáticos do marido, olhos escuros, cabelos negros, lisos e escorridos: "*uma espiga de milho no meio do cafezal*". Dilermando passara as férias escolares no Rio de Janeiro, no primeiro trimestre daquele ano.

Ainda tímido Cadete, assentara praça na republicana Escola Militar do Brasil [Praia Vermelha] em 1903, pelas mãos do seu tio e padrinho Major do Exército José Pacheco de Assis – veterano de Canudos, citado em "*Os Sertões*" – e participou da chamada "*Revolta da Vacina Obrigatória de 14.11.1904*", ocasião em que todos os Cadetes foram excluídos, aquela Escola extinta e reaberta em Porto Alegre [1906], após a anistia concedida no ano anterior. Despediu-se Dilermando por intermédio de um cartão social endereçado à família Cunha, viajando para prosseguir seu aprendizado de 03 anos para o oficialato.

Desempregado, aceitara com entusiasmo o convite para integrar a missão diplomática enviada à Amazônia, como vimos, para sustentar a família e manter o elevado padrão de vida a que todos estavam acostumados. Sua esposa Anna Emília Ribeiro da Cunha permaneceu na então Capital Federal, residindo no bairro Cosme Velho, mas viajou a seguir para a cidade de São Paulo, a fim de internar os filhos Sólon e Euclides num prestigiado colégio inglês, hospedando-se junto às amigas Angélica e Lucinda, que moravam com o irmão Joaquim Nicolau Rato, tutor dos menores Assis. Retornou ao Rio de Janeiro com o caçula Manoel Afonso [Afonsinho], para morar na pensão familiar de Madame Monat, Rua Senador Vergueiro n° 14, Botafogo.

Logo mudou-se para uma casa que alugara na Rua Humaitá n° 67, levando-as como acompanhantes inseparáveis, porém distante dos filhos pré-adolescentes, matriculados na capital bandeirante.

Em sua temporada paulistana – que durara quase todo o ano de 1905 – conheceu o amor de sua vida, Dilermando Cândido de Assis. Nascido em Porto Alegre em 18.01.1888, o adolescente, de vez em quando ia passear naquela cidade, em visita ao tio

Quincas Rato e às tias, filho que era de Carolina, a terceira da irmãs, falecida no ano anterior e também amiga de Anna Emília, em vida. Seu pai, Tenente de Cavalaria João Cândido de Assis, morrera em Santa Vitória do Palmar [RS], vitimado por uma queda de cavalo, aos 33 anos, consternando todo o Exército [1902]. Deixara 03 filhos: Dilermando, Dinorah e Dinobert [morto ainda criança], mas o acidente fatal facilitaria a carreira castrense dos filhos, beneficiados pela legislação vigente, que protegia os órfãos de militares.

Provavelmente, o explorador de terras longínquas não sabia por onde andava a esposa, que tinha "*grande ascendência sobre ele*", na opinião do pai Manoel Rodrigues da Cunha. Saninha era conhecedora da existência dos garotos caídos na orfandade, o que lhe causava sincera compaixão. Indultado e aguardando o reinicio do curso de formação de oficiais em Porto Alegre no próximo ano letivo [1906], estava visitando a família o ex-Cadete Dilermando, exatamente naquele momento.

A partir daí, os mais curiosos observaram com espanto as primeiras trocas de olhares sedutores e os afagos furtivos entre a hóspede amiga e o rapagão visitante, desafiando frontalmente a estrutura familiar tradicional.

Foi amor à primeira vista. Logo que pôde, o adolescente apaixonado e ainda ingênuo visitou a amada na pensão de Madame Monat, levando debaixo do braço, como pretexto, um álbum musical para presenteá-la. Já ao lado das amigas alcoviteiras, cujas presenças ajudavam a disfarçar as constantes visitas do sobrinho, Anna Emília mudara-se fisicamente para a casa da Rua Humaitá, onde recebia os carinhos de Dilermando, sem se preocupar com as "*fofocas*" da vizinhança e admoestações da família.

Temerário, o moço deixara a companhia do irmão de seu pai e amigo – com quem dividia um quarto na Fortaleza de São João [Urca] – e foi viver ostensivamente com Saninha, no novo endereço, aproveitando a ausência do marido: ele com 17 anos de idade; ela, 30, casada, mãe de 03 filhos vivos. Enquanto isso, em Manaus, Euclides da Cunha recebera notícias intranquilizadoras sobre os sucessos românticos envolvendo Anna Emília e viajou preocupado para o Rio de Janeiro, onde chegou de surpresa em 01.01.1906. Com o passar do tempo, veio a certeza de que a esposa frequentava a "*república*" dos irmãos Assis. Ela dormia algumas vezes fora do lar, dizendo nessas ocasiões que ia pernoitar com a mãe, o que era aceito de boa-fé, pois levava consigo o filho Luís, sendo que, por vezes, realmente assim procedia.

Não sabia exatamente a localização do ninho dos amantes, oculto por uma grande "*armação*" familiar. Rompeu com a sogra Túlia e a parentela Ribeiro, acusando-as de encobrir os "*passos falsos*" e de acobertar a traição da esposa.

O povão escarnecia do relacionamento indecoroso com chacotas e risos, mas os amigos, a elite social e a classe média conservadoras condenavam o comportamento aparentemente passivo do chefe da casa, impotente, para, ao menos, interromper a humilhação pública, talvez movido pelo amor que sentia pela esposa adúltera. Seja como for, Euclides da Cunha assumiu a paternidade pela 2ª vez, mesmo quando o pai verdadeiro – vindo do Rio Grande do Sul, já Aspirante a oficial de Cavalaria [Turma de 02.01.1909] – se apresentou pronto para o serviço em sua primeira unidade [1° Regimento de Artilharia Montada, incluído como instrutor] na Capital Federal, configurando inusitada movimentação, somente realizável com o consentimento do Ministro da Guerra.

A Guerra dos Cunha

Na quinta-feira, 12.08.1909, aconteceu o espetáculo inusitado na cidade conservadora do Rio de Janeiro. Senão vejamos: Largo da Carioca, epicentro "*chic*" da capital da República, onde transitavam "*pessoas de bem*", autoridades, artistas, famílias gradas, a "*fina flor da sociedade*", todos atentos aos acontecimentos mundanos e às conversas descompromissadas da aristocracia que pavoneava e trocava opiniões sobre a vida alheia.

Anna Emília, de braços dados com o filho Sólon, desfilava ao lado de garboso oficial do Exército, uniformizado, Dilermando de Assis, perto da meia-noite, provocando os maiores sussurros das "*línguas faladeiras*", depois de assistir ao sarau do Teatro Lírico, na rua do Ouvidor, acompanhada por ambos.

De repente, surgiu do nada a figura bizarra do conhecido escritor Euclides da Cunha – certamente avisado por terceiros – que infletiu sobre o trio e começou a altercar em altos brados com a esposa e o filho. Dilermando sumira como por encanto.

A cena constrangedora, que durara vários minutos, permaneceria na memória dos circunstantes, consternados ao presenciar aquele escandaloso drama conjugal, já do conhecimento de todos. Para encurtar a história: Anna Emília retirou-se com o filho Sólon para a residência da mãe, de automóvel de aluguel, e o marido desapareceu na noite, certamente recolhendo-se à sua residência em Copacabana, a dignidade em frangalhos. No dia seguinte, 13 de agosto, Sólon regressou à casa paterna, Euclides foi ministrar a aula de lógica diária, Dilermando compareceu normalmente à formatura no Quartel e Saninha, com o filho Luís nos braços, deixou a residência materna e dirigiu-se à "*república*" da Piedade.

Agora definitivamente, pensava, eis que declarado Aspirante-a-oficial, seu amado poderia sustentá-la com o soldo, de acordo com o comportamento dependente feminino da época. Deu no que deu. Domingo, 15.08.1909, manhã de inverno fria e chuvosa. Na véspera, o autor de "*Os Sertões*" enviara o filho Sólon para trazer a mãe de volta para casa – que sorrateiramente levou consigo o revólver calibre 22, Smith & Wesson [S&W], pertencente ao pai – enquanto Dinorah de Assis fazia o trajeto inverso, visando sondar o lar dos Cunha, Avenida Nossa Senhora de Copacabana n° 234, onde um homem amargurado, à beira do desespero, preparava-se para jogar sua última cartada. Fumando descontroladamente, obteve da comadre Angélica, que morava com a família, o endereço fatídico.

Muito cedo, dirigiu-se à casa do primo Arnaldo, na Rua Mena Barreto, Botafogo – companheiro de aventuras na Amazônia – que lhe cedeu um pequeno revólver S&W, calibre 32, niquelado, cabo de marfim, 07 tiros, carregado, mas sem disparar há muito tempo, para "*matar um cão hidrófobo que o inquietava*", no dizer do apressado amigo, que simulava tranquilidade na conversa e nos gestos, ao tomar o cafezinho oferecido. Saiu rapidamente e pegou o bonde elétrico na direção do Centro, descendo no campo de São Cristóvão, onde residia dona Túlia, para certificar-se da presença da esposa fugitiva.

Não a encontrando, tomou o trem do subúrbio. A viagem foi longa e enervante, mas finalmente o condutor anunciou a estação da Piedade. Desembarcou calmamente, subiu a rua Bernardino de Campos e atingiu a Estrada Real, indagando no empório da esquina a localização exata do número 214, que lhe foi apontado. A "*república*" estava fechada, mas enganchou o sobretudo e o guarda-chuva no gradil do pequeno portão e, com firmeza, bateu palmas.

Dinorah apareceu na janela e atendeu gentilmente, abrindo-lhe o portão: "*Por favor, entre*", enquanto caminhavam para a entrada do prédio, que era lateral. "*Minha mulher?*" "*Meu filho?*" Tendo entrado na sala e ao receber a resposta negativa sobre a presença de ambos, sacou do revólver e se dirigiu à 1ª porta do corredor, certamente o quarto principal, que se encontrava fechada. O Aspirante naval atracou-se com ele, procurando desarmá-lo, mas foi atingido por 02 tiros superficiais, que lhe chamuscaram a túnica e refugiou-se no seu quarto, o 2° do corredor, após receber o 3° tiro, por trás, mais grave, na nuca. Livre do assédio, Euclides ouviu o forte estampido da arma do desafeto que o alvejava pela porta entreaberta de seus aposentos, errando o disparo.

Invadiu a peça e travou o duelo à queima-roupa, até consumir a munição, sendo ferido no braço e no corpo. Esvaindo-se em sangue, quis sair para a rua, mancando e perseguido por Dilermando. Desceu os 03 degraus da soleira da porta e já se encontrava no pequeno jardim da frente, quando o adversário, injuriando-o, fez o disparo de pontaria, no pulmão direito: "*Espera, cachorro!*"

O tiro letal fora dado pelas costas, de cima para baixo e a curta distância. Euclides da Cunha caiu de bruços, às vistas de alguns curiosos, que já bisbilhotavam nas janelas vizinhas e pela rua enlameada. Morreu de asfixia causada por hemorragia interna. Dilermando acionara o gatilho de um revólver S&W, de uso exclusivo de oficiais, 06 estojos no tambor, calibre 38.

Considerando o nervosismo natural do momento e sua pouca familiaridade com armas de fogo – era oficial não-combatente da reserva, 43 anos de idade, saúde frágil – Euclides demonstrou excepcional capacidade de luta, como se diz no jargão militar.

Dilermando, 21 anos, campeão de tiro na Escola Militar, igualmente valente, não fugiu ao ataque de surpresa, preferindo enfrentar a situação. Poderia ter escapado pelos fundos e abandonado a amante, pulando muros e cercas, atravessando quintais da vizinhança. Não o fez, por achar indigna a fuga naquelas circunstâncias. Pensara em discutir o problema, verdadeiro escândalo nacional, julgando que o marido traído estaria desarmado [Sólon havia trazido o seu revólver particular, nunca utilizado] e seria compreensivo, como fora até então, sujeitando-se a permitir que a mulher "*roubada*" permanecesse consigo.

Avisada à mesa, no instante em que tomava o café matinal, Anna Emília abraçou a criança e foi se esconder na despensa, depois da cozinha, como consta nos autos do processo. Se ela declarasse estar pronta para voltar, evitaria o confronto sangrento e transferiria a tragédia para outra ocasião ou – quem sabe? – mitigá-la com o tempo, até conseguir uma solução menos caótica. Não queria o desquite judicial – que proibia novo casamento e a separaria dos filhos – e o marido preferia perdoar o adultério explícito e arrostar os comentários desabonadores de "*corno manso*", como se dizia pejorativamente. Além do mais, o divórcio não era previsto na lei brasileira e a Igreja Católica, que regia os costumes, condenava o desquite, ao pregar o matrimônio para toda a vida.

Dilermando socorreu Euclides ferido, trazendo-o para dentro de casa, deitando-o na própria cama, tentando pensar os ferimentos, ajudado pelo mano dedicado. Saninha e Sólon não apareceram. Não cometera excesso ao ver o adversário derrubado, ou por outra, "*acabar de matar*", como se diz, enfim, massacrar o desafeto inerme. Por outro lado, ele não poderia proceder passivamente, deixando-se matar, sem reação.

O duelo foi justo – na medida em que o homem perde o controle do seu lado perverso – apesar de tudo, incluindo aí a superioridade da arma, a ajuda do irmão, a omissão da mulher em litígio, eis que foi procurado pela vítima inequivocamente com a intenção de liquidá-lo. Possuía mais armas de fogo à disposição, curtas e longas. O filho Sólon refugiou-se no quarto da empregada, levado pelo instinto de conservação, porém depôs favoravelmente ao pai assassinado.

Posteriormente, jurava vingança ostensivamente para quem quisesse ouvir, mas teve pouco tempo para cumprir seu intento, pois foi morto em circunstâncias misteriosas numa tocaia montada contra ele na floresta amazonense, onde exercia o cargo de Delegado Policial, após vida atribulada [06.05.1916].

O Delegado Pedro Joaquim Alcântara de Oliveira, encarregado do Inquérito Policial, instruiu-o simpaticamente à vítima, com citações desfavoráveis ao réu, buscando caracterizar um ato vil e traiçoeiro dos dois irmãos e, curiosamente, ignorando o papel primordial da mulher – objeto de toda a fatal crise – que raramente compareceu às audiências do processo criminal. [...] Decorridos 07 dias da absolvição em última instância, Didi casou com Saninha [12.05.1911], indo servir no 51ª Batalhão de Caçadores [São João Del Rei, MG] – embora fosse oficial de Cavalaria – acompanhado da esposa.

04 de julho de 1916 – Didi matou Quidinho, por volta das 13 horas, no interior do cartório do 2° Ofício da 1ª Vara de Órfãos, situado à rua dos Inválidos n° 162, onde fora tratar da tutoria do menor Manoel Afonso Ribeiro da Cunha [15 anos de idade], de quem era padrasto, disputando-a com Nestor da Cunha, tutor indicado, primo do falecido escritor.

Demorara algum tempo examinando os papéis acrescidos de novos dados – insuflado pela esposa – e tencionava questionar essa decisão judicial e assumir a paternidade do "*filho*" púbere, que vivia às suas expensas, ao lado da mãe, que se recusava a entregá-lo aos agentes da lei. Ficou a impressão que Euclides da Cunha Filho fora informado de sua presença no cartório manuseando os documentos judiciais e para lá se dirigiu sem perda de tempo, penetrando no recinto já disparando a arma nervosamente.

Dilermando de Assis era 2ª Tenente no 1ª Regimento de Cavalaria [Vila Militar] e estava estudando Engenharia Civil. Tinha sido alvejado nas costas por 03 vezes pelo Aspirante a Guarda-marinha, seu enteado que – fardado e armado com um revólver Colt, calibre .32 – o procurara deliberadamente para matar, ao considerar absurda aquela pretensão do assassino de seu pai, ao tempo em que buscava a vingança, passados 07 anos do homicídio. Sentindo-se ferido [pleura, pulmão e diafragma, além do cotovelo direito, atribuído a algum ricochete], Dilermando retirou-se momentaneamente do salão e, da janela, pelo lado de fora, na calçada, detonou ao menos por 03 vezes o revólver Smith & Wesson, calibre .22, que trazia no bolso traseiro da calça do uniforme. O último projétil atingiu mortalmente a cabeça de Euclides Filho, que tentava se proteger dos tiros segurando o escrivão José Luís Fernandes, como escudo, após gastar todos os cartuchos da arma que empunhava. Sua falta de sorte foi incrível, pois tudo leva a crer que Dilermando atirou na direção do agressor – exatamente no instante em que este levara um safanão da pessoa a quem tentava agarrar – um alvo móvel, sem tempo nem condições emocionais para mirar com firmeza, mesmo considerando a curta distância entre ambos [cerca de 02 metros].

O corpo foi velado em câmara ardente no salão nobre da Escola Naval e o féretro acompanhado pelos aspirantes e numerosos cidadãos civis, em clima de alta comoção, ressaltando-se os brados de protesto durante o trajeto a pé até o cemitério São João Batista, onde foi sepultado com honras militares, ao lado do pai. O assassino foi absolvido por unanimidade por um Conselho de Investigação [delito praticado por 02 militares] e pelo Superior Tribunal Militar [08.11.1916]. O poder Judiciário, em face do profundo sentimento nacional, houve por bem não apreciar o mortífero episódio familiar, mantendo o veredicto da alçada castrense, mesmo porque não houve apelação, todos ansiosos em encerrar os tresloucados acontecimentos.

Faleceu de infarto no dia 13.11.1951, aos 63 anos de idade, após sofrer alguns derrames cerebrais e fora o mentor de uma tragédia humana sem similar em qualquer lugar deste planeta, em qualquer tempo.

[...] Anna de Assis recebia direitos autorais das obras euclidianas, a metade do montepio de Marechal legado pelo General Sólon Ribeiro [a outra parte era de Alquimena] e uma expressiva herança da mãe Túlia, após sua morte em 1918. Ressentida com sua desdita, comentava que seu filhinho Mauro morrera de inanição, reclamava da falta de dinheiro e dizia que "*Os Sertões*" não fora escrito na famosa cabana ao pé da ponte e sim na fazenda Trindade [SP] – pertencente a seu sogro, em 1893 – como se ela se inteirasse das atividades intelectuais do marido, ou então este lhe desse informações a respeito de seus trabalhos culturais. Por outro lado, contava com a solidariedade de mulheres liberadas, como a caricaturista Nair de Tefé [Rian], futura 1ª dama do país, pouco convencional, ao casar com o Presidente da República e Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, 31 anos mais velho do que ela.

Ao atingir a maioridade, Afonsinho, o último Cunha, teve a maior decepção da vida: ficou sabendo que sua mãe vendera os direitos autorais de "*Os Sertões*" – o livro de maior difusão no mercado brasileiro, traduzido para o inglês e o espanhol – à Livraria Francisco Alves Editora, não lhe restando direito algum à herança deixada por seu pai, que negociara com essa firma a publicação da já famosa obra, recebendo certa quantia por edição. Anna Sólon declarou peremptoriamente que "*sabia que não podia vender, mas vendera, gastara todo o dinheiro e que a prendessem*", ao ser inquirida pelo advogado do filho, que não levou o caso adiante.

Saninha não era bonita de chamar a atenção e teve educação caseira, de amenidades, igual a todas as gurias da classe média alta, à qual pertencia. É certo que morreu fiel à paixão irresistível que transtornou a sociedade de seu tempo. Salta aos olhos sua inquietude, mudando constantemente de residência, por vezes para locais esquisitos como a Fazenda dos Macacos, no Realengo, e a então quase deserta Ilha de Paquetá.

Voluntariosa – "*Não me ralo de remorsos*" – repelia com veemência os comentários maliciosos das "*candinhas*" e os olhares atravessados que lhe dirigiam, isolando-se dentro de casa com os filhos, um dos quais, Carlos Frederico, queimou o diário onde ela registrava as agruras e fantasias de sua fascinante vida, privando os estudiosos desse importante documento. Anna e Dilermando não se viram durante 18 anos, a partir do casamento da filha Judith [1932]. Apenas na doença terminal da esposa, vítima de câncer, pressionado pelos filhos, o marido se permitiu visitá-la no leito do Hospital Central do Exército [1950].

"*Você é o único homem que não pode prevaricar*".

A bala que atingira Dinorah Cândido de Assis encravara-se na nuca e aparentemente não incomodava, tanto é que ele jogou futebol pela equipe do Botafogo de Futebol e Regatas – em que se destacava como zagueiro – contra o Fluminense Futebol Clube, no dia 22.08.1909, decidindo o campeonato carioca, no campo das Laranjeiras. Prosseguiu como respeitado atleta, sagrando-se campeão no ano seguinte e participando de partidas oficiais até 1911, ano em que encerrou a carreira esportiva. Sabemos que o projétil "*caminha*" no tecido macio do corpo humano e assim aconteceu, indo se alojar junto à espinha dorsal, de onde foi extraído somente em 1913, em São João Del Rei, pelo médico Dr. Ribeiro da Silva. A princípio, andava com ajuda de uma bengala, depois se deslocava em cadeira de rodas, tornando-se hemiplégico.

Desentendeu-se com o irmão e afastou-se da convivência amistosa, entregando-se à depressão e ao desespero. Desligado de sua querida Marinha, decaiu até a mendicância e o alcoolismo, pondo fim a seus desventurados dias, ao jogar-se às águas do Rio Guaíba, em Porto Alegre [1921], aos 32 anos de idade. A tragédia euclidiana não poupava seus personagens, destruindo-os sem piedade. (SENA)

A Denúncia – Conclusão – Rio 25.9.1909

Passo os dias sozinha, lendo, escrevendo, ouvindo rádio. Pode haver maior ventura na velhice de uma mulher condenada, na juventude, a viver eternamente infeliz? Não sou Maria Madalena! Não me ralo de remorsos. Não me queixo dos outros, nem odeio a ninguém. Como acontece nas tragédias gregas, a culpa entre nós também cabe aos deuses. Compreendi logo quão tínhamos sido vítimas da fatalidade. Por isso, me recusei em atender a um amigo de Euclides que me pediu que acusasse Dilermando. Não acusei, nem acuso ninguém. (Anna de Assis)

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1.ª VARA CRIMINAL

1.º TRIBUNAL DO JÚRI

DR. Juiz da Décima Terceira Pretoria

DR. Costa Ribeiro

ESCRIVÃO: Substituto: Henrique Ferreira de Araujo

PROC. N.º 1909 DE 1909

TOMBO N.º FLS.

DATA DA PRISÃO

AUTORA A JUSTIÇA PÚBLICA

Ac.do Dilermando Candido de Assis (reu)

Vitima: Dr. Euclides da Cunha

ARTIGO

REG. DE SENT.: L.º FLS. FLS. — ROL DOS CULPADOS: L.º FLS.

Imagem 35 – Processo n° 1909 de 1909

Processo n° 1909 de 1909 – Costa Ribeiro

O adjunto dos promotores públicos, com exercício nesta Pretoria, vem dar denúncia contra Dilermando Cândido de Assis, brasileiro, do Estado do Rio Grande do Sul, solteiro, Aspirante do Exército, sabendo ler e escrever, pelo fato que passa a expor e que se passou no dia 15 de agosto do corrente ano, cerca de 10 horas da manhã, na casa da Estrada Real de Santa Cruz n° 214, onde o denunciado residia com seu irmão Dinorah Cândido de Assis, Aspirante da Marinha.

Colhe-se, com segurança das peças do inquérito junto, que havia algum tempo o denunciado entretinha relações adulterinas com a esposa do conhecido escritor, Dr. Euclides da Cunha.

Este tinha suspeitas dessa desgraça, alimentadas por uma longa série de circunstâncias, de que nos dão conta depoimentos das testemunhas do inquérito. Basta, porém, que nos refiramos aos antecedentes próximos do caso em questão.

Assim é que, tendo-se ausentado no dia 12 de agosto, sob pretexto de procurar uma outra casa para onde se mudar, essa senhora, nessa noite, não voltou à residência, tendo pernoitado fora dela, sem que seu marido soubesse onde, apesar de ter saído a indagar. Saindo ele novamente a sua procura no dia seguinte [13], encontrou-a em casa da mãe da mesma, no Campo de S. Cristóvão n° 165, onde entre ambos ficou combinado que ela permaneceria até o dia seguinte, sábado, quando deveria ir visitar no Ginásio Nacional e trazer para casa seu filho menor Euclides.

Mas a excitação de Dr. Euclides da Cunha exasperou-se quando, no sábado, depois de dar pela manhã a sua aula no Ginásio Nacional, indo à casa de sua sogra, foi informado de que sua mulher ali não passara a noite, nem lá chegara até aquela hora; e tocou ao auge por isso que nesse dia de sábado e na noite deste para domingo, ela nem apareceu em casa nem deu notícia de si.

Foi sob a violenta impressão provocada por estes fatos que o Dr. Euclides da Cunha, armado de revólver e informado da residência do sedutor de sua esposa, para ali se dirigiu na manhã de domingo, 15 de agosto, com a certeza moral de que lá encontraria sua mulher. Ali chegado, foi recebido e introduzido na sala de visitas por Dinorah Cândido de Assis.

Deste momento em diante, é impossível reconstruir com exatidão em seus pormenores o drama que se desenrolou.

Que o Dr. Euclides, cujo estado de espírito era bem conhecido pelos dois moços, tenha sido o primeiro a atacar a Dilermando a tiros de revólver, abrindo com violência a porta do quarto, em que este se achava; que tenha sido o primeiro agredido também a tiros por Dilermando, abrigado por detrás de uma das portas do seu quarto, é impossível apurar, e as afirmações nesse sentido são meramente conjecturas.

O certo é que, no corredor que liga a sala de visitas à de jantar e para o qual dão portas dois quartos ocupados logo o primeiro por Dilermando, o outro por Dinorah, houve entre o Dr. Euclides da Cunha, armado de um revólver Smith & Wesson, calibre 22, e Dilermando, que lançara mão de um revólver do mesmo fabricante, calibre 38, um forte tiroteio, do qual resultaram, em Dilermando, os ferimentos por arma de fogo, de que nos dá notícia o auto de corpo de delito de fls. 10, em Dinorah que, desarmado, interviera em auxílio de seu irmão, procurando defendê-lo, tolhendo a ação do outro, o ferimento escrito no auto de fls. 12 e no Dr. Euclides da Cunha os ferimentos seguintes: na parte média do braço esquerdo, no punho e [ilegível] saindo a bala na face palmar da mão, e no dorso, à direita, dos quais nos dá conta o auto de exame cadavérico a fls. 36.

Depois disto, em face das declarações do denunciado, das de seu irmão, das testemunhas e da inspeção do local do crime, tudo se esclarece. Impossibilitado de continuar na luta pelas lesões sofridas, principalmente a do punho direito, que lhe tolhia o manejo da arma, o Dr. Euclides da Cunha recua, volta à sala de visitas, toma pela porta que dava acesso ao jardim, desce a pequena escada e encaminha-se para o portão.

É neste momento preciso que o denunciado à espreita o segue, surge à soleira da porta da sala de

visitas e, num movimento de cólera e de vingança, que bem denotam as palavras "*Espera cachorro*", ouvidas por uma das informantes, contra aquele homem inerme e em retirada, seu parente, a quem devia atenções, que retribuíra com o mais nefasto procedimento, ferindo-o cruamente em sua honra, desfecha do alto em pleno peito, um tiro que o prostrou morto: o ferimento circular, na região infraclavicular direita, lesando o pulmão no lobo superior, que descreve em primeiro lugar o auto de fls. 36.

A descrição pericial, concorde com o depoimento das testemunhas e dos informantes, confirma que a direção do tiro foi de cima para baixo [v. fls. 38 v.].

Não pode o denunciado acobertar-se com a justificativa da legítima defesa. É requisito essencial desta a atualidade da agressão [art. 34 n. 1 do Cód. Penal], e este falha absolutamente no caso. O perigo estava passado, o mal já consumado, os ferimentos, que impossibilitavam a continuação da agressão, visíveis e notórios, o agressor em retirada: o ato praticado em tais condições contra esse homem não foi de defesa, foi de exasperação e de vingança.

Nestes termos, estando o denunciado incurso nas penas do art. 294 § 2° do Código Penal, agravado pela circunstância do art. 39 § 5° do mesmo Código, requer o abaixo assinado se proceda aos termos do sumário da culpa, citado o denunciado para esse fim o acusa, digo, fim e as testemunhas e os informantes abaixo arrolados para deporem sobre o fato, sob as penas da lei. (SENA)

Linha Cunha Gomes

São conhecidas as aspirações da nossa estimável irmã da América do Norte, a respeito da borracha; é notório seu apreço pelo torrão maravilhoso possuído pelo Brasil nas margens amazônicas; são bem conhecidas as transações ultimamente efetuadas no estrangeiro a respeito de grandes trechos daqueles vastos e ferocíssimos territórios; e, mais cedo ou mais tarde, dentro de pouco tempo, talvez fiquemos privados daquelas zonas, as vejamos em mãos estrangeiras. (Ruy Barbosa)

Arbitragem Cristã

Naqueles tempos nada se tinha por acabado e perfeito se a religião não o consagrava; e como, além disso, a ideia de que todos os reinos da terra eram sujeitos ao Papa, que tinha sobre eles direito de soberania, os reis e conquistadores procuravam sempre assegurar nas concessões a proteção da Santa Sé à legitimidade dos seus descobrimentos e domínios. (João Francisco Lisboa)

As arbitragens sobre as terras internacionais eram, na época, decididas pelos príncipes do Vaticano. Esta tradição remonta a 1092 quando o Papa Urbano II concedeu a Ilha da Córsega ao Bispo de Pisa. A Espanha fora beneficiada, por Sisto IV, com a posse das Ilhas Canárias e Portugal, por sua vez, teve asseguradas suas posses as terras conquistadas aos "*infiéis*" conforme bula assinada por Eugênio IV. Nicolau V reconheceu como portuguesas todas as conquistas na África e Ilhas vizinhas e, depois dele, Calisto III, em 1456, proclama que só Portugal tinha o direito de descobrir o "*Caminho das Índias*".

Mundus Novus e a Bula "*Inter Coetera*"

Os reis católicos da Espanha, Fernando e Isabel, aproveitam a descoberta da América, por Colombo, e que o trono da Santa Sé era ocupado por um Pontífice espanhol, Alexandre VI, para pleitear o reconhecimento de sua soberania sobre as terras recém-descobertas. O Papa espanhol expediu imediatamente uma bula doando à Espanha, em caráter perpétuo, o Novo Mundo, com o compromisso dos reis de Castela de propagarem a Fé Católica nas novas plagas.

A controvertida bula "*Inter Coetera*", de 4 de maio de 1493, definia uma linha imaginária que passava a cem léguas a oeste das Ilhas dos Açores e Cabo Verde com origem no Polo Ártico e término no Polo Antártico.

As terras ao Ocidente desta Linha pertenceriam à Espanha. O Rei D. João II, de Portugal, não concorda com a decisão e, sem conseguir demover Alexandre VI de sua decisão, prepara uma frota de guerra com o propósito de assegurar os direitos lusitanos sobre as regiões descobertas por Colombo no Ocidente que, de acordo com a bula promulgada por Calisto III, em 1456, e o Tratado de Alcaçovas, de 1481, pertenciam à coroa portuguesa. A beligerância teve seu fim com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, a 7 de junho de 1494, deslocando a linha para 370 léguas a partir da Ilha de Cabo Verde. Portugal assegurava, com isso, a posse de grande parte do Brasil além de desfrutar das vantagens do "*Caminho da Índias*". O Tratado de Tordesilhas nasceu caduco. Não havia, naquela época, como demarcar com exatidão essa linha, pois o processo de cálculo que permitiria sua definição só viria a ser dominado no final do século XVII.

[...] não concordando os Históricos, faltos de fundamentos,
nem acertando os Geógrafos as suas medidas, não é
possível assentar ponto fixo para esta demarcação,
porque de premissas ou prováveis e duvidosas,
não se pode deduzir ilação infalível.
(Francisco Tosi Colombina – Discurso sobre o Meridiano)

O Tratado de Tordesilhas foi o embrião da questão Acreana. A disputa pelas nações ibéricas do continente americano manteve-se acesa em cada país Sul-americano que herdou daquelas importantes civilizações europeias não só sua cultura, tradições e costumes, mas também suas mal resolvidas questões de fronteira.

Coroa Ibérica

D. Sebastião, o desejado, Rei de Portugal e o último da dinastia dos Avis, cresceu com a plena convicção de que era um predestinado. Ao enfrentar os mouros, em número significativamente superior, na batalha de Alcácer Quibir, evidenciou nas suas ações achar que o "*Milagre de Ourique*" repetir-se-ia, afinal a Batalha de Ourique foi um episódio simbólico para a monarquia portuguesa, graças a ela D. Afonso Henriques foi aclamado Rei de Portugal, em 25 de julho de 1139.

Para desespero de D. Sebastião e de seus combatentes, o milagre não se repetiu e a sua morte precipitou uma série de acontecimentos que culminaram com a unificação das coroas de Espanha e Portugal sob a autoridade da Espanha ficando, o período, conhecido como "*União Ibérica*", que durante 60 anos (1580-1640), permitiu que os espanhóis estendessem seus domínios no Pacífico em regiões reconhecidamente portuguesas e nas regiões platinas da América.

O desinteresse pelas possessões amazônicas era embasado em dois fatores fundamentais: o econômico e o fisiográfico. O primeiro em virtude da desilusão da missão de Gonzalo Pizarro na busca do País da Canela e do El Dorado que redundara em retumbante fracasso. O segundo, talvez a "*vera causa*", a Cordilheira dos Andes que impedia ou pelo menos dificultava a colonização espanhola da terra das Amazonas. A Cordilheira, segundo Euclides da Cunha foi "*um cordão sanitário ou ao menos um desmedido aparelho seletivo*".

Os portugueses, por sua vez, ampliaram sua área de influência na América e a Amazônia foi sendo conquistada pelos lusos nos seus mais longínquos rincões, graças à instalação de fortificações e criação de pequenos povoados. O Rei D. João V, com o ouro da "*terra brasilis*", pagou cientistas que elaboraram os fundamentos cartográficos do Tratado de Madri, construiu fortes diminuindo a vulnerabilidade da colônia brasileira e negociou, em 1745, com o Papa Benedito XIV a bula "*Candor Lucis*" que estabelecia as prelazias de Goiás e Cuiabá. O Vaticano, através da "*Candor Lucis*", reconhecia publicamente o avanço português sobre a Linha de Tordesilhas antes mesmo do Tratado de Madri. Quando da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, os espanhóis, acatando os argumentos de Alexandre de Gusmão, o "*Uti Possidetis*", reconhecem a soberania portuguesa sobre a região.

A Histórica Má-fé Boliviana

A partir de 1833, as discordâncias entre o Império do Brasil e a Bolívia, no que se refere ao estabelecimento dos limites se tornam cada vez mais patentes. Uma série de crises se sucedeu sem que se chegasse a um acordo.

O governo de La Paz havia concedido sesmarias, a cidadãos bolivianos, em território brasileiro; pretendia exercer domínio total sobre o Rio Madeira e ainda tinha a intenção de permitir aos Estados Unidos da América a livre navegação nos Rios da Bacia Amazônica, que entendiam serem caminhos livres, "*abertos pela natureza ao comércio de todas as nações*". Em 1834, buscando equacionar as contestadas questões de fronteira com o Brasil, a Bolívia encarrega da missão o General Mariano Armaza que apresentou uma proposta amparada no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, entre Espanha e Portugal que tinha como premissa:

> que a linha divisória começasse aos 22°, na margem direita do Paraguai, até a embocadura do Jauru, daí seguisse pelas águas desse Rio e pelas do Aguapeí até encontrar na serra do mesmo nome as cabeceiras do Rio Alegre e daí baixasse até o Guaporé.

A sugestão foi rechaçada pelo governo brasileiro. Diversas tentativas se sucederam, mas nenhuma chegou a bom termo. Antônio Pereira Pinto afirma nos seus "*Estudos sobre algumas questões internacionais*" que os estadistas de La Paz não eram capazes de negociar de boa-fé já que

> as tradições adversas ao Brasil passavam em seu governo de geração em geração.

Os bolivianos teimavam em evocar, equivocada e tendenciosamente, os Tratados de Madrid, (1750), e o de Santo Ildefonso, (1777), sem considerar que os mesmos haviam sido anulados e tornados sem efeito. O de Madrid pelo Tratado de El Pardo, de 12.02.1761 e que culminou com a assinatura do Tratado de Paris, em 10.02.1763; e Tratado de Santo Idelfonso, pelo Tratado de Badajoz, de 06.06.1801.

Os bolivianos não queriam considerar como único princípio correto, que deveria ser seguido nas relações de domínio territorial no Continente, o do Uti-possidetis: Ita-possideatis, do Direito Romano incorporado ao Direito Internacional.

Tratado de Ayacucho (Dec. nº 4.280, 28.11.1868)

Felippe Lopes Netto

Em 1867, em plena campanha contra Solano Lopez, a Bolívia insiste na definição da questão e nomeia, como seu representante, o Chanceler Dr. Mariano Donato Muñoz e o Brasil o Dr. Felippe Lopes Netto, com a finalidade de elaborar uma proposta que resolva definitivamente a questão. As negociações são concluídas com a assinatura, na cidade de La Paz de Ayacucho, do Tratado de Ayacucho, em 27.03.1867. A reconhecida habilidade de Lopes Neto se torna patente ao fazer com que os estadistas bolivianos aceitem o princípio do Uti-possidetis, até então recusado peremptoriamente. O diplomata brasileiro, infelizmente, não conseguiu que o artigo 2° do Tratado, no parágrafo que se refere à linha divisória no território cortado pelo Rio Aquiri ou Acre, mantivesse a formatação original dos artigos respectivos dos Tratados de 1750 e de 1777.

– O artigo VII do "*Tratado de Madrid*" estipulava que:

> [...] da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste Oeste até encontrar a margem Oriental do Javari ...

– O artigo XI do "*Tratado de Santo Ildefonso*" por sua vez:

DIARIO DO RIO DE JANEIRO

N. 335 Segunda-feira 7 de Dezembro.

PARTE OFFICIAL

ACTOS DO PODER EXECUTIVO.

DECRETO N. 4280 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1868.

Promulga o tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradicção, celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a republica de Bolivia.

Havendo-se concluido e assignado na cidade de la Paz de Ayacucho, no dia 27 de Março de 1867, um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradicção; e tendo sido este acto ratificado, e trocadas as ratificações na mesma cidade aos 22 dias de Setembro do referido anno, hei por bem mandar que o dito tratado seja observado e cumprido, tendo-se em vista o que dispoem as notas reversaes trocadas entre os respectivos plenipotenciarios em 19 do mencionado mez de Setembro, com referencia aos arts. 2º e 27.º

José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho e do de Estado, senador do Imperio, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro aos 28 dias do mez de Novembro de 1868, 47º da independencia e do Imperio.—Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.—*José Maria da Silva Paranhos.*

Nós, D. Pedro II, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos 27 dias do mez de Março do corrente anno, concluiu-se e assignou-se na cidade de la Paz de Ayacucho, entre nós e S. Ex. o presidente provisorio da republica de Bolivia, pelos respectivos plenipotenciarios, que se achavam munidos dos competentes plenos poderes, um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradicção, cujo teor é o seguinte:

TRATADO DE AMIZADE, LIMITES, NAVEGAÇÃO, COMMERCIO E EXTRADIÇÃO, ENTRE O IMPERIO DO BRASIL E A REPUBLICA DE BOLIVIA.

Imagem 36 – Diário do Rio de Janeiro n° 335, 07.12.1868

> [...] da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste Oeste até encontrar a margem Oriental do Rio Javari.

– No artigo II do "*Tratado de Ayacucho*", a fronteira é especificada detalhadamente, em virtude do conhecimento, que se tinha, do Madeira para o Sul:

> [...] até ao Beni, onde principia o Madeira. Deste Rio para o oeste, seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na Latitude Sul de 10°20', até encontrar o Rio Javari.

> Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma Latitude [10°20′], por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari.

Na época, se ignorava o traçado e as nascentes do Rio Javari. No Brasil, supunha-se que o Rio tivesse suas nascentes paralelas ao Madeira, provavelmente, a 10°20′ de Latitude Sul. A condicionante colocada no Tratado foi um artifício sutil empregado por Mariano Muñoz com o qual concordou Lopes Netto. Naquela época, os bolivianos já suspeitavam que o Javari não nascia na altura do paralelo 10°20′, mas mais ao Norte.

Jogo de Linhas

A ambígua redação deu ensejo a duas interpretações. A primeira, defendida pelos bolivianos e entreguistas que ocupavam o Itamarati, considerava que a fronteira seria definida por uma linha "*oblíqua*" traçada da Foz do Beni à nascente do Javari, enquanto que a segunda, mais patriótica e lógica, defendia que a fronteira seria definida por toda a Latitude a 10°20′ até encontrar a Longitude da nascente do Javari, onde então, formando um ângulo reto, seguiria pela mesma Longitude, até as origens do Rio.

General-de-Brigada Innocencio Serzedello Corrêa

> *Aqui já se pretendia que a linha corresse de Oeste para Leste, que o Javari fosse o ponto obrigado de partida; e, finalmente, que o Madeira fosse o seu termo. (Innocencio Serzedello Corrêa)*

Serzedello Corrêa nasceu em Belém do Pará, em 1858. Órfão de pai, foi admitido em uma das vagas para meninos pobres no Seminário Menor Santo Antônio, onde teve uma educação ascética e sempre se destacou como primeiro aluno da turma.

Innocêncio Serzedello Corrêa

Aos 17 anos de idade, abandonou o seminário para prestar o serviço militar no 4° Batalhão de Artilharia. Em 1876, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde também se destacou. Concluiu os cursos de Estado-Maior, em 1880, e o de Engenharia, em 1881, sendo convidado para ser professor, na própria escola, da cadeira de Fortificações e, depois, das de Mecânica, Cálculo, Química Orgânica, Botânica e Zoologia.

À época, a sociedade brasileira discutia com fervor duas ideias: a Abolição e a República. Ainda jovem, Serzedello Corrêa mergulhou fundo na atividade política, abraçando primeiro a luta abolicionista, quando se recusou a enviar seus soldados para capturar negros que fugiam dos grilhões da escravidão. Logo se juntou, também, ao grupo de oficiais a cujo idealismo, patriotismo e civismo se deveu o fim da Monarquia e a implantação da República.

Ao assumir o Governo, Floriano Peixoto o designou, em fevereiro de 1892, Ministro das Relações Exteriores, cargo que o então Tenente Coronel exerceu muito bem, destacando-se na questão da posse do Território das Missões, reclamado pela Argentina, na demarcação das fronteiras com a Guiana Francesa e na assinatura de acordos comerciais com a França, Alemanha, Portugal e Estados Unidos.

Além de Chanceler, foi Ministro da Justiça e Interior, e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Durante sua curta gestão – pois, já em abril de 1892, Floriano o nomeava para substituir Rodrigues Alves na Pasta da Fazenda – Serzedello concluiu as obras do Porto de Santos e a reforma da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Assumiu o novo cargo em clima de grave crise financeira e promoveu a reforma bancária, com a fusão dos bancos da República e do Brasil.

À frente dos problemas da Fazenda, voltou-se para a criação do Tribunal de Contas da União que, graças aos seus esforços e de Ruy Barbosa, foi instalado em 17.01.1893, sob a presidência do ex-Senador do Império Manoel Francisco Corrêa. [...] Por ocasião da Revolta da Armada, esteve encarcerado por nove meses. O Congresso Nacional fez-lhe justiça, decidindo sua reversão aos quadros do Exército, no posto de Tenente Coronel, e à cátedra da Escola Militar.

Com a estabilidade do regime republicano, Serzedello foi eleito Deputado pelo Pará, por duas legislaturas, de 1895 a 1904, mandatos parcialmente intercalados pelos cargos de Secretário de Estado do Pará, em 1898, e de Secretário da Escola Superior de Guerra, em 1899.

Em 1905, por ter sido solidário com a rebelião dos alunos da Escola Militar, foi transferido para Mato Grosso, dali retornando à Capital do País, novamente como Deputado, desta vez pelo Mato Grosso, para o período de 1906 a 1908.

Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha o nomeou Prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cargo que exerceu durante 15 meses, tendo idealizado o teleférico do Pão de Açúcar e concluído as obras do Teatro Municipal, criando ainda a Escola de Arte Dramática. Depois disso, assumiu o comando da 4ª Região de Inspeção Permanente do Exército, sediado em Fortaleza, de onde saiu em 1912 para retornar à Câmara Federal, mais uma vez eleito pelo Estado do Pará. Representou aquela unidade federativa até 31.12.1914, retirando-se, em seguida, para a vida privada.

> Por todos os seus feitos, foi chamado por seus contemporâneos de "*sentinela vigilante da República*". Serzedello Corrêa faleceu no Rio de Janeiro, em 05.06.1932, aos 75 anos de idade. [Prêmio Serzedello Corrêa 1998 Monografias Vencedoras – TCU – Brasília, DF] (TCU, 1998)

Serzedello Corrêa e a Latitude de 10°20'

Serzedello Corrêa estranha a pouca importância que se dá à Latitude 10°20', usando-a apenas para designar o ponto de partida e não a de acompanhar a linha que "*deveria correr por toda a Latitude*". Para ele e outros tantos patriotas, as demarcações alteraram o que foi ajustado no Tratado de 1867, e por isso o protocolo não teria validade sem aprovação legislativa. Serzedello afirmava que o Acre Setentrional era brasileiro, quando o Ministério do Exterior, o Itamaraty, o governo "*brasileiro*" dizia oficialmente que não havia problema com o Acre, porque o Acre não era brasileiro, o Acre era boliviano. Serzedello Corrêa sustentou na imprensa, como Ruy Barbosa também o fazia, que, pelo Tratado de 1867, o Acre Setentrional era brasileiro.

Engenheiro Antônio de Paula Freitas

Antônio de Paula Freitas

Nasceu no Rio de Janeiro em 10.01.1843 onde faleceu a 18.03.1906. Foi professor da Escola Politécnica. Atuou nas obras de construção da Agência Central dos Correios (1875/1877), Igreja da Candelária, projetou e construiu (1874/1877) o prédio da Imprensa Nacional, o Pavilhão da Agricultura para a Feira Internacional de 1908, e que hoje é sede do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Paula Freitas e a Latitude de 10°20’

Paula Freitas, em artigo publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, condena as cartas brasileiras que mostram uma linha oblíqua a partir da Foz do Beni às nascentes do Javari, eliminando totalmente o paralelo 10°20’. O “*inimigo interno*” trabalhou para apoiar o ponto de vista que favorecia a Bolívia contrariando o bom senso e a lógica na interpretação do ambíguo parágrafo.

Ruy Barbosa de Oliveira (Águia de Haia)

Ruy Barbosa, defendendo o “*Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*” faz um pequeno histórico que mostra a alienação e desinteresse do Governo Federal no trato da questão de fronteiras com a Bolívia. Infelizmente nossos mandatários do Executivo e Judiciário, de hoje, não são muito afeitos à história porque, do contrário, teriam muito a aprender com o Águia de Haia. As questões que envolvem soberania têm, necessariamente, de passar pelo Congresso Nacional, legítimos representantes do povo brasileiro. Afirma o nosso inigualável jurista:

> Segundo o tratado de 1867, que regula esta matéria, acrescentava o nosso Ministro, a linha divisória seguiria do Madeira para o Oeste por um Paralelo tirado da margem esquerda desse Rio na Latitude de 10°20’ Sul, até encontrar o Javari; e, se esse Rio tivesse as suas nascentes ao Norte daquele Paralelo, iria da mesma Latitude de 10°20’, por uma reta, à origem principal do dito Javari. O protocolo de 1895 não podia alterar e não alterou a solene disposição de um Tratado. Não podia, porque era ato de simples execução; não alterou, porque limitou-se a fornecer à Comissão, que ia fazer a demarcação, os elementos que havia sobre as nascentes do Javari.

RUY BARBOSA

O DIREITO DO AMAZONAS

AO

ACRE SEPTENTRIONAL

Lex dat semper remedium

VOL. I

RIO DE JANEIRO Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C

1910

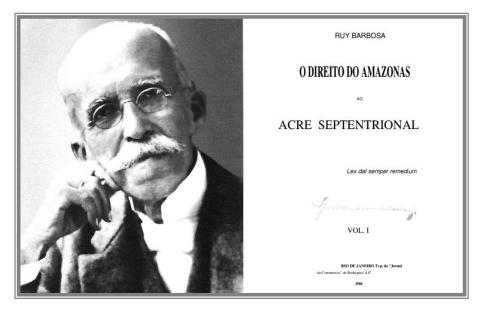



Imagem 37 – Ruy Barbosa, 07.12.1868

Ao governo do Peru comunicou estar verificado que a linha divisória entre o Brasil e o Peru, constituída pelo Rio Javari, não termina, como se pensava, na latitude 07°01’17,5”, e sim na de 07°48’19,2”. Destarte, o governo brasileiro levava os efeitos da retificação operada quanto à Latitude das nascentes do Javari, não só ao protocolo de 1895 com a Bolívia, mas ainda à demarcação, consumada em 1874, dos nossos limites com o Peru.

Natural era que uma e outra nação recalcitrassem; porquanto, confirmando a Latitude dada à origem daquele Rio, em 1874, ao delimitarmos a nossa fronteira com os peruanos, o protocolo de 17.02.1895, sob as mais rígidas formas, convencionara adotar “*para todos os efeitos, na demarcação entre o Brasil e a Bolívia*”, “*como se tivera sido feita pela Comissão Mista*” constituída para demarcar os nossos limites com o território boliviano, “*a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou a posição da nascente do Javari*”.

E tanto entre as duas partes se havia por definitiva essa estipulação que, nas instruções três meses depois assinadas pelo nosso Ministro das Relações Exteriores com o representante da Bolívia para a Comissão Mista, se declarava peremptoriamente:

> Não há necessidade de verificar a posição do Javari; porque os governos do Brasil adotaram, como feita pela sua Comissão Mista, a operação pela qual, na demarcação dos limites entre o Brasil e o Peru, se determinou aquela posição.

Meros "*atos de execução*", porém, deliberados entre órgãos do Poder Executivo não têm os protocolos autoridade, para alterar convenções de limites que, entendendo com a integridade territorial das potencias contraentes, se celebram com o concurso do Poder Legislativo, e dele, portanto, essencialmente dependem. Ora, sem dúvida, o que fazia o Protocolo de 1895, assentando, por conta da operação geodésica de 1874, a nascente do Javari numa Latitude, onde correções posteriores vieram demonstrar que não estava, era precisamente violar o Tratado de 1867, que estipulara aquele ponto como um dos elementos decisivos na fixação das nossas raias com os bolivianos.

Mas, já que a Ré, na sua contestação, se busca estribar nesses atos, lisonjeiros aos interesses bolivianos, da nossa chancelaria antes da gerência do Barão do Rio Branco, para abalar a legítima interpretação do Tratado de 1867, força nos será mostrar que tais atos, desautorizados, inconsistentes, oscilatórios, do Poder Executivo, contra a letra de uma convenção internacional de limites, a cuja execução se propunham, nenhum valor científico, moral ou jurídico representam. E, sendo assim, não há meio mais seguro de lhes caracterizar a desautoridade que expô-los naturalmente nas suas alternações sucessivas, contrabatendo-se, desmentindo-se, nulificando-se uns aos outros.

O repúdio do Protocolo de 19.02.1895 pela nota de 25.04.1898 teve, afinal, por consequência prática a celebração do de 30.10.1899, declaradamente "*substitutivo*" do primeiro, onde se rejeitava a Latitude adotada no anterior quanto à nascente do Javari, convindo-se na de 07°48'19,2", recentemente indicada pelas ratificações da Comissão brasileira em 1897, e comprometendo-se o governo boliviano a remover para território seu a alfândega de Porto Alonso, tanto que se verificasse pertencer ao Brasil a região onde se estabelecera. O protocolo de 30.10.1899 constituía solenemente [aqui nós abonamos com a autoridade do Clube de Engenharia]:

> Uma vitória para a diplomacia brasileira e o primeiro passo para a reivindicação do território ao Norte do paralelo 10°20'S, que indevidamente fora atribuído à Bolívia pela Comissão demarcadora de 1874, a qual foi a isso levada por instruções em flagrante oposição à base do Tratado de 1867.

Com o novo Protocolo, como há pouco vimos:

> Se revogava a aprovação dada, em 1874, à demarcação, indicada na planta, mas não efetuada no terreno, da fronteira entre os Rios Madeira e Javari, pela Comissão Mista brasileiro-boliviana.

Nele se anunciavam instruções ulteriores, de conformidade com as quais, ultimada a verificação da origem principal do Javari, se procederia à delimitação da fronteira. Mas já se não fixava ser esta "*a linha geodésica, que unisse a nascente principal do Javari ao começo do Rio Madeira*". De bem curta duração, porém, foi essa vitória, dentro em pouco inteiramente baldada com as prometidas instruções que o protocolo de 01.08.1900 veio a formular. Esse convênio entre as duas chancelarias destruiu tudo o que fora alcançado com tanto esforço no protocolo anterior; e mais uma vez prevaleceu "*a errônea e inconstitucional interpretação dada pela secretaria do exterior ao art. 2° do Tratado de 27.03.1867*".

Na cláusula 3 do último Protocolo, com efeito, se dispõe que "*a Comissão subirá pelo Javari até a confluência do Galvez com o Jaquirana, verificando a posição geográfica dessa confluência, e subirá pelo Jaquirana até a sua nascença*".

Donde se vê que a Comissão Mista da nova exploração, projetada em 1900, não vai, como estipulou o Protocolo de 30.10.1899, determinar a nascente do Rio Javari, mas a do Jaquirana, alterando, portanto, completamente o novo Protocolo.

Mas, "*o que é ainda mais grave*" neste ato de recuo e tornada ao erro original dos Protocolos nessa questão, antes de feita a verificação da nascente do Rio Javari, exigida como preliminar pela cláusula 2 do Protocolo de 30 de outubro, já, na cláusula 4 do de 1° de agosto, copiada ao projeto boliviano, que aí habilmente reproduziu o que se achava no revogado Protocolo de 10.05.de 1895, se ajusta que:

> Determinada a nascente do Javari, será calculada a linha geodésica, que começa entre essa nascente e a confluência do Mamoré com o Beni na Latitude de 10°20', onde começa o Madeira, considerando-se o globo terrestre como um elipsoide de revolução por meio das intersecções dos paralelos e meridianos de 10 em 10 minutos de arco. A compressão da terra será considerada como 1/295.

Era, em ambos os pontos essenciais, a saber, na substituição das linhas do Tratado de 1867 pela linha geodésica e na adoção da nascente do Jaquirana como a nascente do Javari, a ab-rogação total do Protocolo antecedente.

Do mesmo modo como o Protocolo de 19.02.1895 se vira de todo em todo revogado pelo de 30.10.1899, o de 30.10.1899 se via anulado agora pelo do 01.08.1900.

De maneira igual a com que o primeiro dos três Protocolos executara o Tratado de 1867, alterando manifestamente a divisória por este instituído, o Protocolo de 1900 executava o de 1899, invertendo-o em ambos os seus elementos capitais.

O Protocolo de 1900, entre cujos erros o Clube de Engenharia apontara até um de técnica elementar em cosmografia, com o que, por uma inconsciente versão literal do espanhol boliviano, transmudou o achatamento em "*compressão da terra*", veio criar uma situação insolúvel.

Realmente essa convenção, na sua cláusula 4, manda calcular a linha geodésica da nossa divisa entre a nascente do Javari e a confluência do Mamoré com o Beni na Latitude 10°20'S, quando a Comissão Mista demarcadora deixou verificado que a confluência do Beni com o Mamoré se opera abaixo, aquém, ao Sul dessa Latitude. De maneira que "*a linha geodésica ilegal e antipatrioticamente aceita no Protocolo de agosto*", não lograva, "*para ser determinada*", nem "*o conhecimento exato das coordenadas geográficas dos seus pontos extremos*".

Acabamos de apalpá-lo quanto ao extremo Oriental da reta na confluência do Mamoré com o Beni, disputada entre a fixação convencional do Protocolo e a verificação real dos comissários demarcadores.

Menos visível não é o incerto, o cambiante, o contraditório da situação quanto ao outro extremo da oblíqua: a Latitude da origem do Javari. A Comissão que, em 1874, determinou esta coordenada, nos trabalhos que serviram de base à liquidação dos nossos confins com o Peru, pôs a nascença do Javari aos 07°01'S, situando, entretanto, o marco divisório aos 06°59'29"S, e declarando, não obstante a divergência entre as duas Latitudes por ela mesma indicadas, que:

> o marco do limite fora assentado justamente no ponto terminal [au point terminal même] fixado pelo Tratado, isto é, na fonte principal desse Rio. [...]

À nascente do Javari, portanto, realmente não se foi, não se chegou. [...]

Essa inverificação e a sua inadmissibilidade, reconheceu-as a nota de 25.04.1898, confirmada pela de 28 do mesmo mês, declarando que a nascença do Javari, identificada por esse ato com a do Jaquirana, demorava noutra Latitude, aos 07°11'48,10"S. Mas o Protocolo de 1899, não tomando já por certa a identidade original do Javari com o Jaquirana, determinava que de novo se verificaria "*a verdadeira posição da principal nascente do Javari*". Segue-se a esse o Protocolo de 1900. Que é o de que nele se trata? De formular as instruções para a Comissão Mista, que tem de executar o anterior. E como se estipula que este se execute? Volvendo a buscar a nascente do Javari na origem do Jaquirana, que é a de que se manda explorar a situação.

Qual será, porém, a autoridade constitucional dessas abdicações, tergiversações, retratações e contradições?

Desde que a opinião pública entre nós começou a se ocupar com a interpretação do art. 2° do Tratado de 1867, as camadas intelectuais do povo brasileiro ressentiram como atentado contra a nossa integridade territorial a interpretação, evidentemente abusiva, que lia naquele texto o reconhecimento da soberania da Bolívia sobre o Acre Setentrional ao Paralelo 10°20'S; e daí veio a resultar essa convicção, generalizada ao país inteiro, que nos testifica o Barão do Rio Branco, declarando, ao justificar, na sua exposição de motivos, o Tratado de 1903, que:

> a opinião nacional estava persuadida do nosso direito àquele território.

Firmado assim o sentimento nacional contra essa obsessão do nosso Ministério das Relações Exteriores, aberrativa dos seus deveres, todos esses atos seus, embebidos na tendência de entregar aos bolivianos aquela região, incorriam na tacha de mutilarem o solo da Pátria, e disporem do território nacional a benefício do estrangeiro. Desde então medidas tais, embora apresentassem a forma exterior de Protocolos, de Atos de chancelaria, invadiam a esfera do Poder Legislativo, e sem a sanção deste nenhum efeito podiam lograr.

Não é o acidente da forma, senão a substância do Ato, o que determina a competência entre os diferentes Poderes do Estado. Quando o Sr. Diez de Medina, em 1895, convidou o nosso governo a completar a demarcação da fronteira com a Bolívia, não se tratava de novo Acordo, mas apenas de balizar no terreno a divisória convencionada no Tratado de 1867; e, contudo, o Ministro das Relações Exteriores em La Paz, no seu relatório ao congresso boliviano, opinava que:

> Nenhum ato relativo a limites pôde ser completamente válido sem a aprovação legislativa.

Não anuindo neste parecer, objetou-lhe o Dr. Carlos de Carvalho, nosso Ministro então das Relações Exteriores, sustentando, também no relatório daquele ano, que essa teoria, "*pela sua demasiada Latitude, abrange atos não dependentes de tal aprovação. Neste caso, estão os trabalhos de demarcação, se não alteram o que se ajustou*". Destarte, portanto, reconhecia que, em alterando o estipulado nas convenções internacionais, as operações demarcatórias estão subordinadas ao assentimento do Poder Legislativo. No mesmo sentido se pronunciou em 1898, neste assunto, por duas vezes, o governo brasileiro. A primeira, quando o Ministério das Relações Exteriores, na sua nota de 25 de abril ao Ministério da Bolívia, lhe observou que:

> O Protocolo de 1895 não podia alterar a solene disposição de um Tratado, e não podia, porque era ato de simples execução.

A segunda, quando, noutra nota, de três dias depois, à legação peruana, lhe reflexionou que:

> aquele Protocolo, sendo, como é, ato de simples execução, não podia alterar a expressa disposição do Tratado, que estabeleceu os pontos extremos da linha divisória na parte em questão.

No relatório desse ano, ainda, referindo-se ao desacerto que se acabava de dar na demarcação de 1874, e que pouco antes, em consequência, denunciara de insubsistente às duas legações, aquela secretaria de Estado tornava à matéria, para acentuar a doutrina indicada nessas duas missivas diplomáticas:

> Não é admissível que os dois governos adotassem aquela operação, sabendo que havia nela erro em prejuízo de um dos países, e que, assim, um concedesse e o outro aceitasse, contra expressa disposição do Tratado, território, que não compensava. Em tais condições, a alteração seria cessão, dependente de aprovação legislativa.

Entre os parlamentares e estadistas republicanos as vozes mais autorizadas harmonizam com estas declarações do nosso governo. Em 1899, escrevia o Sr. Innocencio Serzedello Corrêa que:

> não respeitando o Protocolo de 1895 o que se ajustou em 1867, não é válido sem a sanção do congresso.

Tal foi, igualmente, a conclusão, a que se chegou na discussão do senado a este respeito em setembro de 1900. Num discurso que pôs termo ao incidente, persuadindo o senador Lauro Sodré a retirar o seu

requerimento de informações acerca dos atos da nossa chancelaria na demarcação dos limites com a Bolívia e, com especialidade, acerca do protocolo de 1895, dizia o senador Lauro Müller:

> O requerimento do honrado Senador pelo Pará julga os atos do Poder Executivo. É licito ao Senado julgar desses atos, quando não forem definitivos, ou é do seu dever e prudência aguardar do Poder Executivo a sua apresentação?
>
> Não se pôde supor que não tenham de vir ao Congresso, alegando a constituição do "*regímen*" passado, que só obrigava à aprovação do parlamento os Tratados que trouxessem cessão de território; porque, pela nossa constituição, não somente esses atos, como quaisquer ajustes ou convenções com potências estrangeiras, têm de ser submetidos à ratificação do Congresso Nacional. Entende o orador que todos os atos de chancelaria incidem na disposição constitucional.
>
> Assim o ajuste, que os dois governos façam, tem de ser submetido ao Congresso, cuja vez de falhar ainda não chegou. (BARBOSA)

Comissão Mista Brasileiro-Peruana (1874)

O Tratado de Ayacucho, de 1867, deveria vigorar por seis anos, isto é, até 1872, no que se refere à navegação. Em 1870, se inicia a demarcação até a Baía Negra. A Comissão chefiada pelo Barão de Tefé e Guilhermo Blake entra na Foz do Javari, no dia 17.01.1874, com um efetivo de 82 membros, atinge as proximidades das nascentes do Javari no dia 14.03.1874. A Comissão estima as nascentes do Javari como 07°01'17,5"S e 74°08'27,7"O. A penetração ousada da Comissão, uma verdadeira odisseia do Barão de Tefé, retorna ao Solimões com 55 sobreviventes.

Imagem 38 – Retirantes (Candido Portinari, 1944)

Vinte e sete sucumbem à febre, à fome, ou às flechas dos Mayorunas. Os círculos científicos recebem com muita reserva os cálculos astronômicos uma vez que as condições adversas que a Comissão enfrentou certamente teriam prejudicado sua exatidão.

A Seca Grande (1877-1879)

Os famintos do interior precipitavam-se desesperados pelas estradas em demanda da capital. Os caminhos eram teatro das mais pungentes cenas! As caravanas de retirantes a marchar sempre, como o Ashaverus da legenda, suplicando embalde à muda imensidade uma gota d'água para lhes mitigar o calor dos lábios incendiados pela sede! Tudo era miséria e desolação! As árvores, como esqueletos de pé, estendiam os braços ao espaço, enquanto um vento quente e impetuoso varria do solo as folhas torradas pelo Sol! (THEOPHILO)

O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos revezes, garante-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo da campanha formidável. (CUNHA, 2000)

Imagem 39 – Criança Morta (Candido Portinari, 1944)

Guiado talvez por instintivo impulso de aventura, desprezou as regiões dos baixos Rios, que continuaram a ser o habitat da população indígena, penetrou os altos sertões e violou-os até as linhas imprecisas de suas fronteiras ainda mal traçadas. (ARAÚJO LIMA)

A maior seca de todos os tempos assola a região nordeste vitimando mais de 500 mil nordestinos. O auge da produção e comercialização da borracha estimula enormes levas de flagelados a serem transportados precariamente para os seringais. Milhares perdem a vida no trajeto e os sobreviventes são abandonados à própria sorte na floresta hostil.

O Seringueiro, como o sertanejo de Euclides da Cunha, era antes de tudo um forte, não esmorece e com a obstinação de um titã, com uma energia e tenacidade assombrosas enfrenta, heroicamente, a floresta, os selvagens e as feras que os espreitam nas estradas da seringa. É uma raça extraordinária empreendendo uma marcha colonizadora épica jamais registrada nos anais da História da Humanidade. Pouco a pouco, os seringais vão prosperando às margens do Madeira, do Purus, do Acre, do Tarauacá, do Juruá, do Abunã, do Iaco e do Beni.

Não lhes importa de quem seja aquilo, como dizia Euclides da Cunha, era *"terra por desbravar, por construir"*. O látex transforma a Amazônia num verdadeiro El-Dorado.

Ten Cel Gregório Thaumaturgo de Azevedo

Em 1895, o Ministro da Bolívia no Brasil, Frederico Diez de Medina, propõe ao governo do Rio de Janeiro que se prossiga na demarcação. Foi assinado, a 19 de fevereiro, o respectivo protocolo, composto de 2 artigos apenas. O primeiro deles nomeava os comissários e o segundo fixava para todos os efeitos a nascente do Javari na posição que lhe atribuíram Tefé e Blake em 1874: 07°01'17,5"S e 74°08'27,7"O. Os comissários bolivianos são o Coronel Juan Manoel Pando e o Engenheiro Carlos Satchell e do Brasil o Tenente-Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o Capitão-Tenente Augusto Cunha Gomes.

A 29.09.1895, encontram-se os comissários em Caquetá, iniciando, logo em seguida, os trabalhos geodésicos. A correspondência trocada entre os dois primeiros comissários, Thaumaturgo e Pando, sobre as observações astronômicas procedidas no local, demonstram claramente, desde o início, o esforço boliviano de defender seu ponto de vista, enquanto o brasileiro, sem se afastar da verdade, procura resguardar os interesses nacionais.

As teses são admiráveis. Thaumaturgo, todavia, se destaca pela firmeza de suas convicções, e pela lógica irrefutável com que argumenta para provar a certeza de seus cálculos, pelo grande conhecimento científico que demonstra. É o homem certo no lugar certo com um único objetivo que é de não ceder uma polegada do território nacional.

A aceitar o marco do Peru como o último da Bolívia, devo informar-vos que o Amazonas irá perder a melhor zona de seu território, a mais rica e mais produtora, porque, dirigindo-se a linha geodésica de 10°20' a 07°01'17", ela será muito inclinada para o Norte, fazendo-se perder o alto do Rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto-Purus, os principais afluentes do Juruá e talvez do Jutaí e do próprio Javari; Rios que dão a maior porção da borracha exportada e extraída por brasileiros.
(Ten Cel Gregório Thaumaturgo de Azevedo)

Thaumaturgo relata ao Ministro do Exterior, Carlos de Carvalho:

Marechal Thaumaturgo de Azevedo

> Em primeiro lugar, afirmo que o Senhor Barão de Tefé não foi à cabeceira do Jaquirana, ele próprio o confessa... Em segundo lugar, informações de moradores do Javari dão como certo que o Jaquirana não é o prolongamento do Javari, mas sim um afluente dele; que o Javari é o Galvez, hoje pertencente ao Peru, em virtude de acordo estabelecido pela primeira Comissão demarcadora, e para isto dizem que as águas deste são da mesma cor das do Javari... Em terceiro lugar, a opinião de Paz Soldan, do Senhor Barão do Ladário, e ainda do próprio Coronel Pando é que o Javari vai mais além de 07°30'. Resta agora que a Comissão incumbida de explorar a nascente principal do Javari atinja a sua verdadeira origem...

Thaumaturgo, que contava com o apoio de Carlos de Carvalho, procurava evitar que o território pátrio fosse mutilado perdendo uma área, que calculou, de 5.870 léguas quadradas. Thaumaturgo, no seu relatório, tece considerações de ordem econômica; faz comentários sobre a problemática social; aponta medidas para resguardar os interesses do Brasil.

Carlos de Carvalho é substituído, nesse ínterim, pelo General Dionísio de Cerqueira que contraria radicalmente a posição do velho camarada, em documento tornado público. Thaumaturgo contesta, com vigor, a posição de Dionísio e se demite das funções. A demissão ganha foros nacionais alastrando-se por todos os rincões do país.

Capitão-Tenente Augusto Cunha Gomes

O Ministro, pressionado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico, do Clube Militar, Instituto Politécnico, e pela opinião pública que se manifestaram a favor do oficial demissionário, incumbe o CT Cunha Gomes, 2° Comissário Brasileiro, de efetuar a reexploração do Javari. O levantamento de Cunha Gomes foi consolidado no relatório de 11.01.1898, mostrando que a diferença encontrada não excedeu a 10". Tefé não errara como acreditava Thaumaturgo no desejo de salvar a situação das terras, onde vivia uma já considerável parcela da população brasileira.

Dr. José Paravicini

A 23.09.1898, o diplomata andino obtinha permissão para instalar uma Alfândega no Acre. A situação dos acreanos tornou-se aparentemente irremediável.

Jornal do Commércio, n° 19
Rio de Janeiro, RJ – Quinta-feira, 19.01.1899

Brasil / Bolívia

A bordo do "*Rio Tapajoz*" expressamente fretado pelo Governo da Bolívia, e cuja bandeira flutuava no tope do mastro grande, chegou a Manaus no dia 19 de dezembro [de 1898] o Senhor Dr. José Paravicini,

Ministro acreditado daquela República perante o Governo do Brasil, que ia tratar com o Governo do Amazonas, o melhor meio de serem estabelecidas as alfândegas mistas no território contestado entre o Brasil e a Bolívia, na região do Rio Acre. (JC, N° 19)

No dia 2 de janeiro de 1899, pelas 4 horas da tarde, o "*Rio Tapajoz*", ostentando o pavilhão boliviano, ultrapassou a linha Cunha Gomes, ancorando 4,5 milhas além. No dia seguinte, pela manhã, Paravicini saltou a terra e tomou posse do território em nome de sua Nação. Puerto Alonso, hoje Porto Acre, estava fundada sob a égide do então Presidente da República da Bolívia. O episódio revoltou profundamente os seringueiros do "*Rio da Borracha*" que assistiam à cena ou dela tiveram notícia. Não se falava de outra coisa nos barracões dos seringais onde se formulam planos de reação na calada da noite. As sementes da revolta entram na fase da fermentação.

O Futuro, n° 283
Laguna, SC – Domingo, 11.06.1899

A Questão do Acre

Foram atendidas pelo governo da Bolívia as reclamações do Sr. Ministro das Relações Exteriores, no tocante a questão do Acre, sendo alterada a parte do Decreto que baixou o Ministro José Paravicini a 4 de janeiro deste ano, abrindo a navegação dos rios Aquiri, Purus e Jacu. O Sr. Freyre, Encarregado de Negócios da Bolívia, comunicou ao Dr. Olyntho de Magalhães haver o seu governo exonerado do cargo de ministro boliviano no Brasil o Dr. José Paravicini. A questão do Acre terá, pois breve solução amigável. (O FUTURO, N° 283)

Jornal Pequeno, n° 54
Pernambuco, RE – Quarta-feira, 27.09.1899

Aos últimos jornais do Rio constava que o Sr. Dr. José Paravicini, ex-Ministro da Bolívia junto ao Governo Brasileiro, publicou em Sucre um pequeno folheto, dando conta de seus atos, durante o tempo que esteve exercendo o cargo de representante da Bolívia, nesta capital. Esse Paravicini, lembram-se de certo os leitores, é o tal do embrulho do Rio Acre, onde impera hoje o aventureiro espanhol Galvez, graças à atitude do Governo Federal que nesta questão, que tanto tem exaltado o ânimo popular em Manaus, segundo lemos nos diários amazonenses, parece ter-se transformado em estátua, como sucedeu à mulher de Loth. (JORNAL PEQUENO, N° 54)

No artigo intitulado "*Um trapo e um resto*", de autoria do redator-chefe do jornal "*A Imprensa*", Ruy Barbosa de Oliveira, é estampada a impactante notícia:

A Imprensa n° 694 – Rio de Janeiro, RJ
Sexta-feira, 31.08.1900

Um Trapo e em Resto

Não há mais de oito dias, passava de folha em folha, na imprensa fluminense esta nota de eloquente singeleza:

> Disseram-nos que se acha em Humaitá, a cinco horas do Puerto Alonso, uma Força de 400 homens do exército boliviano, comandada pelo Sr. Muñoz, tendo o Ministro da Bolívia recebido aviso da chegada desta Força ontem.

RIO DE JANEIRO--SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1900 — NUM. 694

A IMPRENSA

Redactor-chefe RUY BARBOSA

UM TRAPO E UM RESTO

Não ha mais de oito dias, passava de folha em folha, na imprensa fluminense esta noticia de eloquente singeleza: «Disseram-nos que se acha em Humaytá, a cinco horas de Puerto Alonso, uma força de *400 homens do exercito boliviano*, commandada pelo sr. Muñoz, *tendo o ministro da Bolivia recebido aviso* da chegada desta força antehontem. Esta é *a primeira expedição: a segunda* é commandada *pelo* dr. Lucio Velasco, *vice-presidente da republica*, e *a terceira* pelo *ministro da guerra*, sendo chefe de um dos batalhões um irmão do dr. Salinas Vega, actual ministro nesta capital. Todas estas forças deveriam reunir-se no Alto Acre, tendo, porém, o coronel Muñoz se adeantado até Humaytá.»

Imagem 40 – A Imprensa n° 694, 31.08.1900

Esta é a 1ª Expedição, a 2ª é comandada pelo Dr. Lucio Velasco, Vice-presidente da república, e a 3ª pelo Ministro da Guerra, sendo chefe de um dos batalhões o Dr. Salinas Vega, atual Ministro nesta capital. Todas estas Forças deveriam reunir-se no Alto Acre, tendo, porém, o Cel Muñoz se adiantado até Humaitá. Telegramas divulgados ontem por dois dos nossos colegas matutinos corroboram aquela notícia com o aviso de que novas Forças bolivianas acampam no seringal de Capatará, teatro de combate anterior com os brasileiros.

O caso não poderia ser mais estupendo, se já nos não achássemos todos mais ou menos intimamente conformados a quantas misérias possam envilecer e dissolver uma nacionalidade. A cinco horas do território brasileiro do Acre estavam, em marcha para ele, quatrocentos homens do exército boliviano. Dessa afronta à honra do Brasil tinha participação o Ministro da nossa prezada vizinha nesta capital.

Desde que cinco horas apenas demandava a jornada, em oito dias, que já lá vão, há muito estará concluída. A esta hora, pois, com ciência nossa, ciência do nosso governo, ciência do representante daquele estado entre nós, sem que dele para conosco se alterasse a cordialidade das melhores relações, um destacamento estrangeiro arvora o seu estandarte, acampa no nosso solo, e impõe "*manu militari*" aos nossos compatriotas obediência ao "*regímen*" do invasor.

Nem se trata de uma incursão passageira. Essa correria audaz já se enumera como "*a primeira*" de uma série de expedições. Resolvido está que se lhe sigam imediatamente duas outras; e, para ninguém se iludir quanto à natureza do movimento, para se assinalar com estrondo que é a Bolívia, na expressão mais direta do seu governo, quem entra, ocupa, anexa, ensanguenta paragens brasileiras, a 2ª expedição irá comandada pelo Vice-presidente da república, a 3ª terá por chefe o Ministro da Guerra.

Que de tão completa eliminação da nossa honra se possa dar pregão ([29]) friamente ao Brasil, e que ele o receba friamente, não se creria, se não pesasse sobre nós um marasmo verdadeiramente de morte. Por quê esse silêncio de chumbo? Por quê essa indiferença lapidar? Onde o nacionalismo, que, a propósito do território das Missões, emborrascou ([30]) almas e anos a nossa atmosfera política, determinando, afinal, a restauração do nosso direito? Onde a vibratilidade apaixonada, que, no caso dos Protocolos italianos, punha em fogo as galerias do Congresso, reunia a Câmara dos Deputados em sessões permanentes, conflagrava os seus debates em imprecações, em violências, em assomos guerreiros?

---

[29] Pregão: proclamação.
[30] Emborrascou: enuviou.

Onde o heroísmo intransigente, que, na espécie da Trindade, agitava, do Amazonas ao Prata, a nação inteira com a soberbia de um povo de soldados, armado como os Boers, para zombar, na defesa nacional, das maiores potencias europeias?

Entretanto, a Itália não nos atentava contra a integridade territorial. Entretanto, a Inglaterra apenas fazia menção de tomar-nos um escolho sumido no oceano. Entretanto, a Argentina argumentava com títulos de propriedade, que tornaram longo tempo duvidosa a sorte da lide. Entretanto, nem a Argentina, nem a Grã Bretanha, nem a Itália pisaram com as suas hostes o chão da Pátria brasileira, e muito menos tentaram mutilá-lo à força de armas, com efusão do nosso sangue.

Tudo isso agora se produz; invasão militar, ocupação militar, anexação militar, luta militar. Coisa ainda mais indizivelmente grave; é "*com o legado assenso ([31]) do governo brasileiro*" que isso tudo se pratica. Tais foram as declarações de Paravicini, ao tomar posse do Acre. Tais as de Gamarra no Chapury, quando às intimações da nossa Guarda Nacional convocada para o expulsar, respondia com a ameaça de opor à força das armas brasileiras a das espingardas bolivianas.

Ou era falso, logo, o patriotismo de Missões, o patriotismo da Trindade, o patriotismo dos Protocolos. Ou expirou entre nós esse fluído vital, que é a essência das nacionalidades. Ou entre nós os grandes sentimentos da Pátria obedecem à batuta dos regentes de orquestra, são encenações que o zé-pereira dos Partidos explora contra as situações débeis, fervem instantaneamente como o mosto da uva na embriaguez da bravaria contra o perigo

[31] Assenso: consentimento.

hipotético, e diante da insolência armada banzeiam como a coragem dos palrelhas ([32]). Já não somos um povo, somos uma fanfarra de aborígenes, muda ou ressonante ao aceno do cacique. Se o governo se esquenta, começa de se agitar nos ataúnas ([33]) o espirito marcial, e estruge os ares selvagens o tutucar dos atabaques. Mas sem a senha oficial cochila sossegada a tribo sobre os cachimbos, embora o estrangeiro lhe arrebate o solo, a lavoura, a casa, a família, embora lhe retalhe a Pátria, e lhe sangre o sangue das veias.

Exageraremos?

Pois fale por nós uma voz insuspeita à atualidade. Fale o Sr. Serzedello Corrêa.

É S. Exª quem nos diz:

> Quem acompanha atentamente os antecedentes desta questão, verifica desde logo que o governo da Bolívia procedeu a essa ocupação, premeditando-a, e realizou-a com má fé.

É S. Exª quem escreve:

> Nessa época já a invasão – porque, de fato, o que se fez, foi uma invasão – estava resolvida. Mais do que isso, "*estava em plena execução, e era feita sob a falsa alegação de que a Bolívia agia de comum acordo com o Brasil*", e com a ameaça, que a esta alegação imediatamente sucedeu, do emprego da força, para a tornar efetiva. A distância, em que estes gravíssimos fatos ocorreram, era assaz grande, para que aqui na capital não lhes sentíssemos toda a brutalidade.

É S. Exª quem relata:

---

[32] Palrelhas: tagarelas.
[33] Ataúnas: plantas trepadeiras.

> A invasão, porém, estava resolvida, e havia efetuar-se. Grande era o clamor e forte o protesto dos brasileiros, que aí sempre viveram à sombra da nossa bandeira, assim conspurcada.

É S. Exª quem epigrafa um dos capítulos do seu áureo livro com esta fórmula, capaz de ressuscitar os mortos:

> Os atos do Sr. Paravicini: invasão, ocupação e conquista.

É S. Exª quem clama:

> A gravidade desses fatos não precisa de ser encarecida; basta expô-los, para que todos sintam que o Brasil não pode suportar resignadamente a insolente invasão boliviana. O Amazonas não vale menos que Mato Grosso, e a Bolívia não vale mais que o Paraguai.

É S. Exª quem denuncia:

> A par dessa exploração, desenvolveu-se a perseguição. Os brasileiros, que protestavam contra a ocupação, eram tidos por suspeitos e inimigos, presos e encarcerados. Não precisamos de carregar as cores desse quadro: "*é o mesmo de todas as conquistas*. *E o que a Bolívia fez não foi outra coisa*"; enfadou-a o trabalho diplomático, e empreendeu a conquista da região, cobiçada agora, depois que mais de quinze mil brasileiros a desbravaram, e mostraram ao mundo as suas riquezas extraordinárias.

É S. Exª, em suma, quem conclui:

> O território, em que está situada a alfândega de Puerto Alonso, não é, "*a título algum, boliviano*". A Bolívia invadiu e está ocupando território brasileiro, no qual exerce jurisdição e

> arrecada impostos. Esse ato **representa insuportável ofensa à soberania nacional**.

Ocupação, invasão e conquista, quem o declara é o sustentador mais laborioso, estrênuo ([34]) e devoto da política atual. E agora se anuncia que, para imprimir a essa depredação militar do nosso território, o carimbo direto do governo boliviano, o ocupador, o invasor, o conquistador acumula expedições comandadas pelos seus Ministros o pelos seus presidentes.

Ora invasão quer dizer guerra declarada. Não há, no mundo, uma nação organizada, que não oponha à invasão ato continuo o fogo, que não obrigue imediatamente o intruso a desocupar o território invadido, ou não trave com ele, para esse efeito, luta de morte. Pode-se dissimular o pundonor ferido, enquanto a injúria está no papel, na ameaça, na expectativa do esbulho. Mas, se o estrangeiro transpõe em armas a fronteira nacional, a única atitude possível do agredido para com o agressor é a repulsa instantânea como o furacão e como ele violenta. Nesses casos, "*nos casos de invasão, ou agressão estrangeira*", é a constituição quem fala, nesses casos compete ao Presidente da República

> declarar imediatamente a guerra.

Porque? Porque com a invasão declarada se acha a guerra pelo invasor. Da parte do invadido, consequentemente, a declaração vem apenas solenizar a resistência com o ato atestatório da repulsa. Pois bem: com as relações materialmente retas pela invasão, nós continuamos a dialogar notas com o Ministro do inimigo. A invasão lá está. Mais que a invasão – a conquista.

---

[34] Estrênuo: destemido.

> Dois anos há que ela se opera a ferro e fogo; e, para a revestir da mais odiosa grosseria, não lhe esqueceram a Força Armada na praça, advertência da soberania invasora aos súditos da soberania violada.
>
> Mas que faz o governo brasileiro?
>
> Até agora, nada. Parlamenteia, tragando a logomaquia ([35]) indiferente e soberba do invasor.
>
> E depois? Diante do fogo? Diante do sangue?
>
> Ainda afirmam uns que será neutro. Outros creem que estará com o anexador.
>
> Mas então, e se este País não estremecer, se não sentir roxas as faces, se não obrigar os seus governantes a um movimento eficaz, não é só essa constituição que é "*um trapo*"; também esta nacionalidade será "*um resto*": resto do seu próprio passado, da sua própria honra, do seu próprio pudor.
>
> Enquanto, porém, dele alguma coisa sobrar, daqui não abandonaremos o assunto. Por todos os lados ventilaremos a extorsão, o ultraje, a ruína da nossa dignidade internacional, certos, como estamos, de que, se o nosso brio ainda não corou, é porque ignora o valor da espoliação e o arrojo da afronta. (A IMPRENSA N° 694)

Dionísio de Cerqueira não se deixa convencer e mantém-se aferradamente ao Tratado de 1867, cuja exata interpretação fazia questão de desconhecer. No dia 19.09.1900, Dionysio Cerqueira, ocupa a tribuna da Câmara dos Deputados e faz um controvertido, contundente e entreguista pronunciamento:

---

[35] Logomaquia: palavreado inútil.

CONGRESSO NACIONAL

ANNAES

DA

CAMARA DOS DEPUTADOS

PRIMEIRA SESSÃO DA QUARTA LEGISLATURA

Sessões de 1 a 29 de setembro de 1900

VOLUME V

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1900

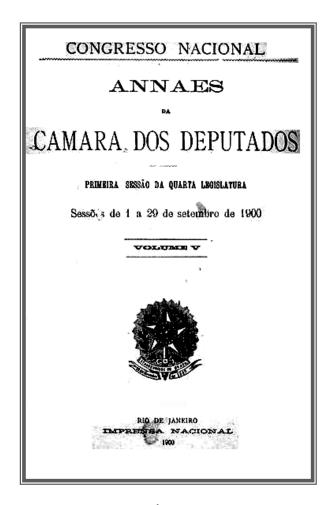
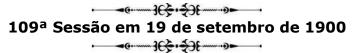



Imagem 41 – Annaes da Câmara dos Deputados, 1900

Anaes da Câmara dos Deputados – Rio, RJ
Sessões de 01 a 29.09.1900

109ª Sessão em 19 de setembro de 1900

Presidência dos Srs. Vaz de Mello [Presidente], Ângelo Neto [2° Secretário] e José Boiteux [3° Secretário]. [...]

O Sr. Dionysio Cerqueira – Sr. Presidente, ao vir assumir o meu posto de honra na tribuna desta Câmara, tribuna que é hoje um verdadeiro posto de honra para mim, porque o meu nome está, devo dize-lo com a máxima franqueza, ligado a esta Questão do Acre, Questão que não existe, porque ela só pode existir entre os governos e para eles ela não existe; esta questão que só é Questão lá fora, eu devo cumprir um dever muito grato a, meu coração, qual o de render a merecida homenagem ao eminente Deputado pelo Pará que ocupou ontem a tribuna com o brilhantismo com que costuma fazê-lo.

S. Exª disse no seu discurso que era preciso acabar com esta Questão do Acre e confiar no Governo da República, que sabe defender os seus interesses e a honra de sua Pátria. Eu lamento, Sr. Presidente, que o nobre Deputado pelo Pará, meu distinto amigo, não tivesse, depois que leu o luminosíssimo relatório do ilustre republicano que dirige a pasta das Relações Exteriores, mudado de opinião... mas S. Exª quis mostrar-se coerente.

Presumo, não obstante a minha insuficiência, pela grandeza, pela justiça da causa que venho aqui defender, que hei de retirar-me desta tribuna – creio que não é pretensão das mais exageradas – levando ao espírito esclarecido e culto do meu distintíssimo colega a mesma convicção de que me acho possuído de que o Governo do Brasil cumpriu o seu dever e o está cumprindo.

Lamento, Sr. Presidente, que esta Questão... É preciso que se note: faço inteira justiça à nobreza de sentimento, ao patriotismo do meu nobre colega Deputado pelo Pará. S. Exª foi movido a escrever o seu notável livro, que tanta influência exerceu nesta Questão, por um sentimento muito louvável, pela sua responsabilidade de Representante da Nação, de

Deputado por um dos Estados da Amazônia diretamente interessados nessa Questão. Faço justiça aos elevados intuitos do meu distinto amigo.

Mas, lamento que esta Questão, que nasceu nas praças comerciais de Belém e de Manaus, de lá subiu ao Palácio do Governo do Amazonas e daí propagou-se aos seringais do Acre, fosse agitada na imprensa diária até que vieram morrer as suas ondas na outra Casa do Congresso, pela voz de dois ilustres Senadores. S. Exª o nobre Deputado pelo Pará fez muito bem em levantar esta Questão e trazê-la para aqui, apesar de estar convencido, como eu, de que aqui não é lugar próprio para discutir essas questões diplomáticas, de que as questões diplomáticas exigem uma região mais calma e serena do que esta, onde domine a razão e não o sentimento, onde as paixões não se agitem, onde elas não se desencadeiem e se transformem em procelas temerosas que ameaçam envolver em densas trevas as puras claridades da luz, sempre benéfica, da justiça.

Essas questões só podem ser discutidas perante a Nação, isto é, perante os seus representantes legítimos e diretos, perante esta Casa do Congresso, em sessão secreta. Pretendia, Sr. Presidente, requerer uma sessão secreta, mas desisti, porque esta Questão foi discutida à luz pública, "*coram populo*" ([36]), da tribuna do Senado. Era preciso que ela fosse também discutida aqui, no seio da representação nacional, que aqui ela recebesse o seu golpe de morte e fosse varrida para sempre deste recinto, onde jamais deveria ter penetrado, porque, Sr. Presidente, essas questões só servem para embaraçar a marcha da República, que precisa seguir desassombrada, no seu caminho, sem ter que se incomodar com tais estrepes.

[36] Coram populo: publicamente.

Sr. Presidente, tenho a pretensão, não baseada no meu valor, que é nulo, mas no valor deste assunto, que é por demais importante, porque ele envolve altos interesses nacionais e da maior monta; eu tenho a pretensão de demonstrar que o Governo do Brasil, de 40 anos a esta parte, jamais se desviou uma linha do caminho que lhe é traçado pela honra, pelo amor da Pátria e pela justiça.

Esta Questão do Acre, Sr. Presidente, esta Questão, não, porque Questão não existe, mas este caso do Acre, é um caso liquidado, como vou demonstrar. Mas, antes de fazê-lo, devo declarar que venho cumprir aqui um dever que me é imposto pela minha lealdade, pela minha solidariedade política e pelo amor que tenho a essa reputação de honestidade, de sinceridade e de honra que, à custa de tantos sacrifícios, tem adquirido esse Brasil, onde tive a honra de nascer.

Eu venho, Sr. Presidente, defender o Governo do Brasil. Ouçam bem – é o Governo do Brasil. Sim! Eu não venho somente defender o Governo atual, que bem merece da Nação pelos grandes serviços, pelos grandes sacrifícios que está fazendo por ela, eu venho defender também o Governo do qual eu tive a honra de fazer parte, o que constitui um dos meus maiores títulos ele glória, um dos maiores, não, porque eu não tenho outros, eu só tenho este, e é muito, eu tenho também defender o Governo .do "*regímen*" passado, eu venho também defender os estadistas do Império, que de 1860 até 1889 souberam manter o prestígio do meu País com muita glória. E no meio das maiores dificuldades.

Eu venho defender o Governo dos estadistas do Império, eu venho defender a memória augusta daquele grande cidadão, cujos restos descansam em S. Vicente de Fora, ele podia ser acusado de outras

faltas, mas nunca, de falta de patriotismo, porque era um grande patriota e se dedicava com amor e competência aos assuntos da ordem deste de que nos ocupamos. Senhores, eu não receio que digam que estou fazendo apologia da monarquia, porque as minhas crenças republicanas não veem de ontem, nasceram antes de despontar-me o bigode.

Diz-se por aí que o pé do soldado estrangeiro pisa o solo da minha Pátria! Diz-se que o Governo da República vê, de braços cruzados, e tranquilo, esse atentado à nossa soberania! Diz-se que nós somos indiferentes, que o Governo da República é indiferente e não quer ver o que se passa, nas regiões ricas e doentias do Acre, onde os nossos compatriotas não tem mais garantias!

Não, Sr. Presidente, isto não é verdade; isto é uma monstruosidade, uma monstruosa injúria, um monstro de falsidade. E eu; que procuro no rico vocabulário da minha língua uma palavra para exprimir esta calúnia, não acho senão monstruosidade, monstruosa, e monstro! Então o soldado estrangeiro pisa o território da minha Pátria, arma ali a sua barraca, ensarilha tranquilo as suas armas, marcha pelo território do Brasil e combate os nossos compatriotas, e o Governo se mantém quedo o mudo, não reage, não manda expulsar essa gente que ousa invadir o nosso território e insultar a nossa soberania?! Não! O Governo está tranquilo, porque sabe que se especula com a mentira; o Governo, se fosse verdade, jamais faria isso, e, se o fizesse, ai dele! O povo já se teria levantado, em ondas tempestuosas e o teria afogado, porque o povo tem o instinto da conservação de sua honra. Tudo quanto se diz por aí é uma mentira, e eu o hei de demonstrar. Mas, para prová-lo, preciso de toda a atenção dos meus ilustres colegas, porque o assunto é por demais interessante e exige calma.

Não tenho a pretensão de vir fazer um discurso, não só porque não me comprazo destas lutas da tribuna, como também porque me faltam qualidades para ela. Sendo, porém, o assunto da maior importância, visto como é a reputação do Brasil que está em jogo e se pretende ferir, preciso não só da atenção, como também da benevolência dos meus ilustres colegas, e, contando com uma e outra, vou entrar na discussão do assunto. Vou demonstrar que a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os Rios Madeira e Javari, é a linha geodésica que liga a Foz do Beni à nascente do Javari, e não uma linha que não é linha, mas um ângulo formado de duas linhas, ou uma linha que é constituída por dois lados de um ângulo, cujo vértice é o ponto de interseção do Meridiano que passa pela cabeceira do Javari e pelo Paralelo que passa pela Boca do Beni, e cujos extremos são as cabeceiras do Javari e a Boca do Beni. ([37]) [...]

O que querem no momento atual, não me refiro absolutamente ao ilustre Deputado Sr. Serzedello, os nossos patrícios que agitam a opinião, sempre pronta a levantar-se, quando dizem que o Governo não cuida dos interesses da Pátria? Eles querem que o Brasil viole a fé dos Tratados, não cumpra a sua palavra e se desonre. Não receio dizer estas palavras perante a Nação reunida, porque não temo que me acusem de falta de patriotismo, não temo que digam que eu não tenho amor a esta terra esplêndida onde tive a felicidade de nascer. Não receio isso, porque estou defendendo hoje a minha Pátria contra alguns de seus filhos que não veem que ela se desonraria, como também já defendi a honra de minha Pátria com as armas na mão, derramando o meu sangue, não é figura de retórica, pois que o derramei deveras. Eu sinto bater neste peito um coração de soldado!

---

[37] Lógica totalmente absurda!!! Engenheiro??? Não acredito!!!

Não receio que me acoimem de antipatriota. Não, eu também sou patriota. O Brasil está cumprindo o seu dever, o Brasil é uma nação nobre e não pode seguir os preceitos de Niccolò Machiavelli, os conselhos que ele deu ao príncipe Lourenço de Medicis na sua obra imortal "*De Principalibus*", que foi declarada infame pelas gerações que vieram depois o que não é entretanto senão a condensação dos princípios da política de fraude e traição que dominava na sua época.

No capítulo intitulado "*Como o Príncipe deve cumprir a sua palavra*", Machiavelli dizia a Lourenço de Medicis que um príncipe deve ser homem e animal, que, como animal, deve ser raposa, e leão: raposa para saber evitar as armadilhas e leão para espantar os lobos, que o príncipe podia deixar de cumprir a sua palavra quando desta violação lhe adviesse alguma vantagem. Mas, Sr. Presidente, isso é uma doutrina infame. Machiavelli escreveu o seu livro para um príncipe do século XVI e não para um povo livre do século XIX.

Um povo que escreveu no seu Pacto Fundamental o § 11° do artigo 34 e o artigo 88, aquele tornando obrigatório o recurso ao arbitramento, e este que esbulhou a Nação soberana de um direito que todas as nações possuem, o direito de conquista, não pode querer conquistar indignamente um território que lhe não pertence.

Se quisesse conquistar, fá-lo-ia nobremente, com as armas na mão, dignamente, sem mentir, sem trair, sem desonrar-se.

Mas não. O Governo não cogitará disto nunca; tem procedido sempre de boa-fé, respeitando a fé dos seus Tratados, defendendo com valor os seus direitos e impondo-se ao respeito universal.

Ele continuará, a percorrer o seu caminho, e marcha com confiança, porque os homens sem paixão serão os seus flanqueadores e não o deixarão cair em emboscadas. Continue respeitando a gloriosa tradição que achou e que vem de longe.

O povo brasileiro, que conseguiu realizar o ideal sublime daqueles grandes homens da revolução francesa que sonhavam com a fraternidade universal; um País que realizou os sonhos de Volney, de Condorcet e de Carnot, o primeiro que pedia que se proclamasse os direitos dos povos, o segundo que dizia que se devia respeitar os direitos de todas as nações e o último, o imortal, que afirmava que o sistema da República era a fraternidade, um País que pretendeu realizar o sonho daquele grande convencional, daquele sacerdote da revolução que pediu à assembleia que decretasse a abolição da realeza e ela decretou.

Do padre Gregoire que dizia no seio da Assembleia Legislativa que o vulcão da liberdade ia ressuscitar os povos da terra e fazia, uma invocação ao gênio da liberdade para que espedaçasse as barreiras da barbaria e unisse todos os homens pelos laços da santa fraternidade, um País jovem como o nosso e livre e grande e nobre não se presta a esta especulação acreana, protesta contra esta campanha antipatriótica, contra essa agitação que pode ocultar algum outro desígnio, mas que parece querer o descrédito e a desonra da nossa Pátria.

O Brasil é muito grande, muito rico, muito nobre, sabe defender os seus direitos e respeitar os alheios, prefere ao interesse a sua honra, e pensa que há uma causa que vale mais do que os seringais do Acre – é a justiça. Tenho concluído. [...]. (ANAES, 1900)

THAUMATURGO DE AZEVÊDO

O ACRE

LIMITES COM A BOLIVIA

Artigos publicados n'A IMPRENSA
1900-1901

CARTAS INEDITAS

RIO DE JANEIRO
Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & Comp.
1901

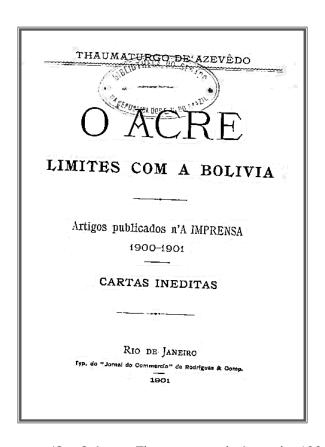



Imagem 42 – O Acre – Thaumaturgo de Azevedo, 1901

Relata, na sua obra "*O Acre – Limites com a Bolívia*", o Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo:

> Editando os artigos que publiquei na "*A Imprensa*", uns sob a responsabilidade moral de sua ilustrada Redação ([38]), outros sob a minha própria e ostensiva, satisfaço a constantes solicitações de amigos para perpetuá-los no livro. Sendo um ensinamento aos pérfidos e ambiciosos, penso evitar também que possa de novo vir a ocupar altas posições políticas e administrativas quem jamais soube exercer a verdade e a justiça.

[38] O redator-chefe de "*A Imprensa*" era o Dr. Ruy Barbosa de Oliveira.

"Omnia Serviliter Pro Dominatione" ([39])

DISCURSO DO SR. DIONYSIO

I

> Vou demonstrar que a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os Rios Madeira e Javari, é "*a linha geodésica*" que liga a foz do Beni à nascente do Javari, "*e não uma linha, que não é uma linha, mas um ângulo formado de duas linhas, ou uma linha que é constituída por dois lados de um ângulo*", cujo vértice é o ponto de intersecção do Meridiano que passa pela cabeceira do Javari, e pelo Paralelo que passa pela Boca do Beni, e cujos extremos são as cabeceiras do Javari e a Boca do Beni.

Entenderam? Será isto "*geometria" moderna*? Uma "*linha que não é linha*", mas um "*ângulo*" formado de duas linhas, ou uma "*linha que é constituída por dois lados de um ângulo?!!*" Já se viu tamanho dislate ([40]), prova de maior incapacidade? Outra:

> Um ângulo cujo "*vértice*" é o ponto de interseção do "*Meridiano*" que passa pela cabeceira do Javari (há mais de uma) e pelo "*Paralelo*" que passa pela Boca do Beni.

Entenderam também? Exemplifiquemos:

Estando uma das supostas cabeceiras do Javari (que para ele é o Jaquirana) à 07°11'48"S, e o Paralelo que passa pela Boca do Beni sendo a 10°20'S, como é que o "*vértice*" do ângulo se achando na intersecção do "*Meridiano*" que passa pela referida Latitude 07°11'48", do Jaquirana, igualmente esteja, ao mesmo tempo, no "*Paralelo*" que passa pelo Beni, isto é, na Latitude 10°20' ou a 03°08'12" ao Sul daquela?!...

---

[39] Tudo servilmente pelo domínio (Publius Cornelius Tacitus).

[40] Dislate: asneira, asnice, bobagem, despautério.

Não façamos comentários: digamos apenas que muito bem disse o Conselheiro Andrade Figueira ([41]) em uma de suas cartas, que:

> só em último lugar o Governo deveria ter escolhido o Sr. Dionysio Cerqueira para a Comissão de Limites com a Argentina. Devem estar vingados os Srs. Barão de Capanema e Thaumaturgo.

II

O artigo da "*Gazeta*" em louvor ao discurso do Sr. Dionysio Cerqueira teria a importância que seria de temer, em refutação ao que se há discutido sobre esta questão, se outros fossem os argumentos e não representassem a opinião individual de quem, a todo o transe, e já em outras ocasiões, tem procurado defender esse desastre do ex-Ministro das Relações Exteriores. Acresce que a competência do panegirista ([42]), que nem ao menos é indígena, não vai além do mau resumo do assunto em que o próprio autor deixa à crítica a sua manifesta incapacidade. Citando o Tratado de 1750 afirma:

> que foi anulado pelo do bordo de 1761, revivendo mais tarde com o de 1777 e com ele a linha Leste-Oeste que parte do Madeira e vai ao Javari; linha que foi sempre a preocupação dos dois governos contratantes, mas partindo do Paralelo 06°52', a pouco mais, de modo que, pelo Tratado de 1867 se obtendo um ponto de partida sob o Paralelo 10°20' por causa do uti-possidetis, foi uma vitória para a diplomacia brasileira.

Entretanto, em seguida, referindo-se a esse princípio adotado em todos os Tratados pelos governos do Brasil diz:

---

[41] Domingos de Andrade Figueira (✰ 24.07.1834 / ✞ 14.08.1910) advogado e político escravista e monarquista.

[42] Panegirista: elogiador, que louva.

> que entre o território no ano da independência e o do povoamento do Acre há um compromisso solene que é o Tratado de 1867; que em 1822 esse Território era "*res nullius*" ([43]), por ser desconhecido, e por isso o referido Tratado o considerou boliviano.

Por esses e outros comentários, resulta que o artigo oficioso ou solicitado não tem outro fim senão o de defender o amigo, embora perturbando o curso da verdade contra os interesses do País. Teria sido melhor ao Sr. Dionysio se conservasse calado, como há oito anos faz, gozando da representação como meio de vida cômodo e lucrativo, pois, durante todo esse tempo nenhuma ideia, nenhum alvitre sugeriu ainda em vantagem do povo, ou para as instituições que abraçou, como afirma,

> desde antes de despontar-lhe o bigode!

Sem elementos nem tradições políticas, acompanhou sempre os partidos dominantes na Monarquia, e a sua aparição no Congresso republicano só se explica por ser militar e pelas circunstâncias da época. Depois, a sua reeleição tem sido em paga do apoio incondicional a todos os governos, forçando seu Estado a não substituí-lo por quem melhor represente as suas gloriosas tradições de alta mentalidade, e à República a passar por momentos difíceis em questões importantes, devido à incapacidade de S. Exª, como na questão das Missões, que nos teria sido fatal se não fossem o talento e o esforço do Barão do Rio Branco, auxiliado pelo Almirante Guillobel; a do Amapá, ainda em litígio, por dar ao árbitro a faculdade de dividir o Território Amazônico por uma linha média, como solução ao nosso direito secular; a do Acre, pelo estabelecimento de um posto aduaneiro da Bolívia, em Território Contestado, e como tal considerado até pelo respectivo Ministro

[43] Res nullius: sem dono.

boliviano, mas que S. Exª e o seu sucessor entendem pertencer à Bolívia, antes de ser verificada a verdadeira nascente do Javari, apesar de todos os clamores contra esse assalto ao bom senso e ao patriotismo; finalmente, a das indemnizações italianas, por processo diverso e menos honroso do que queria, pelo arbitramento judiciário, o preclaro jurisconsulto Dr. Carlos de Carvalho, seu antecessor; além de perseguições e injustiças que praticou, quando Ministro das Relações Exteriores. Portanto, logo se vê que o Sr. Dionysio jamais poderia dar a última palavra sobre esse assunto e muito menos esgotá-lo "*projetando feixes de luz*", como pensa o escritor da "*Gazeta*". Assim, sob qualquer aspecto que se encare essa peça oratória, tardia e sem nexo, nem continuidade de pensamentos, é nula. Pelo lado histórico nada adiantou ao que largamente foi debatido pelo Dr. Ruy Barbosa e outros senadores, Serzedello, Thaumaturgo, Frontin e Paula Freitas, em notáveis discursos, no Congresso, em livro, folheto, artigos de imprensa e conferências, a que ele nunca contraditou. Pelo lado cientifico foi simplesmente um tremendo fiasco para os seus apregoados "*conhecimentos técnicos e a sua grande experiência*". É o que mostraremos antes de sua partida para o Prata.

III

Tardio, sem nexo e sem continuidade de pensamentos, nulo; como dissemos. Para demonstrá-lo, bastanos transcrever alguns tópicos, mostrando as incoerências que o tornam merecedor desses conceitos. Inicia-o, dizendo que:

> seu nome está ligado à Questão do Acre – questão que não existe, porque ela só pode existir entre os governos, e, para eles, ela não existe; esta "*Questão*" que só é "*Questão*" lá fora... por isso, pela grandeza, pela justiça da causa que defende, assume verdadeiro ponto de honra. [...]

Lamenta que esta "*Questão*", que nasceu nas praças comerciais de Belém e Manaus, de lá subiu ao Palácio do Governo do Amazonas, daí se propagou aos seringais do Acre, fosse agitada na imprensa diária, até que vieram morrer suas ondas na outra Casa do Congresso, e fez muito bem o Dr. Serzedello em levantar esta "*Questão*" e trazê-la para a Câmara, apesar de que aqui não é lugar próprio para discutir essas "*Questões*"... Essas "*Questões*" só podem ser discutidas perante a nação, perante os seus representantes legítimos, perante esta Casa do Congresso, em sessão secreta! [...]Pretendia requerer uma sessão secreta, mas desisti, para que ela fosse também discutida à luz pública, e aqui recebesse e o seu golpe de morte e fosse varrida para sempre de onde jamais devia ter penetrado, por que essas "*Questões*" só servem para embaraçar a marcha da República, que precisa seguir eu caminho, sem ter que se incomodar com tais estrepes. [...]

Tenho a pretensão... baseado no valor deste a assunto, que é por demais importante, por que ele envolve altos interesses nacionais e da maior monta; eu tenho a pretensão de demonstrar que o Governo do Brasil de 40 anos a esta parte jamais se divorciou do caminho que lhe é traçado. [...] Esta "*Questão*" do Acre [esta "*Questão*", não, porque "*Questão*" não existe]... mas este "*caso*" do Acre é um caso liquidado. [...]

Eu venho defender o Governo do Brasil. Ouçam bem – é o Governo do Brasil. Sim! eu não venho somente defender o governo atual; eu venho defender também o Governo do qual fiz parte; eu venho também defender o Governo do regimen passado; eu venho também defender os estadistas do Império... eu venho defender a memória augusta daquele grande cidadão, cujos restos descansam em S. Vicente de Fora. ([44])

---

[44] O Panteão da Dinastia de Bragança localizado no Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa (Portugal), guarda os restos mortais de D. Pedro II e de toda a Dinastia dos Bragança.

> [...] Senhores, eu não receio que digam que estou fazendo a apologia da Monarquia, porque as minhas crenças republicanas nasceram antes de despontar-me o bigode! [...]
>
> Diz-se que somos independentes, que o Governo da República é indiferente ... não! Isto não é verdade, é uma <u>monstruosidade</u>, uma <u>monstruosa</u> injúria, um <u>monstro</u> de falsidade ... e eu, que procuro no rico vocabulário de minha língua uma palavra para exprimir esta calúnia, não acho senão monstruosidade, monstruosa e monstro! [...] Não! O Governo sabe que se especula com a mentira, o Governo, se fosse verdade, jamais faria isso e, se o fizesse, ai dele! O povo já se teria levantado, em ondas tempestuosas, e o teria afogado. [...] Tudo quanto se diz por aí, é uma mentira, e eu hei de demonstrar.

Como é versátil e dúctil! É "*Questão*" e não é "*Questão*", é um caso liquidado, que só existe cá fora, mas ele assume o posto de honra, discutindo-o. "*Condena*" ter sido levado à tribuna do Senado, e ao mesmo tempo "*aprova*" ser levantado na Câmara. Não existe "*Questão*" entre os governos, mas cita o relatório do Sr. Ministro das Relações Exteriores, tratando do assunto e publicando notas trocadas entre ele e o representante da Bolívia. A "*Questão*" não tem valor, mas acha-a por demais importante, por envolver altos interesses nacionais. Devia ser discutida em "*sessão secreta*", mas prefere tratá-la em público, perante a nação, para receber o seu golpe de morte, afastando da marcha republicana tais estrepes! Lamenta que nascesse nas praças de Belém e Manaus, fosse ao Palácio do Governador do Amazonas, e daí se propagasse aos seringais do Acre; quando é certo ser ele o causador dela, pelo estabelecimento de "*Puerto Alonso*", pela teimosia em que está de só ter uma cabeceira o Javari e a insistência em considerar o Jaquirana o verdadeiro Rio, sem terem ainda sido exploradas as outras nascentes, para determinar-se a mais Meridional.

Acha que tudo quanto se diz sobre o Acre é mera mentira "*monstruosa*", uma "*monstruosidade*", um "*monstro*"! Defende o Governo atual, que à puridade ([45]) acha mau; o de que fez parte, por lhe advir uma glória; os do regimen passado, a memória de D. Pedro II e os estadistas do Império: quando os únicos acusados são S. Exª e o seu sucessor, pois está na consciência de todos que nem o Imperador, nem os estadista do Império seriam capazes de admitir sequer dúvidas sobre o nosso direito ao Território Contestado, já pelo "*uti possidetis*", doutrina consagrada como norma internacional em todas as nossas questões de limites, já pelo espírito do Tratado, antes de verificada a "*verdadeira nascente*" do Javari; nada importando ao caso ser considerado como tal em relação aos limites com o Peru, o acordo devido às impossibilidades materiais de exploração na época em que foi feita a demarcação.

O que S. Exª quis foi fazer a apologia da Monarquia e ao mesmo tempo da República, acender uma vela a Deus e outra ao Diabo, para estar sempre com todas as revoluções vitoriosas, todos os governos e todos os homens de que possa depender. Conhecemos as tradições de S. Exª do Paraguai e podemos afirmar que era tanto Caxias como Osório. Na Questão Muritiba ([46]) [nessa época S. Exª já tinha bigode],

---

[45] À puridade: secretamente, em segredo.

[46] **Para Sua Majestade o Imperador Ler**

Não é uma graça que venho pedir à Vossa Majestade, e sim o reparo a uma violação de meus direitos de cidadão, como servidor do Estado, e a um ato despótico praticado pelo senhor Ministro da Guerra, que ora manifesto à Vossa Majestade por meio da imprensa, a fim de que se torne mais público o procedimento do Sr. Barão de Muritiba, justamente reputado pelo Exército como seu maior perseguidor. Tendo-se reunido grande número de oficiais de diversas patentes na noite dos festejos oficiais, afim de representarem à Vossa Majestade Imperial contra um Ministro que tanto tem acabrunhado aqueles que tudo sacrificaram pela causa da Pátria durante uma longa campanha de cinco anos, achei de meu dever aderir a causa de meus companheiros

em vez de mostrar o seu republicanismo, "*pôs-se de fora*", e o único que teve coragem de apresentar-se ao Visconde Santa Tereza, confessando o delito, foi o Capitão Galvão, digna vítima, que sofreu prisão na Fortaleza da Lage e perdeu a farda.

Os outros..., inclusive o Tenente Dionysio, ficaram mansos e muito bons monarquistas até 15.11.1889. Nesse tempo S. Exª era conservador com Cotegipe e liberal com Paranaguá.

Veio a República, foi logo Deodorista, até obter a "*Chopim*", com prejuízo do seu chefe e amigo Barão de Capanema; depois foi Florianista e jacobino, mais tarde Prudentista, e até "*maragato*". Era Glycerista, e quis atirá-lo à fogueira do 5 de novembro.

---

e tomar parte na manifestação feita naquela noite. Firme na convicção de que o Exército não é o sustentáculo dos governos opressores e impopulares, porque então seria o verdugo do povo, julguei-me com direito a essa manifestação pacífica como presenciou Vossa Majestade Imperial, pois estava na persuasão de que aqueles que sacrificaram sua vida e o futuro de suas famílias no campo de batalha, tinham jus a queixar-se de um Governo que por sua má administração tem excitado o clamor público em todo o Império; mas hoje acabo de convencer-me de que labutava em uma ilusão, e de que nós, militares, só temos direito de perder o braço, uma perna ou a cabeça, quando o país necessitar. Estou bem crente que Vossa Majestade ignora os efeitos da cólera do Sr. Barão de Muritiba, contra aquele que lutou cinco anos no Paraguai, e que tendo-se oferecido para marchar como soldado, na idade de 16 anos, ganhou todos os postos, desde o de Cabo de Esquadra até o de Capitão em Comissão, em luta contínua, já com o inimigo, já com as calamidades que atormentaram os defensores da Nação. Se fosse possível a Vossa Majestade ouvir todos os oficiais e soldados do Exército, convencer-se-ia de que são raros os que não hajam sido maltratados pelo atual Ministro da Guerra, que tem causado a retirada de muitos oficiais distintos das fileiras do Exército. Termino informando à Vossa Majestade, que o Sr. Barão de Muritiba expediu um aviso, ordenando que o abaixo assinado perdesse a comissão do posto de Capitão, e que fosse recolhido à Fortaleza da Lage, ficando sem efeito sua matrícula na Escola Militar. Protesto perante Vossa Majestade contra essa violação da justiça e da liberdade. Não publico minha fé de ofício por não tê-la presente. O 1° Tenente Augusto da Cunha Galvão (A REFORMA, N° 157)

Hoje é Sallista, como é Luiz Vianna e Severino. Amanhã será... o futuro Presidente da República, o futuro ditador ou o futuro "*monarca*". Quem até lá viver verá se fazemos injustiça a S. Exª.

IV

Contra a opinião de institutos científicos, de ilustres senadores e deputados, de engenheiros e de quantos têm estudado esta questão, considerando como verdadeiro limite com a Bolívia a linha Leste-Oeste até encontrar o Javari, e não a oblíqua do Beni à cabeceira do Jaquirana, tido pelo próprio Javari, o Sr. Dyonisio julgou-se apto a dar sua opinião como "*última palavra*" sobre o assunto, baseando-se nas instruções e mapas organizados pelo Barão de Ponte Ribeiro, aceitos pelos e estadistas do Império, e no fato deter sido aprovada pelos dois governos a ata da última conferência da Comissão Mista que demarcou os limites desde o Paraguai até o Madeira, e na qual foram indicados o azimute e a extensão da reta que vai do Beni ao Jaquirana, quando é certo que essas instruções não podiam interpretar o Tratado, nem aquela ata adotou como coisa julgada o referido azimute, mas apenas o determinou pela suposta cabeceira do Jaquirana, considerada nascente verdadeira do Javari pela Comissão Demarcadora dos limites com o Peru, sem cuidar do espírito e da letra do Tratado, só executando as instruções que recebera. Vejamos, portanto, o erro em que labora o Sr. Dyonisio increpando de usurpadores de territórios os mesmos estadistas do Império que ele elogiou, por terem prejudicado a Bolívia em mais de cem mil quilômetros quadrados de extensão, por deslocarem a linha Leste-Oeste da latitude 06°52' para a Foz do Beni, isto é, para o Paralelo 10°20', [vide carta n° 1]

> e que o "*uti-possidetis*" de fato não existe porque só em 1879 começaram os cearenses a ocupar o território hoje contestado.

Imagem 43 – *Esboço n° 01*

Posto que a Questão de Limites com a Bolívia fosse secular, só em 1834 o Governo dessa República enviou ao Rio de Janeiro o General Armaza, em missão especial, para negociar um Tratado. No projeto apresentado em 5 de Novembro pediu ele; revalidação e ratificação do Tratado preliminar entre a Espanha e Portugal, celebrado em Santo Ildefonso, em 1° de outubro de 1777, entre D. Maria I e Carlos III; propondo mais que a fronteira começasse aos 22° de Latitude Sul na margem direita do Paraguai até à embocadura do Jauru, e em vez da linha reta daquela embocadura à do Rio Sararé, no Guaporé, segue a linha as águas do Jauru e Aguapeí, até encontrar na serra do mesmo nome as cabeceiras do rio Alegre, por este baixasse até o Guaporé. O Governo Imperial não aceitou este projeto. E assim abortou a primeira negociação iniciada pela Bolívia, que aliás desconhecia os fundamentos dos direitos que alegava [...]

V

As bernardices ([47]) jurídicas e técnicas que constituem o discurso do Sr. Dionysio são para os incompetentes a "*última palavra*", e para os que melhor que ele conhecem e discutem o assunto, sem a preocupação de justificarem um ato próprio, condenado pela consciência nacional, a maior prova de sua incapacidade e dos preconizados conhecimentos como engenheiro, diplomata e estadista. Corréu na defesa da linha geodésica à cabeceira do Jaquirana, sem serem exploradas as vertentes do Javari, bem merecia, antes de sua viagem ao Prata, uma crítica mais severa e demorada desde a racha do "*Pedregulho*", e o papel secundário na missão especial em Washington, até ao estabelecimento de "*Puerto Alonso*" e as indenizações italianas.

Mas como parte, e não queremos combatê-lo senão de frente, se bem que o silêncio seja sempre a sua arma para evitar compromissos ou algum "*estrepe*" que fure a sua vaidade, vamos refutar em traços largos o que de mais importante é necessário e, principalmente, que não usurpamos Território à Bolívia, como leviana e inconscientemente afirmou, assim como o "*uti possidetis de fato*" existe, posto que os cearenses só em 1879 começassem a ocupar o Território contestado, como disse. [...]

Por posse atual não se entende o domínio em todos os pontos do Território Contestado, nem é preciso que o homem civilizado nele levante a sua barraca ou lavre a terra para marcar-lhe o domínio; basta averiguar-se até onde, nos territórios ocupados em 1810 pelos dois países, e nos que permaneceram desertos e inexplorados, se hajam exercido atos possessórios de domínio.

---

[47] Bernardices: tolices próprias de um Frade Bernardo.

Assim, não se pode qualificar de usurpação, como disse o Sr. Dionysio, O deslocamento da linha Leste-Oeste tirada do Paralelo 06°52′ para o da Foz do Beni, a 10°20′; porque toda essa zona sempre esteve compreendida nos limites do Território descoberto e ocupado por Portugal desde 1742 no Madeira, em 1725 no Rio Negro, em 1637 no Solimões, fundando-se o Forte de Tabatinga em 1766, como já haviam sido estabelecidos anteriormente os de N. Coimbra, Albuquerque, Conceição e o Destacamento das Pedras, em 1759. Mas o "*uti-possidetis*" não exclui concessões razoáveis que possam ser feitas pelos governos, e neste caso não significam abandono de direitos, nem estabelecem aresto para ser invocado por outros países. Foi por isso que, pelo Tratado de 1867, a Bolívia se tornou medianeira nas Lagoas Mandioré, Gahiba, Uberaba e Cáceres, que com a Baía Negra fazem os cinco portos sobre a margem direita do Paraguai, bem assim nos terrenos da serra de Chiquitos, e entre os Rios Verde e Paragau. A Bolívia, cedendo de suas pretensões aos limites no Madeira, e aceitando a linha Leste-Oeste da Foz do Beni, retribuiu a referida concessão, em vantagem própria. D. Mariano Donato Muñoz, referindo-se a esse Tratado, fez a seguinte importante declaração, para a qual chamamos a atenção do Sr. Dionysio:

> e prescindindo de outras razões, que manifestam a toda luz a caducidade do Tratado de1777, não era possível deixar de adotar o "*uti-possidetis*" como o único meio de pôr termo a este litígio de três séculos. E, se não havia Tratados a que sujeitar-se, era preferível entrar em um ajuste amigável em vez de conservar indecisos nossos direitos territoriais, indecisões que trariam, por consequência, o atraso do comércio e indústria oriental da Bolívia.

Só um brasileiro como o Sr. Dionysio era capaz de afirmar que já usurpamos Território de uma nação limítrofe.

Não queremos aumento Territorial da nossa Pátria, em prejuízo de nações amigas: mas não podemos abrir mão do que de direito nos pertence. Em relação ao Território ao Norte do Paralelo 10°20’, que é a Questão do Acre, dizendo ele que:

> ainda mesmo que estivesse regurgitando de brasileiros essa posse é ilegítima para o Brasil, por ter sido povoado somente em 1879, sendo antes ocupado por selvagens.

Incidiu no mesmo erro, e quiçá crime de leso-patriotismo, por levantar no espírito público a dúvida de pertencer ou não ao Brasil esse Território. Se assim fosse, todos os terrenos dos nossos estados limítrofes com as repúblicas vizinhas, e ainda não pisados pelo homem civilizado, nos não pertenceriam: seriam “*res nullius*”. [...] E o que está provado é que os bolivianos nunca percorreram essas regiões, pois, o próprio Beni, depois de diversas tentativas para ser explorado, só o foi em 1881 por Antenor Vasquez, e em 1884 pelo padre Armentia. Seria melhor, portanto, como já dissemos, que o Sr. Dionysio não tivesse dito esse discurso, considerado nulo por qualquer face que se o encare.

VI

Vejamos, tecnicamente considerado o discurso do Sr. Dionysio, se porventura tem ele algum valor. Em nosso primeiro artigo perguntamos se era geometria, moderna “*uma linha que não é linha*”, mas um “*ângulo*” formado de “*duas linhas*”, ou “*uma linha*”, que é constituída por “*dois lados de um ângulo*”. Perguntamos mais, assombrado, que era isso, “*um ângulo*”, cujo “*vértice*” é o ponto de intersecção do “*Meridiano*” que passa pela cabeceira do Javari e pelo “*Paralelo*” que passa pela Boca do Beni, e “*cujos extremos são as cabeceiras do Javari e a Boca do Beni*”.

O caso despertou geral interesse e ouvimos estudantes discutirem se efetivamente algum sábio havia descoberto ser "*uma linha constituída por dois lados de um ângulo*" e o "*vértice*" de um ângulo se sobrepor ao mesmo tempo a dois pontos diversos. A troça alçou a ignorância. Quando fizemos essa interrogação estávamos convencido que o Sr. Dionysio havia lido e corrigido o seu discurso de 19 de setembro, publicado no "*Diário do Congresso*" de 02 de outubro, reproduzido e revisto no "*Jornal do Commercio*", e em folhetos. Ainda assim, por sermos condescendente, supúnhamos ter passado algum erro de revisão.

Mas, eis que o homem, no intuito de minorar o fiasco pede ao "*Jornal do Commercio*" de 12, para publicar a seguinte retificação:

> Eu disse:
>
> Vou demonstrar que a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os Rios Madeira e Javari, é a "*linha geodésica*" que liga a Foz do Beni à nascente do Javari, e não uma "*linha que não é A linha*", mas um ângulo formado por "*duas linhas ou uma linha*", que é constituída pelos "*dois lados de um ângulo, cujo vértice é o ponto de interseção do Meridiano*" que passa pela cabeceira do Javari e DO Paralelo que passa pela Boca do Beni, e cujos "*extremos são a cabeceira*" do Javari e a Boca do Beni.

E foi, então, publicado o seguinte:

> Vou demonstrar que a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os rios Madeira e Javari, é a "*linha geodésica*" que liga a foz do Beni à nascente do Javari, e não uma "*linha que não ~~A~~ é linha*", mas um ângulo formado por "*duas linhas ou uma linha*", que é constituída pelos "*dois lados de um ângulo, cujo vértice é o ponto de interseção do Meridiano*" que passa pela cabeceira do Javari e PELO Paralelo que passa pela Boca do Beni, e cujos "*extremos são a cabeceira*" do Javari e a Boca do Beni.

Compare-se um com outro e note-se que no segundo período, tanto no Diário como no Jornal, não há palavras grifadas, sendo nosso o grifo para chamar a atenção do leitor, e ele, na retificação, afirma coisa que não existia e grifa mais algumas palavras, para mostrar a tal incorreção que mereceu o pedido de retificação. Portanto, o primeiro período é o certo: seja. Francamente, não entendemos essa trapalhada de "*uma linha não ser a linha*", mas sim "*um ângulo*", ou uma linha constituída "*pelos dois lados de ângulo*"; e o que é mais, um ÂNGULO cujo "*vértice*" é o ponto de "*interseção do Meridiano*" que passa pela cabeceira do Javari e do Paralelo [substituiu – PELO, por DO] que passa peja Boca do Beni, e cujos "extremos" são a cabeceira do Javari e a Boca do Beni. Estando a "*cabeceira do Jaquirana*" [não é o Javari] e a "*Boca do Beni*" em dois Paralelos distantes de 03°08'12" um do outro como é que o "*vértice*" de um "*ângulo*" se achando no "*ponto de interseção*" daquela cabeceira com o Meridiano que por ela passa, ao mesmo tempo é o ponto de interseção do Paralelo que passa pela Boca do Beni?!

> ...e cujos extremos são as cabeceiras do Javari e a Boca do Beni?!

Pois então um ângulo tem o seu "vértice", ao mesmo tempo, em dois pontos distantes, e os seus extremos [de que?] nesses mesmos pontos??...

Corai engenharia brasileira, corai: esse Sr. Dionysio nos envergonha. Mas é justamente a esse homem enfatuado ([48]), a essa nulidade abotoada em uma carcaça de diplomata e estadista, que se vai entregar a nossa talvez mais importante Questão de Limites, de que ele já deixou tristes recordações? Pois vão confiar a essa "*engenharia ambulante*" assunto tão sério? Praza aos céus que não tenhamos de arrepen-der-nos...

---

[48] Enfatuado: presunçoso.

Voltando ao tal ângulo, se o leitor abrir um mapa e nele traçar as duas linhas geodésicas, a partir do Beni determinando os seus extremos nas duas posições geográficas determinadas para nascente do Jaquirana, a 07°01’17”, e 07° 11’48”, [vide esboço n° 3] verá que é a esse “*ângulo*” que se refere o Sr. Dionysio, mas também verá que o vértice desse ângulo não se acha na “*cabeceira*” do Jaquirana [ou Javari, para ele] mas sim na Boca do Beni, isto é, no marco do Madeira, cuja posição é 10°20’. Verificado isso, e sabido que o Sr. Dionysio tem um quarto alugado na “*Casa de Doidos*” naturalmente há de permitir-se-lhe uma camisa de força por complemento. Só assim a engenharia brasileira ficará vingada.

Outra: para justificar que as linhas retas de que tratam os artigos de Tratados referentes a limites, sempre que estes não são divisas naturais, Rios, montanhas, etc., não são idênticas às linhas – Leste-Oeste – que são paralelas, a cada momento chama a atenção da Câmara para notar a diferença:

> Vede senhores, aqui é uma linha reta, ali é linha Leste-Oeste.

Pois bem: essas linhas “*reta*” e “*Leste-Oeste*” são linhas geodésicas; são linhas de “*dupla curvatura*”, cujo característico invariável é que o seu plano osculador é sempre normal à superfície em que são traçadas. Se a terra fosse “*esférica as linhas geodésicas*” seriam “*arcos de círculos máximos*”; mas, considerada um elipsoide de revolução, são linhas de natureza diversa. Em cada elemento que constitui uma linha geodésica traçada sobre a terra, as verticais dos pontos, que são normais à superfície do elipsoide, o são também aos respectivos Meridianos desses pontos, existindo sempre um Meridiano, em que a linha geodésica encontra-o em ângulo reto. Os Meridianos são também linhas geodésicas.

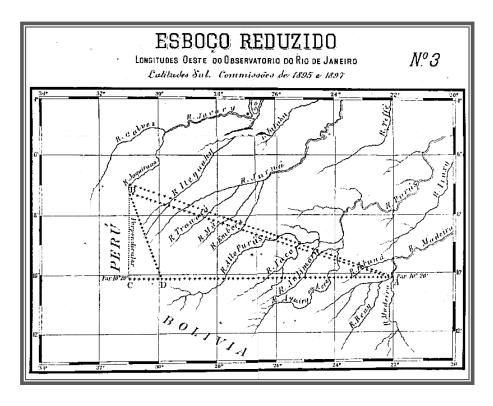



Imagem 44 – Esboço n° 03

É pena que S. Exª parta hoje, tão apressadamente, porque teríamos ensejo, se cá ficasse, de mostrar-lhe outras bernardices notáveis para os seus conhecimentos técnicos. Referindo-se ainda à linha reta e Leste-Oeste perguntou o Sr. Dionysio:

> Por quê os plenipotenciários não disseram "*linha reta*" e disseram "*linha Leste-Oeste*"? Porque se tivessem dito "*linha reta*" o problema teria uma infinidade de soluções. Porque não havia dois pontos que determinassem esta linha reta, havia um "*ponto*", no Madeira, e havia uma "*linha*" que era a margem Oriental do Javari.
>
> Assim, do ponto no Madeira é que devia ser tirada uma "*linha Leste-Oeste*" até encontrar o Javari, era uma linha tirada de um ponto para outro ponto.

> E por que estipularam os plenipotenciários que seria esta linha "*Leste-Oeste*" que seria este Paralelo? Pois era naturalmente essa a única linha... que podiam traçar para este Rio... porque conheciam o ponto de onde partia no Madeira, e o da chegada no Javari deveria ter a mesma Latitude.

Compreenderam? O problema é simples: "*tirar uma reta, de um ponto conhecido, e em dada direção*". O ponto é no Madeira, a direção é o Paralelo 06°52'. Neste caso, a reta iria encontrar necessariamente o Javari, em qualquer ponto dele, que na hipótese seria aos 06°52', direção do Paralelo.

Entretanto ele acha que o problema é indeterminado, teria uma infinidade de soluções. No segundo caso, partindo a reta do marco do Beni, a 10°20' e seguindo por este Paralelo, duas soluções tem esse problema; ou o Javari passa o Paralelo, vai além de 10°20', ou fica aquém. Passando o Paralelo 10°20' a linha necessariamente o cortará na mesma Latitude; não passando, o Javari terminará ao Norte desse Paralelo, que é a hipótese que discutimos, e então será preciso que a fronteira, seguindo pelo referido Paralelo, vá terminar na nascente mais Meridional desse Rio.

Ora, começando o trabalho de demarcação, a partir do Madeira e seguindo-se pelo Paralelo, em busca do Javari, e não se o encontrando, que faria o Sr. Dionysio? Regressaria ao mesmo ponto no Madeira, para traçar nova linha do Beni à nascente do Javari, sem saber, aliás, em que Latitude o iria encontrar? Neste caso, o trabalho seria por tentativa e erro e poderia consumir muito tempo para afinal se descobrir a sua nascente. Mas, ainda assim, a "*reta*" traçada não seria verdadeira, porque para se determinar os diversos elementos constitutivos dela, seria preciso o conhecimento exato dos dois pontos terminais da "*linha geodésica*".

Logo, o bom senso mandava que o Sr. Dionysio, seguindo pelo Paralelo 10°20’, até encontrar um obstáculo, que no caso é o território do Peru, e por não poder ultrapassá-lo seguisse para o Norte em busca da nascente do Javari. E feita a exploração conveniente, e determinada a posição da nascente, ligar esta àquele ponto terminal do Paralelo percorrido [vide esboço n° 3]. Mas ele não entende assim, o que é uma vantagem, para mostrar por si mesmo que nada vale, quer como diplomata e estadista quer como engenheiro, quer como orador, quer como político e quer como amigo. Digam o Barão de Capanema e o Sr. Thaumaturgo. Eles têm a prova da deslealdade do Sr. Dionysio.

Vá com Deu, vá; porém não sacrifique os nossos direitos. Até a volta. [...]

RESPOSTA À DEFESA

Não fiz insinuações caluniosas ao “*ilustre brasileiro, digno por todos os títulos de respeito e benemerência*” parente do não menos ilustre redator-chefe do “*Commercio*”. Também não busquei pretexto para reviver um ódio velho.

Se quisesse exerce-lo, como direito de represália, já o teria feito em outras ocasiões mas, só por necessidade de repelir umas tantas injúrias aos que têm defendido os interesses do País e dirigidas especialmente a mim, por causa desta já célebre Questão de Limites, iniciada pelo ex-Ministro a que me referi, tive necessidade de citar-lhe o nome e motivar o meu pedido de demissão da Comissão que presidi, por ter ele propalado ser-me dada por “*meu procedimento incorreto!*” Nunca disse qual foi essa “*incorreção*”, referindo-se “*apenas por ser sua opinião diversa da minha*”, como se, por ventura, eu devesse ler pela mesma cartilha.

Provocado a dizer bem alto isso que corria à puridade, não o quis, mas fez publicar em seu relatório números falsos, para confirmar erros, que disse ter achado nos trabalhos da Comissão Mista, recorrendo por último à solicitação em carta reservada, falseando mais uma vez a verdade, uma punição para o "*ousado*" que o havia exposto ao País tal como mais tarde o deixou, em seu "*Ajuste de Contas*" ([49]), o ilustre Dr. Salvador de Mendonça:

> Não o caluniei, nem jamais pratiquei tão má ação, Se dizer a verdade é caluniar, porque não repeliu as memoráveis afirmativas desse "*Ajuste de Contas*"? Eu só o acusei em três pontos. Ter sido o causador da Questão do Acre. Uma vez que a defesa não se referiu a ele, dou-o por julgado, mesmo porque não poderia negar fatos, cuja exposição se acha em documentos oficiais. Não houve, pois calúnia. Acusei-o também e principalmente por "*antecedentes assaz censuráveis e principalmente pela defesa argentina no litígio das Missões*". Dos antecedentes tenho as provas; são do tempo do Governo Provisório. São para a história da República. Vejamos o litígio. Sei esse caso melhor do que foi contado pelo Dr. Domingos Olympio. Quem quiser lê-lo em síntese, procure o "*Jornal do Commercio*", de 28.10.1892, sob o título VERGONHA.

---

[49] **SOB OU SOBRE MESA**
Em uma série de artigos, recentemente publicados no "*Commercio*" da Capital Federal, reeditou o Sr. Domingos Olympio, concunhado do Sr. Dionysio Cerqueira, as calúnias com que há mais de dois anos o mesmo Sr. Dionysio e seus acostados tentaram enxovalhar-me o nome e desconsiderar-me os serviços à ideia liberal e à República durante 40 anos. A reedição das calúnias trouxe pouca novidade: todo esse lixo foi incinerado em dezembro de 1898, no meu "*Ajuste de Contas*", cujos argumentos ficaram sem resposta, e cuja prova, quase toda documental, ficou de pé e vitoriosa. É agora um pouco tarde para vir o Procurador, parente do réu condenado à revelia declarar que o libelo, por inepto, não mereceu resposta. Pois a opinião geral foi que o Sr. Dionysio era um homem morto, e foi para não dar em homem morto, que o "*Ajuste de Contas*" parou em meio do que devia ser. [...] (SALVADOR DE MENDONÇA, 1904)

AJUSTE DE CONTAS

POR

SALVADOR DE MENDONÇA

RIO DE JANEIRO
Impresso para o autor na typ. do "Jornal do Commercio"

1899-1904

Imagem 45 – Ajuste de Contas (S.de Mendonça, 1904)

Afirmo que só tive conhecimento desse artigo pela sua leitura; portanto, não é meu, mas descobri logo o "*Judas*" pelos "*antecedentes*". Leia-se também sobre a mesma história o XIII artigo da referida série "*Ajuste de Contas*", publicado no Jornal de 25.12.1898. A carta, acompanhando o artigo, foi dirigida a um ilustre médico, infelizmente há pouco tempo falecido em Niterói, amigo comum, e mais tarde considerado inimigo pelo mesmo a quem salvou!...

Notável jurisconsulto leu esse artigo, e congressistas que tomaram parte na constituinte, sabem como se passou o caso, estando acordes que o Dr. Dionysio Cerqueira considerava como necessária a divisão do, nosso Território, e liquido o direito da República Argentina a uma zona das Missões.

Negar isso é que é caluniar, e a própria defesa se incumbiu de dar a prova da culpabilidade do ilustre diplomata, afirmando com dupla autoridade que "em Montevidéu jamais falou ele com o Senador Quintino Bocaiuva sobre o Tratado e o seu papel limitou-se A REFERENDAR COM SUA ASSINATURA uma planta do Território, na qual foi traçada uma linha de partilha!

> Poder-se-ia desejar melhor confissão? Pois que! O nobre e ilustre brasileiro sujeitou-se a assignar uma planta, na qual se traçava a divisão do Território da sua Pátria, sem ter sequer um movimento de indignação por esse crime a que iam associá-lo? Há defesas que mais comprometem que aa acusações...
>
> Quanto ao serviço que prestou em Washington, leia-se ainda o mesmo libelo de uma testemunha ocular e respeitável. Sabido é, pois, que ele não pode, de coração, tolerar Rio Branco, não só por inveja a alta capacidade deste benemérito, como pelo papel a que foi forçado a submeter-se, "*viajando*" pela Europa, para serem evitadas as palestras estéreis e indiscretas.
>
> Finalmente, acusei-o ainda pelo Tratado do Amapá. Ninguém dirá que o art. 2° desse Tratado obrigasse o árbitro a dar "*de jure*" a solução que afinal obtivemos. Vê-se das memória apresentadas que a França sempre procurou convencer que "*o árbitro tinha direito a basear a sua sentença, no limite interior da fronteira sobre motivos tirados da conveniência da equidade*". Foram os esforços de Rio Branco, discutindo a pretensão francesa, que esclareceram o assunto, declarando estar o árbitro adstrito à convenção de arbitragem, isto é – a fronteira interna dever forçosamente ser fixada, segundo o limite marítimo previamente determinado.
>
> Ora, se outra fosse a defesa, e outra a justiça do árbitro, nada impediria, por "*equidade e motivos de conveniência, de ser traçada uma linha intermedia*", para sanar as dificuldades e agradar aos contendores; pois o art. 2° estabeleceu "*uma das linhas reivindicadas pelas duas partes, ou escolhendo como solução intermedia*" a linha divisória das águas da Bacia do Amazonas...

Bem vê, portanto, o Dr. Domingos Olympio que não caluniei ao seu parente e amigo, e por isso repilo a insinuação de que "*os militares devem primar por cultores da própria e alheia honra*".

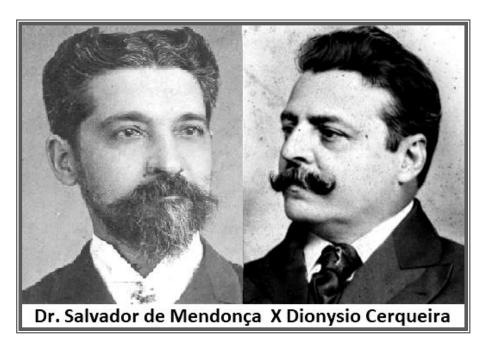



Imagem 46 – Dr. S. de Mendonça e o Entreguista Dionysio

Em questão de honra não há conselhos, e nem todos podem dá-los; porque nem todos a compreendem com o mesmo sentimento e o mesmo culto. A minha sei eu defender em todos os tempos e em quais quer emergências. [...] (THAUMATURGO DE AZEVEDO, 1901)

Jornal do Commercio n° 301 – Rio, RJ
Sexta-feira – 28.10.1892

Vergonha (por Salvador Mendonça)

Ouve, viajante!

Mesmo ao longe te chegarão estas linhas que encerram as amarguras da Pátria e as desilusões que tens cavado em roda do teu nome.

Segue, descuidoso, embalado nas auras do oceano, a desempenhar a tarefa que em má hora te foi confiada. Segue o teu destino – Vai.

Envergonha ainda uma vez no estrangeiro a terra que te viu nascer, que deu-te honras, posição e bens, e cujos direitos pusestes em dúvida, sustentando maquiavelicamente as pretensões dos que querem arrancar-nos o que sempre foi nosso. Vai! goza de todos os prazeres, passeia à nossa custa, enche o bolso com pingues ordenados, mas lembra-te que a história é eterna, e tomará contas ao filho renegado, que sustentou em augusto recinto um parecer, que não escreveu, defendendo direitos que em artigos publicados na imprensa procurara contestar. Vai!

Não penses que a tal respeito cairão no olvido as oscilações odiosas do teu caráter. Este povo saberá um dia que em documento de subido valor o nosso antagonista apresenta como importantíssima prova do seu direito, extratos de artigos teus!!! Este povo saberá que escreveste do Prata carta extensa que endossava um acordo, vergonhoso, que depois de defenderes na imprensa, mais tarde repudiaste, coagido pela opinião pública. Este povo não terá esquecido que caluniando declaraste propenso à transação. Aquele que já não existe e que desmentiu-te, sempre defendendo a nossa integridade.

Vai, maldito, única nota dissonante talvez entre os teus, fica sabendo que não há um só que te possa defender. Não penses que a fortuna sempre te acompanhará. A riqueza efêmera que possuis [?] devida à comandita indecente em que envolveste e manchaste o teu nome para todo o sempre, não resistirá por muito tempo, se é que já não esboroou-se pela ambição de maiores lucros!

Vai! Se o teu sono é tranquilo, se nunca te passou pela mente um remorso, se não é fingida esta calma com que pareces querer ocultar as lutas que te corroem a alma, pensa em Deus, e lembra-te de que a justiça eterna jamais permitirá tão grande aviltamento, que vai prejudicar a 12 milhões de almas. Segue, e pede ao Todo Poderoso que afaste da tua descendência as maldições com que será execrado o teu nome. # Judas # (JORNAL DO COMMERCIO N° 301)

Adeus do Voluntário ou do Guarda Nacional Retido nas Raianas do Paraguai

(Marino Faliero)

Adeus, Pátria! De longe
Um adeus num soluço
Só me resta dizer ao Brasil,
Hoje que entre as ruínas
Ou supérfluo ou inútil
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Onde o imigo ([50]), as falanges
Ante as quais me eletrizes ([51])
Hoje ainda, bandeira gentil,
Pendão santo da Pátria,
Morno o qual, sem pelejas
Morrer devo, sem glória o fuzil!

De hoste imiga nas alas
Quando o vento passava,
Um queimor te trazia febril;
E eu na febre te ardia!
E a vitória!... Hoje no ermo
Morrer devo, sem glória o fuzil!

[50] Imigo: inimigo.
[51] Eletrizes: animes.

Ermo o chão das batalhas!
Erma a terra inimiga,
Erma a terra do estrépito hostil!
E entre sombras de mortos
E visão de fugido
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Nos caminhos da fuga,
Neste solo da morte,
Cemitério ou medroso covil,
De arma ao ombro ou a espectros
Apontando, oh tristeza!
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Ó cinco anos! Cinco anos!
Mocidade que ao fogo
Requeimei desta guerra – gentil
Pátria minha, a quem dei-a!
És vingada e aqui velho
Morrer devo? Sem glória o fuzil?

Céu do berço, não verte?
Sol que a leda ([52]) partida
Viste o ardor do herói juvenil,
Não verás nesta fronte
Estes louros; tão longe
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Oh! felizes, felizes
Meus irmãos de combates,
Teus irmãos de vitória, ó Brasil,
Que lá foram as palmas
Dar à Pátria... Eu sem dar-tas
Morrer devo, sem glória o fuzil

---

[52] Leda: jubilosa.

Aqui chega o ruído
Da alegria, das bênçãos
Sobre os restos da Guarda Civil,
Que à República torna
Vindicada ([53])... Oh! Sem bênçãos
Morrer devo, sem glória o fuzil

Chega o eco dos ternos,
Dos saudosos recordos
Dos que dormem no páramo hostil!
E os que voltam, dos mártires
Contam feitos... Oh! Mudo
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Daqui mesmo ergo um brado,
Leva, ó vento, este grito,
Leva os feitos à Pátria gentil!
Abençoe mais ditosos
Os caídos na arena!...
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Adeus, Pátria! Adeus, lares!
Um adeus melancólico
Só me resta dizer ao Brasil,
Preso a estas ruínas
Paraguaias, aonde
Morrer devo, sem glória o fuzil!

Quando lá pelo bravo
Voluntario da Pátria,
Bravo Guarda da Pátria gentil
Perguntarem, aos ecos
Chegue o adeus; Aqui triste
Morrer devo, sem glória o fuzil! (A REFORMA, N° 21)

---

[53] Vindicada: castigada.

ANNO IX   RIO DE JANEIRO 18 DE JUNHO DE 1910   N. 405

O MALHO

A REVOLUÇÃO NO ACRE

O povo do Alto Juruá, sob a chefia de Freire de Carvalho, intimou o Sr. João Cordeiro, prefeito do Governo Federal, a retirar-se em 48 horas, proclamando a autonomia deste Departamento do Acre. (Dos telegramas)

Vozes do Acre: – Nem lobos, nem cordeiros! Queremos é a liberdade, a vida constitucional a que temos direito!

Nilo: – E com muita razão. Eu fui pronto em mandar há muito tempo uma mensagem ao Congresso pedindo para os acreanos direitos políticos, justiça e administração própria, em todos os sentidos! O prometido é devido, mas até agora o Congresso nada fez...

Zé Povo: – E nada faz. A reforma do ensino, o código civil, a questão do câmbio e um mundo de projetos úteis, lá estão no pó e às traças, esperando solução... A única coisa que o Congresso faz com limpeza e pressa é receber o arame do subsídio!...

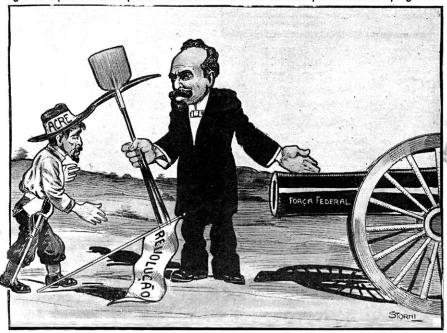
Nilo: – Repito: Os acreanos terão a sua autonomia; mas a bem da paz e da ordem, ensarilhem essas armas! O Governo agirá com energia, mas não pode tolerar a pressão revolucionária e o descaso à sua autoridade. Contenham-se! Paz e Amor!...

Imagem 47 – O Malho, n° 405, 18.06.1910

ANNO IX RIO DE JANEIRO 29 DE OUTUBRO DE 1910 N. 424

O MALHO

REVOLUÇÃO GORADA

O Coronel Antunes de Alencar declarou verbalmente, que o Acre desistia de fazer Revolução e aguardava pacificamente que a União lhe concedesse direitos compatíveis com seu progresso.

O Acre: – Eu andei mal aconselhado em toda esta história e vi-me sozinho no momento crítico... Confesso-me arrependido e prometo não precipitar a marcha dos acontecimentos.

O Presidente:– Muito bem! Assim é que eu gosto de te ver, por que isso de se derramar inutilmente sangue brasileiro é muito triste! Vou tratar de realizar as tuas aspirações justas. Toma estas armas o símbolo da paz e da doce, prosperidade do Brasil! O resto, que é o mais doce, irá depois!...

Imagem 48 – O Malho, n° 424, 29.10.1910

Depois do Sol...
(Cecília Meireles)

Fez-se noite com tal mistério,
Tão sem rumor, tão devagar,
Que o crepúsculo é como um luar
Iluminando um cemitério...

Tudo imóvel... Serenidades...
Que tristeza, nos sonhos meus!
E quanto choro e quanto adeus
Neste mar de infelicidades!

Oh! Paisagens minhas de antanho...
Velhas, velhas... Nem vivem mais...
– As nuvens passam desiguais,
Com sonolência de rebanho...

Seres e coisas vão-se embora...
E, na auréola triste do luar,
Anda a lua, tão devagar,
Que parece Nossa Senhora

Limites do Brasil com a Bolívia

REVISTA
DA
SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA
DO
RIO DE JANEIRO

TOMO XIII

Annos de 1898 a 1900

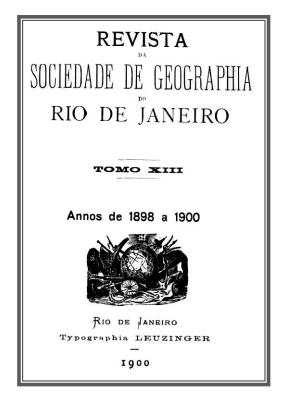
RIO DE JANEIRO
Typographia LEUZINGER

1900

Imagem 49 – RSGRJ, 1900

I – Conferência pelo Dr. Antônio de Paula Freitas na Sessão de 01.12.1899

Senhores – Venho ocupar esta tribuna para corresponder aos intuitos do nosso digno Presidente, o Sr. Marquês de Paranaguá, expondo, perante a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, os fatos que têm atraído a nossa atenção a respeito da importante Questão dos Limites entre o Brasil e a Bolívia. Cumpro com tanto mais prazer este encargo, quanto entendo que, dentre as corporações científicas do nosso País, a alguma outra mais cabem tais investigações que às destinadas aos estudos geográficos e históricos do Brasil.

O assunto de que se trata tem sido já debatido no Clube de Engenharia por conspícuos oradores; no Instituto Politécnico Brasileiro tive por minha parte ocasião de expor algumas considerações a respeito; e vindo hoje aqui fazer esta Conferência, terei talvez de repisar ou de repetir alguns argumentos já sugeridos; mas procurarei dar ao assunto uma orientação consentânea com os fins da nossa Sociedade.

Exporei em primeiro lugar um resumo dos Tratados a respeito dos Limites entre os dois países: depois passarei à interpretação real dos Tratados e Protocolos recentes, e concluirei acentuando a atitude que o Brasil deve manter nesta importante questão em face dos seus direitos.

Os Tratados celebrados correspondem a dois períodos: o primeiro é relativo ao Período Colonial dos dois países e compreendem os Tratados entre as respectivas metrópoles, Portugal e Espanha; o segundo compreende os celebrados entre os dois países já constituídos em nações independentes.

Pondo de parte uns antigos Tratados ou Convenções diplomáticas, tais como de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht, as Escrituras de Saragoça, as Bulas pontifícias, e outros, apontaremos em primeiro lugar o Tratado de Madrid de 13.01.1750.

Para a celebração deste Tratado, que foi o primeiro com certo caráter definitivo, serviu-se de um mapa da América Meridional, organizado no ano, anterior, sob o título:

> Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en la América Meridional: lo que está de amarillo se halla ocupado por los Portugueses: lo que está de color de rosa tienen ocupado los Españoles: lo que queda en blanco no está al presente ocupado [1749].

Imagem 50 – Mapa de los confines del Brasil, 1749

Aqui temos presente uma cópia da parte deste mapa relativa à Bacia Amazônica, em anexo à "*Memória sobre a Questão de Limites entre o Império do Brasil e a República de Nova Granada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro*", obra pertencente à biblioteca de nossa Sociedade de Geografia.

Por esta cópia se vê quanto era incorreto o mapa que serviu de base ao Tratado de 1750; basta notar que

o Rio Beni era considerado como afluente do Purus, quando ele o é do Madeira; por esse motivo e outros referentes à fronteira do Sul, o Tratado de 1750 teve de ser derrogado, o que se realizou pelo de 12.02.1761; teve, porém, o mérito de deixar consignado o princípio do "*uti possidetis*" que as duas metrópoles procuravam respeitar nas suas Questões de Limites, conforme se reconhece dos seguintes termos de um dos seus artigos, isto é, as duas monarquias atenderiam a dois fins:

> o primeiro e mais principal é que se assinalem os limites dos dois domínios tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam nem deem ocasião a disputa como são a origem e curso dos Rios e os montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui à exceção das mútuas concessões, etc.

Correram-se alguns anos, e foi então celebrado o Tratado de Santo Ildefonso, de 01.10.1777, em cujo artigo XI concernente à Bolívia se lê o seguinte:

> Art. XI – Baixará as linhas pelas águas destes dois rios [Guaporé e Mamoré] até à paragem situada em igual distância do Rio Marañón ou Amazonas e da Boca do Rio Mamoré, e desde aquela paragem continuará por uma linha L.O. até encontrar a margem Oriental do Rio Javari, que entra no Marañón pela sua margem Austral; e, baixando pelo álveo do mesmo Javari até onde desemboca no Marañón ou Amazonas, prosseguirá águas abaixo deste Rio, a que os espanhóis costumam chamar Orellana e os índios Guiena, até à Boca mais Oriental do Japurá, que deságua nele pela margem Setentrional.

Este Tratado tinha o caráter de preliminar de servir de base a três outros: um quanto à aliança entre as duas metrópoles; outro ao comércio mútuo e recíproco das colônias, e o último aos limites das possessões.

Na demarcação destes limites ocorreram, porém, continuas divergências entre os demarcantes em toda a fronteira, e seria fácil prever semelhante resultado na região amazônica por causa da absurda direção que a fronteira seguia e dos erros que se descobriram nas Cartas até então organizadas.

Neste Ínterim rebentou a Guerra entre Portugal e Espanha, e nada mais se pôde adiantar por efeito do Tratado Preliminar de 1777.

Sucedeu-se a paz em 06.06.1801; mas tais eram os embaraços em que se achavam envolvidas as duas metrópoles por causa das ocorrências que se davam na Europa, que nenhum outro passo se deu em relação aos limites entre as duas possessões: bem ao contrário, estas trataram de conquistar a sua independência, de sorte que em 1822 quando o Brasil conquistou a sua, desapareceram da arena dos Tratados as duas metrópoles, e todas as negociações passaram a realizar-se diretamente entre o Brasil e as Repúblicas vizinhas.

O Brasil desde então tratou de entrar em ajuste com as nações vizinhas desde o Chuí no Sul até o Oiapoque no Norte.

Vários Tratados foram assim sucessivamente celebrados; mas com a Bolívia, o primeiro Tratado teve lugar em 27.03.1867, consignando-se então, que:

> A fronteira entre o Império do Brasil e a República da Bolívia partirá do Rio Paraguai na Latitude de 20°10′ onde deságua a Baía Negra; seguirá pelo meio desta até o fundo e daí em linha reta à Lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio; irá daí à Lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as Lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua.

> Do extremo Norte da Lagoa Uberaba irá em linha reta ao extremo Sul da Corixa-Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente ao lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo Sul da Corixa-Grande irá em linhas retas ao morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes também em linha reta, até ás nascentes do Rio Verde; baixará por este Rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o Rio Madeira.
>
> Deste Rio para Oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na Latitude Sul de 10°20' a encontrar o Rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma Latitude por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari.

Por este Tratado o trecho da fronteira entre o Madeira e o Javari ficou dependente da foz do Beni e da situação da origem principal do Javari e, tomando-se o termo uma paralela com a sua verdadeira significação um Paralelo, pois aquele termo não parece ser mais do que uma má tradução do termo espanhol "*una paralela*", conforme se depreende de vários trabalhos bolivianos entre os quais os de Gutiérrez, e o que se encontra na "*Memoria que el ex-Secretario General de Estado y actual Ministro de Gobierno, Justicia, y Relaciones Exteriores de la Republica de Bolivia presenta a la Asamblea Nacional Constituyente reunida en 1868*" ([54]), existentes na biblioteca da nossa Sociedade, verifica-se que o Tratado de 1867 se baseia na posição desse paralelo de 10°20', e não fez mais do que confirmar o que já indicavam as Cartas do Brasil desde o princípio do corrente século, de acordo com o princípio do "*uti possidetis*" já ratificado desde 1810.

---

[54] Dr. Mariano Donato Muñoz Lazcano del Olea (✰12.12.1823 / ✞ 20.10.1894). (Hiram Reis)

Imagem 51 – Dr. Mariano Donato Muñoz

A linha Leste-Oeste, a que aludia o Tratado de 1777, tirada do Madeira a meia distância entre o Amazonas e a Foz do Mamoré, e passando, segundo rezava erradamente a Carta de 1749, pelo Beni como afluente do Purus, desaparecera das nossas Cartas, e substituindo-se pela "*paralela*" tirada da Foz do Beni no Rio Madeira; "*paralela*" que, segundo a orientação consignada no Tratado de 1867, não é mais do que o próprio Paralelo de 10°20'S. Desde então, embora na Bolívia uma ou outra Carta assinale de modo empírico a absurda linha de 1749, como se vê no "*Mapa de la Republica de Bolivia organizada en los anos de 1842 a 1859*", todas as cartas do Brasil faziam seguir a fronteira pelo Paralelo de 10°20' até um ponto de onde partia uma linha para a nascente do Javari se não atingisse esta o dito Paralelo.

Possuímos aqui, no arquivo da nossa Sociedade, uma Carta do Brasil nestas condições – "*Nova Carta do Brasil em 1821*" – mas além de várias outras, que o nosso consócio, Dr. Paulo de Frontin, exibiu por ocasião da sua conferência no Clube de Engenharia, lembrarei as seguintes, preparadas no Brasil ou no estrangeiro.

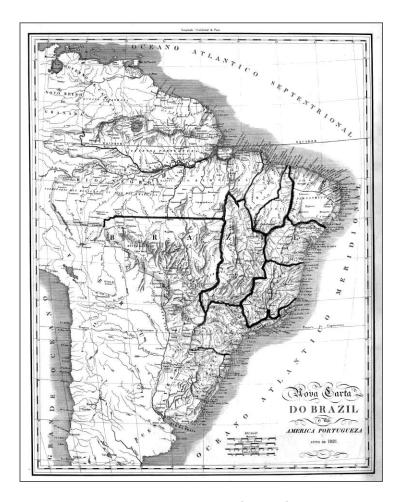



Imagem 52 – Nova Carta do Brazil, 1821

São elas: "*Nova Carta Corográfica do Império do Brasil pelo Coronel Engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, em 1857*", "*Novo Mapa do Império do Brasil Publicado com as Últimas Correções do Governo por G. W. e G. B. Colton, New York, em 1867*", "*South America, by Keith Johnston Edinburgh & London*"; e ainda a Carta anexa à obra de Kidder e Fletcher, – "*The Brasil and the Brazilians*" –, publicada em Filadélfia [USA] no ano de 1857; os mapas de geografia, entre os quais de Balbi, Gauthier Villemin, e várias outras obras.

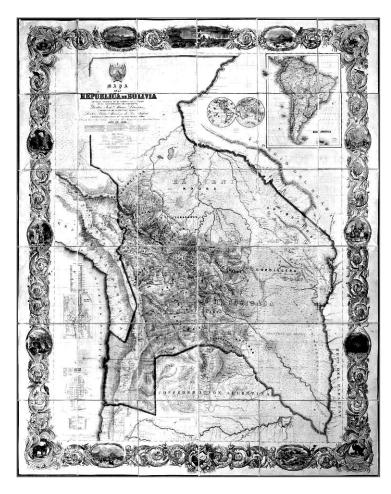



Imagem 53 – Mapa de la Republica da Bolivia (1842 a 1859)

No mesmo sentido se acha a Carta na obra "*L'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de 1867*" à Paris. Deduz-se portanto, que o Tratado de 1867 não faz mais do que confirmar ou consolidar o que estava na mente de todos os brasileiros e se mantinha em todos os trabalhos de geografia. Nestas condições tornava-se preciso marcar o ponto do Javari. Ora, a tal respeito já se achava em operações a Comissão dos Limites com o Peru, que devia subir o Javari até as suas nascentes, visto também por esse Rio estender-se a fronteira com o Peru.

REVISTA

DA

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA

DO

RIO DE JANEIRO

TOMO IV

Anno de 1888

RIO DE JANEIRO
Typographia — PERSEVERANÇA — rua do Hospicio n. 85.
1888

REVISTA

DA

Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro

TOMO IV — Anno de 1888 — 3.º BOLETIM

REDACTOR

Dr. Antonio de Paula Freitas

Episodios da viagem de exploração ás vertentes do famoso rio Javary, affluente meridional do Alto Amazonas, realisada pelo Barão de Teffé.

Janeiro a Maio de 1874

Uma questão que muito preoccupava o Governo do Brazil na época, em que se dispoz a terminar de modo definitivo as divergencias, que em mais de um seculo tornaram infructiferas todas as tentativas no sentido de fixar-se a fronteira entre o Brazil e o Perú, não era tanto a pretenção que manifestava esta Republica a uma divisoria inacceitavel á meia distancia do curso do Javary, mas a opposição tenaz e encarniçada que teriam de soffrer os exploradores do alto-Javary das tribus selvagens, de cuja ferocidade já haviam sido victimas os chefes e muitas praças da mallograda expedição Brazilio-Peruana, que no anno de 1866 procurára transpôr a barreira ingente, que as tribus indomitas dessa região oppunham desde tempos immemoriaes á entrada do homem civilisado em seu territorio, até então nunca devassado pela raça branca.

12

Imagem 54 – RSGRJ, Tomo IV (1888)

A nascente principal do Javari seria também o extremo da fronteira com a Bolívia. Essa Comissão, primeira que explorava o Javari, foi dirigida pelo ilustre oficial da Armada Nacional, o Sr. José da Costa Azevedo [Barão do Ladário], e tinha como 1° comissário brasileiro o Sr. Capitão-Tenente Soares Pinto, e como comissário peruano o Sr. Paz e Soldan: mas, ao explorar o Javari, em 1864, a comissão, então chefiada pelo Sr. Soares Pinto, foi atacada pelos índios Mageronas, ou Muxuranas, morrendo no ataque o chefe brasileiro e vários soldados, saindo gravemente ferido o comissário peruano, e perdendo-se quase todos os trabalhos. Seguiu-se-lhe uma segunda Comissão, confiada ao distinto oficial da Armada Nacional, Sr. Barão de Teffé, que, subindo em 1874 o Javari, chegou a um ponto em que o Rio se dividia em dois ramos, o Jaquirana e o Galvez; tomou o Jaquirana pelo próprio

Javari e subiu até onde puderam chegar as chalanas; aí fez cravar um marco aos 06°50'20"S, e, procedendo a um ligeiro reconhecimento, calculou, que a nascente se acharia aos 07°01'17,5"S. Disso deu conta em uma memória publicada no Tomo IV da Revista da nossa Sociedade sob o título:

> Episódios da viagem de exploração às vertentes do famoso Rio Javari, afluente Meridional do Alto Amazonas, realizada pelo Barão de Teffé.

Começaram então a aparecer as Cartas do Brasil, fazendo a fronteira seguir por uma reta inclinada, traçada da Foz do Beni à nascente do Jaquirana, e eliminando totalmente o paralelo de 10°20'! Erro crasso, que não traduzia o espírito do Tratado, essencialmente baseado no Paralelo de 10°20', quer no caso do seu encontro com o Javari, quer no de achar-se a nascente deste ao Norte; o que redundava para o Brasil na perda de um território de cerca de 5.000 léguas quadradas, maior que o de alguns Estados atuais da República! Entretanto, o que determinava semelhante proceder?

Essa indiferença em perder o País uma tão grande extensão de território? É difícil encontrar explicação plausível, porque a região, que se abandonava, era rica, fértil, extensa e saudável, e nessa época já o Governo Brasileiro possuía inúmeros elementos para não ignorar esta circunstância.

O Governo Brasileiro não estava mais às cegas a respeito do que ali o País possuía: não só a região tinha sido estudada e percorrida por notáveis homens de ciência, como intrépidos exploradores e audazes viajantes a haviam percorrido, deixando importantes roteiros ou minuciosas descrições; engenheiros haviam já procedido a reconhecimentos diversos para a construção de estradas; e escritores notáveis composto trabalhos e obras, memórias ou relatórios a tal respeito.

Pondo de parte os missionários portugueses ou espanhóis, carmelitas ou jesuítas, os próprios bandeirantes de S. Paulo, apontaremos uma série de batalhadores, que nos forneceram as fontes principais de consultas. Entre os homens de ciência, vamos encontrar estrangeiros e brasileiros. Da França, além dos trabalhos de La Condamine [*Voyages dans l'Amérique, 1788*], de Jean de Léry ([55]), do Padre Claude de Abbéville ([56]), lembraremos os de D'Orbigny [Voyage dans l'Amérique Mêridionàlé), de Saint-Hilaire, de Castelnau em 1846 e outros. Da Alemanha, temos o mais eminente naturalista do corrente século, Barão de Humboldt. Da Inglaterra, o naturalista Wallace, e com este Wallis, Bates e outros, entre os quais não deixaremos de citar Chandless em 1865. Da América do Norte, o notável oficial da Marinha Americana Maury, cujo fito principal era "*a abertura dos rios navegáveis do Amazonas aos navios mercantes*", Piper, Herndon e Gibbon ([57]), James Orton, os irmãos Heath, assim como Kidder e Fletcher, que nos deixaram a obra "*The Brasil and the Brazilians*". Temos também os trabalhos de Frederico Hartt, Smith, Spix, Martius, e por fim os do grande naturalista moderno, Professor Agassiz, que percorreu a região amazônica de 1863 a 1865.

Dos Brasileiros apontamos o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, cujos trabalhos acham-se uns impressos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e outros ainda inéditos na Biblioteca Nacional; Almeida Serra em 1797; Silva Coutinho, Duarte da Ponte Bibeiro, Couto de Magalhães, Severiano da Fonseca, Pimenta Bueno, Torquato Tapajós, e o nosso digno consócio Dr. Barbosa Rodrigues, deno-

---

[55] Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil (1578). (Hiram Reis)

[56] Histoire de la Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonuoisines (1614). (Hiram Reis)

[57] Tenentes William Lewis Herndon e Lardner A. Gibbon. (Hiram Reis)

minado com toda a justeza por Sant'Anna Nery o "*Agassiz Brasileiro*". Entre os exploradores e viajantes, citaremos conhecidos brasileiros, bolivianos e peruanos. Dos primeiros temos Francisco Palheta, que explorou o Madeira, João Cametá e o pernambucano Seraphim, que exploraram o Purus e alguns dos afluentes; o célebre Ignácio Baptista, que lembrou a comunicação do Purus com o Beni para evitar as cachoeiras do Madeira; o mais notável de todos os exploradores do Amazonas, Manoel Urbano da Encarnação, que explorou o Purus, lembrou a comunicação com o Beni pelo Rio Ituxi, explorou o Juruá, Jutaí, indo até o próprio Javari, e foi o companheiro de Chandless, de quem mereceu a distinção de dar-se a um dos confluentes do Purus o nome de Rio Manoel Urbano; por fim citaremos também o Coronel Labre, que percorreu todo o Purus e seus confluentes e deu dos seus trabalhos conhecimento à nossa Sociedade.

Dos Bolivianos citaremos D. José Agostinho, Medinacelli, o General Quevedo, o Padre Armentia, o Padre Sans, Palacios, Balivian, Alejandro Corradi, Velarde e outros. Dos Peruanos lembraremos o Paz Soldan, autor da "*Geographia do Perú*", Reynaldo, Maldonado, etc.

Entre os engenheiros, apontaremos os trabalhos dos irmãos Keller, Júlio Pinkas, Carlos Morsing, no Madeira, onde chegaram a organizar estudos e reconhecimentos para uma estrada de ferro ao longo das cachoeiras; Alexandre Haag, Chandless, e Silva Coutinho no Purus e seus confluentes para uma comunicação do Purus ao Beni; questão esta que provocou no seio da nossa Sociedade de Geografia uma série de conferências tendentes a mostrar a preferência das comunicações entre o Baixo e o Alto Madeira [Beni], ou entre o Purus e o Beni, nas quais tomaram parte Pinkas, Alexandre Haag, Pimenta

Bueno, Labre e o próprio ministro boliviano naquela época Dr. D. Juan Francisco Velarde.

Entre os escritores vamos encontrar Sant'Anna Nery, Dr. José Paranaguá, cujo relatório quando Presidente do Amazonas, em 1883, é um trabalho minucioso e importante a respeito dos Rios navegáveis; José Verissimo, Torquato Tapajós e, recentemente, os trabalhos estatísticos de L. Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque.

Diante desta soma de dados e informações sobre as regiões em questão, não se compreende como persistia a ideia de substituir-se o Paralelo de 10°20' pela linha inclinada do Beni ao Javari; e a nossa surpresa cresce quando vemos a própria Carta do Brasil, organizada, em 1883, pela Comissão da Carta Arquivo consignar a linha inclinada, e por fim surgir, em 1895, o Protocolo de 19 de fevereiro, adotando para todos os efeitos como linha de fronteira a do Beni ao Javari aos 07°01'17,5"S. Na mesma ocasião autorizou-se o estabelecimento da alfândega boliviana no Acre, e nomeou-se a Comissão para a colocação dos marcos nos pontos intermediários. Foi chefe desta Comissão e 1° Comissário o nosso digno consócio Coronel Dr. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, e 2° Comissário o Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes.

O distinto chefe percebeu logo, pelos protestos então levantados no Amazonas, pelas informações que colheu, observações e pesquisas a que procedeu, que a linha geodésica do Beni ao Javari estava errada, e a sua convicção crescia à medida que se aproximava dos pontos a marcar, porque ia separar do Brasil uma parte de território ocupada por brasileiros, ia tornar boliviano o que de fato era brasileiro. Não trepidou mais e fez sentir ao Governo Federal, que a linha geodésica prejudicava o País em

cerca de 5.000 léguas quadradas, quer por abandonar o Paralelo de 10°20', quer porque a nascente principal do Javari vinha mais ao Sul. Pagou-se mal por este ato de patriotismo, e tais foram os desgostos que sofreu, que julgou dever pedir a sua demissão, e obteve-a.

Sucedeu-lhe o Capitão-Tenente Cunha Gomes, que foi também encarregado de verificar, antes de tudo, a posição exata da nascente principal do Javari; mas, contentando-se em subir o Jaquirana, sem explorar realmente o Galvez, chegou ao ponto do marco cravado pelo Barão de Teffé, e prosseguindo apenas achou para a nascente do Jaquirana uma pequena diferença determinando a latitude em 07°11'48,1"S, em vez de 07°01'17,5"S, conforme fora calculado pelo Barão de Teffé. Não satisfeitos com esta verificação, os amazonenses protestaram contra o esbulho do território do seu Estado e ao estabelecimento da alfândega boliviana no Acre; o Deputado Federal Dr. Innocencio Serzedello Corrêa publicou o seu importante trabalho – "*O Rio Acre*" –, e o Dr. Paulo de Frontin apresentou no Clube de Engenharia a moção já conhecida, fazendo o Clube votos para que o Governo Federal não resolvesse definitivamente a Questão da Fronteira com a Bolívia, sem mandar proceder a nova verificação das nascentes do Javari. Nestas condições tratou o Governo Federal de rever o assunto, celebrando o novo protocolo de 30 de outubro do corrente ano, fazendo depender a demarcação dos limites de uma nova verificação "*da verdadeira posição da nascente ou da principal nascente do Rio Javari, tendo presentes as operações em 1874 e em 1897 sobre o Rio Javari*".

Sem entrar no exame de outros "*itens*" deste Protocolo, diremos que só a circunstância de anular o fatal Protocolo de 1895 foi já uma vantagem. Eis aí, em resumo, o que se refere aos Tratados e

Protocolos sobre os limites do Brasil com a Bolívia, e para não nos alongarmos mais sobre esta parte, passemos à interpretação do Tratado de 1867, aos comentários que os atos posteriores têm despertado fora do País e à atitude que cabe ao Brasil manter em face dos seus direitos. Quanto à interpretação dos Tratados, vemos que está de pé o de 1867, onde se estabeleceu como base da fronteira entre o Madeira e o Javari "*o Paralelo de 10°20′ até encontrar este último Rio, ou desde a mesma Latitude por uma reta a buscar a origem principal do Javari*". Isto é: ou o Paralelo de 10°20′ encontra o Javari, e assim o "*Paralelo e o Rio*" limitarão por esta parte o território brasileiro: ou o Paralelo de 10°20″ não encontra o Rio Javari, e nesse caso de um ponto da mesma Latitude ou do mesmo Paralelo, se tirará uma reta a buscar a origem principal do Javari, e assim "*o Paralelo e a reta até o Javari*", determinarão por esta parte a fronteira brasileira a partir da Boca do Beni até a origem principal do Javari. Deduz-se que é um ponto essencial a origem principal do Javari, afim de tirar daí a reta a encontrar o Paralelo de 10°20′. É justamente em busca daquele ponto, que está hoje a questão de limites com o Brasil. Sobrevém porém, um outro assunto a considerar; é o que respeita à direção tomada, nos seus trabalhos, pelas comissões exploradoras do Javari.

Sabemos que a Comissão Barão de Teffé e a recente Cunha Gomes subiram o Javari, tomaram o Jaquirana para o prolongamento deste, e foram marcar a sua origem como a principal do Javari; entretanto, nenhuma destas comissões explorou realmente o Galvez, que é o outro ramo do Javari. Do Galvez ninguém sabe ao certo a que Latitude Sul atinge a sua nascente, entretanto algumas Cartas antigas, como as de Conrado de Niemeyer, Colton e outros dão o Galvez prolongando-se até além do Paralelo, o Jaquirana ou Xuquirana ficando antes, outros afluen-

tes do Javari dirigindo-se para o Sul, e os limites do Brasil seguindo pelo Galvez até o referido Paralelo.

O próprio Paz Soldon na sua "*Geographia do Perú*" cita tais limites respeitando o Paralelo de 10°20', e a normal do Javari a este Paralelo [O Sr. Dr. Barbosa Rodrigues declara em aparte, que as águas do Javari vão mais ao Sul e devem atingir o Paralelo de 10°20']. É pois indispensável tudo isto verificar, tanto no Jaquirana, como no Galvez e outros confluentes, sem o que a Questão de Limites entre o Brasil e a Bolívia não poderá ter solução completa. É certo que hoje sobrevém um novo embaraço por havermos já entregue ao Peru toda a região entre o Javari e o Galvez; mas é uma nova questão que poderá ser resolvida facilmente segundo a posição em que ficar a origem principal do Javari, conforme fez ver em um dos seus artigos o Cel Thaumaturgo de Azevedo.

Perante estas alternativas, as nações estrangeiras não cessam de estranhar a atitude do Brasil. Vemos a América do Norte fazer estudar por si os Rios navegáveis da zona em questão. A "*Wilmington*" ([58]) lá esteve, e, a despeito das convenções internacionais, percorreu os nossos Rios, dando lugar a suspeitas sobre os motivos de tais excursões. O último boletim da "*Societe Royale de Geographie D'Anvers*", analisando a atitude enérgica dos amazonenses, em um dos seus artigos, exclama:

[58] O Cruzador "*U.s.s. Wilmington*", comandado pelo Capitão-de-Fragata Chapman Coleman Todd, aportou em Belém, no dia 10.03.1899, e depois em Manaus, em 25.03.1899, onde deveria aguardar autorização federal para poder prosseguir sua viagem até Iquitos. Os arrogantes nautas que tinham sido recebidos com tanta cortesia em terras brasileiras evadiram-se sorrateiramente rumo a Iquitos, na madrugada de 05.04.1899, com os faróis de navegação apagados, para passarem desapercebidos pelas autoridades portuárias, antes mesmo de ter recebido a devida autorização do Governo Federal, já que se tratava de um navio de guerra. (Hiram Reis)

> Mais s'ils ont contre eux le Gouvernement brésilien lui même... ([59])

Eis aí os comentários a que o Brasil tem sido exposto! E tais apreciações se geram em virtude da riqueza e fertilidade da zona em questão, onde encontram-se os melhores seringais, madeiras de primeira qualidade, o cacau, a copaíba, a salsaparrilha, e os elementos para a perfeita cultura do anil, do fumo, do café, da cana, do algodão, etc. É tal a magnificência daquelas paragens, que o Barão de Humboldt, extasiado diante da sua riqueza e fertilidade, dizia em uma das suas obras ser ali naquelas paragens, onde se acha o paraíso das gerações futuras! No presente momento, não é só a riqueza da região que nos deve impressionar: é também o triste efeito moral que a nossa indiferença está produzindo. No dia em que perdermos a região do alto Purus até o Javari, veremos a França atravessar o Oiapoque e cravar o seu pavilhão nas nossas terras do Amapá; a Inglaterra ultrapassar as vertentes da serra do Acaraí e vir cravar o pavilhão nas águas do nosso Rio Branco, e assim em relação a outros países limítrofes, que não duvidarão ressurgir amanhã antigas questões de limites, apesar dos risos e afetos de hoje! Com a celebração do Protocolo de 30 de outubro último, é de esperar que se desfaça o erro em que ilusoriamente tem permanecido o Brasil a respeito dos limites com a Bolívia. Não devemos ceder parte alguma do nosso território; os nossos limites ali devem correr pelo Paralelo de 10°20'S até o Javari, ou até a linha que a partir desse paralelo vai buscar a nascente principal do Javari. É isto o que nos impõe o direito, e o nosso patriotismo está em fazer respeitar esse direito. Tal é também, senhores, a atitude que o Brasil deve manter nesta importante questão de seus limites. (RSGRJ, 1900)

---

[59] Mas se eles têm o próprio governo brasileiro contra eles... (Hiram Reis)

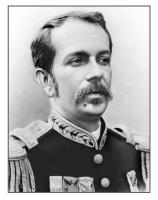
O Herói do Acre

A força boliviana formou toda e a entrega das armas começaria pelos oficiais superiores. Disse eu a D. Lino Romero que o nosso ideal era a emancipação do Acre e que a cerimônia da entrega da espada do vencido, conquanto fosse um ato muito apetecido pelos grandes exércitos, não nos confortava o coração, porque era um ato que aumentava o infortúnio daqueles já infortunados pela derrota.
(MEIRA, 1961)

José Plácido de Castro

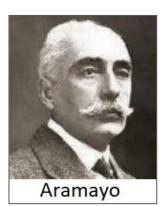
José Plácido de Castro nasceu em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, em 12.12.1873. Plácido de Castro trazia nas veias o gene de três gerações de militares. Filho do Capitão Prudente da Fonseca Castro, veterano das campanhas do Uruguai e Paraguai, recebeu o nome do avô José Plácido de Castro, major paulista que, após combater na Campanha Cisplatina, radicou-se no Rio Grande do Sul. Seu bisavô, Joaquim José Domingues, participou da conquista das Missões em 1801. Começou a trabalhar aos 12 anos, quando perdeu o pai, para sustentar a mãe e seus seis irmãos. Aos 16 anos, ingressou na vida militar chegando a 2° sargento do 1° Regimento de Artilharia de Campanha, mais conhecido como "*Boi de Botas*", em São Gabriel, hoje Quartel do 6° Batalhão de Engenharia de Combate. Quando foi deflagrada a Revolução Federalista, Plácido encontrava-se na Escola Militar do Rio Grande do Sul, o velho Casarão da Várzea, hoje Colégio Militar de Porto Alegre.

Os oficiais e Cadetes pediram o fechamento da escola ao Presidente Floriano Peixoto para que pudes-

sem participar, com as Forças Legais, no combate à Revolução Federalista. Plácido de Castro discordava de seus camaradas e instrutores e lutou ao lado dos Maragatos, chegando ao posto de Major. Com a derrota para os "*Pica-paus*", que defendiam o governo Floriano Peixoto, o herói acreano abandonou a carreira militar e recusou a anistia oferecida aos envolvidos na Revolução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi inspetor de alunos do Colégio Militar. Algum tempo depois, foi fiscal nas docas do porto de Santos, em São Paulo e, voltando ao Rio, obteve o título de agrimensor. Inquieto e à procura de desafios, viajou para o Acre, em 1899, para tentar a sorte como agrimensor.

Seringais

No período de 1877 a 1900, os seringais foram se multiplicando e se estendendo rumo ao Sul atingindo as "*tierras non descobiertas*", ou seja, terras ainda não exploradas pelos bolivianos. A atenção do governo boliviano estava totalmente voltada, na ocasião, para a extração de ouro e prata e, além disso, a Bolívia na guerra contra o Chile (1879-1882), havia concentrado suas tropas em direção oposta ao Acre. O Purus, o Rio Acre, o Antimari, o Iaco, o Juruá, o Abunã, no alto Madeira e outros cursos d'água de menores proporções foram sendo, progressivamente, ocupados pelos novos "*donos*" daquelas terras abandonadas e desconhecidas. No início do século XX, todo o Rio Acre estava povoado, explorado, principalmente por brasileiros.

Bolivian Syndicate

Aramayo

Em 14.07.1901, foi criado o Bolivian Syndicate (syndicate, em inglês, significa cartel), um conglomerado anglo-americano sediado em Nova York. O contrato arrendava, por 30 anos, a região acreana, ocupada por brasileiros, destinando 60% dos lucros para a Bolívia e os 40% restantes para o Cartel. O acordo autorizava o emprego de força militar como garantia de seus direitos na região, e a opção preferencial de compra do território arrendado, caso viesse a ser colocado à venda. As bases do acordo foram articuladas em sigilo, tendo em vista que a Bolívia tinha pendências de fronteira com os países limítrofes (Brasil e Peru). O contrato foi enviado ao Congresso Nacional Boliviano para que aprovasse as cláusulas acordadas entre o Ministro Félix Avelino Aramayo e os acionistas anglo-americanos. Vários parlamentares bolivianos, adversários de Aramayo, eram contrários ao "*Contrato Aramayo*". Foi criada, então, a Comissão de Fazenda e Indústria com o objetivo de analisar o contrato. Uma das conclusões apresentadas pela Comissão foi a de que era impossível à Bolívia conservar o Território do Acre sem o aporte de capitais externos, pois não havia uma presença efetiva do Estado boliviano e uma base demográfica nacional na região, ocupada, principalmente, por brasileiros, fatores esses que eram agravados pela resistência dos bolivianos em descer do altiplano até o vale amazônico. A Comissão considerava que, dentre todas as hipóteses levantadas, o arrendamento era a única solução, afirmando "*desgraciadamente en la actualidad no se ofrece ninguno otro medio, ni como probabilidad lejana*".

O relatório foi aprovado no dia 17.12.1901. A efetivação do acordo tornava a "*ocupação*" do Acre pelos representantes do Bolivian Syndicate um fato, gerando um mal-estar, sem precedentes, dos brasileiros contra os vizinhos bolivianos. O Governo Brasileiro imediatamente iniciou uma campanha para desacreditar o Bolivian Syndicate junto a governos e grupos financeiros que poderiam vir a se aliar ao cartel.

Relatórios do Ministério das Relações Exteriores – Rio de Janeiro, RJ, 1902

BOLÍVIA
Arrendamento do Território do Acre
N° 1 – Contrato Primitivo

Convenio celebrado el día 11 de junio de 1901, entre el gobierno de Bolivia [designado en adelante como "*el gobierno*"] representado por el doctor don Félix Avelino Aramayo, Enviado Extraordinario y Ministro plenipotenciario ante la corte de San James, como su agente *debidamente acreditado para el efecto*, por una parte, y "*The Bolivian Syndicate*" de la ciudad de Nueva York en Norte América [llamado en adelante "*el sindicato*"] representado por el señor Frederick Willingford Witridge, de Sq. Wall Street, ciudad de Nueva York, su gerente y agente debidamente acreditado para el acto, de la otra parte.

Por cuanto existe en el territorio de dicha república de Bolivia un territorio conocido como el territorio del Acre [Aquiry], cuyos límites son por el noreste los Estados Unidos del Brasil, por el oeste la República del Perú, y por el sur el río Abunã y una línea tirada de las nacientes de éste río á las juntas del río

Inambary con el Madre de Dios, y por cuanto dicho territorio se encuentra al presente bajo el poder civil y militar del gobierno, y se halla cruzado por varios ríos navegables y cubierto en gran parte por bosques que contienen árboles de goma y otros árboles y productos valiosos, y por cuanto el gobierno está deseoso de transferir por un periodo de años, á una compañía que se organice debidamente en Inglaterra o los Estados Unidos de Norte América, o en uno de dichos Estados o en cualquier otro país extranjero, el gobierno civil y la administración de dicho territorio, y el cobro de las cargas, impuestos, derechos de aduana, contribuciones, regalías, rentas de tierras del estado y todas descripciones de entradas públicas que por un tiempo convenido, sean exigibles o imputables dentro do los límites de dicho territorio, y está dispuesto a poner á tal compañía en posesión de tales poderes para el desarrollo y colonización de dichos territorios, y á conceder tales derechos, privilegios y tierras como se mencionan más adelante, y por cuanto el sindicato es un sindicato de capitalistas que ha sido formado en los Estados Unidos de Norte América, con el objeto de construir y organizar una compañía de las condiciones arriba expuestas. Por tanto el presente convenio atestigua que se ha convenido y contratado mutuamente entre el gobierno y el sindicato lo siguiente:

1° El sindicato empleará todos sus esfuerzos en constituir y formar en Inglaterra o en los Estados Unidos de Norte América, o en uno de sus Estados o en cualquier otro país extranjero, una compañía que tenga por objeto [entre otras cosas] <u>asumir el gobierno civil y la administración del territorio arriba descrito</u>, en conformidad con las leyes del país y las prescripciones de este contrato, y recaudar todas las cargas, impuestos, derechos de aduana, contribuciones, regalías, ventas de

tierras del estado y cualesquiera otras entradas públicas o del estado que por el tiempo convenido sean exigibles o imputables dentro de los límites de dicho territorio [todas las cuales quedarán en adelante incluidas en la expresión "las rentas antedichas"] y la facultad de ejercer y poner en fuerza todos aquellos derechos y privilegios que adelante se mencionan. Tal compañía [que en adelante se llamará "la compañía"] será organizada con un capital que no baje de £ 500.000 o su equivalente en la fecha de su organización en la moneda del país en que ella sea organizada. Si tal compañía se organiza dentro de los 12 meses de la fecha en que la confirmación o ratificación de este convenio por el gobierno boliviano sea notificada al sindicato o dentro del periodo de una prorroga que pueda ser en adelante convenido entre el gobierno y el sindicato, no se ha suscrito cuando menos la suma do £ 300.000 esterlinas [o su equivalente según queda arriba indicado] para la formación del capital de la compañía, éste convenio, y todo lo convenido en él, quedará sin efecto.

El Gobierno tendrá el derecho de suscribir por si, o por las personas que él designe, cualquier parte del capital de la compañía que no exceda de la suma de £ 100.000 esterlinas [o su equivalente según queda arriba indicado] con tal de que ese derecho sea ejercido dentro los tres meses después de la organización de la compañía o después do la fecha de la ratificación o confirmación arriba indicada [es decir cualquiera de éstas dos fechas que sea última]; la cantidad [si la hubiese], así suscrita, se considerará como formando parte de la ante dicha suma de 300.000 o de su equivalente según queda expresado.

2° La compañía, de tiempo en tiempo, o en cualquier tiempo, durante el período de 5 años desde la fecha de la ratificación o confirmación de este contrato por el Congreso boliviano, tendrá el único y exclusivo derecho de comprar en propiedad todo o cualquier parte de las tierras comprendidas en dicho territorio con los árboles de goma o otros que contengan, en cuanto dichas tierras no estén ya debidamente adjudicadas á otros individuos o compañía, y el Gobierno otorgará de tiempo en tiempo á la compañía, o á quienes ella designe, á presentación o petición suya, concesiones en debida forma de los terrenos que la compañía determine comprar en esta forma, con los árboles, gomales y otros contenidos en ellos.

El precio de compra que se ha de pagar al gobierno, con respecto á cada adjudicación, será á razón de diez centavos bolivianos por cada hectárea de terreno contenida en cada adjudicación.

3° Hasta que terminen las sesiones del Congreso boliviano, que rige á la fecha de este contrato, el Gobierno no adjudicará ni convendrá en adjudicar sin previo consentimiento del Sindicato, concesiones de gomales, ni hacer adjudicaciones de tierras baldías, ni vender, adjudicar o convenir en vender y adjudicar tierras en las ciudades o en los campos, ya sea para construcciones o cultivos, o cría de ganados o cualquier otro objeto, ni permitirá ningunos denuncios de gomales, de minerales o minas, así como de cualesquier otros privilegios de cualquier género que sean, dentro de los límites de dicho territorio, por o en favor de ninguna persona, compañía o corporación.

4° La compañía tendrá en todo tiempo, desde que se constituya, el derecho de navegar libre y tranquilamente todos los ríos y otras aguas navegables dentro del expresado territorio, no impedirá el tráfico por dichos ríos o aguas navegables, à los navíos actualmente existentes, ya sea que pertenezcan á nacionales o extranjeros, y la compañía tendrá el derecho exclusivo de otorgar concesiones para las navegaciones de dichos ríos y aguas navegables; pero respetará los términos del tratado entre el gobierno y el gobierno del Brasil.

5° En caso de que la compañía emprenda dentro de los límites del expresado territorio, sea directamente o por medio de compañías subsidiarias, formadas por ella, la explotación de la industria gomera o el desarrollo de minas o otras industrias, pagará o recaudará las mismas rentas, regalías, cargas, impuestos, derechos y contribuciones con respecto á ellas [exceptuando lo prescrito en la cláusula 6ª de este contrato] que pagan los particulares según las leyes existentes, y dichos impuestos figurarán en las cuentas entre el Gobierno y la compañía y se considerarán parte de las supradichas y serán divisibles entre el Gobierno y la compañía, como parte de ellas, en las proporciones mencionadas en la cláusula 9ª de este contrato. El Gobierno, por la presente, concede á dicha compañía después de haber sido incorporada, todos los derechos mineros dentro de los territorios que forman este contrato; y declara que todas las leyes de minería que están en fuerza en la república de Bolivia, quedan en suspenso durante el término de este contrato, dentro del territorio protegido por el mismo, exceptuando lo arriba previsto, á saber: que la compañía estará obligada en todo

tiempo a pagar al Gobierno las rentas, regalías sobre cualesquiera propiedades, que positivamente emprenda desarrollar por las leyes de minería de la república existentes.

6° Las utilidades anuales de la compañía quedan en lo futuro liberadas de toda contribución, impuesto, carga, derecho sobre renta y derechos de cualquiera clase que sea, presente o futuro, y también de todo empréstito forzoso, exacción o requisición de guerra; y, en consideración á esto, el Gobierno, después que hayan trascurrido tres años desde la constitución de la compañía, tendrá el derecho al 60%, de las utilidades liquidas de la compañía; pero, para los fines de esta cláusula, no se considerará o tratará como parte de las utilidades de la compañía ninguna parte del 40% de las expresadas rentas á que se refiere la cláusula 9ª con la inclusión mencionada en dicha cláusula.

7° La compañía tendrá poder dentro de y en toda la extensión del mencionado territorio, para erigir, construir, mantener, usar, explotar, y arrendar muelles, diques, embarcaderos y malecones, ferrocarriles, tranvías, telégrafos, fábricas eléctricas, teléfonos, trabajos hidráulicos, fábricas de gas y otras mejoras y construcciones de cualquiera naturaleza que la compañía crea útiles y convenientes, con referencia, o para el desarrollo del expresado territorio, o la ejecución y cumplimiento de cualesquiera de los poderes conferidos o de las obligaciones impuestas á la compañía por esto contrato, y para cobrar derechos, pasajes y arriendos o otros pagos por el uso da los mismos, ya sea directamente o por medio de otras compañías, asociaciones o empresas en

participación, en que la compañía esté por el momento interesada, o que constituya, para estos objetos, o cualesquiera de ellos.

8° El gobierno conferirá y concederá á la compañía por el periodo de 30 años computados desde la expiración de doce meses después de la confirmación o ratificación de este convenio por el congreso boliviano, el derecho, poder y autoridad, únicos, absolutos y exclusivos e independientes, para recaudar y exigir el pago de las indicadas entradas, y las rentas, regalías, impuestos, cargas, derechos y contribuciones que ha de cobrar en conformidad con la cláusula 5ª de este convenio, y generalmente para hacer administrar, ejercitar, ejecutar, poner en fuerza, vigilar y poseer, dentro de los límites del expresado territorio y con la sujeción á las leyes del Estado, todos aquellos negocios, actos, funciones, obligaciones, derechos, poderes y privilegios do cualquiera especie que sean, que por ahora corresponden o que en adelante á su tiempo correspondieran al Gobierno [si no fuese por existir el presente convenio] y que pertenezcan o sean poseídos o ejercitables por el Gobierno; y el Gobierno dictará cuantos decretos y órdenes y conferirá á la compañía cuantos poderes sean, de tiempo en tiempo, necesarios conducentes a dichos fines; o que tengan por objeto facilitar á la compañía el cobro de los impuestos; y de la misma manera transferirá á la compañía, por el término de la concesión, todas las tierras públicas del Estado, edificios, propiedades y derechos de todo género, dentro de los límites del expresado territorio, que hoy pertenecen o se hallan poseídos por el Estado, salvo los derechos que le corresponden como un poder soberano.

9° La compañía, durante el término de la concesión referida en la cláusula anterior, cobrará y dará cuenta al Gobierno de todas las rentas antedichas [incluyendo las rentas, regalías, impuestos, cargas, derechos y contribuciones referidas en la cláusula 5ª de este convenio] y el producto total que se cobre, o que sea sujeto á cuenta, pertenecerá, en la proporción de 60 por ciento al Gobierno y el 40%, á la compañía. Las cuentas de la compañía referentes al cobro de los impuestos en conformidad con las cláusulas 8ª y 9ª de este convenio y la cuenta de las rentas ordinarias de la compañía sobre las cuales ha de pagar el 10 por ciento al Gobierno, según la cláusula 6a, se levarán por separado.

10° La situación de la compañía, en virtud de la concesión últimamente mencionada, será la de un Gobierno local [subordinado al Gobierno del Estado] y la compañía ejercerá la administración de los negocios públicos del supradicho territorio, en conformidad y con sujeción á las leyes de la república que á su tiempo se hallen en vigencia; y la misma compañía estará sujeta á dichas leyes en todo aquello que no sea contrario á las estipulaciones de éste contrato.

11° La concesión á que se refiere la cláusula 8ª quedará sujeta mientras dure, á las reglas y estipulaciones establecidas en el memorándum anexo.

12° La compañía, si el Gobierno lo requiere, prestará todo su apoyo a la colocación de cualesquiera clase de bonos, que de tiempo en tiempo sean emitidos por el Gobierno, con garantía de su participación [según lo previsto

en la cláusula 9ª de este convenio] de las rentas antedichas [con la inclusión establecida]; sean con el objeto de satisfacer el costo de tales edificios y obras permanentes, como el Gobierno convenga, de tiempo en tiempo, con la compañía, que se construyan por su cuenta, o sean para objetos generales del Gobierno.

13° Si surgiese cualquiera disputa o diferencia entre el Gobierno y la compañía tocante al presente convenio o la interpretación o verdadero efecto de él, o cualquier asunto, o materia contenida en él, con referencia á los derechos, deberes, poderes o obligaciones de cualquiera de las partes contratantes, sobre cualquiera de las estipulaciones de este convenio, la materia en disputa o diferencia será sometida á dos árbitros [uno elegido por el Gobierno y otro por la compañía] y á un tercero que será nombrado por dichos árbitros, antes de entrar á tratar la materia referida; y la decisión de la mayoría de dichos árbitros, y tercero será concluyente y obligatoria para ambas partes contratantes, y dicho juicio arbitral será regido por las reglas usuales de procedimientos que se acostumbran en tales casos; y el Gobierno y la compañía convienen mutuamente, por el presente, en respetar y cumplir el laudo pronunciado en dicho juicio arbitral. Queda entendido y acordado que los árbitros elegidos por cualquiera de las partes y también el tercero, podrán ser ciudadanos de cualquier país; y no es de absoluta necesidad que sean ciudadanos de la República de Bolivia.

14° El Gobierno conviene en obtener del Congreso boliviano, en su sesión inmediata después de la fecha de este contrato, una ratificación o confirmación en debida forma de ley, de todas

las estipulaciones de este convenio; y el sindicato, dentro de un mes, después de haber sido notificada dicha ratificación o confirmación, depositará en poder del Ministro boliviano, ante la corte de San James, que entonces sea, y en nombre del Gobierno, la suma £ 5.000 esterlinas, que quedará absolutamente adjudicada al Gobierno en caso de que el sindicato deje de constituir y formar la compañía en los términos ya expresados, y de obtener suscripciones hacia su capital por las cantidades y dentro del término especificado en la cláusula la de este contrato , pero si el sindicato construye y forma la sociedad, como se tiene dicho, y obtiene suscripciones hacia él por la cantidad y dentro del término especificado, dicha suma de £ 5.000 esterlinas será devuelta inmediatamente después por el Gobierno al sindicato. En testimonio de lo cual firman Félix Avelino Aramayo y Federico Willingford, el día once de junio arriba expresado.

A El gobierno y la compañía nombrarán y tendrán en todo tiempo, cada uno, un representante o delegado residente en el expresado territorio, por medio do los cuales se harán todas las comunicaciones entre el gobierno y la compañía con respecto todos los asuntos á que dé lugar el presente contrato, designándose en adelante el representante delegado nombrado por el Gobierno con el título de delegado nacional.

B La adjudicación de concesiones gomeras [estradas], las concesiones de tierras baldías, la venta y adjudicación de tierras del Estado, en las ciudades para calificar, en los campos para objeto do cultivo y cría de ganados y todos los contratos de adjudicación de tierras y

concesiones, hechas por la compañía, se harán en nombre del Gobierno, cuando se refieran á tierras del Estado, y se ajustarán á los términos de las leyes existentes. Todos los derechos de timbres que se devenguen con respecto á estas transacciones, se aplicarán como lo prescribe la ley; y la adjudicación de tierras pertenecientes al Estado, para objetos mineros, se hará por la compañía en conformidad con las leyes de minería existentes, y la compañía no concederá monopolios comerciales.

C La compañía erigirá, de tiempo en tiempo, y mantendrá á sus expensas todos los edificios necesarios para la cumplida vigilancia y recaudación de las rentas antedichas, y proveerá, y mantendrá una fuerza suficiente de policía para la protección de los habitantes del expresado territorio y para mantener en dicho territorio la observancia y obediencia á las leyes de la república. La compañía erigirá también de tiempo en tiempo, y mantendrá por cuenta y costo del Gobierno todos los edificios necesarios y propios para el acomodo del delegado nacional, las cortes de justicia, notaría, escuelas, hospitales, cuarteles y otros edificios públicos que, de tiempo en tiempo, so requerirán por el Gobierno, los cuales serán construidos con aprobación y vista del delegado nacional.

D Todos los gastos de vigilancia y recaudación de las rentas antedichas [incluidas las indicadas arriba] y de la administración civil, por la compañía, del territorio expresado, incluyendo el salario de todos los empleados ocupados en él y los gastos de mantención de las fuerzas de policía indicada, serán sufragadas por la compañía.

E La compañía respetará todos los contratos existentes y los actuales legítimos poseedores de tierras dentro de los límites de los expresados territorios, y exigirá, que dichos poseedores registren debidamente sus títulos en conformidad con las leyes del estado.

F La compañía dentro del término de un año después de haber entrado en la administración del referido territorio, hará investigaciones sobre la manera de poner los distritos de los ríos Abuna, Orton y Madre de Dios en comunicación con el río Acre, por ferrocarril o por canal, y presentará al Gobierno detalles del plan que, a juicio de la compañía, sea más apropiado al objeto.

G La compañía retendrá cada año [con cargo preferente] y pagará [en tanto como lo permitan las entradas] del 10% y 60 % á que se refieren las cláusulas 6ª y 9ª del contrato que antecede, los salarios del delegado nacional y de los jueces y demás empleados públicos, dentro do los límites del expresado territorio, nombrados por el Gobierno; y también los gastos de la comisión encargada del arreglo de la cuestión de límites con los Estados Unidos del Brasil; hasta q'haya terminado su misión, y el costo de mantener y construir todos los edificios que la compañía tenga que mantener y construir por cuenta del Gobierno, como tiene dicho, y si en cualquier tiempo surgiese, á juicio del Gobierno, la necesidad de que la compañía equipe y mantenga una fuerza armada o navíos de guerra para la defensa de los ríos, o la preservación del orden interior o otros objetos, en adición á las fuerzas de policía, antes referida, los gastos que esta ocasione serán también retenidos y pagados por la compañía

del 10% y 60 % respectivamente, y cualquier exceso de gastos que la compañía haga en los objetos expresados, en exceso de dicho 10% y 60 % respectivamente, será reembolsado por el Gobierno á la compañía inmediatamente; y después de la expiración de cada año llevará interés de 5 % anual hasta su reembolso.

H La compañía llevará en todo tiempo cuentas en debida forma do todos los dineros cobrados por ella, en la forma prevista en este contrato, y al fin de cada año fiscal presentará y rendirá al Gobierno la cuenta adecuada do los dineros cobrados por la compañía en dicho año, y las cuentas estarán, en todo tiempo, á disposición del delegado nacional para su impresión.

I Todas las importaciones y exportaciones con destino a las demás provincias del territorio de dicha república de Bolivia tendrán paso libre "*en tránsito*" por el expresado territorio; pero la compañía si el Gobierno le requiere, cobrará los derechos de aduana correspondientes y dará cuenta al gobierno de las sumas cobradas, deduciendo y reteniendo de estas, para sí, el 50% de las sumas cobradas para cubrir sus gastos de cobro.

J A la expiración del término de la concesión arriba mencionada y en caso de que él no sea renovado, en las mismas condiciones que sean mutuamente estipuladas entre el Gobierno y la compañía, el Gobierno reasumirá la administración del supradicho territorio y el cobro de las expresadas rentas; y en el mismo acto la compañía entregará al Gobierno, libre de pago, todos los edificios y propiedades inmuebles que la compañía tenga en uso, destinados y que sean necesarias para la

vigilancia de las rentas antedichas; pero esta estipulación no se aplicará á los edificios o propiedades que la compañía haya construido o tenga en uso para los objetos generales de sus negocios, quedando estos edificios y propiedades como propiedad de la compañía, y el Gobierno respetará y estará obligado por todos los contratos, compromisos, concesiones y adjudicaciones, convenidas o hechas por la compañía de acuerdo con las leyes, respecto al Gobierno y administración del expresado territorio, y mantendrá á la compañía indemne de toda responsabilidad por esta causa.

En presencia de [f. Frederick Willingford, Whitridge]

[f. Thomas Walden. Jr.] En p. de [f. Felix Avelino Aramayo]

Cornelio Rios – Sec.

Estado de Nueva-York – Condado de N.-York. S. S.

El día 11 de junio ante mi estuvo personalmente presente Frederick Willignford Whitridge y á quien da fe, y reconocer ser uno de los individuos citados y que ha ejecutado el documento precedente, y declaró ante mí que lo había ejecutado.

Thomas Walden Jr.

Not. Aul. Condado de Westchester – Certificado y archivado en el condado de N. Y. (RMRE, 1902)

"*Temos um Homem no Itamaraty*"

O Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, passou a articular uma solução diplomática para a "*Questão acreana*" e a quebra do contrato com a companhia internacional. O Bolivian Syndicate resolve, em fevereiro de 1903, abrir mão do contrato ao ser indenizado pelo governo brasileiro em 114 mil libras esterlinas.

Luiz Galvez Rodrigues de Arias

José Cardoso Ramalho Jr.

Dr. Galvez, advogado espanhol, poliglota, ex-diplomata, que havia servido nas embaixadas da Espanha, Itália, Iugoslávia e Argentina foi recebido pelo Governador do Amazonas, Ramalho Júnior, e o seu secretário dos Negócios do Interior, Pedro d'Alcântara Freire. Galvez relatou a trama, urdida entre a Bolívia e os USA, com o objetivo de retirar do território amazonense as regiões banhadas pelos Rios Acre, Purus e Iaco. O Governador demonstrou certa incredulidade e Galvez retirou do bolso uma folha de papel manuscrita. "*Em Belém fui encarregado de traduzir um documento de alta importância para o Consulado boliviano*" e, passa a ler uma cópia que, prudentemente, guardou consigo. O Governador começa a se exaltar quando este leu os artigos 2° e 6° do referido acordo.

> **Artigo 2°** – Os Estados Unidos da América do Norte se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessite em caso de guerra com o Brasil.
>
> **Artigo 6°** – No caso de ter que apelar para a guerra, a Bolívia denunciará o Tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre a Boca do Acre e a atual ocupação aos USA em livre posse.

Após o relato, Galvez solicitou apoio logístico para organizar uma expedição de guerra com o intuito de constituir um Estado soberano que, na época oportuna, voltaria a integrar o Brasil.

Apoiado financeiramente pelo governo do Amazonas, liderou uma rebelião no Acre no dia 14.07.1889, aniversário da Queda da Bastilha. Fundou a República Independente do Acre, justificando que "*não podendo ser brasileiros, os seringueiros acreanos não aceitavam tornar-se bolivianos*". Chamado Imperador do Acre, assumiu o cargo provisório de Presidente, instituiu as Armas da República, a atual bandeira, organizou ministérios, criou escolas, hospitais, exército, corpo de bombeiros, exerceu funções de juiz, emitiu selos postais e idealizou um país moderno para aquela época.

Um golpe de estado em seu governo, com seis meses de existência, o retirou do cargo, sendo substituído pelo seringalista Antônio de Sousa Braga, que devolveu o poder a Galvez, um mês depois. O Governo Brasileiro despachou uma expedição militar composta por quatro navios de guerra e um outro conduzindo tropas de infantaria para prender Galvez, e devolver a região aos bolivianos. No dia 11.03.1900, Luís Galvez rendeu-se à força-tarefa da Marinha de Guerra do Brasil, na sede do seringal Caquetá, às margens do Rio Acre, e partiu para a Europa.

Expedição dos Poetas

A revolta em Manaus era crescente. O povo clamava por uma ação veemente do Governo Estadual que decide organizar a "*Expedição Floriano Peixoto*", batizada de "*Expedição dos Poetas*" por ser formada, em grande parte, por jornalistas, boêmios e homens de letras. Sem qualquer experiência de combate, logo que chegaram ao Acre, a bordo do vapor "*Solimões*", em 29.12.1900, foram derrotados, facilmente, pela guarnição boliviana de Puerto Alonso. O Acre permanecia em mãos bolivianas.

Plácido no Acre

Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a ideia cruel de que a Pátria brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo não era mais do que o caminho que os Estados Unidos abriram para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos Rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da Força e a nossa desgraça em breve estaria consumada. (MEIRA, 1961)

Embora apoiasse a causa revolucionária, Plácido de Castro não participou da Expedição dos Poetas antevendo seu fracasso. Plácido estava demarcando o seringal Victoria, quando ficou sabendo pelos jornais, em 1901, que a Bolívia arrendaria o Acre a uma companhia Norte-americana, Bolivian Syndicate. Era a motivação que faltava e que o levou, aos 27 anos de idade, a liderar uma revolução vitoriosa contra os bolivianos com um exército, de 30.000 homens, formado por seringueiros, índios e ribeirinhos.

Heroico na Morte

Fonte: A Epopeia do Acre – Sílvio de Bastos Meira

> Ao transpor a ponte, Plácido ainda comenta, dirigindo-se aos seus companheiros, ser aquele local muito propício a emboscadas. Ao passarem pela mesma grande árvore, muito copada, por onde passara Facundo, ouve-se subitamente um tiro de rifle que atinge Plácido de Castro no braço esquerdo; outro tiro o fere mortalmente na coluna vertebral. E grita:
>
> *– Bandidos! Assassinos! Mataram-me!*
>
> Tenta Plácido sacar a pistola, abaixa-se defensivamente sobre o pescoço do cavalo, mas eis que lhe escapam as rédeas da mão esquerda, sem forças talvez em consequência do ferimento sofrido.

Sentindo-se mortalmente ferido, esporeia o animal que sai em desabalada carreira. Numerosos tiros o perseguem ainda, julgando, talvez, os agressores, que o herói não estava ferido. Uma bala atravessa o chapéu de Alves Maia, que se projeta ao solo, enquanto a burra dispara. Emboscados sob a copa da imensa árvore, encontravam-se Alexandrino José da Silva, um negro chamado Eugênio e um caboclo não identificado, que a Plácido parecera, no primeiro momento, ser João da Mata.

Genesco de Castro ainda ensaia uma reação, no que é obstado por Plácido a esvair-se em sangue. Assim mesmo, sangrando, ensopando com aquele sangue quente a sela, os arreios e o cavalo, cavalga mais um quilômetro. Faltam-lhe já as forças. Tenta desmontar e projeta-se ao solo, exangue. Meia hora de expectativa. Silêncio, em plena mata.

Eis porém que chegam vinte homens em companhia amiga de João Rola, proprietário de um seringal das proximidades, o Benfica. Dentro de alguns minutos, arma-se uma rede presa a longa vara, que repousa sobre os ombros vigorosos de dois seringueiros e nela, já sem forças, deita-se o ferido. Seus olhos expressam completa resignação. Ainda encontra palavras para dar instruções a seu irmão e manifestar confiança a seus companheiros.

E aquele préstito impressionante atravessa a mata: à frente a rede com o herói ferido, conduzido nos ombros dos seringueiros, ladeados por quatro amigos e atrás, em fila dupla, numerosos seringueiros empregados de João Rola. Há olhos embaciados de lágrimas daqueles homens rudes, seus soldados em inesquecíveis campanhas revolucionárias pela libertação daquela mesma terra, daquelas mesmas matas, daqueles mesmos Rios, que ele outrora percorrera triunfante.

Tornam-se vãos os esforços para salvá-lo. Tudo em vão. Quando surgia o dia 11.08.1908, expirou. Antes de morrer ainda falou muitas vezes. Numa delas exclamou:

> – *Estão manchadas de lodo e sangue as páginas da História do Acre!*

E acrescentou:

> – *Só lamento é que, havendo tanta ocasião gloriosa para eu morrer, esses heróis me viessem matar pelas costas. Enfim... em Canudos fizeram pior...*

E em seguida, dirigindo-se ao irmão:

> – *Logo que puderes, retira daqui os meus ossos. Direi como aquele General africano: "Esta terra que tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los". Ah, meus amigos, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre [...] tanta ocasião gloriosa para eu morrer...*

Algumas palavras mais... Depois... silêncio. Era a morte do herói. Estavam presentes Genesco de Castro, Alves Maia, Coronel Rola, Otávio Fontoura, Antônio Rabelo, e Clínio Brandão. Que Pátria seria capaz de esquecer os seus feitos? O poeta Quintino Cunha, enaltecendo os feitos de Plácido de Castro, resumiu neste poema, intitulado "*Pátrio Dever*", toda sua glória e sua desventura:

Pátrio Dever
(Quintino Cunha)

Não basta adoração, amor não basta,
Vênias augustas, méritos reais,
Para a grandeza imensamente vasta
Dos belicosos seres imortais.

O ferro, o bronze, que a Ciência gasta
Nos vultos dos heróis que a vida faz,
Ah! Nunca mais que, tu, morte nefasta,
Nunca mais o consomes, nunca mais!

Escreva pois a Pátria esta sentença,
Grande na forma, de pensar extensa,
Escreva a Pátria, em tímidos alardes,
Em nossa História – espaço de mil sóis:
– Seja de lodo a sombra dos covardes,
Seja de bronze a sombra dos heróis! (MEIRA)

O herói Rio-grandense foi covardemente assassinado aos 35 anos de idade, permanecendo esse crime eternamente impune. Próximo à propriedade do seu assassino, os fiéis amigos de Plácido de Castro ergueram uma lápide de mármore, assinalando o local da emboscada. Seus ossos, porém, foram sepultados no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre. Na fronte do pedestal, a família fez gravar o nome completo de seus catorze algozes. Demorou mais de um século para o Brasil fazer, finalmente, justiça a um dos seus mais bravos heróis. Plácido de Castro – o Libertador do Acre, foi entronizado no Panteão da Pátria e da Liberdade e teve seu nome escrito no Livro dos Heróis da Pátria como o mais novo herói brasileiro. O Panteão, construído entre 1985/86, idealizado como um espaço para homenagear os heróis nacionais, está localizado no subsolo da Praça dos Três Poderes, no DF.

Atos do Poder Legislativo

Lei N° 10.444, de 2 de maio de 2002

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

> Art. 1° – Será inscrito no "*Livro dos Heróis da Pátria*" que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Plácido de Castro, o Libertador do Acre, Plácido de Castro.

Imagem 55 – O Malho, n° 315, 26.09.1908

O Malho, n° 315
Rio de Janeiro, RJ, 26.09.1908

CORONEL PLÁCIDO DE CASTRO
Libertador do Acre, Assassinado pela Emboscada de 8 de Agosto Último

Repercutiu com estrondo e dolorosamente em todo o Brasil o bárbaro assassinato do Coronel Plácido, de Castro, o "*Libertador do Acre*", que num dado momento, como dissemos em o nosso número passado, encarnou a soberania nacional naquelas longínquas regiões, organizando forças, batendo os invasores e conservando-os a distância respeitável, enquanto se decidia o pleito diplomático entre o Brasil e a Bolívia.

Não fosse essa altitude enérgica e patriótica do valente gaúcho, e o Tratado de Petrópolis não se teria feito com a calma e o êxito que tanto o recomendaram ao aplauso público.

Bastaria só esse fato para colocar a personalidade de Plácido do Castro em meritório destaque e ao abrigo das explosões de sentimentos inferiores; mas que isso não sucedeu, prova-o, entre outras coisas, a seguinte carta do Coronel Plácido a um amigo desta capital, e que veio a público depois de mostrada ao Sr. Ministro da Justiça:

> Capatará, 20 de julho de 1908 – Meu amigo – Escrevo-te estas linhas dentro de um verdadeiro acampamento de guerra e bem contra a minha vontade. Por minha correspondência anterior, já deves saber que a única preocupação do atual prefeito é botar-me fora do Acre, por todos os meios.
>
> Indo Genesco à Empreza, hospedou-se, como era de costume, em um pequeno chalé junto à casa do prefeito; aí, à 1 hora da madrugada, foi cercado pela soldadesca armada a Mauser e conduzido à presença do prefeito, que lhe perguntou o que ali estava fazendo e porque entrara na vila de noite.
>
> Solto, o Genesco regressou rapidamente a Capatará e recebeu logo comunicação de que o prefeito reunia gente, como de fato recrutava a torto e a direito, para seguir sobre Capatará, e que a casa de meu amigo Dias tinha sido tiroteada estupidamente por força do exército, tendo ele e umas mulheres que ali se achavam fugido com vida e uma criança morta.
>
> Em vista destes acontecimentos, nada mais podia o Genesco duvidar sobre a nossa sorte e, apesar de achar-me no Xapuri, reuniu gente imediatamente em nossos seringais e despachou um próprio em minha procura, que me encontrou, já em viagem, a meio caminho.

> Aqui cheguei e, tomando conhecimento de todas estas misérias, e bem a contragosto, resolvi botar para fora estes bandidos; fiz avançar piquetes até além do Guarani e dentro de quatro dias eu saberia qual o meu destino ou o desse Besouro, que tanto me tem zumbido. Mas, felizmente, hoje veio um emissário dele e de alguns amigos meus, a me proporem que detivesse a minha marcha, que ele Besouro, por sua vez, se desarmaria.
>
> Ora, para mim, que ia fazer um morticínio bem contra a minha vontade, somente em defesa própria e de amigos meus assaltados e não uma revolução, isto será o verdadeiro maná caído do céu. Oxalá cheguemos a duradouro acordo – Teu amigo, Plácido.

Tal situação teve um desfecho lúgubre, como no-lo anunciou um telegrama do Jornal do Commércio, enviado de Manaus, em data de 15 do corrente. Eis o teor cresse telegrama:

> Foi assassinado o Coronel Plácido de Castro. A agitação dos espíritos no Acre era ultimamente cada vez maior. Chegaram grupos armados das duas facções que se digladiaram e considerava-se certa a deposição do Coronel Gabino Besouro. Graças, porém, à intervenção de amigos, serenaram um pouco os ânimos, depondo os paisanos as armas. Houve troca de cartas entre o Coronel Besouro e o Coronel Plácido do Castro, cartas que foram publicadas.
>
> No dia 1° de agosto, o Coronel Plácido foi ao Xapuri, renovando-se os boatos de deposição. Nada, porém, aconteceu. Depois constava que fora à vila do Rio Branco, onde conferenciara com o Coronel Gabino Besouro. Mas a calma que reinava era aparente. Quando no dia 8 do agosto, o Coronel Plácido acompanhado de quatro amigos, todos a cavalo, ia para o seu seringal do Catapará, às 7 horas da manhã, de dentro da mata partiu uma descarga que o feriu no baixo ventre e nas costelas. O ferido avançou em direção ao ponto de onde partiram os tiros, recebendo então outra descarga.

Imagem 56 – O Malho, n° 315, 26.09.1908

> A vítima reconheceu entre os assaltantes o Coronel Alexandrino Silva, seu antigo companheiro de lutas.
>
> Faltando-lhe as forças, desceu do animal e sentou-se em um tronco, onde os amigos o vieram buscar, conduzindo-o para a sua residência que ficava próxima.
>
> O Coronel Plácido de Castro mandou chamar o tabelião e fez seu testamento, deixando a terça a sua mãe residente em S. Gabriel, no Rio Grande do Sul, e o resto da fortuna a seus irmãos. Declara no testamento que morria vítima de uma emboscada.
>
> O Coronel Plácido de Castro faleceu no dia 11 de agosto, às 4 horas da tarde.
>
> O Coronel Gabino Besouro mandou abrir rigoroso inquérito.

Outras notícias que depois vieram confirmaram o triste sucesso com outras minuciosidades. Quaisquer que sejam os culpados, é certo que a emboscada assassina que vitimou o Libertador do Acre será um eterno estigma na face da hedionda politicagem que atormenta a nossa civilização. (O MALHO, N° 315)

A CHEGADA DO PLACIDO

Foi recebido com applauso unanime...

Imagem 57 – O Malho, n° 34, 23.04.1904

Imagem 58 – O Cruzeiro, n° 11, 27.12.1952

Euclides e Plácido de Castro

O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica. (CUNHA, 2000)

José Plácido de Castro, o Homem e o Mito

Samuel I. Benchimol

O professor, economista e cientista Samuel Isaac Benchimol, considerado um dos maiores especialistas na região amazônica, colheu um extraordinário depoimento, nos idos de 1942, de Sergio Bernardo Pinto, um cearense, de Fortaleza, que migrou para a Amazônia aos 16 anos de idade para se tornar seringueiro.

> Eu estava no Acre desde 1897. Trabalhava no Seringal Bagaço, de Plácido de Castro, quando arrebentou a revolta. Fui logo me alistando, lutei um ano e três meses sob as ordens do chefe. Não tem ninguém que ganhe do brasileiro. O boliviano parecia tatu enterrado nas trincheiras; fora era um fracasso. Para o brasileiro, só mesmo Cristo. Eu tenho a honra de ser veterano do Acre. Lutei com Plácido de Castro. Aquilo é que era um homem. A palavra dele parecia um tiro, parece que ele tinha um ímã dado pela providência para cativar a gente. Infelizmente ele morreu. Nós sofremos muito e não vimos nada. As terras ficaram para os patrões e nós não tivemos nada e morremos. Se ele vivesse, a coisa seria diferente. Arranjei depois algum dinheiro e fui atrás dum resto de sangue que tinha deixado no Ceará. Não encontrei mais ninguém dos meus por lá. Voltei ao Acre novamente, quando peguei esta catarata no olho.

> Baixei para Belém e passei oito anos no asilo, até que consegui que me operassem somente dum olho, pois o médico me disse que só faria a operação do outro quando eu voltasse endinheirado do Acre. Faz 13 anos que eu não vou por lá. Todas as noites eu imagino o meu Acre. Aquilo é uma terra santa. Eu conheço tudo aquilo como a palma da minha mão. Conheci Empreza [Seringal] quando aquilo era um goiabal. Assisti ao episódio de Porto Acre, quando os brasileiros com uma lima serraram a corrente que atravessava o Rio. Eu nunca tive medo do caboclo boliviano. Vou para lutar novamente se houver necessidade. Mesmo que seja só com um olho para levar alimentos para as trincheiras. Nós conquistamos o Acre. O Acre, portanto, deveria ser nosso. Se o nosso Chefe não fosse assassinado, as coisas seriam outras. Eu era mateiro conhecido no Acre como "*Pai do Mato*". Ganhava 600$000 por mês, com boia, casa e munição do patrão. Os mateiros são muito bem tratados, pois são poucos e caros. Volto contente para o Acre. Lá é que é a minha terra, pois a defendi com meu sangue. (GONÇALVES)

O Encontro dos Ícones

Em outubro de 1905, embarcam no vapor "*Rio Branco*", que estava ancorado na "*Boca do Acre*", confluência do Rio Acre com o Purus, dois ícones da nacionalidade brasileira, Plácido de Castro e Euclides da Cunha. Plácido de Castro tinha comandado o vitorioso Movimento Revolucionário Acreano, que resultou na incorporação das terras bolivianas ao Brasil. Euclides chefiara a "*Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus*", cuja missão era mapear o Rio Purus, desde a Foz, no Solimões, até suas cabeceiras, definindo as fronteiras do país com a Bolívia e o Peru. A viagem da Boca do Acre a Manaus durou uma semana e, neste período, aconteceu o encontro histórico.

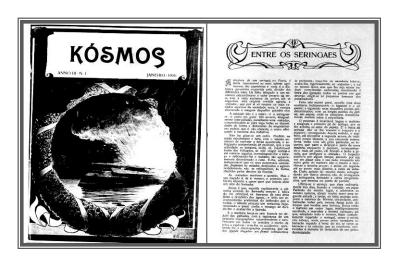



Imagem 59 – Revista Kosmos, janeiro de 1906

Euclides da Cunha solicitou a Plácido de Castro que redigisse um histórico da campanha, desde 1902 que culminou com a conquista do Acre. Plácido escreveu os apontamentos a lápis, e manteve longas conversas com o escritor, inclusive sobre a dinâmica da extração da borracha, seu ciclo produtivo e a vida nos seringais. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Euclides da Cunha publicou na Revista Kosmos (em janeiro de 1906), o artigo "*Entre os Seringais*" sem, contudo, referir-se à conversa que mantivera com Plácido de Castro. Em 27 de março de 1907, Plácido de Castro, Prefeito de Rio Branco, se queixou, indignado, ao Ministro da Justiça, do artigo de Euclides da Cunha.

> Em outubro de 1905, a bordo do vapor Rio Branco, da Companhia Amazônica, teve o Dr. Euclides da Cunha a franqueza de nos confessar a sua alheação dos nossos costumes e pediu-nos algumas informações, ao que nos prontificamos, escrevendo em sua própria carteira de notas uma ligeira monografia sobre a extração da borracha onde procuramos discriminar sem preocupações de forma, a vida do singelo industrial – o extrator da borracha.

Mais tarde vimos as nossas despretensiosas notas publicadas na Kosmos: vinham então revestidas de flores de estilo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pesar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas. Torceu-nos por completo o Dr. Euclides da Cunha as nossas informações, para vir despertar a piedade do público com a vivas cores do quadro em que pretende descrever o proletariado, os indivíduos desfigurados, os cadáveres ambulantes, torpemente explorados pelos proprietários – cruéis esbanjadores do suor dos desgraçados seringueiros. Só o nosso croquis das estradas de seringa escapou ileso. (ARAÚJO LIMA, 1973)

Entre os Seringais – Euclides da Cunha
Revista Kosmos, janeiro de 1906

Abertura de um seringal, no Purus, é tarefa inacessível ao mais solerte agrimensor, tão caprichosa e vária é a diabólica geometria requerida pela divisão dos diferentes lotes. De feito relegado a um "*minimum*" extraordinário o valor próprio da terra, ante a valia exclusiva da árvore, ali se engenhou uma original medida agrária, a "*estrada*", que por si só resume os mais variados aspectos da sociedade nova, à ventura abarracada à margem daqueles grandes Rios. A unidade não é o metro – é a seringueira; e como em geral 100 árvores, desigualmente intervaladas, constituem uma "*estrada*", compreendem-se para logo todas as disparidades de forma e dimensões do singularíssimo padrão que é, não obstante, único afeiçoado à natureza dos trabalhos.

Não há gizar-se um outro. Perdido na mata exuberante e farta, com o intento exclusivo de explorar a hevea apetecida, o seringueiro compreende, de pronto, que a sua atividade se debaterá inútil na inextricável trama das folhagens, se não vingar norteá-la em roteiros seguros, normalizando-lhe o

esforço e ritmando-lhe o trabalho tão aparentemente desordenado e rude. É-lhe, ademais, indispensável que os seus numerosos camaradas, fregueses ou aviados, destinados a agirem isoladamente, não se embaralhem, às tontas, iludidos pelos desvios da floresta. As "*estradas*" resolvem a questão. Mas o seu traçado é, de si mesmo, o primeiro problema imposto a quem quer que intente abrir um sítio de borracha.

Assim é que, erguida rapidamente a primeira vivenda do barracão, sempre à beira do Rio principal, na barranca de uma terra firme a cavaleiro das águas – e feito um reconhecimento preliminar do latifúndio que o rodeia, o sitiante procura um sertanista experimentado a quem confia o encargo de dividir-lhe e avaliar-lhe a fazenda. E o mateiro lança-se sem bússola no dédalo das galhadas, com a segurança de um instinto topográfico surpreendente e raro. Percorre em todos os sentidos o trecho de selva a explorar; nota-lhe os acidentes; apreende-lhe a fisiografia complexa, que vai dos igapós alagados aos firmes sobranceiros às enchentes; traça-lhe os varadores futuros; avalia-lhe, rigorosamente, as "*estradas*"; e vai no mesmo lance, sem que lhe seja mister traduzir complicadas cadernetas, escolhendo à beira dos igarapés todos os pontos em que deverão erigir-se as pequenas barracas dos trabalhadores.

Feito este exame geral, apela para dois auxiliares indispensáveis – o toqueiro e o piqueiro; e erguendo num daqueles pontos predeterminados, com as longas palmas da jarina, um papiri, onde se abriguem transitoriamente, metem mãos à empreitada. O processo é invariável. Segue o mateiro e assinala o primeiro pé de seringa, que se lhe antolha ao sair do papiri. É a boca da estrada. Aí se lhe reúnem o toqueiro e o piqueiro – prosseguindo depois, isolado,

o mateiro, até encontrar a segunda árvore, de ordinário pouco distante, a uns cinquenta metros. Avisa então com um grito particular, ao toqueiro, que parte a alcançá-lo junto da nova madeira, enquanto o piqueiro, acompanhando-o mais de passo, vai tirando a facão a picada, que prefigura a "*estrada*". O toqueiro auxilia-o por algum tempo, abrindo por sua vez um pique para o seu lado, enquanto um outro grito do mateiro não o chame a reconhecer a terceira árvore; e assim em seguida até ao ponto mais distante, a volta da estrada.

Daí, agindo do mesmo modo, retrogradando por outros desvios, vão de seringueira em seringueira, fechando a curva irregularíssima que termina no ponto de partida. Ultima-se o serviço que dura ordinariamente três dias, ficando a "*estrada*" em pique. Partindo do mesmo lugar, e adstritos ao mesmo sistema, abrem noutro rumo uma segunda estrada; e tantas, ao cabo, quantas comporte a natureza da floresta circundante, centralizadas todas pela mesma boca, junto do tepujar que localiza uma barraca. Busca então o mateiro um outro lugar, inteligentemente escolhido, e reproduz a mesma operação, até que, estudado todo o terreno, fique completamente repartido o seringal como o revela este esboço, onde, presas pelos varadores do barracão erguido à beira do Rio, se veem as barracas e as estradas que as envolvem, contorcidas à maneira de tentáculos de um polvo desmesurado. É a imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens.

O cearense aventuroso ali chega numa desapoderada ansiedade de fortuna; e depois de uma breve aprendizagem em que passa de brabo a manso, consoante a gíria dos seringais [o que significa o passar das miragens que o estonteavam para a apatia de um vencido ante a realidade inexorável] –

ergue a cabana de paxiúba à ourela mal destocada de um igarapé pinturesco, ou mais para o centro numa clareira que a mata ameaçadora constringe, e longe do barracão senhoril, onde o seringueiro opulento estadeia o parasitismo farto, pressente que nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso de sua faina fatigante e estéril. A pieuvre assombradora tem, como a sua miniatura pelágica, uma boca insaciável servida de numerosas voltas constritoras; e só o larga quando, extintas todas as ilusões, esfolhadas uma a uma todas as esperanças, queda-se-lhe um dia, inerte, num daqueles tentáculos, o corpo repugnante de um esmaleitado, caindo no absoluto abandono. Considerai a disposição das "*estradas*". É o diagrama da sociedade nos seringais, caracterizando-lhe um dos mais funestos atributos, o da dispersão obrigatória. O homem é um solitário.

Mesmo no Acre, onde a densidade maior das seringueiras permite a abertura de 16 estradas numa légua quadrada, toda esta vastíssima área é folgadamente explorada por 8 pessoas apenas. Daí os desmarcados latifúndios, onde se nota, malgrado a permanência de uma exploração agitada, grandes desolamentos de deserto... Um seringal médio de 300 estradas, corresponde a cerca de vinte léguas quadradas; e toda essa Província anônima comportará, no máximo, o esforço de 150 trabalhadores. Ora, esta circunstância, este afrouxamento das atividades distendidas numa faina dispersiva, a par de outras anomalias, que mais para adiante revelaremos, contribui sobremaneira para o estacionamento da sociedade que ali se agita no afogado das espessuras, esterilmente – sem destino, sem tradições e sem esperanças – num avançar ilusório em que volve monotonamente ao ponto de partida, como as "*estradas*" tristonhas dos seringais. (CUNHA, 1906)

Apontamentos

Somente em 1930, os "*apontamentos*" do herói do Acre foram publicados, na íntegra, como parte do livro "*O Estado Independente do Acre*", de autoria de Genesco de Castro, irmão de Plácido. O livro enfrentou dificuldades na sua distribuição, tendo em vista que os assassinos de Plácido permaneciam no poder.

Euclides Comenta a Morte de Plácido

Em carta ao poeta Vicente de Carvalho:

> A morte de Plácido de Castro abalou-me profundamente. Conheci-o e conversei-o largo tempo, quando viajamos, juntos, no Purus. Era uma alma desassombrada e heroica. Tinha, talvez, muitos defeitos. Mas não se pode negar excepcional valor, a quem de fato dilatou o cenário de nossa história. De qualquer modo, merecia outra sorte.

Centenário do Falecimento

Dois heróis, duas lideranças de personalidades fortes e distintas que se cruzaram, momentaneamente, nos labirintos da história de nossa nacionalidade. Um voltado para a defesa de nossas fronteiras pela força do direito e o outro, sem opção, tendo de lançar mão do direito da força. Ambos singraram as águas do Purus, um ser mítico que não é apenas um Rio, mas um protagonista que, junto com estes homens de valor, gravou belas páginas na história da nossa nação. Ambos vítimas de cruéis e covardes assassinos. Plácido foi lembrado e reverenciado, em 2008, no centenário de sua morte e Euclides, no centenário da sua, neste ano de 2009. Divergências, talvez, mas uma unidade de pensamento no que se referia à amada "*Terra Brasilis*".

Beruri – Anamã

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

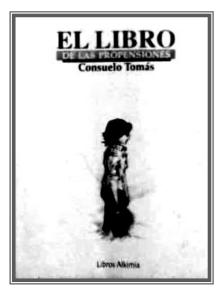



Imagem 60 – Libro de las Propensiones, Consuelo Tomás

Partida para Anamã (18.01.2009)

Ultimei os preparativos para a partida e me recostei para relaxar. Lá pelas vinte horas, um policial militar se apresentou informando que o Coronel Rômulo havia determinado que a PM de Beruri me apoiasse incondicionalmente. Pedi apenas que lá pelas 05h30 eles me ajudassem, com a viatura, a transportar o material do Hotel para o caiaque. Os PM chegaram muito antes do combinado, às 04h30, e acabei partindo antes de clarear o dia, às 05h15. Recordei uma passagem na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O então Cadete Reis apresentou o pelotão de engenharia ao instrutor de Educação Física, Capitão Serpa, sete minutos antes da hora prevista.

O oficial, sem pestanejar, determinou que eu retornasse com o pelotão e o apresentasse na hora marcada. Na oportunidade, suas palavras textuais foram: "*Cadete, a hora não é antes, nem depois, a hora é a hora*". Desde então, tenho pautado meus compromissos seguindo o lema do antigo instrutor. Logicamente não quis causar constrangimentos ao prestativo militar da PM e levantei da cama e alterei minha programação.

Retiramos o poema "*Da Propensão à Pontualidade*" de Consuelo Tomás Fitzgerald, autora do "*Libro de las Propensiones*":

Da Propensão à Pontualidade
(Consuelo Tomás Fitzgerald)

Não é que eu tenha nascido em outra parte.
Muito menos, que me preocupe o tempo
Em sua beleza de abstrata redondez lunática.

É que os minutos me mordem os calcanhares
Formigas enfurecidas urgindo-me a fazer
A não me deter em função dos finais.

É muito certo a pressa é um agulheiro na calma do insone
Uma muralha na planície dos sonhos
Um bebedouro de ilusões que amiúde falham.

Não é que me avassale o medo do atraso
Porém me esvai a magia
Perdi as fórmulas os hieróglifos as poções
A chave dos segredos que guardava
As coisas que o sábio Fritz confiou a meus ossos.

Confesso, cada vez sou menos eu
Por isso é que me apuro
Para não chegar tarde
Ao que realmente fui
Quando tudo acabar.

Navegando à Noite

O Sol só raiou uma hora depois, quando eu deixava para trás a Ilha de Anamã. O alvorecer era silente, opressor, sem encantamento, a sinfonia da avifauna e bugios não aconteceu. Apenas o bater das pás dos remos na água, o salto dos botos tucuxis e sua vigorosa respiração quebravam a monotonia. Minha atenção foi despertada para as alfaces d'água (Pistia stratiotes) do Purus. Elas são enormes, em toda a viagem não as havia visto tão grandes (50 cm de diâmetro). Só parei na Foz, no mesmo acampamento de pescadores onde aportáramos na ida para Beruri. O Rio das contradições, heroico e cruel, deixara marcas profundas na nossa expedição. O Romeu teve de percorrer os mais de 130 km até Manacapuru de motor, tendo em vista a avaria sofrida pelo seu caiaque.

Parada na Ilha

Parei na extremidade de jusante da Ilha do Purus ou Gabriel, afinal agora as duas são uma só, para ajustar o GPS. Calibrei-o e me dirigi à Foz do Anamã. Faltando aproximadamente 500 metros para a Foz, comecei a prestar atenção nas embarcações e simultaneamente uma desapareceu na margem, ao mesmo tempo em que os botos tucuxis surgiram no alinhamento da proa e da Foz. Mais uma vez os golfinhos amigos indicavam o caminho a seguir.

Anamã

A origem do Município está vinculada à história de Anori, Codajás e Manacapuru. Em 1981, o Distrito de Anamã é desmembrado de Anori e, com outros territórios desmembrados de Codajás e Manacapuru, passa a constituir o novo Município de Anamã.

Chegando a Anamã, acionei a PM, que me ajudou a descarregar o caiaque e estacioná-lo em um flutuante próximo. Fui alojado em um Hotel próximo à Prefeitura, tomei um banho e fui almoçar em um quiosque na bela orla do Anamã. A limpeza e o charme das casas de madeira pintadas com cores vivas encantaram-me. Até agora a sujeira, o lixo e os urubus eram uma constante em todas as comunidades e cidades visitadas. Anamã é um modelo para as demais cidades e sua população ordeira e hospitaleira não foge à regra amazônica.

(Jean Théodore Descourtilz)

Anamã – Manacapuru

Há mais pessoas que desistem
do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Anamã

Consegui contato com os familiares e equipe de apoio apenas pela internet. Infelizmente, a forte chuva que se abateu sobre Anamã impediu que tirasse mais fotos das belas casas de madeira e dos quiosques do braço do Anamã. Fui dormir cedo, pois a jornada de 108 km do dia seguinte ia exigir muito esforço. No Rio Guaíba e Lagoa dos Patos, já havia enfrentado o desafio "*Rosa Mística*", de 90 km que exigira 13h30 de pura navegação com algumas paradas de descanso, numa jornada que iniciou às 03h15 e se prolongou até às 21h45. Diferente do Rio e da Lagoa, aqui contava com uma valiosa aliada que era a correnteza do Rio Solimões mas, mesmo assim, não deixava de ser uma longa e demorada travessia.

Partida para Manacapuru (19.01.2009)

Acordei às 04h30 e me preparei para o maior desafio físico do Projeto Rio-Mar. O silêncio das ruas só era quebrado pelo som das vassouras empunhadas pelos garis na sua labuta diária para manter a cidade limpa. Com a colaboração da nossa valorosa PM, preparei o caiaque para a desafiadora jornada. Parti às 05h15, enfrentando uma pequena correnteza contra, na saída do braço do Lago Anamã, mantendo uma média de 6 km/h durante os 30 min que levei para atingir a sua Foz. Nesta época do ano, as águas barrentas do Solimões invadem o braço do Anamã represando suas águas pretas, invadindo-as e tingindo-as.

Solimões sem Paradas

Logo que iniciei meu deslocamento no Solimões, um forte vento de proa prenunciou as dificuldades que eu iria enfrentar. O vento forte durou aproximadamente duas horas, diminuindo minha velocidade e, como o tempo estivesse muito carregado, decidi, por segurança, não aportar nas margens para me alimentar ou hidratar. Sempre que sentia necessidade de hidratação, fazia-o no talvegue, sem perder tempo e energia remando até a margem. A tática deu certo e, apesar de enfrentar, em duas oportunidades, ventos adversos, cheguei a Manacapuru às 14h15 com exatas 9 horas de navegação, praticamente ininterruptas, de remo. Embora tivesse passado todo tempo sentado na mesma posição, não tive dificuldade em me locomover, quando aportei na "*Terra Preta*" do novo Porto de Manacapuru.

Manacapuru

Brunfelsia hopeana

Manacapuru é uma palavra de origem indígena derivada das expressões Manacá e Puru. *Manacá* é uma planta que significa, em tupi, Flor. *Puru*, da mesma origem, quer dizer enfeitado, matizado. Logo, Manacapuru quer dizer "*Flor Matizada*". A Cidade, fundada em 1786, teve como origem uma aldeia dos índios Muras, após sua pacificação. Os Muras eram ferozes, e sua pacificação exigiu muito empenho, por parte de Matias Fernandes, diretor da aldeia de Santo Antônio do Imaripi e do General Pereira Caldas. A pacificação ocorreu em princípios de 1785.

A Cidade está assentada na margem esquerda do Rio Solimões, na confluência com o Rio Manacapuru ([60]), de águas pretas. Manacapuru se destaca como o primeiro Município, no Amazonas, a ter um Sistema Municipal de Unidade de Conservação – a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e os Lagos de Manutenção do Paru e Calado.

Polícia Militar (PM) e Prefeitura Solidárias

No porto, solicitei a um cidadão que acionasse o 190 de seu celular, chamando os amigos da PM. O caiaque e o material foram transportados para o Batalhão da PM, onde tomei um banho e nos deslocamos até a Prefeitura Municipal para conseguir um alojamento. Foi disponibilizado o Hotel Boa Vida. Em seguida, fui levado à presença do Secretário de Turismo e Meio Ambiente que fez uma preleção sobre a Cidade e me colocou à disposição sua secretária Zilmara Moreira de Holanda e a diretora de eventos senhora Mara Regina Marques de Oliveira. Mais tarde, por uma dessas "*Amazônicas coincidências*", descobrimos que a Zilmara era cunhada do Prefeito de Anamã, cuja residência e filhos eu tinha fotografado, quando lá estive, e que a Mara Regina era aparentada do escritor Jones Cunha que me presenteara com seu livro em Jutica. Fiquei sabendo que o Romeu e a Maria Helena já haviam consertado o caiaque, avariado no Rio Purus, e estavam em Iranduba me aguardando, contrariando o que tínhamos programado.

---

[60] Manacá-de-cheiro (Brunfelsia hopeana): é extremamente perfumado e suas flores mudam de cor. Inicialmente elas são azul-arroxeadas e vão, lentamente, com o passar dos dias, clareando até tornarem-se brancas. Durante a floração, que ocorre na primavera e verão, as flores apresentam um colorido de diversos matizes. É um arbusto que pode atingir três metros de altura.

O Romeu alegou que não havia nada de interessante na cidade. Pontos de vista bastante dissonantes os nossos, passei quase quatro dias na cidade e não consegui ver tudo o que eu queria, nem obter todas as informações que desejava da localidade que congrega uma beleza natural imperdível, um povo mais que hospitaleiro e uma cultura riquíssima. Informei, ao Romeu, que seguiria o cronograma planejado tendo em vista o muito a ser visto em Manacapuru. A data prevista para chegar a Manaus era segunda-feira (26) às catorze horas e não antes.

Amigas Maras (19 a 22.01.2009)

"Maras-Vilhas"

Acordei cedo, comprei uns salgados na panificadora Esmeralda para o desjejum, dei um pulo até a "*Lan House*" – a rede era continuava lenta demais para enviar as fotos. Fui até a igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré para umas fotos e, em seguida, pedi apoio da PM para um giro pela Cidade com apoio das minhas amigas "*Maras-Vilhas*". Acompanhado da Zilmara, nos encaminhamos até o gabinete da diretora de eventos, Mara, que conseguiu amavelmente, farto material sobre a Cidade e seu principal evento cultural, as Cirandas. Nos três dias que passeamos pela Cidade e seus principais pontos turísticos, tive a atenção despertada pelo seu principal evento cultural que é o "*Festival das Cirandas*", pela "*Casa da Restauração*", do Complexo Turístico "*Paraíso D'Ângelo*" e o "*Lago Miriti*".

Festival das Cirandas

A Ciranda é uma dança em que os participantes, de mãos dadas, imitam o ondulado suave das ondas do Mar. De origem portuguesa, é dançada em rodas e a música e a letra, originalmente lusitanas, foram totalmente abrasileiradas. A Ciranda chegou ao Brasil-Colônia pelas praias pernambucanas e, no final do século XIX, a Ciranda nordestina foi incorporada às manifestações culturais do Amazonas por Antônio Felício, na Cidade de Tefé. No início da década de 80, o senhor José Silvestre do Nascimento e Souza e a professora Perpétuo Socorro, organizaram a primeira Ciranda no Colégio Nossa Senhora de Nazaré, em Manacapuru. Com o passar dos anos, a pequena manifestação local ganhou notoriedade no cenário folclórico regional e nacional e, em decorrência disso, foi criado, em 1997, o Parque do Ingá, destinado exclusivamente às Cirandas. A criação do anfiteatro, com capacidade para vinte mil pessoas, precipitou a idealização de um festival próprio, dirigido unicamente à apresentação das Cirandas. No mesmo ano da criação do Parque do Ingá, foi realizado o "*I Festival de Cirandas de Manacapuru*", contando com as Cirandas Flor Matizada, Tradicional e Guerreiros Mura, quando então foi estabelecida uma data fixa para a realização do mesmo, o último final de semana do mês de agosto, sendo destinada uma noite para a apresentação de cada Ciranda.

Ciranda Flor Matizada

A 1ª Ciranda a tocar o solo de Manacapuru teve origem na Ciranda patrocinada pela Escola Nossa Sr.ª de Nazaré no início da década de 80. Em 1997, quando do lançamento do I Festival de Cirandas de Manacapuru, as Cirandas deixaram o âmbito das escolas e se organizaram em Associações Folclóricas sem fins lucrativos. Nasce, então, a Ciranda Flor Matizada.

Ciranda Tradicional

Em 1985, a Ciranda Tradicional foi criada pelos professores da Escola José Seffair e moradores do Bairro de Terra Preta, sede da escola. Seu objetivo era difundir a dança de roda na Comunidade, proporcionando entretenimento à juventude. Em 1996, a Ciranda desvincula-se da Escola José Seffair e passa a fazer parte da Associação Folclórica Unidos do Bairro, AFUB. Foi fundada com a denominação de Ciranda Tradicional Vermelho, Dourado e Branco, homenagem prestada pelos fundadores da Ciranda à Comunidade da Terra Preta. O nome está relacionado aos festejos centenários de S. Antônio realizados no mês de junho.

Ciranda Guerreiros Mura da Liberdade

No ano de 1993, reuniu-se no bairro da Liberdade, um grupo oriundo da Ciranda da Escola Estadual José Seffair, com o intuito de fundar um novo grupo folclórico. Nascia assim o Grupo Recreativo e Folclórico Guerreiros da Ilha. Como Manacapuru não é uma Ilha, o Grupo foi rebatizado para Grupo Recreativo e Folclórico "*Guerreiros Mura da Liberdade*" que pretende ser uma instituição de informação, formação educacional e profissional em parceria com os segmentos mantenedores de projetos socioculturais.

Casa da Restauração

A curiosa denominação prende-se ao fato de que seus proprietários, de origem lusitana, desejavam prestar uma homenagem à restauração da nação portuguesa que ficara sob jugo espanhol durante 60 anos. A Restauração foi, sem dúvida, a mais importante casa de comércio da região e não se tratava apenas de uma loja, mas de uma casa de aviamentos fornecendo mercadorias para os caboclos em troca de produtos naturais que eram a base da economia naquela época. O prédio, hoje, totalmente recuperado é uma parada obrigatória para aqueles que desejam conhecer um pouco da história da Cidade.

Paraíso D'Ângelo

Dentre as várias opções de ecoturismo, ou locais agradáveis que visitamos, um, dentre todos, se destaca que é o "*Complexo Turístico Paraíso D´Ângelo*", às margens do belo Lago do Miriti, com uma infraestrutura que inclui hotel, restaurante, cabanas, tobo-água, dentre outras. O ponto alto do Complexo e que mais chama a atenção é a serenidade de cada um de seus integrantes a começar pelo amigo Ângelo. Conversar com o senhor Ângelo João Saraiva, que se caracteriza como um "*italiano-cearense-amazonense*" (ITACEAM) é um privilégio. Por isso fizemos questão de fazer a entrevista para a televisão local nas suas instalações e partir para Iranduba também de seu paraíso. No dia da filmagem, enquanto aguardávamos os repórteres, levei o filho da amiga Mara Regina para passear de caiaque pelo Lago Miriti.

Os entalhes do hotel "*ITACEAM*", o bom gosto da decoração do restaurante são realmente encantadores e em cada um destes lugares a marca D'Ângelo está presente. Ao lado do tobo-água existe um enorme jatobá onde o amigo pretende construir uma plataforma com mesinhas para que se possa degustar as iguarias locais de uma vista privilegiada. A principal preocupação dele, porém, é com os japiins e japus que construíram diversos ninhos na majestosa árvore.

Japiim (Cacicus cela)

Conhecido também como xexéu, japim, japuíra, joão-conguinho e japiim-xexéu. É comum em bordas de florestas (sobretudo de várzea), campos com árvores, cerrados e florestas de galeria. Faz ninho de folhas de palmeiras, com a forma de uma bolsa pendurada, relativamente curta e larga quando comparada ao dos japus. Os ninhos ficam agrupados em colônias nos galhos em que haja a presença de formigueiros e de alguns vespeiros.

Às vezes, os ninhos podem estar na mesma árvore que os de japus. Imita o canto de outras aves, hábito que o torna bastante apreciado. Segundo a lenda, o japiim arremedava o canto de todas as aves até que os pássaros, cansados de suas imitações, pediram aos deuses que o castigassem. Como castigo, ele foi condenado a esquecer o próprio canto. O único pássaro que o Japiim não imita é o Tamuru-Pará ou Tanguru-Pará.

O Tanguru-Pará matou o avô do Japiim com uma bicada fatal no coração, e por isso tem o bico vermelho, manchado com o sangue do antepassado do irreverente imitador. Com receio de que o mesmo lhe suceda, o pássaro não imita o Tanguru-Pará.

Na realidade o Tanguru-Pará é considerado o sentinela das matas e assovia quando algum perigo ronda os animais da mata, por isso não pode nem deve ser imitado. Na Amazônia se acredita que, quando os japiins abandonam uma árvore onde construíram seus ninhos, morre alguém que mora nas vizinhanças.

Japu (Psarocolius bifasciatus)

Seus habitats vão desde florestas úmidas a florestas secas, clareiras e áreas agrícolas com árvores altas espalhadas. Vive na copa ou em suas proximidades, solitário ou em grupos pequenos, frequentemente misturado a bandos maiores de japiins ou outros japus. Reza a lenda que Uakina tinha um filho chamado Japu. Constatando que os animais tinham recebido dons especiais de coragem, força, rapidez, sagacidade, julgou-se injustiçado. Convencido de que deveria ser superior aos demais seres, chamou o filho encarregando-o de subir ao céu e trazer o fogo para a terra para garantir a sua superioridade perante os demais animais. Japu subiu ao céu e vinha trazendo o fogo, como determinara o pai, acendeu a tocha e retornou imediatamente. Tupã resolveu castigar aquela afronta. No momento em que o jovem índio se aproximava da Terra, foi transformado em pássaro. Japu, esgotado, conseguiu chegar de volta, carregando a tocha no bico. Como castigo por ter mandado seu filho cometer a transgressão, Uakina foi condenado a viver para sempre atrás das árvores, repetindo os sons emitidos na floresta.

É o eco, que ainda hoje se ouve, em todos os rincões da selva. Japu foi transformado em pássaro sem canto próprio e teve a ponta de seu bico pintada de vermelho, cor do fogo que ousou roubar do céu. Por isso é conhecido pela tradição, e que conserva até hoje: Japu-do-bico-encarnado.

Poluição

A cidade que se diz voltada para o meio-ambiente tem uma grande mácula no seu centro que é a Serraria Porto das Madeiras na frente do Hotel Boa Vida onde fiquei hospedado. A poluição física e sonora não combina em nada com a bela cidade de Manacapuru.

Agradecimentos

A receptividade, por parte dos amigos de Manacapuru, foi fantástica. Guardarei com carinho cada momento passado ao lado deles e, quem sabe, retorne num último fim de semana de agosto para o Festival de Cirandas. Meu muito obrigado ao Secretário e às amigas Mara e Zilmara, da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente do Município, à Polícia Militar, em especial aos Policiais Matos e Farissa, meus anjos da guarda, ao senhor D'Ângelo, seu filho e demais funcionários do Paraíso D'Ângelo, aos proprietários do Hotel Boa Vida e seus colaboradores e a todos aqueles com quem, de uma forma ou outra, tive a oportunidade de travar contato em Manacapuru.

Manacapuru – Iranduba

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

"Inconstância Tumultuária"

Gostaria de voltar a tratar da dinâmica do Rio-Mar, fazendo menção a alguns tópicos do livro "*Manacapuru e sua História",* do senhor "*Josué Ferreira Ruiz*" dono do Hotel "*Boa Vida*" onde fiquei hospedado em Manacapuru e tive o privilégio de conhecer.

> **Ilha de Manacapuru** – ficava em frente à Cidade e desapareceu, totalmente, na década de 60. Vinte anos depois, o Rio iniciou sua reconstrução com uma grande praia e hoje é conhecida pelo nome de Ilha de Santo Antônio.
>
> **Ilha de Pirapitinga** – situava-se na Foz do Rio do mesmo nome e, com o tempo, foi levada pela força das águas.
>
> **Ilha da Conceição** – localizava-se próxima à Colônia Bela Vista e em dois anos foi removida pelo Rio-Mar.
>
> **Ilha do Barroso** – era uma grande Ilha de mais ou menos 5 por 6 quilômetros e, na década de 50, por ocasião das vazantes, a distância entre a Ilha e a costa de Bela Vista era tal que permitia que as lavadeiras de ambas as margens conversassem entre si enquanto lavavam as roupas. (Josué Ferreira Ruiz)

Pequeno Histórico da Juta

Transcrevemos alguns parágrafos do capítulo 7 do livro "*Jutica, o brilho da terra*", do meu caro amigo Jones Cunha onde ele faz um relato histórico da chegada da juta à região amazônica.

Antes do crash da Bolsa de New York de 1929, o governo do Presidente Washington Luiz assina acordo bilateral com o governo do Japão. Por ele, o Brasil doava àquele país 1.000.000 de hectares de terras no Amazonas, destinados à agricultura, o local hoje conhecido como Vila Amazônia, próxima à sede do Município de Parintins. Os nipônicos criaram em seu território a Escola Superior de Estudos Amazônicos, com o intuito de treinar famílias inteiras para desbravar as terras selvagens a eles doadas. O Imperador japonês, seguindo os termos do acordo, contrata burocratas brasileiros para ministrar ensino amazônico na escola recém-criada, um centro de excelência voltado para o aprimoramento da mão-de-obra, para cá enviada. Ocorria, como hoje também, que os técnicos brasileiros contratados conheciam muito pouco sobre a enormidade amazônica, assim os ensinamentos transmitidos foram quase inúteis, até porque os aprendizes tinham baixo nível de escolaridade. Em 1930, chegaram os nipônicos marcados pela denominação de Kontakuseis que traziam na bagagem, além da esperança de dias melhores, sementes de juta importadas da Índia. Com ela iniciaram o duro trabalho e ainda impulsionados pela onda de valorização da borracha, plantaram e exploraram seringa.

[...] Os Kontakuseis evoluem como juticultores. Um deles, Isukasa Uetsuka, funda a Companhia Industrial Amazonense, uma tecelagem voltada para industrializar a juta produzida na região; outro membro da comunidade deles, Riota Oyama, desenvolve uma variedade muitas vezes mais produtiva do que a plantada na Índia, isso no pleno início da 2° GM, colhendo as primeiras nove toneladas produzidas. O Estado chegou a ter 60.000 hectares dela plantados.

> Da entrada do Brasil nas Forças Aliadas contra os alemães, o governo de Getúlio Vargas considera como inimigos de guerra, [...] de imediato decreta, a desapropriação das terras da Vila Amazônia como legado de guerra, o patrimônio construído pelos nipônicos fora confiscado e levado a leilão, sendo arrematado pelo grupo empresarial de J. G. Araújo por um preço simbólico, decretando assim, o fim do maior centro de produção de juta do país. [...]
>
> A juta, originária da Índia, produtora de fibra têxtil, vivenciou um raro apogeu na grandiosidade das várzeas amazônicas, quando o Governo Federal, mediante medida provisória, determinou que os cafeicultores do Brasil somente exportassem seus produtos embalados em sacos confeccionados em juta, destinando recursos subsidiados aos produtores da fibra, totalmente concentrados na efervescente região. (CUNHA, 2008)

Ciclo da Juta e Malva

Na nossa estada em Manacapuru, tive a oportunidade de visitar as instalações da "*Companhia Têxtil Castanhal*" que classifica e enfarda a juta recebida dos produtores para encaminhar, posteriormente, para industrialização. A gerente, senhora Patrícia, relatou alguns fatos interessantes que vou procurar reproduzir

A Juta e a Malva são plantadas nas várzeas na época das vazantes e colhidas na época das cheias. A juta pode ser colhida após três meses de plantio e a malva depois de quatro meses o que permite duas safras ao ano. Embora durante aproximadamente dez anos o ciclo da Juta e da Malva tenha coexistido com o da Borracha, foi com a queda do comércio da borracha, em 1957, que este ciclo ganhou força se tornando a principal economia da região de Manacapuru.

Desde 1988, porém, que, sem políticas governamentais a nível federal e estadual adequadas, sua comercialização entrou em franco declínio. No ano de 2008, a produção da fibra ficou em torno das 14 mil toneladas. Um setor que já chegou a produzir quase 100 mil toneladas no início da década de 80. A semente, antes entregue pela Companhia aos produtores cadastrados e que era paga pelo produtor com parte de sua produção, passou a ser feita pelo governo. A "*bolsa semente*", como as demais bolsas governamentais, se presta à corrupção graças à falta de controle, permitindo que as sementes sejam vendidas por funcionários corruptos a atravessadores que repassam o produto aos ribeirinhos por preços aviltantes. Achamos que a criação de cooperativas com maquinário adequado para a retirada da fibra seria uma medida mais adequada que a "*bolsa esmola semente*", permitindo não só um aumento significativo na produção, mas também na qualidade do produto. No nível federal, deveria ser sancionada uma lei que determinasse o emprego obrigatório de sacos de fibra vegetal na embalagem de determinadas produtos e sementes, assim como existiu para o café exportado, que estaria muito mais de acordo com o desenvolvimento sustentável, diferentemente dos produtos que se encontram no mercado atual.

Juta (Corchorus capsularis)

Planta herbácea cultivada para a obtenção de fibras têxteis com as quais se fabrica o tecido do mesmo nome. Deve ser cortada logo que a flor murcha. As partes cortadas são amolecidas em água estagnada e, ao fim de um período de 12 a 25 dias, facilitando a retirada da casca das hastes sem que se rompam as fibras. São, então, novamente submetidas à imersão para lavagem e, em seguida, postas a secar.

Em 1929, os colonos japoneses tentaram introduzir a juta na Amazônia mas, apenas cinco anos mais tarde, o senhor Ryoto Oyama conseguiu produzir uma variedade de juta adaptada às condições amazônicas.

Malva (Urena lobata)

Pertence à família das Malváceas, nativa da Amazônia, adaptando-se muito bem às terras firmes e várzeas altas dos estados do Pará e Amazonas. Seu cultivo desenvolveu-se naturalmente em solo paraense a partir dos anos 30, sendo introduzida nas várzeas altas do baixo Amazonas a partir de 1971. Hoje representa quase 90% da produção de fibras vegetais da região.

Partida para Iranduba (23.01.2009)

Liguei para o 190 e os amigos Policiais prontamente se apresentaram e me levaram até o "*Paraíso D'Ângelo*" onde estava o caiaque. Passei bom tempo conversando com o mestre D'Ângelo e retardei a saída para não perder a oportunidade de ouvir nosso dileto e sábio amigo. Vou sentir saudade do "*homem de branco*" de Manacapuru que passeia pela sua propriedade com a serenidade de um "*Anjo no Paraíso*".

Parti bem depois das oito horas, sem pressa, já que o deslocamento era bastante curto. O Lago Miriti com suas águas tranquilas e limpas me encantou e dele rumei para Iranduba. Depois de menos de quatro horas de navegação, sem paradas, enfrentando mau tempo durante boa parte do percurso, cheguei ao flutuante do senhor Zé Cipó onde se encontrava o caiaque do Romeu. O Romeu estava me aguardando já há algum tempo, porque normalmente saio muito cedo, mas a companhia do mestre D'Ângelo me fez alterar a rotina.

Iranduba (23 a 25.01.2009)

As origens do Município se prendem a Manaus. A capital do Estado conheceu época de grande prosperidade na última década do século XIX com o auge da era da borracha. Com a queda do preço da borracha, Manaus experimentou um período de estagnação e declínio. Com a implantação da Zona Franca e do Distrito Industrial, reativou-se a economia do Município, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais, e entre eles Iranduba, que, sobretudo a partir de 1976, recebeu consideráveis melhoramentos urbanos até 1981 quando passa a constituir Município autônomo. Os Policiais já estavam alertados sobre todo o apoio a ser prestado e nos levaram à "*Pousada Santa Rita*" administrada pela senhora Terezinha da Silva Cunha Crisóstomo.

A limpeza das instalações e a cortesia de seus proprietários nos impressionaram muito favoravelmente e o fato de encontrar outra grande "*coincidência*" na viagem me convenceu que o Grande Arquiteto vem trabalhando do meu lado apontando o rumo a ser seguido. Mais uma "*Sincronicidade Amazônica*" – a dona Terezinha é viúva do senhor José Silvestre do Nascimento e Souza, um dos maiores nomes da "*Ciranda*" do Estado do Amazonas, cujo nome já tinha sido mencionado em Manacapuru onde organizou a primeira Ciranda no Colégio Nossa Senhora de Nazaré.

Solicitei ao Secretário do Turismo e Meio Ambiente que nos indicasse elementos da Prefeitura para nos mostrar a cidade e principalmente o sítio das "*Terras Pretas Indígenas*". A PM nos levou, depois do banho, até o "*Restaurante Sertanejo do Paraíba*" onde já nos esperava o pessoal de Comunicação do Município.

O Sr. José Raimundo, mais conhecido como "*J. Rai*", nos fez um interessante relato sobre a história da Cidade e, depois do almoço, acompanhados do senhor Levenílson Mendonça da Silva, o "*Lei*", fomos até o sítio Hatahara onde estão fazendo as escavações arqueológicas.

O "*Restaurante Sertanejo do Paraíba*" colocado, pela prefeitura, à nossa disposição, fica afastado da cidade e pedimos, por diversas vezes, apoio da PM local para chegar até ele. Infelizmente, mais uma vez, a velocidade da internet não permitiu que fizéssemos o upload das imagens que fizemos desde Anori. Entrevistamos o senhor José Raimundo, o "*J. Rai*", que gravou um relato sobre a cidade e o senhor Levenílson sobre as "*terras pretas indígenas*" de Iranduba.

Entrevista com o Sr. José Raimundo da C. Lima

O amigo J. Rai foi nosso elemento de ligação em Iranduba, reconhecido como um dos maiores peritos da recente história da Cidade. Tivemos a oportunidade de privar por várias vezes da sua companhia e absorver um pouco de seu conhecimento.

> Eu sou José Raimundo da Costa Lima, mais conhecido como J. Rai, radialista e assessor de comunicação da Prefeitura de Iranduba. A história de Iranduba está intimamente ligada ao setor primário, ao setor da agricultura. Em 1976, por determinação do então Prefeito de Manaus, o Cel Jorge Teixeira de Oliveira, o Teixeirão, foi criada a Cidade de Hortigranjeiros de Iranduba, na terra firme.

Iranduba já existia lá embaixo, na várzea, local alagadiço na área do Rio Solimões que periodicamente fica tomado pelas águas, obrigando os moradores a se mudarem para outro local de terra firme ou elevarem o assoalho de suas casas. Esse sofrimento todo ao longo dos anos foi visto pelo Teixeirão que tomou a decisão de criar a cidade de Iranduba, trazendo as pessoas da várzea para a terra firme e aproveitando a vocação da maioria dos moradores, que era produção agrícola.

A partir daí, foi concebido o Projeto da Cidade Hortigranjeira de Iranduba, um projeto totalmente assistido pela prefeitura de Manaus, Município ao qual pertencia o Distrito de Iranduba. Havia técnicos, agrônomos, diversos elementos da área técnica da agricultura para que pudesse ser dada toda a assistência aos produtores. Instalou-se, aqui, um grande centro produtivo que abastecia Manaus, característica que a cidade mantém até hoje.

Naquela época, começou um grande movimento de produção de hortifrutigranjeiros de espécies variadas, com o melhor padrão de qualidade. Havia grande geração de empregos e renda para as famílias, o agricultor se preocupava unicamente em produzir porque havia toda uma estrutura de comercialização em Manaus. A missão do produtor era produzir, receber o seu dinheiro e a equipe cuidava da comercialização.

A cidade que nasceu em 1976, se desenvolveu alicerçada na sua vocação hortigranjeira que deslanchou em 1977, com a construção das primeiras casas. Inicialmente foram 80 casas, 80 famílias que vieram da várzea para a terra firme, se instalaram, construíram seus tapiris, que são pequenas casinhas cobertas de palha, mas depois ocuparam as casas padrão, do tipo daquelas que o senhor pode ver, casas de madeira cobertas de alumínio, construídas em regime de mutirão. Todo mundo se juntava e ajudava a construir as casas uns dos outros com o material fornecido pela Prefeitura Municipal que estava à frente desse movimento da criação, da instalação da cidade.

Como já havia uma Iranduba lá na várzea, a nova cidade implantada na terra firme recebeu o nome de Nova Iranduba. Uma Iranbuba diferente daquela que era alagadiça, daquela que tinha todo aquele sofrimento das famílias que ficavam esperando a providência, esperando que viesse o rancho do governo, que viesse alguma coisa que pudesse auxiliá-las e dali elas tinham só o peixe, isso sempre teve com fartura aqui. As pessoas tinham o peixe lá para pescar, mas faltavam outros itens, então elas ficavam esperando que viesse um ranchinho do governo daqui, um remédio dali. Isso acontecia, mas não era um projeto consistente que pudesse dar um auxílio maior, que pudesse dar uma segurança maior para aquelas famílias.

Foi uma decisão que o Cel Jorge Teixeira tomou depois de realizar um sobrevoo pelas áreas alagadiças de Manaus no ano de 1976. Esse ano foi de uma alagação muito intensa, e ele fazendo um sobrevoo, com os vereadores da Câmara Municipal de Manaus, nas áreas periféricas do Município e do, então, Distrito de Iranduba, verificou que muitas pessoas, na margem do Solimões, precisavam de ajuda.

Em contrapartida, havia uma área enorme de terra firme, de mata intacta, mata preservada, mas que podia dar origem a uma cidade. O visionário Cel Teixeira decidiu desenvolver a região criando melhores condições de vida para as pessoas instalando a Nova Iranduba. Ele mandou para cá o Sargento João Dantas Quirino, da equipe do Coronel Teixeira. O Quirino, mais tarde, foi com ele para Rondônia, na época território, e depois passou a ser Estado, sendo o Coronel Teixeira o seu primeiro Governador. O Quirino participou da construção da Madeira-Mamoré, mas aqui em Iranduba a primeira grande missão dele foi instalando a cidade e coordenando os três primeiros anos de história de Iranduba. Surgiu uma grande migração com pessoas oriundas de Manaus, de outras cidades, de outras localidades e a cidade foi crescendo. Nasceu em 1976, sob a influência religiosa com o festejo de São João Batista. Foi exatamente no dia 24 de junho de 1976 que se comemorou, pela primeira vez na terra firme, a Nova Iranduba, no platô, como eles chamavam.

A comemoração de São João era uma prática nascida na várzea e se decidiu naquela ocasião que, a partir de então, se comemorasse o nascimento da cidade. E partir disso, começou a se comemorar o 24 de junho como o dia do padroeiro e do nascimento da cidade. As primeiras casas, de acordo com o relato do sargento Quirino, começaram a ser construídas mais ou menos de abril para maio de 1976. No dia 24 de junho, com várias unidades construídas, e com várias famílias instaladas, elas se reuniram onde havia o centro administrativo, e a casa de farinha comunitária, para festejar o padroeiro. A comunidade católica comemorava, então, o padroeiro e o nascimento da cidade. É claro que existiam evangélicos, o Pastor, Batista Isaac, que foi um dos primeiros pastores da Igreja, era padeiro e instalou a primeira padaria da cidade.

Um registro histórico interessante que vem muito antes da elevação de Iranduba a categoria de Município. No dia 10.12.1981, a Emenda Constitucional n° 12 do Governador José Bernardino Lindoso criou 15 novos Municípios, dentre os quais Iranduba.

Entrevista com o Sr. Levenílson M. da Silva

Meu nome é Levenílson, trabalho no Projeto Amazônia Central, que se transformou em um grande projeto em Iranduba, mudando de nome para Centro Arqueológico da Bacia Amazônica [CABA]. Esse projeto teve início em 2009, quando foi definida, como foco da pesquisa, a região de Iranduba. Dentro desse projeto foi criado o Projeto de Educação Patrimonial que está sendo desenvolvido continuamente. À criação do CABA, dentro do Município, será incorporada a Universidade do Estado do Amazonas [UEA] que vai abrir um núcleo de educação onde serão oferecidos diversos cursos, uma conquista muito grande. Um anseio da comunidade e nosso.

Todo o material arqueológico achado está sendo trabalhado no laboratório de Arqueologia em Manaus, um anexo do Museu de Arqueologia e Geologia da Universidade do Estado de São Paulo. Anteriormente o material era encaminhado a São Paulo, acarretando um grande transtorno, pois as peças são muito frágeis e sofriam degradações durante o transporte. Hoje, com o laboratório em Manaus, essa situação melhorou bastante.

Jornal do Comércio n° 21.873 – Manaus, AM
Sábado, 07.06.1975

Colônia Agrícola Para Iranduba, Pede Rocha

Afirmando ser a colonização um instrumento de vital importância para o abastecimento da capital amazonense, o Vereador Davi Rocha, do MDB, apresentou ontem indicação ao Prefeito Jorge Teixeira de Oliveira, para que estude as possibilidades de transformar o Distrito de Iranduba, próximo a Manaus, numa Colônia Agrícola Municipal.

JUSTIFICATIVA

Justificando a indicação, o camarista oposicionista argumentou que "*a capital amazonense ainda é muito carente de produtos regionais e essa Colônia servirá para suprir em parte essa deficiência*".

Salientou ainda o edil ([61]), que foi pelo processo de colonização, que os povos helênicos se irradiaram para a Ásia Menor, os romanos para o Norte da África, pela Europa e assim por diante.

"*A implantação de uma Colônia Agrícola Municipal no Distrito de Iranduba*" – disse o Vereador – "*dará ênfase na tecnologia, na ampliação do mercado de trabalho além de beneficiar outros setores*". Segundo Davi Rocha, o funcionamento de uma Colônia Municipal em Iranduba, representaria também uma grande contribuição da Prefeitura Municipal de Manaus para a fixação do homem no interior do Estado.

---

[61] Edil: na Roma antiga, era o funcionário ou magistrado cuja função era observar e garantir o bom estado e funcionamento de edifícios, obras e serviços públicos de interesse público.

A NOSSA COLABORAÇÃO

Após ter justificado no plenário da Câmara Municipal de Manaus a sua indicação, disse o Vereador da oposição Davi Rocha – "*essa é nossa colaboração para ajudar o desenvolvimento da região, dentro de um problema positivamente existente*".

O edil frisou, ainda que poderia ser instalada em Iranduba, uma moderna fábrica de farinha, considerando que o Estado do Amazonas e particularmente a sua capital estão importando grande quantidade do produto do Estado do Pará, "*quando temos possibilidades de exportar para outras regiões em lugar de importar, provocando também uma baixa de preço na farinha, se a fabricação for feita em larga escala*". [...] (JORNAL DO COMÉRCIO N° 21.873)

Jornal do Comércio n° 22.242 – Manaus, AM
Sexta-feira, 20.08.1976

Prefeito Entusiasmado Quer Cidade-Modelo no Iranduba

O Prefeito Jorge Teixeira de Oliveira tirou a manhã de ontem paro fazer uma visita a um projeto que considera bem importante podendo servir inclusive de "*modelo para o futuro*". Acompanhado de sua mulher, principais assessores, Secretários de Obras, Saúde e Administração, Teixeira mostrou à imprensa a Vila do Iranduba.

A comitiva foi deslocada de Manaus por rodovia, pois, além da visita, havia outra missão, de assistência médica e identificação, e foi recebido de maneira simples e cordial pelo população.

O QUE É O PROJETO

Anteriormente o Prefeito Jorge Teixeira já havia falado a respeito do projeto, que é a localização na Vila do Iranduba dos ribeirinhos do Solimões e os agricultores que fugiram da enchente e estão em Manaus. Depois do vários estudos o Prefeito partiu para a execução e mostrando o planta, explicou aos jornalistas:

> Tudo foi planejado. O projeto foi feito pelo INCRA, como vocês estão vendo. A Vila do Iranduba é um modelo para se locar os ribeirinhos na terra firme, dentro do melhor que se pode oferecer, como educação, saúde e lazer. A Vila poderá servir de modelo para o futuro, para atender às áreas atingidas pelas alagações.

O projeto possui área de 235 milhões de metros quadrados, dividida em 34 quadras com amplas ruas. Já há 449 lotes de 20 x 60 metros prontos e sendo entregues aos futuros moradores. Oitenta e duas famílias já estão em seus lotes. Foi projetado um modelo de casa para vila uniforme. As famílias atualmente residentes fizeram-nos de palha, mas elas serão de madeiro, coberta de alumínio.

ADMINISTRADOR

Quem for à Vila do Iranduba por certo não acreditará no projeto, mas ele está sendo executado em ritmo acelerado. As máquinas e homens continuam trabalhando, sob a administração de João Dantas Cirino, a quem o Prefeito chamo de "*Sargento*". Atualmente há multa poeira não só na área como na estrada do acesso à rodovia Manuel Urbano. "*Sargento*" segue os determinações dos engenheiros. Afora os trabalhos que estão sendo feitos pela Prefeitura de Manaus, a firma COMAP também realiza o seu.

Quem já havia visitado anteriormente o local, ficou espantado quando viu a estrada, totalmente terraplenada, facilitando o acesso em 15 minutos. Alguns companheiros de Imprensa são testemunhas do progresso, afirmando que:

> da última vez que viemos aqui, o jipe pulava mais que pipoca; hoje está tranquilo, só mesmo a poeira está ruim.

SUDAM E LBA

O Prefeito Jorge Teixeira visitou várias áreas onde será construído escola, posto médico e até o estádio. No projeto existe até a área destinada à construção de um aeroporto.

Vendo as condições dos caboclos e como poderia ser concluído o projeto, perguntamos a maneira encontrada ao titular da comuna manauara.

> É o seguinte. Por ocasião da enchente a SUDAM forneceu auxílio aos ribeirinhos, bem como a LBA. A Prefeitura não quis dinheiro e sim material. Não foram usadas as espécies e agora estão sendo distribuídos equitativamente entre os futuros moradores da Vila. Veja que temos madeiras, pregos e alumínio para construirmos as casas modelo.

Depois de atender a várias pessoas. Teixeira prosseguiu:

> Com a criação da Vila do Iranduba esperamos sanar um dos problemas da enchente. Ternos que incutir nessa gente que não se pode brigar com o Rio. Se não forem locados no terra firme, teremos na época da enchente o mesmo problema.
>
> Este é um projeto pioneiro e da maneira que segue, dentro de curto prazo essa gente poderá ir a Manaus em apenas 45 minutos.

UM SONHO: ASFALTAR

Desde quando era comandante do antigo CIGS ([62]), Teixeira já conhecia a área. Ele está tão entusiasmado, que só sossegará quando ver o seu projeto realizado:

> Vou tentar conseguir uma verba para asfaltar esta estrada. Isto aqui é genial, reparem a ventilação. Tem mais, vou colocar também, gratuitamente, um transporte misto para atendimento da população, que assim poderá levar para a CEASA os produtos que plantaram e colheram. Se tudo correr como espero, acho mesmo que será possível colocar até mesmo um ônibus.

No retomo, ele se inteirava do horário em que as balsas, do DER-AM, trafegam na travessia do Rio Negro diariamente, para o Cacau Pirêra.

APROVEITAM A VÁRZEA

A várzea não deixou de ser aproveitada na região do Rio Solimões, que segundo o Prefeito é calculada em 18 km. As famílias residentes na Vila do Iranduba estão com suas plantações de juta e produtos hortigranjeiros normais na várzea. Isso demonstra que os nossos caboclos estão se conscientizando que não se pode brigar contra a enchente. Eles podem muito bem trabalhar na várzea e residir com segurança na terra firme, onde também podem ter suas plantações, pois a terra é boa para a agricultura.

REUNIU ESCOLAS

Outra medida adotada pelo Prefeito Jorge Teixeira foi a respeito das escolas. Elas estão espalhadas pela margem do Solimões. Para facilitar aos escolares, inclusive dando maior segurança elas foram

[62] Centro de Instrução de Guerra na Selva.

centralizadas e apenas uma funcionará em melhores condições na Vila do Iranduba.

ÁGUA E LUZ

Água e luz foram duas preocupações tomadas pelo Prefeito para a Vila. Tudo isso consta do projeto, inclusive um motor de luz estava funcionando [ontem, apresentava defeito mecânico]. A respeito da água, existem cinco fontes e uma bomba puxará para a caixa já pronta.

ATENDIMENTO

Quanto ao atendimento médico-odontológico, chegou a quase 200. Os médicos e dentistas da prefeitura trabalharam bastante e para se ter uma ideia, a equipe de dentistas foi obrigada a permanecer na Vila para concluir o atendimento. Na parte de administração, as assistentes sociais – inclusive uma da LBA – também trabalharam na missão de identificação dos moradores para que eles pudessem requerer as seus lotes. Os remédios levados foram distribuídos e aqueles que necessitavam de exames foram encaminhados para o Hospital Getúlio Vargas. Inúmeras extrações de dentes foram feitas desde o início do atendimento, numa prova de que é necessário que seja feito constantemente visitas dessa natureza não só da prefeitura como da própria SESAD. (JORNAL DO COMÉRCIO N° 22.242)

Jornal do Comércio n° 22.657 – Manaus, AM
Quinta-feira, 23.02.1978

Iranduba Nasce do Idealismo Abrindo Caminho a Nova e a Nova Cidade
(José Cidade de Oliveira)

Um sonho à caminho da realidade. Um plano tornado exequível pela visão do futuro e pela persistência. Um projeto visando sobretudo o homem, que vem sendo executado com muita garra e escassos recursos financeiros para a sua dimensão e finalidade. Um trabalho pioneiro que vem transformando a fisionomia das matas virgens que ocupam a promissora área de terras na costa do Solimões com acesso pela rodovia "*Manuel Urbano*" – a Manaus-Manacapuru, que se inicia à margem do Rio Negro, no Cacau Pirêra. A ocupação racional, efetiva e produtora do solo com a fixação do homem à terra firme, numa experiência válida e cheia de audácia para mudar do extrativismo predatório para o amanho da terra ([63]) disciplinado e definitivo. Essas as premissas sobre as quais o Prefeito Jorge Teixeira está erigindo a cidade do Iranduba como centro produtor de hortigranjeiros para assegurar o abastecimento de Manaus nessa área de alimentos indispensáveis à população. Senti-mo-las como amazonenses e como brasileiros e vive-mo-las como realidade palpável ao visitar a nova urbe que nasce essencialmente agrícola, à convite do seu criador e estimulador. Mais do que a cidade entusiasma a esperança ao verificarmos a ocupação útil e produtiva das terras que margeiam os 11 km da rodovia do Iranduba, a partir do eixo da "*Manuel Urbano*", que em breve estará toda asfaltada.

O QUE FOI E O QUE JÁ É

Iranduba desbravada existe há apenas pouco mais do dois anos, quase mil dias de trabalho frutificado na implantação, ainda em solo não pavimentado, de 32 ruas, em 238 casas pré-fabricadas de madeira, na bonita Escola "*Isaías Vasconcelos*" este ano já com 500 matrículas [8 salas de aula em três turnos], num Posto Médico com dois enfermeiras permanentes,

[63] Amanho da terra: arte ou técnica de cultivar ou lavrar a terra.

medicamentos gratuitos, gabinete dentário e visitas de médico e dentista de 15 em 15 dias; casa de farinha embora ainda rústica, energia elétrica e água encanada ainda em fase de projeto e implantação; casa de administração, armazém de víveres, enfim, uma infraestrutura já bem definida para o embrião de uma cidade. Um detalhe muito importante é que nesse centro que começa a atingir índices demográficos apreciáveis [já com mais de 300 famílias], estão sendo religiosamente preservados bosques, áreas verdes onde as crianças já brincam a inocência das suas horas de lazer, depois da escola e do trabalho ajudando as seus pais... Iranduba é também uma cidade que nasce sob o símbolo da gratidão. O Prefeito Jorge Teixeira vem dando os nomes de suas ruas em homenagem aos que com ela colaboram, autoridades ou não, porque sobretudo compreendem e sentem o seu destino.

ÁREAS HORTIGRANJEIRAS

O Distrito de Iranduba tem uma área de aproximadamente 200 hectares. Só para a produção hortigranjeira nas terras adjacentes começam a ser preparados os primeiros 40 hectares, o que dimensiona a finalidade principal de todo o empreendimento, que na fase de amanho da terra contará com a colaboração de famílias paranaenses com a experiência no setor. Dentro da cidade nascente já existe um bairro chamado Manaus, para o qual já foram deslocadas em condições de moradia condigna ao ser humano, as primeiras 18 famílias daqui, desalojadas dos barrancos de São Raimundo, onde viviam sob a ameaça do desabamento dramático da ribanceira precipitada para o Rio. A Companhia Hortigranjeira do Iranduba tem como seu presidente o ex-Secretário do Município, Sr. Orlando Fradera, com o compromisso de implantar definitivamente o empreendimento e levá-lo à frente.

O Distrito é administrado pelo sr. João Dantas Cirino, um Mini-prefeito que está entusiasmado com a obra pioneira. Mas entusiasma também verificar, como vimos, que quase todos os 11 quilometres da estrada de Iranduba já estão com as suas margens sendo ocupadas e cultivadas. Observamos, de passagem, uma fazenda, imensa plantação de banana e área apreciável de cultivo de abacaxi, além de outras semeadas de fruteiras, mandioca, macaxeira e outras culturas. O milagre da rodovia aberta com o aproveitamento de uma velha e morta "*picada*" marcada há anos no seio da mata até então virgem.

TURISMO E ARTESANATO

Logo esteja asfaltada, o que o Prefeito Teixeira promete para junho, a estrada do Iranduba vai ser também uma rodovia turística, inclusive com linha de ônibus diária, permanente, segundo as planos do chefe comunal de Manaus. De frente para o Solimões, onde as águas são altamente piscosas, será construída uma ponte que permita os visitantes a pesca, como também em canoas. NA nossa visita, agradável pelo que vimos apesar da chuva, conhecemos o Clube das Mães de Iranduba e o trabalho de artesanato dessas mulheres e das crianças nas escolas. Conversamos com um oleiro ágil, cearense de nascimento, há três anos radicado no Amazonas e agora residente na cidade que surge – Antônio da Conceição Silva. Ele trabalhava com o barro e as mãos modelando jarros, confessando-se satisfeito com a vida que agora leva. OS trabalhadores de Iranduba dedicam o dia à pesca, aos jataís de várzea em frente à cidade, à agricultura nas suas terras, auxiliados pelos filhos e por suas mulheres, que trabalham inclusive colaborando na montagem de suas casas pré-fabricadas. Mas todos trabalham e ainda estudam. (JORNAL DO COMÉRCIO N° 22.657)

Iranduba – Manaus, a Chegada

Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam. (Henry Ford)

Véspera

A noite de domingo foi longa e insone. A um passo da conquista de um objetivo planejado e perseguido incansavelmente por dois anos, minha mente repassava, inconscientemente, como num filme, todas as alegrias e todos os obstáculos que tive que ultrapassar para chegar até aqui. A alegria de sentir o apoio e o envolvimento irrestrito de amigos e familiares, o incentivo por parte de cada um que, tomando conhecimento do meu desafio, se tornou um aliado, um combatente de primeira linha. Foi uma verdadeira expedição que desceu o Solimões de carona no meu sonho. Amigos de todos os rincões, amigos virtuais, amigos que comungam por uma causa maior – a da brasilidade e da soberania Amazônica. A cada um de vocês que, de alguma maneira, tornou possível a concretização de "*nosso mais belo e arrojado ideal*", o meu profundo agradecimento. Certamente seu apoio encontrará eco nos labirintos das eras passadas, de ilustres heróis como Pedro Teixeira, Plácido de Castro, Cabralzinho, Euclides da Cunha e tantos outros que lutaram para ampliar nossas fronteiras tão comprometidas, nos dias de hoje, por ações de mal informados dirigentes que tomam decisões que afetam todos os cidadãos brasileiros.

Partida para Manaus

Partimos por volta das 07h00, pois não havia necessidade de sair mais cedo; a hora prevista para chegada no 2° Grupamento de Engenharia de Construção, 2° GECnst, em Manaus, era por volta das 14h00 horas. Remei lentamente, procurando curtir cada segundo, gravando cada imagem captada pela minha retina, cada som que percutia nos meus tímpanos. As palafitas, as pequenas "*montarias*" manobradas com invulgar destreza pelos ribeirinhos, as terras caídas, as Ilhas que andam, os pássaros... tudo tinha um nostálgico sabor de despedida.

Furo Paracaúba

O "*furo*" ou "*paraná Paracaúba*", que liga o Solimões ao Rio Negro, permite que se acesse o Rio mais à montante de sua Foz, economizando tempo e energia. O "*Paracaúba*" não é nem sombra do que era nos idos de 1940 a 1950, período em que os navegantes, cautelosamente, escolhiam o melhor momento para abordá-lo contornando seus perigosos rebojos. Fizemos uma longa parada na margem direita do Rio Negro, aguardando o tempo melhorar. O conserto do caiaque pilotado pelo Romeu, em Manacapuru, foi muito mal feito e eu temia que algum esforço maior pudesse comprometer sua estrutura. A tempestade sobre a Cidade de Manaus gerava fortes ondas e o horizonte, a Leste, prenunciava tempo bom; resolvi aguardar até que o Rio ficasse mais calmo.

Último Lance

O Rio se transformou em um Lago. Fizemos mais uma parada, pois eu procurava ajustar a chegada para a hora marcada, catorze horas. Iniciando a travessia do Rio, busquei me aproximar da margem esquerda para me afastar do canal; a correnteza do Negro era fraca, tendo em vista a cheia do Solimões, mas existia. Diminuí o ritmo, para aguardar o Romeu que tinha ficado muito para trás, tendo consciência de que chegaríamos, com isso, depois da hora marcada. Parei numa rampa próxima à Ponte do Rio Negro aguardando o Romeu, que apresentava visíveis sinais de cansaço. Passamos a ponte e, mais uma vez, o GPS apontava para um ponto bastante distante do nosso destino. Passamos por diversos estaleiros e balsas que transportavam veículos de Iranduba para Manaus e vice-versa, quando, no meio daquele caos, avistei alguns soldados trabalhando na contenção de talude e, logo depois, um toldo com outros militares e repórteres que nos aguardavam.

Missão Cumprida

O Major Maier, Oficial de Relações Públicas, seguindo as ordens do General Jamil Megide Júnior, Cmt do 2° GECnst, havia preparado um aparato formidável para nos receber. Ainda na praia, agradecemos a gentileza da recepção e concedemos algumas entrevistas aos diversos jornalistas que nos aguardavam.

Missão cumprida!!!

Mar Português
(Fernando Pessoa)

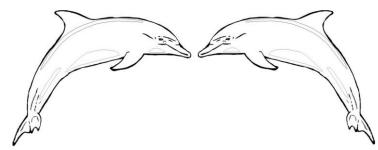
[...] Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao Mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu. [...]

Leão Enfermo
(Mucio Teixeira)

[...] Nunca pensei que fosse tão completo
O ideal supremo do altruísmo:
Ele parece, neste meio abjeto,
A luz batendo em cheio num abismo!
Como lâmpada acesa em templo escuro,
– Espancando as visões que a sombra gera,
Ele há de erguer-se aos olhos do futuro,
Como o Sol nas manhãs de primavera! ...

Ei-lo agora em repouso... Inda mais bela
Que a sua coroa – de dois Imperadores –
É a grinalda alvíssima e singela
De seus cabelos brancos pelas dores.
"Os reis são tão felizes!" Diz a gente ...
E o destino dos reis como é pungente!
Assim, também os montes mais erguidos
Pelo fogo do céu são mais feridos! ...

Ei-lo ainda em repouso... Dorme e sonha
"Tendo no lábio um riso de criança";
Não há um só remorso que se oponha
À paz da consciência. E na lembrança
Surge-lhe claro o seu passado inteiro,
Arqueado num íris de vitórias!
– Nobre Herdeira do Trono Brasileiro!
Tens em Teu Pai um símbolo de glórias.

Golfinhos da Amazônia

Introdução

Durante minha viagem pelo Solimões, fiz várias referências a esses seres fantásticos e carismáticos que são os golfinhos de Rio – o boto vermelho e o boto tucuxi. Considerados os animais aquáticos mais inteligentes da Amazônia, despertaram a curiosidade e a imaginação das populações ribeirinhas desde que travaram seu primeiro contato com os humanos. Com a indicação e contatos feitos pela pesquisadora Vera F. da Silva, consegui a colaboração da equipe do Instituto Mamirauá e a oportunidade de, durante 10 dias, observar o trabalho de pesquisadores e desfrutar das belezas naturais da paradisíaca Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS Mamirauá). A doutora Vera, a maior especialista em mamíferos aquáticos amazônicos, é bióloga, pesquisadora e chefe do laboratório de Mamíferos Aquáticos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), tem mais de 25 anos de experiência com golfinhos Amazônicos e coordena o Projeto Boto na RDS Mamirauá há 16 anos. Dia 29 de janeiro, fui até o INPA agradecer à amiga Vera sua colaboração e, na oportunidade, ela me presenteou com um livro de sua autoria "*Golfinhos da Amazônia*". Em agradecimento à querida amiga e em reconhecimento a estas criaturas fantásticas que tive a oportunidade de conhecer, escrevi o presente capítulo.

Lenda do Boto

Conta a lenda que o boto encontrado nos Rios da Amazônia se transforma em um belo e elegante rapaz durante a noite, quando sai das águas à conquista das moças. Elas não resistem à sua beleza e simpatia e caem de amores por ele. O Boto também é considerado protetor das mulheres pois, quando ocorre algum naufrágio em uma embarcação em que o boto esteja por perto, ele salva a vida delas, empurrando-as para as margens dos Rios. As mulheres são conquistadas pelo boto quando vão tomar banho ou mesmo nas festas realizadas nas Cidades ribeirinhas. Os Botos vão aos bailes e dançam alegremente com elas, que logo se envolvem com seus galanteios e não desconfiam de nada. Apaixonam-se e engravidam deste rapaz. É por esta razão que ao Boto é atribuída a paternidade de todos os filhos de mães solteiras.

Reza a lenda que o boto costuma perseguir as mulheres que viajam pelos Rios e inúmeros Igarapés; às vezes, tenta virar a canoa em que elas se encontram e suas investidas contra a embarcação se acentuam quando percebem que há mulheres menstruadas ou mesmo grávidas. Esse particular é curioso, e devemos observar que, em relação à mulher menstruada, há uma série de alusões e tabus, que realmente servem de vetor para certas atitudes e crenças populares. Algumas pessoas confessaram temer viajar nos pequenos "*cascos*" ou "*montarias*", quando nelas está uma mulher "*incomodada*".

O boto é o grande encantado dos Rios que, se transformando num guapo rapaz, todo vestido de branco e portando um chapéu – para esconder o furo no alto da cabeça, por onde respira – percorre as vilas e povoados ribeirinhos, frequenta as festas e seduz as moças, quase sempre engravidando-as.

> Há, inclusive, estórias em que a moça é fecundada durante o sono... Para se livrarem da "*influência*" do bicho, os caboclos vão buscar ajuda na magia, apelando para os curandeiros e pajés. O primeiro, com suas rezas e benzeduras, exorciza a vítima, e o segundo "*chupa*" o feto do ventre da infeliz.
>
> É esse Don Juan caboclo, o sedutor das matas, o pai de todos os filhos cuja paternidade é "*desconhecida*", que deu origem a deliciosa expressão regionalista:
>
> – Foi o boto, sinhá! (BRASIL, 1999)

Boto Vermelho (Inia geoffrensis)

A maioria dos especialistas defende a tese de que os seus ancestrais penetraram na Bacia Amazônica pelo Pacífico nos tempos da Pangea. Hoje sua distribuição se verifica na maioria dos Rios do Norte da América do Sul, em uma área de 5 milhões de km². Os machos chegam a atingir 2,55 metros e pesar 185 quilos, enquanto as fêmeas 2,15 metros e 150 quilos. Diferente de seus parceiros marinhos, possui um corpo robusto; em contrapartida, por não possuir as vértebras cervicais fusionadas, é capaz de movimentar a cabeça em todas as direções, possuindo também uma flexibilidade muito grande que lhe permite manobrar, com facilidade, entre as raízes e galhos dos igapós. O nascimento, na Amazônia Brasileira, após um período de gestação de aproximadamente 11 meses, ocorre no período da vazante, agosto e setembro, quando há abundância de peixes. Os filhotes nascem sem dentes, com uma média de 90 cm e 13 quilos, e são amamentados durante mais de dois anos. O boto é um exímio nadador e sua velocidade de deslocamento normal é de 1,5 a 3,2 km/h chegando em alguns casos a atingir de 14 a 22 km/h.

Por mais de uma vez fomos acompanhados por estes animais magníficos e medimos velocidades que variaram de 12 a 15 km/h. O boto é um animal predominantemente solitário, anda aos pares e mais raramente em grupos de mais de dois indivíduos.

Boto Tucuxi (Sotalia fluviatilis)

Com o nome vulgar herdado dos índios Mayanas (tucuchi-una), o tucuxi é uma miniatura do golfinho-nariz-de-garrafa (tursiops truncatus) com um comprimento médio de 1,46 m e peso médio de 50 quilos. É endêmico da Bacia Amazônica e sua distribuição é limitada, ao contrário dos botos, pelas corredeiras de alguns dos principais afluentes do Amazonas, como o Negro (cachoeira de São Gabriel), o Madeira (cachoeira Teotônio) e o Xingu (cachoeira de Belo Monte). O nascimento ocorre após um período de gestação de aproximadamente 10 meses, no período da vazante na Amazônia Central, entre outubro e novembro, e os filhotes nascem com uma média de 77 cm e 11 quilos.

Embora as duas espécies não interajam de forma direta, os grupos se aproximam, em decorrência da busca por alimentos. Foram observados grupos de tucuxis repelindo botos e, também, um tucuxi adulto brincando com um filhote de boto. Muitas vezes, tucuxis e gaivotas se alimentam na mesma região, embora não haja competição entre eles, já que as gaivotas comem peixes bem menores.

Rio-Mar e os Golfinhos

Minhas experiências com os golfinhos, na descida do Solimões, foram marcantes. Eles sempre apareceram para me encantar, sinalizar ou apontar o local mais adequado que deveria seguir.

Apesar de ter a malhadeira (rede) "*roubada*" por um boto vermelho nas proximidades do flutuante Cauaçu, guardarei com carinho a visão destes mamíferos aquáticos que tantas lendas despertam no imaginário popular dos ribeirinhos da Amazônia.

O Boto Cor de Rosa
(Hull de La Fuente)

Tua pele é cor de rosa,
Como da rosa em botão,
Contou-se estórias gloriosas
De sua grande sedução.

Agias como um bandido
Destruidor de coração,
Eras o terror dos maridos
Que viviam em aflição.

As casadas se entregavam,
As moças por ti sofriam,
Todas se apaixonavam
E suspirando viviam. [...]

Se
(Rudyard Kipling)

Se és capaz de manter tua calma, ...
Se és capaz de manter tua calma, quando,
Todo mundo ao redor já a perdeu e te culpa.
De crer em ti quando estão todos duvidando,
E para esses no entanto achar uma desculpa.

Se és capaz de esperar sem te desesperares,
Ou, enganado, não mentir ao mentiroso,
Ou, sendo odiado, sempre ao ódio te esquivares,
E não parecer bom demais, nem pretensioso.

Se és capaz de pensar - sem que a isso só te atires,
De sonhar - sem fazer dos sonhos teus senhores.
Se, encontrando a Desgraça e o Triunfo, conseguires,
Tratar da mesma forma a esses dois impostores.

Se és capaz de sofrer a dor de ver mudadas,
Em armadilhas as verdades que disseste
E as coisas, por que deste a vida estraçalhadas,
E refazê-las com o bem pouco que te reste.

Se és capaz de arriscar numa única parada,
Tudo quanto ganhaste em toda a tua vida.
E perder e, ao perder, sem nunca dizer nada,
Resignado, tornar ao ponto de partida.

De forçar coração, nervos, músculos, tudo,
A dar seja o que for que neles ainda existe.
E a persistir assim quando, exausto, contudo,
Resta a vontade em ti, que ainda te ordena: Persiste! [...]

Se és capaz de dar, segundo por segundo,
Ao minuto fatal todo valor e brilho.
Tua é a Terra com tudo o que existe no mundo,
E - o que ainda é muito mais - és um Homem, meu filho!

Imagem 61– Câmara Municipal – Iranduba

Imagem 62– Levenílson – Sítio Hatahara – Iranduba

Imagem 63– Museu de Arqueologia e Geologia da USP

Imagem 64 – Chegada na praia do 2° GECnst – Manaus

Imagem 65 – Ponte "Rio Negro" – Manaus

Imagem 66 – Projeto Prosamim – Cachoeirinha – Manaus

Imagem 67 – Presídio – Projeto Prosamim, Manaus

Imagem 68 – Mensagem final

Missão Cumprida

Há mais pessoas que desistem, do que pessoas que fracassam! (Henry Ford)

O Retorno do Colunista

Passada a euforia inicial da conclusão, com total êxito, do Projeto-Aventura Desafiando o Rio-Mar, retornei à faina de continuar informando os meus leitores de assuntos não só relativos ao projeto em si, mas de temas que envolvam a "*Nossa Amazônia*" ou a Soberania Brasileira.

Desafio Intelectual e Psicológico

É interessante verificar que as pessoas se impressionaram mais pela conquista de um desafio físico do que intelectual e psicológico. Longe de ser uma descida de caiaque pelo Solimões, o projeto visava conhecer as peculiaridades locais, observando e analisando a história, flora, fauna, hidrografia e povos da floresta. O uso de caiaques teve como objetivo, apenas, de baratear o custo da expedição, não utilizar combustíveis poluentes, não afugentar a fauna e facilitar o acesso aos locais mais remotos. O esforço exigido diariamente, que causa espanto a tantos, foi minuciosamente planejado levando em conta a velocidade da correnteza, desempenho do caiaque, locais de parada e poderia ser alcançado por qualquer pessoa de mediana capacidade física. O mais importante, numa empreitada dessa natureza, não é o vigor físico, mas o preparo psicológico para que, sob quaisquer condições de navegação enfrentadas, se possa tomar a decisão adequada em tempo hábil e ainda, ao final do deslocamento, ser capaz de continuar com as atividades de pesquisa.

Como exemplo, cito o deslocamento de 108 quilômetros que realizei, sozinho, de Anamã a Manacapuru, das 05h15min às 14h15min – nove horas sem parar. Chegando à Cidade, após um banho revigorante, saí para contatar as autoridades políticas com intuito de obter seu apoio e, logo em seguida, iniciei meu périplo pela bela Cidade que durou até as nove horas da noite. O treinamento exaustivo no Guaíba tinha como objetivo somente isso, tornar-me capaz de cumprir a missão independentemente do percurso e do esforço realizado. A missão não era remar, mas interagir e aprender com a Selva, com o Rio e a População Ribeirinha.

Preparo Intelectual

Antes de iniciar a descida, dia 1° de dezembro, eu havia lido tudo que podia sobre a região, da geografia à ecologia, do desenvolvimento sustentável à questão indígena, do folclore às lendas, de pesquisas sobre a fauna e flora à história, da antropologia à arqueologia dentre tantos outros temas afins. Busquei me informar através dos relatos históricos desde a epopeia de Francisco de Orellana (1541) até desbravadores como Philipp Von Hutten (1541), Pedro de Úrsua (1560), Francisco Fernandes (1636), Juan de Palácios (1636), Pedro Teixeira (1637), Raposo Tavares (1647), Laureano de la Cruz (1647), Arnau de Vilela (1647), Samuel Fritz (1686), Francisco de Melo Palheta (1722/1727), João Daniel (1741), Charles Marie de La Condamine (1743), Francisco Xavier de Moraes (1744), Isabel de Godin (1769), Alexandre Rodrigues Ferreira (1783), Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius (1817), Gregory Ivanovitch von Langsdorff (1824), Príncipe Adalberto da Prússia (1842), François Louis Nompar de Caumont la Force (1843), William H. Edwards (1846), Alfred Russel Wallace (1848), Paul

Marcoy (1848), Richard Spruce (1849), Robert Avé-Lallemant (1859), Manuel Urbano da Encarnação (1861), William Chandless (1864), Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz (1865), Franz Keller Leuzinger (1874), Emile Auguste Goeldi (1884), Ermano Stradelli (1889), Charles Fitzcarrald (1892), Fred Hessel (1896), Henri Anatole Coudreau (1896), Leopoldo Collazos (1899), Theodor Koch-Grunberg (1903), Cândido Mariano da Silva Rondon e Theodore Roosevelt (1913), Gastão Luís Cruls (1928/1929), Flaviano de Mattos Vanique (1943), Sebastian Snow (1950) que desafiaram, estudaram e reportaram sua saga na hileia. Somente depois disso, achei que estava apto a capitanear o projeto sabendo exatamente o que deveria buscar em cada ponto e o que poderia encontrar. Aqueles que acharam que era somente uma aventura estão profundamente enganados, foram mais de 12 dias de estudos e treinamento para cada dia de execução.

Chegada em Manaus (26.01.2009)

Quando aportamos na praia do 2° Grupamento de Engenharia de Construção (2° GEC), o Major Maier, Oficial de Relações Públicas do Grupamento, havia preparado um aparato formidável para nos receber. Diversos militares, amigos e repórteres nos aguardavam. Ainda na praia, agradecemos a gentileza da recepção e concedemos entrevistas a duas redes de TV, a SBT e a Amazon Sat, e a diversos jornalistas que nos aguardavam. Os canais de televisão divulgaram diversas vezes a matéria durante dois dias. Foi uma receptividade muito maior do que esperávamos. Mais uma vez a competência da equipe de apoio comandada pelo amigo e irmão Coronel Araújo e as Professoras Rosângela e Silvana se fizeram presentes para que a expedição tivesse a devida divulgação e repercussão.

Declarações Polêmicas

Minha entrevista concedida ao repórter Mario Bentes, do Portal Amazônia, logo após a chegada, foi rebatida pelo Presidente da FUNAI, que participava do Fórum Social Mundial, em Belém, e seus asseclas entreguistas. Na oportunidade, havia ressaltado o que venho dizendo há quase uma década em minhas palestras a respeito de demarcações de reservas em áreas de fronteira, à conduta de ONGs estrangeiras e à ação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Comentemos alguns dos tópicos da entrevista.

Gaúcho diz que Raposa Serra do Sol é "*Apartheid*"

Não é a primeira vez que utilizo o termo "*apartheid*" e a primeira vez que o utilizei foi em um de meus artigos fazendo referência ao pronunciamento feito pelo Senador Mozarildo Cavalcante, em discurso na tribuna, no dia 25.04.2008, quando afirmou, com a lucidez que o caracteriza, que o Governo Federal está promovendo o "*apartheid intraétnico e não apenas entre índios e não-índios. Ao invés de unir as pessoas, o Presidente está promovendo a divisão até mesmo entre os grupos indígenas. Não se faz um governo de ajuda às minorias promovendo a separação de cidadãos brasileiros*". O alienado Desgoverno Federal e a mídia "*companheira*" só fazem referência em seus proclames aos seis arrozeiros tentando, com isso, cooptar a simpatia dos mais desavisados, sem levar em conta as 468 famílias de humildes cidadãos não-índios que foram escorraçadas de suas terras antes mesmo das indenizações a que fazem jus. Algumas destas famílias, que há mais de cem anos, viviam em terras tituladas pela própria União, tiveram, por diversas vezes, as cercas de suas propriedades derrubadas, seus animais

mortos, seus bens roubados e suas vidas ameaçadas, pelos jagunços do Conselho Indigenista de Roraima.

Críticas à FUNAI

A FUNAI está assumindo a posição do Senado brasileiro. Está criando Estados, Nações. Ela está criando o Estado dentro de um Estado, não compete à FUNAI criar um Estado dentro de um Estado. (Denis Lerrer Rosenfield)

A FUNAI é um governo paralelo demarcando enormes reservas, em área de fronteiras, sem qualquer embasamento antropológico ou legal que a ampare, e cria, sistematicamente, empecilhos ao trabalho do Exército Brasileiro e à Polícia Federal, provocando um enfraquecimento na capacidade de controle das nossas divisas. Que República Federativa é essa em que o Governo Federal intervém nos estados, contrariando interesses locais, a seu bel-prazer? Infelizmente, a ação funesta da FUNAI, alheia aos interesses nacionais, continua mobilizando todos os esforços para promover a desagregação e a insegurança institucional. Parece que o "*desgoverno companheiro*" pretende seguir os passos do ensandecido Evo Morales implantando no Brasil as sementes de uma revolução separatista.

ONGs Estrangeiras

O Estado Nacional deve fenecer e suas funções serão assumidas por instituições de governança local e global. (Jason Clay – ONG Cultural Survival Inc.)

As comunidades Ticuna, Kokama, Kulina que contatamos ao longo do Solimões reclamam por apoio de ONGs ligadas à educação e saúde mas, como relatei a seus Caciques, suas áreas são pobres em minérios e, por isso, não despertam qualquer interesse por parte destas organizações.

A CPI destinada a apurar a atuação irregular de ONGs, em 2002, sugeriu procedimentos a serem adotados para evitar a atuação de pessoas jurídicas brasileiras controladas por estrangeiros que utilizam, de forma abusiva, o poder econômico para lograr proveito ilícito ou contrário ao interesse nacional. A Comissão apurou não existir qualquer controle sobre os capitais estrangeiros ou nacionais destinados a essas entidades, sendo necessário ampliar urgentemente o debate sobre o grau de intromissão dessas nas questões políticas nacionais.

O Poder Público não pode se omitir de sua responsabilidade e precisa monitorar, permanentemente, as ações que são desenvolvidas por convênios. Daí a importância de se fortalecerem as instituições públicas para que estas não se transformem em meras espectadoras do nosso desenvolvimento.

Acreditamos que é uma necessidade urgente alterar a demarcação das reservas indígenas nas regiões de fronteira com outros países, retirando delas as áreas cujo aproveitamento é fundamental para a economia e desenvolvimento dos Estados, bem como uma faixa de 15 km ao longo de toda fronteira. É preciso, também, aumentar a presença do Estado nestes rincões, principalmente com a presença ostensiva das Forças Armadas ocupando, estrategicamente, o espaço Amazônico. Há que se ter uma postura mais vigilante sobre as ONGs que aí atuam. Os recursos que hoje são encaminhados para as mesmas deveriam ser destinados às instituições públicas, Prefeituras, Funasa e Forças Armadas que operam na região e que terão, então, condições de proporcionar assistência educacional, médica e sanitária aos povos da floresta, evitando o desvio enorme de recursos que ora vem ocorrendo.

Esperamos que um dia um governo menos omisso e mais patriótico reveja estas criminosas demarcações e que o aguerrido povo nortista resista e não se submeta a esta série de ultrajes contra seus Estados e a Soberania Nacional. Que o inimigo que se encontra aquartelado nas nossas trincheiras, acobertado sob o manto da fé e da evangelização, seja identificado e repatriado. Teria eu dito alguma coisa que as autoridades ou que os brasileiros já não soubessem para causar tanto alvoroço?

FUNAI diz que TIRSS não Ameaça a Soberania

> O Presidente da Fundação Nacional do Índio [FUNAI], Márcio Augusto Freitas de Meira, afirmou nesta quarta-feira [28] que a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, não constitui risco ou ameaça à soberania brasileira. A afirmação do Presidente do órgão indigenista brasileiro contraria o que disse o Coronel da reserva do Exército Hiram Reis e Silva, em entrevista concedida ao Portal Amazônia na última segunda-feira [26], poucos minutos após seu desembarque em Manaus, ao fim da expedição gaúcha Projeto-Aventura Desafiando o Rio-Mar. (Portal Amazônia)

Manaus

Permaneci em Manaus até 4 de fevereiro, já que muitas pesquisas, entrevistas e contatos ainda precisavam ser realizados, afinal chegáramos ao fim do trajeto, mas não ao fim do projeto. Fizemos questão, na oportunidade, de agradecer aos amigos Tenente Coronel PM Rômulo, Comandante do Policiamento do Interior (CPI), pelo apoio irrestrito que recebemos da Polícia Militar do Estado do Amazonas, à pesquisadora Vera F. Silva, do INPA, que facilitou os contatos para que conseguíssemos a colaboração do Instituto de Desen-

volvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e a oportunidade de, durante 10 dias, observar o trabalho de pesquisadores e desfrutar das belezas naturais da paradisíaca Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDS Mamirauá), ao General Jamil Megide Junior, Comandante do 2° GECnst e ao Coronel de Artilharia Manuel Antônio Zózimo de Abreu, Comandante do Colégio Militar de Manaus (CMM) que generosamente nos acolheram em suas instalações.

Entrevista com o Cel Paulo José dos Santos

O Coronel Paulo José dos Santos, meu Cadete nos idos de 1980/1981 na Academia Militar das Agulhas Negras, é o chefe do Centro de Operações de Engenharia (COE) do 2° Grupamento de Engenharia de Construção (2° GECnst) e nos concedeu a seguinte entrevista:

> Eu sou o Cel Paulo, chefe do COE do 2° GECnst. O Grupamento é subordinado ao Comando Militar da Amazônia [CMA] e tecnicamente vinculado à Diretoria de Obras de Cooperação [DOC] e também ao Departamento de Engenharia de Construções [DEC].
>
> O grupamento tem a missão de preparar suas Organizações Militares para o combate, através de um adestramento continuado e dos serviços de construção de obras permanentes, contribuindo com o desenvolvimento nacional na região Amazônica. O grupamento tem cinco unidades subordinadas: o 5° BECnst, sediado em Porto Velho – Rondônia, o 6° BECnst de Boa Vista – Roraima, o 7° BECnst de Rio Branco – Acre, 8° BECnst de Santarém – Pará e a 21ª Companhia de Engenharia de Construção em São Gabriel da Cachoeira – Amazonas. Atualmente, o grupamento está com 34 operações em andamento que envolve praticamente todo o nosso efetivo e

ainda, há que ressaltar, temos a necessidade de complementação de força de trabalho, realizando contratações de diversas naturezas. Das 34 operações, o 5° BECnst é responsável pela operação Asa Branca, o 6° BECnst por oito operações, o 7° BECnst por quatro, o 8° BECnst por três e a 21ª Companhia, embora com um efetivo de companhia, é responsável por nove operações, em andamento. Nós não vamos, evidentemente falar de todas as operações, o que demandaria muito tempo, vamos então destacar algumas delas.

O primeiro destaque vai para a BR-319, uma ligação física que já existiu entre Porto Velho e Manaus na década de 70 e que, infelizmente, foi destruída por fatores diversos e adversos. A BR-319 tem 880 quilômetros, e estamos trabalhando nela com três Batalhões onde o Grupamento já pavimentou 300 quilômetros de rodovia. O outro destaque vai para a BR-163, onde o 8° BECnst realiza um trabalho de pavimentação asfáltica, outros de tratamento superficial duplo e de construção de pontes.

O outro destaque é a BR-307, uma ligação muito importante no Norte do Brasil, na Cabeça do Cachorro, entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí, numa extensão de 205 quilômetros. Hoje esse trecho não pode ser feito via terrestre, o trecho está interrompido aproximadamente no km 105, tendo em vista a falta de recursos que houve para fazer a manutenção ao longo dos anos. A 21ª Companhia vinha realizando a manutenção, até o ano passado, com grande parte dos recursos oriundos do Programa Calha Norte, de São Gabriel da Cachoeira até o km 105, onde existe a comunidade do Balaio. O trecho oferece perfeitas condições de tráfego. A operação Lethem, desencadeada pelo 6° BECnst, na fronteira do Brasil com a Guiana, trata da construção de uma ponte sobre o Rio Itacutu cuja construção já

> está praticamente concluída com um ano de antecedência. A operação prevê também a construção de uma inversão de mãos e pavimentação de uma milha dentro da Guiana. A inversão de mãos é necessária tendo em vista que na Guiana eles utilizam a mão inglesa, invertida em relação à nossa e por isso se fez necessário esse trabalho de engenharia logo na saída da ponte do Brasil para a Guiana. Essas são algumas das principais operações que estão sendo levadas a efeito nesse momento, e o grupamento, juntamente com suas unidades subordinadas, vem realizando o trabalho a contento de acordo com o planejado e dentro das possibilidades, limitações e adversidades climáticas da região amazônica. O período de trabalho durante o ano é reduzido, uma vez que o inverno se estende de 6 a 7 meses. Acreditamos que as expectativas do nosso escalão superior e da sociedade em relação aos trabalhos de engenharia do 2° GECnst estão sendo atendidas. SEEEEELVA!!!

Entrevista com o Cel Lúcio Batista Guaraldi Ebling

O Coronel Ebling foi, também, meu Cadete nos idos de 1980/1981 na Academia Militar das Agulhas Negras. O Ebling é o coordenador do Centran, órgão que procura minorar os impactos ao meio ambiente provocado pela construção de obras viárias:

> Eu sou o Cel Lúcio Batista Guaraldi Ebling, estou na reserva e atualmente coordeno o Núcleo Regional Norte do Centro de Excelência em Engenharia de Transportes [CENTRAN]. O Centro foi criado pela Portaria Interministerial n° 407 de 28.03.2005, fruto de uma parceria entre o Ministério dos Transportes e o Ministério da Defesa. O Ministério dos Transportes é representado pelo DNIT, e o Exército representa o Ministério da Defesa por meio do Departamento de Engenharia e Construção [DEC].

A missão do CENTRAN é realizar pesquisas, estudos, projetos tudo direcionado para a evolução tecnológica da infraestrutura nacional de transportes, feito mediante a aplicação de inteligência e inovações construtivas ambientais e metodológicas ou de gestão. A nossa visão de futuro é ser reconhecido como um conjunto unificado de recursos com desempenho no patamar da excelência, situando-se sempre na vanguarda tecnológica ou do conhecimento. Nós estamos desenvolvendo seis projetos estruturantes. O que são esses projetos estruturantes? São projetos de longa duração. Em virtude do arrasto científico e tecnológico, buscamos soluções inovadoras, soluções as mais diversas nos aspectos construtivos, ambientais, metodológicas ou de gestão na área de infraestrutura de transportes. Os 6 projetos desenvolvidos pelo CENTRAN são os seguintes:

- Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem;
- Sistema de Gestão Ambiental;
- Produção de Agregados Artificiais de Argila Calcinada;
- Sistema Nacional de Custos de Transportes;
- Fiscalização de Obras por Sensoriamento remoto;
- Plano Nacional de Logística e Transportes.

Além desses projetos estruturais, o CENTRAN também desenvolve projetos correntes em prol da necessidade da demanda do Estado brasileiro, demanda essa caracterizada como emergencial e de difícil execução no curto prazo, por outras instituições. No caso do Núcleo Regional Norte, que está localizado em Manaus, estamos atuando na BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, em apoio aos três Batalhões de Engenharia de Construção que estão recuperando essa estrada, que são o 5°, o 6° e o 7° BECnst.

Isso é feito por meio de diversos programas, entre os quais o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas [PRAD], especificamente elaborado para que os batalhões possam, após desocupar uma área de apoio que foi desmatada, por exemplo, uma área de jazida, uma área de bota fora ou mesmo um local utilizado para instalar uma usina de asfalto, recuperar essa área por meio do reflorestamento. Este programa, depois de elaborado, é enviado para aprovação pelo IBAMA ou então pelo Órgão Estadual Ambiental – IPAAM. Temos o Programa de Monitoramento, Prevenção e Controle de Processos Erosivos. Os processos erosivos ocorrem ao longo da estrada, em decorrência, principalmente aqui na região, das chuvas que caem nessa época do ano, dezembro, janeiro e fevereiro. Nós precisamos controlar esses processos erosivos para evitar o surgimento das voçorocas.

O Programa de Acompanhamento e Controle de Supressão da Vegetação é executado no acompanhamento dos batalhões quando eles iniciam o desmatamento das áreas próximas à rodovia. Nós fazemos uma visita ao local, levantamos os tipos de árvores nativas e a existência de sementes e mudas. É feito o salvamento desses propágulos ([64]) e, após o desmatamento, quando da recuperação da área, esse material possibilita o reflorestamento. O Programa de Levantamento dos Passivos Ambientais é um programa específico que foi feito ao longo de toda a rodovia para verificar aquelas áreas que foram desmatadas, degradadas quando da abertura da rodovia, na década de 70, e que agora precisam ser recuperadas.

---

[64] Propágulos: são estruturas constituídas basicamente por células meristemáticas que se desprendem de uma planta adulta para dar origem a uma nova planta, geneticamente idêntica à planta de origem (clones). Propágulos são muito comuns em algas, em gametófitos de Hepáticas, e em espécies da família Crassulaceae, entre outras. (Hiram Reis)

O DNIT vai liberar um recurso específico para recuperar essas áreas, e deverá ser o próprio exército quem irá executar este programa, caso o DNIT não resolva licitar essas obras. O Programa de Controle de Faixa de Domínio está sendo implementado para evitar a ocorrência de ocupação indevida, não só na faixa de domínio da rodovia, como também da invasão das terras ao longo da rodovia, o que é uma preocupação do DNIT e, principalmente do IBAMA, que venha ocorrer grilagem ou ocupação desordenada, ocasionando um grande desmatamento nesta região. Estamos fazendo o controle da faixa de domínio evitando, inclusive, o surgimento de polos madeireiros que ocorrem, normalmente, na abertura de uma rodovia procurando a extração ilegal da madeira. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos é implementado nos locais de acampamento e também nas Usinas de Asfalto. Esse gerenciamento dos resíduos sólidos é para evitar a poluição do local e fazer com que os Batalhões e as empreiteiras tenham o controle dos seus resíduos, transportando esses materiais para um aterro sanitário, ou repassar para alguma firma que faça reciclagem do material. O controle dos efluentes líquidos tem evitado e em muito a poluição dos igarapés e Rios da região.

Por último, estamos desenvolvendo o Programa de Relocação de Famílias. Essas famílias ocuparam a BR-319, que ficou interditada durante um longo tempo e agora terão que ser retiradas. O 2° Grupamento de Engenharia, que é o responsável por executar o pagamento das indenizações, elaborou um plano de trabalho que foi aprovado pelo DNIT, possibilitando a liberação dos recursos necessários. Estamos contratando uma assistente social para acompanhar esta movimentação das famílias e o Grupamento possui um advogado encarregado de verificar se as novas casas que as famílias irão

comprar estão documentadas e regularizadas. O objetivo é fazer com que essas famílias tenham condições de melhorar suas residências, permanecendo no mesmo Município, tendo em vista a questão da educação dos filhos e local de trabalho.

Na BR-163, que liga Santarém a Cuiabá, nós estamos apoiando o 8° e o 9° BECnst nos licenciamentos ambientais. O 8° BECnst está realizando a pavimentação dessa rodovia no trecho de Santarém a Rurópolis; o 9° BECnst está trabalhando, principalmente no Município de Trairão, construindo pontes de concreto em sete igarapés e melhorando a trafegabilidade da rodovia. Na BR-230, nós estamos com o escritório em Altamira/PA fazendo a supervisão ambiental do trecho de aproximadamente 94 km, entre Altamira e Medicilândia, verificando se a empreiteira está cumprindo todas as normas e se não está degradando o solo nem poluindo as áreas de Preservação Permanente [APP]. Estamos também atuando junto ao 9° BECnst na BR-230, entre Miritituba [Distrito de Itaituba/PA] e o entroncamento da BR-230 com a BR-163, onde o 9° BECnst está realizando a pavimentação de 30 quilômetros.

De uma maneira geral é essa a atuação do Núcleo Regional Norte e contamos sempre com o apoio da nossa sede que está no Rio de Janeiro, que seguidamente envia técnicos tanto na área ambiental quanto na área de engenharia civil para nos orientar e nos apoiar na elaboração dos relatórios que são enviados para o DNIT e o IBAMA. Agradeço ao Coronel Hiram pela oportunidade de divulgar o trabalho do CENTRAN, em particular do nosso Núcleo Regional Norte. SEEEEELVA!!!

Entrevista com o Estagiário de Antropologia *Eduardo Kazuo*

Quando estivemos em Iranduba, pesquisando as terras pretas indígenas, o Levenílson (“*Lei*”) nos deu o endereço das instalações onde pesquisadores da Universidade de São Paulo estão classificando os achados arqueológicos. Visitamos as instalações e colhemos o relato de um dos estagiários, o historiador Eduardo:

> Meu nome é Eduardo Kazuo Tamanaha, nasci em Sorocaba, interior de São Paulo, em 1983, atualmente tenho 25 anos. O que me levou a estudar arqueologia, na verdade, foi um sonho acalentado desde criança. Desde pequeno, já gostava de coisas antigas, história, tanto que me formei na Faculdade de História, para onde fui, pensando em fazer arqueologia, mas não sabia por onde começar, até que um professor da faculdade me indicou o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, para onde fui e consegui o estágio com o único professor disponível, Eduardo Góes Neves. Fiquei uns 3 anos trabalhando em São Paulo, em laboratório, antes de vir para a Amazônia. Aqui tive meu primeiro campo, meu primeiro contato, experiência. Basicamente é isso!
>
> Geralmente quem está em Arqueologia é porque gosta, nunca é por causa de fama ou dinheiro porque a pesquisa raramente tem um retorno desta ordem. Normalmente você está porque gosta, você quer, corre atrás, essa é a parte bacana da nossa profissão, todos realmente gostam do que fazem ao contrário de outras áreas. A arqueologia iniciou aqui na região amazônica na década de 40 e 50, com o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica da Bacia Amazônica, financiado pelo governo. Como não tínhamos arqueólogos no Brasil, a maioria dos pesquisadores eram estrangeiros.

O trabalho naquela época não era tão intenso como o que realizamos hoje, de vir a campo, fazer escavações, procurar vários sítios. Eles trabalhavam com pequenas amostragens, alguns fragmentos, alguns sítios e foi no início da década de 90 que o professor Eduardo Góes Neves veio para cá e retomou esse trabalho. Estamos aqui há 15 anos trabalhando na área.

O foco principal da pesquisa está centrado no Município de Iranduba, porque ele está localizado na confluência do Rio Negro e o Rio Solimões. Provavelmente essa seria uma área de contato de populações, seria um ponto de encontro. Quem viesse pelo Rio Negro, vindo da Colômbia ou quem descesse o Solimões, partindo do Peru, aportaria nessa área. É uma área de confluência, vamos dizer assim, um ponto onde, através dos Rios, os povos poderiam chegar. Este é o foco da pesquisa. Havia uma teoria, uma hipótese levantada na década de 70, em que se dizia que nessa região estariam os povos mais antigos que conhecemos. Deste polo se espalharam por todo o litoral e pelo interior do Brasil. De acordo com essa tese, deveríamos encontrar cerâmica de 4000 ou 5000 anos na área de Iranduba.

Até agora nada encontramos na área que comprovasse a teoria, a hipótese ainda carece de comprovação. Em Rondônia, no entanto, parece que encontraram cerâmica de 4000 anos atrás. Talvez esse ponto de confluência, ao invés de estar localizado em Iranduba, possa estar em Rondônia, no alto do Rio Madeira, onde estão sendo realizadas pesquisas. Mas, mesmo assim, continuamos as pesquisas em Iranduba. Sabemos que teve ocupação de povos que faziam cerâmicas há mais de 2300 anos, aproximadamente, e alguns povos que foram anteriores à invenção da própria cerâmica que datam entre 9000 a 10000 anos.

São povos caçadores/coletores e, como não são sedentários, vivem pouco tempo nos locais dedicando-se à caça e à coleta. Há uma lacuna entre 9000 e 2200 anos e não sabemos aonde as pessoas foram, não encontramos nada ainda. Deviam estar em Iranduba, no Município de Manacapuru, em algum lugar, mas nada foi encontrado. Este é um dos desafios, atualmente, tentar encontrar esses antigos sítios.

Uma das hipóteses destas mudanças seria em função do clima, da ecologia, do meio ambiente porque, ao longo desses anos, o Amazonas sofreu muitas modificações. Era uma savana que depois virou floresta tropical, a precipitação pluviométrica variou muito e, em consequência, o curso do Rio foi alterado. As populações acompanhavam essas mudanças climáticas. Já se sabe que, nesse período de 4000 a 5000 anos, o nível dos mares diminuiu e os Rios começaram a correr com mais força para o Mar, alterando seus cursos originais.

Os Rios Negro, Solimões e Amazonas tinham um outro curso antes disso, o nível do Mar era mais alto, acumulavam mais água nas suas bacias. A questão é encontrar onde seria a antiga margem do Rio Solimões naquela época. Esse é um dos desafios atuais da Arqueologia no Amazonas. Onde estão essas pessoas, será que migraram?

Porto Alegre – "*Santo de casa...*"

Parti às 04h10min de Manaus rumo a Porto Alegre, com um atraso de mais de uma hora. A viagem, fora isso, correu sem maiores transtornos e pousei no aeroporto Salgado Filho às 12h35. A acolhida carinhosa por parte de amigos, familiares e uma representação de alunos do Colégio Militar de Porto Alegre me emocionou profundamente. A imprensa se fez representar pelo nosso fiel parceiro o "*Correio do Povo*".

Uma recepção bem diferente da cobertura em Manaus onde se fizeram presentes dois canais de televisão e diversos jornais. O *"Correio do Povo"* publicou a matéria na página 3, dia 15 de fevereiro de 2009, domingo, sob o título *"Expedição de Caiaque Chega à Capital"*.

"À Espera de um Milagre"

A chegada em casa foi de muita expectativa embora as notícias não fossem alvissareiras. Senti uma profunda frustração ao ver minha esposa na mesma situação em que a havia deixado, totalmente dependente de cuidados especiais, ela que fora a mola mestra do Projeto. Resignadamente resolvi voltar à minha rotina e a forçar meus nervos, coração, músculos, tudo para dar continuidade ao Projeto até alcançar, se Deus permitir, o propósito de vê-la em melhor estado.

Rio Guaíba e Rio Negro

Na quarta-feira, dia 11 de fevereiro, reiniciei os treinamentos visando a dar continuidade ao Projeto. Os ventos fortes levantavam ondas que cobriam o convés de proa e batiam no meu peito, respingos das águas mornas molhavam minha face dando a nítida sensação de que o Guaíba me abraçava calidamente após um afastamento de quase quatro meses. O velho e querido Rio se alegrava com meu retorno e a recíproca era mais do que verdadeira. A poesia de Arita Damasceno Pettená ressoava no meu cérebro;

Que importa que haja ondas revoltas, ameaçando um casco acorrentado. Quero respirar, no último momento, a esperança diluindo-se em espumas, espumas desmanchando-se em esperanças.
(Arita Damasceno Pettená)

A beleza do Rio é inigualável e é pena que a maioria dos porto-alegrenses desconheça as potencialidades deste pujante manancial. O Parque Fazenda Itaponã, a Ponta Grossa, a Ilha do Chico Manoel, a Ilha do Junco, a Praia da Faxina, o Parque Itapuã são algumas das paisagens mais belas que já vislumbrei.

Rio Negro

Ainda não atingimos o Mar como o próprio nome do projeto indica, mas achamos que, antes de atingi-lo, devemos percorrer o maior Rio de água preta do planeta, o Rio Negro. Sua vazão é superior à de todos os Rios europeus juntos, representando 15% da água que o Amazonas despeja no Atlântico. Os arquipélagos de Mariuá com mais de 1400 Ilhas e das Anavilhanas com 400 Ilhas, o Parque Nacional do Jaú, maior parque fluvial do mundo, as florestas submersas, o contraste das milhares de praias de areia branca, constituídas basicamente de grãos de quartzo, com as águas pretas do Rio, o boto vermelho e a flora exuberante e diversificada proporcionam um cenário de fantástica beleza que pretendemos registrar a cada remada. Para esta empreitada vamos contar, finalmente, com o meu amigo e Irmão maçom Coronel André Flávio Teixeira. O Teixeira tem uma longa história de vida ligada à Amazônia e seu comportamento pessoal e formação profissional me garantirão, sem sombra de dúvida, uma total tranquilidade no que tange à afinidade de propósitos e à disciplina que deve ser paradigma em um empreendimento de tal natureza. A falta do Teixeira, na descida do Rio Solimões, foi irreparável, sua vivência, seu conhecimento sobre a região e sua experiência em operações Militares em regiões de selva certamente teriam facilitado muito nossa jornada e evitado os dissabores e o stress que sofri tendo de alterar rotas e

programações em virtude da falta de disciplina de meus parceiros. O Rio Negro é menos povoado do que o Solimões e as corredeiras, cachoeiras e numerosas Ilhas determinam que os navegadores tenham total afinidade, não se permitindo quaisquer erros de conduta. A data da descida dependerá, principalmente, da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e de conseguirmos recursos através de patrocinadores e amigos que queiram empunhar mais esta bandeira conosco. O apoio da DEPA seria no sentido de considerar o projeto de interesse do Sistema Colégio Militar do Brasil. Um levantamento inicial aponta, como já temos alguns itens adquiridos para Projeto Solimões, para um montante de R$ 21.600,00.

Cantar de Andarilho
(Joaquim de Alencar e Silva)

Não tenho pátria determinada nem tenho pressa nesta jornada: só esta sede que têm meus olhos de ver e ver e este incontido impulso de asas sobre meus pés. Minhas sandálias cobrindo o mundo que descobriram pé ante pé, minhas sandálias vão-se ficando pelos caminhos de minha fé. Arde em meu rosto o sol de todos os continentes. Todos os ventos já visitaram minhas narinas. Todas as águas já circularam dentro de mim. Em minha fala todas as falas se misturaram. E nos meus olhos os céus mais vários se despejaram. Não tenho Pátria determinada nem tenho pressa nesta jornada: só esta sede que têm meus olhos de ver e ver e este incontido impulso de asas sobre meus pés

Posfácio

Por Coronel Gelio Fregapani (*)

Há meio milênio...

Liderados por Francisco de Orellana, um pequeno grupo de homens avançava navegando em meio à grande e desconhecida floresta, talvez premido pelas circunstâncias, mas impulsionado pela fé em Cristo e pelo amor a sua pátria. No século seguinte, o Capitão-mor Pedro Teixeira, um destemido desbravador, prossegue Rio acima. Combate holandeses e ingleses em muitas refregas, bem como várias entradas de exploração dos sertões amazônicos. Partindo de Belém, atingiu Quito, no Equador, e regressou a Belém depois de haver percorrido mais de 10.000 quilômetros de Rios e trilhas. Com esse feito – um dos maiores de nossa história – assegurou para nós a posse de vasta porção da bacia amazônica.

Não se sabia então de quem seria a desconhecida Amazônia. Aliás, ainda nem bem se chamava Amazônia. Passaram-se trezentos anos de descaso, sem outro explorador à altura de seus antecessores, até que um oficial do Exército, praticamente sozinho, refaz o percurso, em uma epopeia poucas vezes igualada. O nosso bravo Coronel Hiram.

Não há como evitar as comparações; o mesmo amor à Pátria, a mesma determinação; o mesmo destemor; o mesmo temperamento indômito. A mesma ousadia em realizar e o mesmo cuidado com que tudo é realizado.

Durante o dia, o esforço físico, as tensões, os cálculos e até os perigos talvez lhe exigissem concentração total, mas à noite invariavelmente o pensa-

mento vagava; pelo Rio, pela selva, pelo passado e pelo futuro.

Os guerreiros de Selva sabem: em uma caça de espera nos quedamos sós, acompanhados apenas de nossos pensamentos. É a hora de um contato mais íntimo com Deus, e inevitavelmente teremos que desafiar os demônios que também povoam a nossa mente. Isto, na caçada dura uma noite.

Imaginemos então durante dezenas de dias; centenas, se contarmos os treinamentos. Imaginemos o que terá passado na mente desse brioso soldado. Certamente imaginou o assombro de Orellana face à natureza indômita; sentiu em seu ser a determinação heroica de Pedro Teixeira, mas certamente foi o futuro que o encheu de preocupações, em face da ameaça à integridade territorial de nossa Pátria.

Sim, porque ele sabia das ameaças. Sabia que Norte-americanos, britânicos, holandeses e seus aliados alemães, italianos e outros menores preparavam em silêncio um modo de subtrair ao Brasil uma nesga fecunda, recheada dos mais preciosos minérios.

Ele sabia que a Amazônia estava tão disputada quanto o fora no século XVII. Então a disputávamos aos ingleses e holandeses. Hoje novamente, acrescidos aos inimigos o poderoso Estados Unidos da América do Norte.

Ele sabia que, seguindo Machiavel e Sun Tzu, os adversários tentariam a conquista sem luta, seguindo um sistema que se convencionou chamar de "*Guerra de Quarta Geração*".

Os britânicos já haviam queimado etapas: primeiro haviam identificado as principais jazidas minerais. Quando não havia índios lá, os atraíam fornecendo

alimentação, tal como se domesticam porcos selvagens para em seguida demarcar reservas e pleitear a homologação, com o precioso auxílio dos traidores da FUNAI. Onde não era possível colocar índios sobre as grandes anomalias minerais, criavam-se parques ecológicos, agora com o auxílio dos traidores do Ibama. Por incrível que pareça, naquela época ainda não estavam querendo roubar. Apenas queriam impedir que novas jazidas prejudicassem seu domínio sobre essas "*comodities*".

Um fato novo teria alertado o nosso herói: O excesso de dólares sem lastro só poderia terminar por meio de um calote ou uma brutal desvalorização. Isto faria com que a moeda dos Estados Unidos não mais fosse aceita. Sem poder comprar, teriam que voltar a fabricar em seu próprio território e, para isto, necessitariam de petróleo e minerais estratégicos. Aliaram-se aos ingleses, desta vez não apenas para impedir a concorrência, mas visando apoderarem-se do que julgavam indispensável a sua sobrevivência, mas não mais pudessem comprar.

Ministros inconsequentes aceitaram a homologação de grandes áreas, perigoso embrião de separatismo. Parlamentares inconsequentes, para não dizer traidores, emendaram a Constituição, de modo a que tratados e convenções internacionais, aceitos pelo Brasil, tivessem força de Emenda Constitucional. Sem demora, aparece a convenção dos Direitos dos Povos indígenas, concedendo-lhes uma autonomia em todo semelhante a nações soberanas.

Tenebrosa é a hipótese de ultrapassarem a etapa da guerra da Quarta Geração, com a invasão silenciosa que observamos, utilizando ONGs e se instale a que os estudiosos hoje referem como a "*Guerra da Quinta Geração*". Nela os dirigentes abandonam a postura de estadistas e defensores dos interesses da

população e da Nação para se transformarem em negociadores diretos das riquezas do seu país com as transnacionais e até nações estrangeiras. Daí é um passo para o Protetorado Verde, almoxarifado do primeiro mundo. É contra isto que o Coronel Hiram está lutando.

O Coronel Hiram sentiu que isto representaria uma ameaça à nossa Pátria. Um século antes, Plácido de Castro havia sentido idêntica ameaça por ocasião do "*Bolivian Syndicate*", antes de sair em campanha. Tal como Plácido, Hiram sentiu o perigo. Tal como Plácido, guardou seus instrumentos de trabalho e foi para a ação, de acordo com a nova conjuntura, onde apenas o desconhecimento do perigo mantinha o Brasil na inação. Era preciso mostrar a Amazônia ao próprio povo, principalmente aos mais moços, e só feitos heroicos e aventurosos atraem a atenção da juventude.

Além de chamar atenção para a Amazônia, sua expedição envolve outro componente: o conhecimento. Há quem diga que a posse da Amazônia será decidida pelo saber. Não há como negar uma parcela de razão... Suas anotações ainda não foram cientificamente avaliadas, mas não me surpreenderei se um dia forem comparadas a Bates, Martius e Spitz. O saber e a sorte das armas serão importantes, mas o fator decisivo será a demografia. A ocupação humana. Aí reside o perigo da transformação de reservas indígenas em arremedo de nações étnicas, processo que temos que interromper. Para isto é indispensável mostrá-lo a todos os brasileiros.

O feito do Coronel Hiram segue em aventura as trilhas de seus antecessores Orellana e Pedro Teixeira; em dedicação e patriotismo, à de Plácido de Castro; em reportagem as dos Frei Carvajal e Acuña.

**Hiram Apenas Iniciou a Fazer a sua Parte.
Muito Ainda Espera Dele o Nosso Brasil.**

(*) O Coronel de Infantaria da Reserva Gélio Fregapani (GF) é, sem dúvida, um dos maiores especialistas em Amazônia e Estratégia da Resistência do Brasil. Escritor, Comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (1980/1981), mentor da Doutrina Brasileira de Guerra na Selva, assessor de assuntos estratégicos da Universidade Pan-Amazônica, ex-coordenador do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM) e ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Roraima.

Bibliografia

A Imprensa n° 694. ***Um Trapo e em Resto*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – A Imprensa n° 694, 31.08.1900.*

ACUÑA, Christóbal de. ***Nuevo Descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*** *– Espanha – Madrid – Ed. García, 1891.*

AGASSIZ, Louis Agassiz & Elizabeth Cabot Cary Agassiz. ***Viagem ao Brasil (1865-1866)*** *– Brasil – Belo Horizonte, MG – Livraria Itatiaia Editora, 1975.*

AMAZONAS N° 1.279. ***Alfândega de Manaus*** *– Brasil – Manaus, AM – Amazonas n° 1.279, 02.10.1886*

ANAES, 1900. ***109ª Sessão em 19 de setembro de 1900*** *– Brasil – Rio de janeiro, RJ – Anaes da Câmara dos Deputados – Sessões de 01 a 29.09.1900.*

ARAÚJO LIMA, Cláudio de. ***Plácido de Castro, um Caudilho Contra o Imperialismo*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Editora Civilização Brasileira, 1973.*

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. ***Ensaio Chorographico do Pará (1839)*** *– Brasil – Brasília, DF – Ed. Senado federal, 2004.*

BARBOSA, Ruy. ***O Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Tipografia do Jornnal do Commercio, 1910.*

BASTOS, Aureliano Cândido TAVARES. ***O Vale do Amazonas: Estudo Sobre a Livre Navegação Do Amazonas ...*** *– Brasil – Rio de janeiro, RJ – B. L. Garnier, 1866.*

BRASIL, Altino Berthier. ***Amazônia Legendária*** *– Brasil – Porto Alegre, RS – Ed. Posenato Arte & Cultura, 1999.*

CARVAJAL, Gaspar de. ***Relatório do Novo Descobrimento do Famoso Rio Grande Descoberto pelo Capitão Francisco de Orellana*** *– Brasil – São Paulo, SP – Consejería de Educación – Embajada de Espana – Editorial Scritta, 1992.*

Cavalcante, Rogério. ***Manoel Urbano: Ontem e Hoje*** *– Brasil – Rio Branco, AC – Ed. do Autor, 2014.*

CORREIO MERCANTIL N° 100. ***Exploração dos Rios Japurá, Ituxi e Madeira*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Correio Mercantil n° 100, 11.04.1865.*

CUNHA, Euclides da. ***À Margem da História*** *– Brasil – Brasília, DF – Coleção Brasil 500 Anos – Ed. Senado Federal, 2000.*

CUNHA, Euclides da. ***Entre os Seringais*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista Kosmos, nº 1, 1906.*

CUNHA, Euclides da. ***Peru Versus Bolívia*** *– Brasil – São Paulo, SP – Editora Pensamento, 1975.*

CUNHA, Euclides da. ***Um Paraíso Perdido*** *– Brasil – Brasília, DF – Coleção Brasil 500 Anos – Ed. Senado Federal, 2000.*

CUNHA, Jones. ***Jutica, o Brilho da Terra*** *– Brasil – Manaus, AM – Gráfica e Editora Silva Ltda, 2008.*

DANIEL, João. ***Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ed. Biblioteca Nacional, 1976.*

DIÁRIO DE MANÁOS N° 139. ***Noticiário – Cento e Vinte Cinco Anos*** *– Brasil – Manaus, AM – Diário de Manáos n° 139, 23.12.1893.*

DIÁRIO DE NOTÍCIAS N° 1.618. ***Euclides da Cunha*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário de Notícias n° 1.618, 19.11.1889.*

DIÁRIO DE PERNAMBUCO N° 294. ***Rio Purus*** *– Brasil – Recife, PE – Diário de Pernambuco n° 294, 20.12.1861.*

DRJ N° 254. ***I – Viagem de Exploração – Primeiras Viagens*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário do Rio de Janeiro n° 254, 17.09.1863.*

DRJ N° 257. ***II – Viagem de Exploração – O Purus*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário do Rio de Janeiro n° 257, 20.09.1863.*

DRJ N° 269. ***III – Viagem de Exploração – Considerações Gerais Sobre os Rios que Descem da Cordilheira dos Andes nas Proximidades de Cuzco, Cabeceiras do Purus e Juruá*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário do Rio de Janeiro n° 269, 02.10.1863.*

DRJ N° 272. ***IV – Viagem de Exploração – Salubridade*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário do Rio de Janeiro n° 272, 05.10.1863.*

*DRJ N° 335.****Parte Oficial*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Diário do Rio de Janeiro n° 335, 07.12.1868.*

ENCARNAÇÂO, 1902. ***Carta Sobre Costumes e Crenças dos Índios do Purus*** *– Brasil – Belém, PA – Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, Volume 3, 1902.*

ESTRELLA DO AMAZONAS N° 600. ***Informações Sobre o Rio Purus Ofício Dirigido ao Exm° Sr. Presidente Pelo Sr. Dr. João Martins da Silva Coutinho*** *– Brasil – Manaus, AM – Estrella do Amazonas n° 600, 04.12.1861.*

ESTRELLA DO AMAZONAS N° 678. ***Manoel Urbano*** *– Brasil – Manaus, AM – Estrella do Amazonas n° 678, 04.10.1862.*

GAZETA DE NOTÍCIAS N° 309. ***Indisciplina*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Gazeta de Notícias n° 309, 05.11.1888.*

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. ***Geografando nos Varadouros do Mundo: da Territorialidade [O Seringal] à Territorialidade Seringueira [A Reserva Extrativista]*** *– Brasil – Brasília, DF – IBAMA, 2003.*

JC, N° 019. Brasil. ***Bolívia / Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commércio, n° 19, 19.01.1899.*

JORNAL DO COMÉRCIO N° 16.861. ***Programa de Inauguração da Rodovia "Manoel Urbano"*** *– AM-3 – Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio n° 16.861, 29.12.1965.*

JORNAL DO COMÉRCIO N° 16.863. ***Comentando*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio n° 16.863, 31.12.1965.*

JORNAL DO COMÉRCIO N° 21.673. ***Colônia Agrícola Para Iranduba, Pede Rocha*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio n° 21.673, 07.06.1975.*

JORNAL DO COMÉRCIO N° 22.242. ***Prefeito Entusiasmado Quer Cidade-Modelo no Iranduba*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio n° 22.242, 20.08.1976.*

JORNAL DO COMÉRCIO N° 22.657. ***Iranduba Nasce do Idealismo Abrindo Caminho a Nova e a Nova Cidade (José Cidade de Oliveira)*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio n° 22.657, 23.02.1978.*

JORNAL DO COMMERCIO N° 112. ***Exterior*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio n° 112, 23.04.1865.*

JORNAL DO COMMERCIO N° 120. ***Gazetilha*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio n° 120, 29.04.1889.*

JORNAL DO COMMERCIO N° 301. ***Vergonha*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio n° 301, 28.10.1892.*

JORNAL DO COMMERCIO N° 2.258. ***Manoel Urbano*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Commercio n° 2.258, 17.07.1910.*

JORNAL DO COMMERCIO N° 8.399. ***Foi um dia Canutama – A Nova Vila no Purus*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Commercio n° 8.399, 11.05.1928.*

JORNAL PEQUENO, N° 54. ***Dr. José Paravicini*** *– Brasil – Recife, PE – Jornal Pequeno, n° 54, 27.09.1899.*

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. ***O Brasil no Olhar de William James: Cartas, Diários e Desenhos (1865-1866)*** *– Brasil – São Paulo, SP – EDUSP, 2010.*

MEIRA, Sílvio de Bastos. ***A Epopeia do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Ed. Record, 1961.*

MORAES, Eduardo José de. ***Navegação Interior do Brasil*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Typographia Universal de Laemmert, 1869.*

O CRUZEIRO, N° 11. ***O Banquete da Vitória*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Cruzeiro, n° 11, 27.12.1952.*

O Estado de S. Paulo N° 7.003. ***Excerto de um Livro Inédito*** *– Brasil – São Paulo, SP – O Estado de S. Paulo n° 7.003, 19.01.1898.*

O FUTURO, N° 283. ***A Questão do Acre*** *– Brasil – Laguna, SC – O Futuro, n° 283, 11.06.1899.*

O MALHO, N° 034. ***A Chegada do Plácido*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Malho, n° 34, 23.04.1904.*

O MALHO, N° 315. ***Coronel Plácido de Castro - Libertador do Acre, Assassinado pela Emboscada de 8 de Agosto Último*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Malho, n° 315, 26.09.1908.*

O MALHO, N° 405. ***A Revolução do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Malho, n° 405, 18.06.1910.*

O MALHO, N° 424. ***Revolução Gorada*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Malho, n° 424, 29.10.1910.*

O PAIZ N° 9.082. ***A Morte de Euclides da Cunha*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – O Paiz n° 9.082, 16.08.1909.*

PACOTILHA N° 160. ***Seringais de Pinheiro*** *– Brasil – S. Luís, MA – Pacotilha n° 160, 11.06.1888.*

PEDRO II N° 300. ***Rio Purus*** *– Brasil – Fortaleza, CE – Pedro II n° 300, 30.12.1861.*

PUBLICADOR MARANHENSE N° 39. ***Noticiário*** *– Brasil – São Luís, MA – Publicador Maranhense n° 39, 18.02.1863*

RMRE, 1902. ***BOLÍVIA - Arrendamento do Território do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ –Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, 1902.*

ROOSEVELT, Theodore. ***Nas Selvas do Brasil*** *– Brasil – São Paulo, SP – Livraria Itatiaia Editora Ltda – Editora da Universidade de São Paulo, 1976.*

RSGRJ, 1900. ***Limites do Brasil com a Bolívia – Conferência do Dr. Antônio de Paula Freitas*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro – Typographia Leuzinger – Tomo XIII, 1900.*

SENA, Davis Ribeiro de. ***Vidas marcadas: Euclides, Ana e Dilermando*** *– Brasil – S. José do Rio Pardo, SP – Casa de Cultura Euclides da Cunha, 2003.*

SENADO FEDERAL N° 127. ***Relatório da Exploração do Rio Purus Apresentado Pelo Engenheiro João Martins Da Silva Coutinho (1862)*** *– Brasil – Brasília, DF – Edições do Senado Federal – Volume 127, 2009.*

SPIX & MARTIUS, Johann Baptist Von Spix & Carl Friedrich Philipp Von Martius. ***Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*** *– Brasil – São Paulo, SP – Edições Melhoramentos, 1968.*

TASTEVIN, Constant. Le Fleuve Muru. In: La Géographie, Tomo XLIII – França – Paris – Missions Catholiques, 1920.

TCU,1998. ***Prêmio Serzedello Corrêa 1998 Monografias Vencedoras*** *– Brasil – Brasília, DF – Tribunal de Contas da União, 1998.*

THAUMATURGO DE AZEVEDO, 1901. ***O Acre – Limites com a Bolívia*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & Comp., 1901.*

TOCANTINS, Leandro – ***Formação Histórica do Acre*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Civilização Brasileira, 1979.*

TOCANTINS, Leandro. ***Formação Histórica do Acre, Volume 1*** *– Brasil – Rio de Janeiro, RJ – Editora Conquista, 1979.*

Ainda Ontem Pensava que Não Era
(Kahlil Gibran)

Ainda ontem pensava que não era mais do que um fragmento trêmulo sem ritmo na esfera da vida.

Hoje sei que sou eu a esfera, e a vida inteira em fragmentos rítmicos move-se em mim.

Eles dizem-me no seu despertar:

"Tu e o mundo em que vives não passais de um grão de areia sobre a margem infinita de um mar infinito".

E no meu sonho eu respondo-lhes:

"Eu sou o mar infinito, e todos os mundos não passam de grãos de areia sobre a minha margem".

Só uma vez fiquei mudo.

Foi quando um homem me perguntou:

"Quem és tu?"

Mas a obra não trata apenas da descrição do memorável percurso aquático, eis que relevantes questões históricas são muito bem abordadas no Memorial, como um brado de alerta à cobiça de Nações hegemônicas sobre a nossa Amazônia.

Aduza-se, por derradeiro, que as belezas e lições entesouradas neste livro têm, outrossim, o condão de robustecer, de forma superlativa, o sentimento de brasilidade, o apreço à nossa Soberania e a relembrança de nossos avoengos portugueses – "*De nada a forte gente se temia*" –, mote que se adapta, perfeitamente, à saga tão bem narrada, prenhe de audácia e coragem...

Que o excepcional lavor deste belo historial, de forte conteúdo cívico-patriótico, da fecunda produção literária do bravo e renomado escritor Coronel Hiram, sirva de luzeiro àqueles que amam, de fato, a Terra em que nasceram, na inspiração do poeta-soldado Luiz Vaz de Camões: "*Não me mandes contar estranha História, mas mandas-me louvar dos meus a glória*".

Coronel Manoel Soriano Neto – Historiador Militar